



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Andrea Viviana Taubman

***Não me toca, seu boboca!:* cartografia dos discursos da
violência contra a criança e prevenção ao abuso infantil**

Rio de Janeiro

2024

Andrea Viviana Taubman

***Não me toca, seu boboca!:* cartografia dos discursos da violência contra a
criança e prevenção ao abuso infantil**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof.^a Dra. Poliana Coeli Costa Arantes

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

T223 Taubman, Andrea Viviana.
 Não me toca, seu boboca!: cartografia dos discursos da violência contra a
 criança e prevenção ao abuso infantil / Andrea Viviana Taubman. – 2024.
 230 f.: il.

 Orientadora: Poliana Coeli Costa Arantes.
 Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
 Instituto de Letras.

 1. Análise do discurso – Teses. 2. Crime sexual contra as crianças –
 Teses. 3. Prevenção de crimes – Literatura infantojuvenil – Teses. I. Arantes,
 Poliana Coeli Costa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto
 de Letras. III. Título.

CDU [82.085:343.62]:82-93

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
Dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Andrea Viviana Taubman

***Não me toca, seu boboca!:* cartografia dos discursos da violência contra a
criança e prevenção ao abuso infantil**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Poliana Coeli Costa Arantes (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha
Instituto de Letras - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Rio de Janeiro
2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda pessoa adulta disposta a proteger integralmente e com absoluta prioridade crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis, por meio de palavras e ações.

AGRADECIMENTOS

A lista de agradecimentos que eu gostaria de registrar aqui é imensa e impossível de ser escrita.

Primeiramente, agradeço ao Amor Maior que impulsionou cada encontro, cada leitura, cada intuição que se fez tijolo e argamassa para que eu pudesse construir esta investigação.

A seguir, agradeço ao meu companheiro Marcelo Pellegrino por todo o apoio dado ao longo dos meses de dedicação à pesquisa, que em muitas ocasiões significou privação de convivência. Agradeço à minha mãe, Norma Kleiman e aos meus filhos Gabriel e Thiago por me estimularem a buscar a melhor versão de mim todos os dias. Registro nominalmente os amigos e as amigas que me encorajaram a empreender a travessia desde o primeiro momento, não apenas com palavras de incentivo, mas também com recursos que eu não dispunha: Álvaro Chrispino, Flávio Carneiro, Gustavo Bernardo Krause, Ligia Paula Silber Rabinovitch, Severino Rodrigues, Tiago Valente, Marleci Hoffmaister, Sandra Levy, Valéria Corrêa Tricano, Denise Salomão Goldfajn, Elânia Francisca, Jorge Davidson, Alexandre de Castro Gomes, Flávia Côrtes, Susana Ventura, Karina Acosta.

Agradeço imensamente a quem me deu a mão e não me deixou desistir no meio do caminho: minha orientadora Poliana Arantes, um verdadeiro farol em meio à neblina densa e um bote seguro nas tempestades (que foram muitas e surgiram muitas vezes); à professora Marina Augusto que me orientou acerca das exigências que a pesquisa deveria cumprir para ser aprovada pela Comissão de Ética em Pesquisa, aos colegas Cláudio Ricardo Corrêa e Ana Beatriz Simões da Matta e à amiga Amanda Carlou pelo apoio e pela paciência para que eu pudesse vencer os desafios da inscrição do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil; aos professores e professoras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro com quem tive a felicidade de estudar e que me levaram a descobrir novos mundos que eu apenas intuía que poderiam existir, em especial ao professor Décio Rocha; aos colegas do grupo de orientandos, que se transformaram na minha família acadêmica - em especial à irmã caçula acadêmica, Luísa Perissé e às professoras da disciplina de Literatura Infantil e Juvenil Renata Junqueira e Márcia Tavares.

Agradeço a quem me possibilitou percorrer o caminho: dra. Adriana Chaves, dra. Rosângela Bragança e Willian Rosa de Oliveira da Secretaria Municipal de Saúde de Teresópolis; Sandra Erli de Azevedo, Jovina de Fátima Rocha da Silva, Rosana Alves da Cruz, Anna Clara Simões de Oliveira, Janete Rezende, Sirléia Noboa, membros da equipe do Programa Bem Me Quer Terê: as parcerias que estabelecemos foram fundamentais para que eu pudesse ir adiante neste trabalho.

Finalmente, agradeço à professora Cíntia Pessoa e ao Professor Álex Rodrigues que, espontaneamente, me trouxeram situações concretas que testemunharam com crianças da Educação Infantil a partir da leitura coletiva de *Não me toca, seu boboca!* e às mulheres sensíveis e corajosas que foram as pioneiras do Programa Bem Me Quer Terê e que tiveram a generosidade de resgatar memórias de mais de uma década para colaborar com esta pesquisa: Lygia Pacheco, Ana Paula Gatto e Aparecida Borcard, servidoras da Secretaria Municipal de Teresópolis-RJ e à Promotora de Justiça Carla Cruz.

Desconheço os nomes de grande parte das pessoas que contribuíram para que este trabalho pudesse existir, provavelmente deixei de citar algumas nominalmente, mas deixo a elas meu sincero agradecimento: às crianças que ouviram a contação que fiz da história protetiva que escrevi e me mostraram, nas interações, como caminhar nesse terreno pedregoso que é a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes e às famílias, aos profissionais da Educação, da Psicologia, da Saúde, da Assistência Social, do Direito, da Comunicação e da Literatura que tiveram a benevolência de me contar o que aconteceu quando contaram a história de “quase” de “Ritoca”, protagonista do livro *Não me toca, seu boboca!*, o maior responsável por eu ter chegado até aqui, aproveitando também para agradecer à Rosana de Mont’Alverne, editora responsável da Aletria que materializou a história em livro, à Thais Linhares que materializou os personagens em imagens e ao Luiz Carlos que faz essa história chegar em todo canto onde não posso estar pessoalmente. Todo meu carinho e gratidão às bibliotecárias da Biblioteca CEH/B, Eliane Prata e Mirna Lindenbaum que não mediram esforços para que este trabalho fosse publicado.

A curiosidade era grande: Sabrina progredia tanto nos estudos que o seu Gonçalves quis ver se outras aulas iam ser tão bem assimiladas assim. Entrou uma noite no quarto dela e se instalou na cama com jeito de quem está inventando uma nova brincadeira. Quando a Sabrina foi gritar de susto, ele tapou o grito com um beijo, E depois cochichou:

- Esse vai ser o nosso maior segredo, viu? – e foi brincando de roçar o bigode na cara dela. (...) O bigode foi varrendo cada vez mais os cantinhos da Sabrina. (...) Ele tirou do caminho lençol, camisola, calcinha. De dentro da risada saiu uma súplica:

- Que que há, seu Gonçalves? Não faz isso, pelo amor de deus! O senhor é que nem meu pai. Pai não faz assim com a gente. (...)

- Vem cá com o teu papaizinho.

...

E o grande segredo dos dois passou a animar a vida dele, a botar sombra nos dias dela; e de noite, tudo que é noite, a mesma tensão: ele hoje vem? O olho hipnotizado pela maçaneta redonda, de louça branca, o coração batendo assustado. Foi se esquecendo de prestar atenção no estudo, foi se esquecendo de pensar que cor era isso e aquilo, nunca mais desenhou.

Lygia Bojunga

RESUMO

TAUBMAN, Andrea Viviana. *Não me toca, seu boboca!:* cartografia dos discursos da violência contra a criança e prevenção ao abuso infantil. 2024. 230 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta dissertação tem como objetivo analisar, discursivamente, o fenômeno da violência sexual contra crianças sob a perspectiva da análise cartográfica do discurso em dois sentidos, o da suposta violência (já que vige a presunção de inocência até o trânsito em julgado da decisão) e o da prevenção. Parte do corpus é construído a partir do recolhimento de dados autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Teresópolis/RJ, outros publicados na literatura, na imprensa e por meio de registros recolhidos em interações entre autora, público infantil, docentes e outros profissionais dedicados às infâncias em contexto de contação da história do livro *Não me toca, seu boboca!* em diversos municípios do Brasil. A partir das análises desses corpus cartografamos pistas que nos levaram a compor possíveis contornos do que vem se constituindo como discursos do abuso sexual contra crianças, a fim de possibilitar que se produzam materiais que dialoguem com ações preventivas extensivas à sociedade em geral. Partimos da hipótese da circulação de práticas discursivas apriorísticas que favorecem a manutenção do problema na comunidade discursiva, que sustenta e alimenta os discursos da violência sexual contra crianças e adolescentes e ampliamos as possibilidades de prevenção por meio da literatura infantil de inter(in)venção.

Palavras-chave: abuso sexual infantil; análise cartográfica do discurso; silenciamento; prevenção; literatura infantil de inter(in)venção.

RESUMEN

TAUBMAN, Andrea Viviana. *¡No me toques, tonto!:* cartografía de los discursos sobre la violencia contra los niños y la prevención del abuso infantil. 2024. 230 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta tesis tiene como objetivo analizar, discursivamente, el fenómeno de la violencia sexual contra niños desde la perspectiva del análisis cartográfico del discurso en dos sentidos, el de la supuesta violencia (ya que rige la presunción de inocencia hasta que la decisión sea firme) y el de la prevención. Parte del corpus fue construido a partir de la recolección de datos autorizados por la Secretaría Municipal de Salud del Municipio de Teresópolis/RJ, otros publicados en la literatura, en la prensa y a través de registros recopilados en interacciones entre la autora, el público infantil, docentes y otros profesionales dedicados a las infancias en el contexto de la narración de la historia del libro "¡No me toques, ...!" en diversos municipios de Brasil. A partir del análisis de este corpus, cartografiamos pistas que nos llevaron a componer posibles perfiles de lo que se está constituyendo como discursos sobre el abuso sexual contra niños, con el fin de posibilitar la producción de materiales que dialoguen con acciones preventivas extensivas a la sociedad en general. Partimos de la hipótesis de la circulación de prácticas discursivas apriorísticas que favorecen la perpetuación del problema en la comunidad discursiva, que sostiene y alimenta los discursos de violencia sexual contra niños y adolescentes, y ampliamos las posibilidades de prevención a través de la literatura infantil de inter(in)vención.

Palabras clave: abuso sexual infantil; análisis cartográfico del discurso; silenciamiento; prevención; literatura infantil de inter(in)vención.

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1	SEGUINDO (OU SEGUNDO) AS PISTAS DE MUITOS PLATÔS: RIZOMAS.....	19
1.1	Entre o “já ouvido” e o “já dito”: pressuposições sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	24
1.2	Análise Cartográfica do Discurso (AnaCarDis): um dispositivo teórico-metodológico que dá ênfase a territórios de afinidades e intercessões	38
2	AS TIRANIAS DA INTIMIDADE E A CONFUSÃO DE LÍNGUAS ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS: A LÍNGUA MENOR.....	45
2.1	Andrea (mas poderia ter sido Márcia, Lúcia, Patrícia ou mesmo Sandra) na Terra do Antes	48
2.2	Os Outros: a negação, o testemunho e o desmentido	53
3	<i>NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA!</i> : CARTOGRAFIA DA CRIAÇÃO DE UM DISPOSITIVO DE LITERATURA-INTER(IN)VENÇÃO AUTOPROTETIVA E ACOLHEDORA PARA AS INFÂNCIAS	64
3.1	Minha outra vida nesta vida: seguindo as pistas do trabalho repetitivo ao devir-escritora	70
3.2	<i>Não me toca, seu boboca!</i> – cartografia da concepção da história, da representação de uma realidade dada à abertura para a produção de conhecimento criativo.....	74
4	COMO CONTAR UMA HISTÓRIA SOBRE PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL?	83
4.1	Depois que <i>Não me toca, seu boboca!</i> veio ao mundo: as alianças e as andanças de “Ritoca”	114
4.2	Cartografia das <i>inter(in)venções</i> das palavras de “Ritoca” na sociedade e nos mundos de suas leitoras e seus leitores.....	121
4.3	A aposta ética-estética-política do modo de dizer: como dar língua ao indizível?	133

4.4	No meio do caminho, havia um atraso na vacinação: o projeto inicial que não se concretizou e as dificuldades para acessar o <u>cópus das vozes da violência</u>	141
5	SE NÃO É QUALQUER UM QUE PODE FALAR QUALQUER COISA, COMO AMPLIAR O DEBATE SOBRE VSCA?	153
5.1	Lei da Escuta Protegida: outra forma de escutar o que é difícil para a criança dizer	163
5.2	Programa Bem Me Quer Terê: o propósito que superou os <u>entraves</u>	168
5.2.1	<u>O início do Programa Bem Me Quer, nas palavras de quem estava na gênese da iniciativa</u>	169
5.2.2	<u>Recortes da entrevista realizada com a equipe fundadora do BMQT</u>	179
5.3	Entre mitos, silêncios e dados labirínticos: como estamos nos organizando para enfrentar e prevenir a VSCA?	185
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
	REFERÊNCIAS	219
	ANEXO A – Autorização TAI	229
	ANEXO B – Fluxograma de atendimento do Programa Bem Me Quer Terê	230

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde que iniciei os estudos na pós-graduação, colegas, amigas e amigos (de longa data e da literatura), parentes, leitoras e leitores – e inclusive docentes – demonstram curiosidade sobre os contornos desta pesquisa.

De modo geral, minha resposta à indagação sobre o que me levou ao mestrado começa com “a maioria das pessoas que conheço fez mestrado e depois publicou um livro. Meu caminho é ao contrário: escrevi o livro infantil *Não me toca, seu boboca!* e foi ele que me levou ao mestrado”.

O desejo de escrevê-lo foi motivado pela experiência de um longo voluntariado na Casa de Passagem de Teresópolis, o Lar Tia Anastácia (LTA), que começou com uma visita no início de 2000 e se estendeu por alguns anos naquela década.

O LTA, que então funcionava como instituição de acolhimento temporário, recebia bebês, crianças e adolescentes de zero a dezoito anos em risco social, vítimas de maus-tratos e violências diversas.

Foi nesse contexto que conheci algumas crianças vitimizadas pela violência sexual. Observava aflita seus semblantes desesperançados e me questionava sobre qual seria a forma de enfrentar e prevenir essa violação de direitos, que percebia como devastadora para aquelas crianças com as quais havia travado contato.

Mesmo que não percebesse claramente, eu comparava a vivacidade do olhar dos meus filhos e das demais crianças com quem convivíamos com os olhares opacos das crianças agredidas e isso feria minha alma... como seria possível chegar antes da violência atravessar aquelas vidas incipientes?

Foi a partir desse desassossego – esclareço – que concebi e tive publicado o livro. Ato contínuo, enviei esforços para condensar a complexidade deste percurso investigativo em poucas frases: a partir das experiências vividas com a obra literária que criei e se tornou livro (2017), *Não me toca, seu boboca!* (Taubman, 2017), pesquisei as vozes da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (VSCA) por meio dos pressupostos da Análise Cartográfica do Discurso, que foi organizada pelos meus professores da UERJ, Bruno Deusdará e Décio Rocha, em obra publicada em 2021 – bem no semestre que tive aula com eles, quanta sorte eu tenho!

Em resposta aos semblantes por vezes intrigados, prossigo tentando encadear muitas ideias em poucas palavras, hábito que faz parte da minha prática de escritora de literatura para as infâncias.

Explicando rapidamente: a Análise Cartográfica do Discurso é um dispositivo teórico-metodológico que articula a filosofia foucaultiana com conceitos da escola francesa da análise do discurso de Michel Pêcheux e Dominique Maingueneau e do institucionalismo francês, com as pistas do método da cartografia organizada nos anos 2000 por um grupo de psicólogos da UFRJ e da UFF, que por sua vez, foram inspirados pelo conceito de cartografia que Gilles Deleuze e Félix Guattari apresentam em *Mil Platôs* (1980[1995]).

O que me mobilizou tão profundamente que me deu ânimo para empreender este percurso investigativo foi o comentário de uma professora de Porto Velho-RO em uma postagem que publiquei no Facebook em fevereiro de 2020.

Meu post dizia: “Sinto um misto de felicidade, gratidão e dever cumprido toda vez que alguém recomenda *Não me toca, seu boboca!* como instrumento literário lúdico e eficaz na prevenção ao abuso sexual infantil. Mas ver a @leilianerochapsicologa falar com tanto entusiasmo desse meu filhote de papel tão amado no curso que ela ministra sobre sexualidade infantil é arrebatador. Ela consegue falar de uma forma absolutamente amorosa sobre os assuntos mais espinhosos que envolvem o tema. Sou tieta assumida dessa moça: hoje, alcançando mais de 100 K¹ de seguidores só no Instagram, leva informação responsável e de qualidade e impacta milhares de crianças e famílias. Neste mundo quero andar cada vez mais de mãos dadas com quem prefere construir pontes do que dinamitar muros. Obrigada por tudo o que você tem nos mostrando, Leiliane. Que nunca nos falem força e coragem para perseverar neste enfrentamento. Seguimos com amor, juntas e coladas, espalhando a mensagem de que precisamos estar [#todoscontraoabusoinfantil](#) se quisermos ver as novas gerações construindo a [#culturadaempatia](#) por um novo mundo em que todos caibam envolvidos em respeito”.

Pouco depois da publicação, a citada professora comentou: “realizei vários trabalhos com o tema, mas só depois da sua história tive a confissão de uma criança. Creio que a Ritoca encorajou-a a pedir ajuda. Gratidão.” E ainda colou uma

¹ Em 2023, a psicóloga Leilane Rocha em seu perfil “Especialista em Sexualidade”, passou da marca de 1 milhão de seguidores.

foto das crianças segurando o livro e reiterando a questão da coragem: “Meus alunos viveram esse momento de ousadia e coragem da Ritoca”².

Esses dois comentários me afetaram de tal maneira que não consegui me conter até entrar em contato com a professora para saber mais sobre essa experiência que ela tinha vivido e agradecer sua generosidade em compartilhar.

Sucintamente tentarei reproduzir o que ela me relatou: que havia trabalhado com cartilhas didáticas e outras abordagens desde maio de 2019 com a turma de 5 anos, porém que somente em novembro tinha narrado *Não me toca, seu boboca!* para as crianças.

Disse que, logo depois da contação, uma das alunas foi procurá-la dizendo “tia, eu posso falar com a senhora?”, ao que prontamente a professora respondeu que sim, mas a menina disse que falaria outra hora. Essa situação ainda se repetiu na semana seguinte, com o mesmo desfecho. Contudo, na terceira vez que ocorreu a abordagem, a aluna teve a oportunidade de estar sozinha com a professora, que corrigia os trabalhos no fundo da sala enquanto as outras crianças assistiam a um vídeo.

A menina se levantou, foi até onde a professora estava e passou a contar que onde morava tinha uns primos adolescentes que sempre queriam brincar de tocar nas partes íntimas dela, aquelas que a professora tinha falado que não podia, e que ela conseguira revelar esses fatos para seu pai que acreditou no que ela tinha falado e que botou os tais primos para correr. E só então a professora tinha se dado conta de que as tentativas anteriores de revelação haviam fracassado em função da proximidade de outras crianças. “Ritoca salvou minha aluna de 5 anos”, disse ela.

Quando desliguei o telefone, chorei impactada por tudo o que tinha ouvido, pela certeza de que havia feito um bem, mesmo sem saber a quem, e que esse bem havia me alcançado e voltado para mim por meio do relato dessa professora, geograficamente localizada a quase três mil e quinhentos quilômetros da minha casa.

Quantas histórias parecidas talvez estivessem acontecendo naquele mesmo dia, quem sabe na minha vizinhança, quem sabe no extremo sul do Brasil ou talvez do outro lado do mundo, com desfechos em direção oposta, pelo simples fato de que

² Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo?fbid=10213637526286617&set=a.10204087238375388> . Acesso em: 11 dez. 2023.

nenhuma pessoa adulta estaria tendo uma escuta ativa e cuidadosa do relato de uma criança capturada por uma situação de violência sexual intrafamiliar ou praticada por alguém muito próximo a ela?

Uma sensação de bem-aventurança me atravessou nesse encontro. Ao mesmo tempo, fui tomada por um assombro: por que a menina não teria iniciado um movimento de resistência nas primeiras investidas dos primos, se a professora estava trabalhando conteúdos de educação sexual desde seis meses antes desse episódio ser revelado pela criança? O que eu deveria fazer com essa informação que havia me procurado daquela forma improvável?

Choro novamente enquanto me desloco no tempo-espço e revisito esse momento na memória. O primeiro lampejo de investigar academicamente a questão provavelmente emergiu nessa ocasião.

De fato, andando pelo Brasil, testemunho os efeitos da narrativa pelas falas e reações das próprias crianças, de adolescentes e pessoas adultas (nas contações interativas da história, nos bate-papos e palestras), principalmente a aderência às palavras e atitudes da criança-literária, a protagonista “Ritoca”.

Diante das presumíveis fisionomias ainda curiosas e bastante surpresas, detalho: estou analisando processualmente como a circulação de determinados enunciados contribui para produzir, manter ou prevenir o abuso infantil na sociedade, que embora seja uma forma abertamente violenta, não ocorre, de modo geral, com a representação de violência que costuma povoar nosso imaginário, com arroubos de ira e agressão física. Muito pelo contrário.

Minha pesquisa e muitas outras, como, por exemplo, os trabalhos desenvolvidos por Karina Acosta Camargo na PUC-SP (*Abuso sexual infantil* - uma cartografia: silenciamento, testemunho, ressentimento, esquecimento, sua dissertação de mestrado de 2016 e *Testemunhos desde a ferida*: travessias para além da violência, tese de doutorado de 2023, ambas orientadas pelo filósofo Peter Pál Pelbart) apontam que, por mais estranho que possa parecer, o abuso infantil tem muito mais a ver com o que se diz e, ao se dizer (ou deixar de dizer), também se faz (ou se deixa de fazer).

Explico: o acesso ao corpo da criança pelos abusadores e pelas abusadoras não se dá de forma imediata e aleatória. Antes tem muita conversa, muitas estratégias para a criança ficar confusa e achar que aquilo é muito normal e que todo mundo faz, mas que ninguém conta, por exemplo. Há outras táticas de

convencimento e precisamos ter em mente que as crianças pequenas não têm referencial comparativo para compreender a diferença entre carinho adequado e toque abusivo.

Os abusos, por consequência, podem ficar muito tempo no silêncio e na sombra porque, até hoje, de modo geral, temos dificuldade de abordar o assunto e repetimos algumas “crenças” sobre esse problema que favorecem quem pratica a violência e vulnerabilizam as crianças.

Fazemos parte, mesmo sem perceber, de uma “comunidade discursiva”, entendida por Foucault como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 1969[2008], p. 133).

O mecanismo funcionaria assim: grupos produzem e sustentam textos que, por sua vez, são sustentados por eles, em sistema de retroalimentação.

Não se trata apenas sobre o que se diz, mas quem diz o quê, a partir de qual posição social, com qual vocabulário, em que tom, em qual cena enunciativa esse dizer acontece de tal forma que dê credibilidade ao que o enunciador (agressor ou agressora) está dizendo... são muitos planos que funcionam concomitantemente para dar legitimidade àquilo que se diz por aquele que está dizendo e mostrando-se publicamente como “alguém acima de qualquer suspeita”.

Apoiada nas ideias de Maingueneau sobre esse sistema de planos, que ele nomeou como semântica global, busco mapear qual seria a massa de textos produzidos pelas comunidades discursivas – que também são alimentadas por essas próprias comunidades – para que a VSCA continue presente entre nós, se repita e, muitas vezes, atravesse gerações no seio das famílias, onde o crime tem maior prevalência.

Resumindo em três perguntas que envolvem muito do que me propus inicialmente a pesquisar: qual seria o conjunto de condições discursivas em que a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes ocorre e se estabiliza na sociedade? Quais condições favorecem a ocultação desse crime e das pessoas agressoras, sob mantos de respeitabilidade (de acordo com sua posição de autoridade) que resultam na invisibilidade do padecimento das crianças que sofrem abusos? E como *Não me toca, seu boboca!* (Taubman, 2017) poderia desestabilizar esse arranjo? São perguntas que buscarei responder ao longo desta dissertação.

Nas ocasiões em que expus o meu percurso, as reações mais habituais ao final da sinopse apresentada são expressões um tanto desconcertadas seguidas de interjeições de espanto, dó/dor e/ou admiração e, a seguir, inferências em função do tema e votos de sucesso (que reporto como sinceros): “seu trabalho deve ser muito difícil/desgastante/pesado/desafiador mas é muito importante falar sobre isso. Boa sorte, depois quero ler, avisa quando estiver publicado!”.

Sim, penso com meus botões, enquanto me despeço com “pode deixar que eu aviso!”. É difícil, sem dúvida. E não raramente, exaustivo emocionalmente.

Trata-se de uma pesquisa-intervenção, ou seja, de uma investigação que se apoia na inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir por meio de experiências que agenciam sujeito e objeto, teoria e prática num mesmo plano de produção ou coemergência, “sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (Passos; Barros, 2009, p. 17).

Dada a densidade dos efeitos da pesquisa nesta pesquisadora, que parte indubitavelmente da necessidade urgente de se combater a VSCA, concordo plenamente com o psiquiatra, psicanalista infantil e institucionalista argentino Jorge R. Volnovich que observa que “no campo da VSCA, os agentes acabam se tornando militantes de uma causa, às vezes vencendo e às vezes sendo vencidos pela chamada Síndrome de *Burnout*”³, mas é quase impossível evitar a sobreimplicação” (Volnovich, 2002, p. 163).

Para melhor entender essas colocações, convém esclarecer primeiro a noção de implicação. Esse conceito refere-se à “relação que indivíduos desenvolvem com a instituição” (Monceau 2008, p. 21 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 182). Aqui se entende instituição não como “organização”, mas como “lógicas a partir das quais se organizam os seres humanos”⁴ (Barembliitt, 1992 *apud* Volnovich, 2002, p. 145), como, por exemplo a política, as relações de parentesco, a justiça, a religião e a linguagem.

Analisar as implicações corresponde a desnaturalizar as instituições e se deslocar sobre as “certezas” das premissas e dos apriorismos (por exemplo: a

³ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout> . Acesso em: 22 out. 2023.

⁴ Tradução própria.

família – sobretudo a nuclear, formada por pai/mãe/filhos – seria o lugar de proteção/cuidado de uma criança, por excelência).

A sobreimplicação, por sua vez, seria um “complicador da análise das implicações” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 183), por embaçar, de certa forma, a clareza de quem pesquisa, já que dificultaria a avaliação das “crenças que nos vinculam aos estabelecimentos e aos compromissos com eles” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 184).

A sobreimplicação, de acordo com Lourau (1990[2004], p. 189 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 184) gera estresse e sobretrabalho, duas consequências que reconheço nesta jornada.

Contudo, o desejo de compartilhar este percurso de aprendizado que modificou completamente minha percepção sobre a questão da VSCA tem sido maior que as dificuldades, as complicações, o sobretrabalho da minha assumida sobreimplicação nesta empreitada e, por conseguinte, o cansaço decorrente desse conjunto de desafios.

Para alcançar tal objetivo, entendo que é de suma importância cartografar os motivos e os processos que me levaram a criar *Não me toca, seu boboca!* desde seu primeiro rascunho e, mediante as inúmeras pesquisas que suscitaram escritas e reescritas da obra a partir de encontros com profissionais de diversas áreas que lidam com a questão, mapear também a evolução do texto verbal e imagético até alcançar a versão atual do livro, e seus desdobramentos após a publicação até o momento de escrita deste trabalho.

Destaco que, ao longo do texto, usarei **grifos meus em negrito** para iluminar questões que considero cruciais para a compreensão do fenômeno da VSCA e não usarei o termo “pedofilia” (a menos que conste de alguma citação) porquanto, embora amplamente (e erroneamente) utilizado em grande escala pelos meios de comunicação e pela população geral, não é um crime, mas sim um transtorno mental individual (o que por si só já seria desinteressante para esta análise que se interessa pela dimensão coletiva do fenômeno).

A pedofilia está relacionada no Manual de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID⁵ (Capítulo 05 - Transtornos mentais e comportamentais/ F65 - Transtornos da preferência sexual/

⁵ Disponível em: <https://rds.saude.gov.br/?searchterm=parafilia#/cid> Acesso em 13 dez. 2023.

Código: F654) e pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM⁶ (Gobetti GJ *et al.*, 2020, p. 50) sendo esse um campo epistemológico da medicina que não pretendo abordar neste percurso investigativo.

Cabe aqui, portanto, definir o que é VSCA para caminharmos a partir do mesmo ponto de saída. O Ministério da Saúde a caracteriza como sendo

todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente, visando utilizá-lo para obter satisfação sexual, em que os autores da violência estão em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Abrange relações homo ou heterossexuais. Pode ocorrer em uma variedade de situações como: estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mamas e ânus, até o ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas e impostas e “voyeurismo” (obtenção de prazer sexual por meio da observação) (Brasil, 2004). É predominantemente doméstica, especialmente na infância. Os principais perpetradores são os companheiros das mães, e, em seguida, os pais biológicos, avôs, tios, padrinhos, bem como mães, avós, tias e outros que mantêm com a criança uma relação de dependência, afeto ou confiança, num contexto de relações incestuosas. (Brasil, 2010, p. 33).

Todavia, antes de dar os primeiros passos na caminhada, faço um convite para conhecer alguns conceitos relativos às escolhas teórico-metodológicas que pavimentaram este percurso.

⁶ Gobetti GJ *et al.* Saúde Mental e Justiça: questões éticas referentes ao incesto e à pedofilia. *Saúde, Ética & Justiça*. 2020;25(2). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2770.v25i2p47-53> . Acesso em: 22 out. 2023

1 SEGUINDO (OU SEGUNDO) AS PISTAS DE MUITOS PLATÔS: RIZOMAS

Em encontros com amigas, amigos e colegas que já trilharam ou estão trilhando caminhos acadêmicos (principalmente em Letras, Psicologia, Filosofia e Educação), as conversas sobre esta investigação costumam ser acrescidas de questionamentos acerca das escolhas que fiz para concretizar a pesquisa: onde faço o mestrado, porque, sendo escritora, preferi empreender os estudos na Linguística em vez de cursar a pós-graduação na Literatura e com que referenciais teórico-metodológicos estou trabalhando.

Perguntas que demandam respostas complexas e elaboração com tempo de qualidade, o que poderia, eventualmente, torná-las um tanto prolixas e cansativas.

Tentar explicar brevemente do que se trata o método da cartografia, cujas referências têm seu berço na INTRODUÇÃO: RIZOMA de *Mil Platôs* (Deleuze; Guattari, 1980[2011], p. 17) em que os filósofos franceses assumem que não são mais eles mesmos, mas que cada um deles, desde a parceria anterior na escrita de *O anti-Édipo* de 1972, “era vários, já era muita gente”, não é tarefa das mais simples.

Todavia é, sem dúvida, desafio muito prazeroso devido ao caráter ao mesmo tempo libertador e acolhedor da cartografia, que se interessa pelos **processos** e não pelos decalques da representação do objeto da pesquisa.

A cartografia desconstrói a ideia de que há um objeto pronto a ser pesquisado e ao pesquisador coubesse a habilidade de “revelar” esse algo que estivesse oculto a partir de uma relação de prudente distanciamento entre pesquisador(a)/objeto da pesquisa, conforme preconiza a ciência moderna racional e empírica que investe na neutralidade da relação entre quem pesquisa e o objeto da sua pesquisa, bem como que pretende “desvelar a verdade” a partir de experiências quantificáveis e generalizáveis. Os pressupostos da ciência moderna não favoreceriam o desenvolvimento deste percurso investigativo, muito pelo contrário.

Rompida a primeira barreira, prossigo na faina, citando a obra que evocarei recorrentemente neste trabalho: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, organizada pelos psicólogos Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2009) em oito pistas que podem ser lidas em ordem aleatória ou pela melhor conveniência de quem lê, posto que o livro corresponde a um rizoma, isto é, as pistas remetem umas às outras, não há uma

hierarquia correspondente e formam “um conjunto de linhas em conexão e de referências, cujo objetivo é desenvolver e coletivizar a experiência do cartógrafo” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p. 14).

A tabela a seguir resume tais pistas e facilita a compreensão do conteúdo da obra, conforme os próprios autores propõem na apresentação do livro (p. 14-15):

Tabela 1 - Relação de pistas com título/autoria e tema abordado

PISTA	TÍTULO/(AUTORIA)	TEMAS ABORDADOS
1	“A cartografia como método de pesquisa-intervenção” (Eduardo Passos; Regina Benevides)	Análise institucional; indissociabilidade entre conhecimento e transformação, tanto da realidade quanto do pesquisador.
2	“O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo” (Virgínia Kastrup)	Gestos da atenção cartográfica: rastreio, toque, pouso, reconhecimento atento.
3	“Cartografar é acompanhar processos” (Virgínia Kastrup; Laura Pozzana)	Distinção entre as propostas da ciência moderna (representar objetos) e cartografia (acompanhar processos).
4	“Movimentos-funções do dispositivo no método da cartografia” (Virgínia Kastrup; Regina Benevides)	Proposta de três movimentos-funções: de referência, de explicitação e transformação da realidade.
5	“O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica” (Liliana da Escóssia; Silvia Tedesco)	Ao lado das formas, objetos ou sujeitos (contornos estáveis) coexiste o plano coletivo das forças que os produzem; cartografia como prática de construção desse plano.
6	“Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador” (Eduardo Passos; André do Eirado)	Recusa-se o objetivismo positivista e o subjetivismo (com interesses, crenças e juízos de quem pesquisa) por serem duas faces da mesma moeda.

7	“Cartografar é habitar um território existencial” (Johnny Alvarez; Eduardo Passos)	A importância da imersão do cartógrafo no território e seus signos.
8	“Por uma política de narratividade” (Eduardo Passos; Regina Benevides)	Alteração metodológica da cartografia exige uma mudança das práticas de narrar.

Ainda na apresentação, os organizadores destacam que pesquisadores de diversas áreas que investigam **processos** “enfrentam muitas vezes, na escrita de seus projetos, dificuldades em dar conta do item consagrado ao método” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p. 9), lugar em que me reconheço e reconheço componentes do grupo de orientação em que estou inscrita.

É muito provável que, utilizando uma política da narratividade que não envolvesse um posicionamento de clara defesa dos direitos à proteção integral de crianças e adolescentes, este trabalho não alcançaria o potencial de pesquisa-intervenção que agencia “sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência”, designado na pista 1 por Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros como “plano da experiência” (Passos; Barros, 2009, p. 17-18).

Possivelmente perderia o caminho metodológico, “o primado da experiência [que] direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência à experiência do saber” (Passos; Barros, 2009, p. 18).

Portanto, para materializar este estudo, como citado anteriormente, foi primordial me apoiar nas pistas do método da cartografia, vestir a roupa de mergulho de cartógrafa-aprendiz, abraçando um processo de aprendizado para habitar um território existencial, construído não como obstáculo a ser enfrentado a partir de uma hierarquia diante do objeto a ser pesquisado/dominado, mas compondo-me a tal território, construindo, cultivando e pesquisando com alguém/algo ao invés de pesquisar sobre alguém/algo. Esse aprendizado, de acordo com a pista 7 (Alvarez; Passos, 2009, p. 147), entende-se “mais como experiência de engajamento do que como etapas prescritíveis de uma metodologia de pesquisa”.

Dessa forma, para mergulhar nesta pesquisa com o traje adequado, ou seja, investindo em uma “experimentação de um modo de dizer compatível com a problemática que nos mobiliza” (Alvarez; Passos, 2009, p. 132), precisei fazer um grande esforço para me despir das vestes impostas pela prática da escrita

preconizada nos manuais de redação acadêmica “sobre a qual pairam alguns estereótipos que convém interrogar [e] podem se tornar imperativos excessivamente endurecidos, capazes mesmo de bloquear a atividade da escrita” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 299-300).

Se eu produzisse este texto almejando aprender a escrever sem estilo próprio, talvez não superasse o fantasma da “tela em branco” na vã tentativa de cingir as experiências e as reflexões que compõem (sempre provisoriamente) este percurso investigativo em um modelo engessado de escrita que me direcionasse à busca de uma impessoalidade como ideal a ser alcançado pelo pesquisador, por meio do emprego da terceira pessoa, indeterminação do sujeito e construções na voz passiva pronominal – marcas pretensamente inequívocas de cientificidade e de imparcialidade na abordagem de um tema, que permitiriam uma apreensão objetiva da realidade, sem interferências do pesquisador (Deusdará; Rocha, 2021, p. 303).

De acordo com Fischer (2005, p. 123 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 330), “é bom, é recomendável que nossos textos acadêmicos e científicos tornem-se criação, leituras assinadas”.

Desse modo, escrever este texto em primeira pessoa do singular não significa que falarei a partir do eu-individualidade, mas a partir do meu compromisso com um “projeto de produção do social(...) movido pelo desejo de promoção de vida” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 342), de minhas vivências e encontros como eu-coletividade, ecoando e amplificando outras vivências e outros encontros de corpos, no antes, no agora e no devir. Enfim: “não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem mais qualquer importância dizer ou não dizer EU.” (Deleuze; Guattari, 1980[2011], p. 17)

É libertador, portanto, pesquisar caminhando sobre as zonas de intensidades contínuas, os mil platôs que se mantêm lado a lado como placas tectônicas em seus movimentos de contínuos rearranjos sem hierarquias e sem totalização, em “espaços-tempos que são espaços e tempos *livres*” (Deleuze; Guattari, 1980[2011], p. 10) – princípios característicos das “**multiplicidades** que **são a própria realidade**, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (Deleuze; Guattari, 1980[2011], p. 10-11).

Observo habitualmente que, nesse ponto dos esclarecimentos, surgem olhares interrogativos nos semblantes de quem escuta (talvez também de quem me lê neste momento).

Nesse sentido, proponho o auxílio um pequeno **glossário-bússola** para nos aventurar pelas trilhas dos mil platôs a percorrer a partir dos **princípios** característicos de tais **multiplicidades**: seus elementos são **singularidades**; suas relações são **devires**; seus acontecimentos, **hecceidades** (caráter único e individual que distingue um ser de outro, individuações sem sujeito), seu modelo de realização é o **rizoma**, que não tem um centro, não se planta nem cresce como as árvores, não tem filiação, prescinde de “ser”; e, finalmente, os vetores que atravessam as multiplicidades que constituem **territórios** e graus de **desterritorialização** (Deleuze; Guattari, 1980[2011], p. 10-11).

A ideia de rizoma me aquece como manta de lã tricotada a mão em dia gelado: cálida aliança que se esparge, escoando em tempos síncronos e assíncronos.

Rizoma que “tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’” (Deleuze; Guattari, 1980[2011], p. 10-11), em que nenhum conhecimento e nenhum sujeito é classificado como “inferior ou superior”, toda horizontalidade é bem-vinda e há espaço para coexistências. Acolhedor, porquanto experimentado em produção coletiva, como se fizéssemos parte de um grupo de crianças pequenas que, brincando ao ar livre, aprendem na natureza enquanto observam e interagem com a realidade vivente – os pássaros, os ninhos, os sons que emitem em diferentes situações, os solos e os formigueiros e os cupinzeiros que as habitam, as plantas, as flores, os insetos e como todos se relacionam com todos, com tudo e com o todo, em redes de afeto.

“Rizoma é aliança, unicamente aliança” (Deleuze; Guattari, 1980[2011], p. 48). Afetar e ser afetado em cada gesto de comprometimento com a produção de mundos, compartilhando um território existencial, que, nas palavras de Deleuze e Guattari, é também um “lugar de **passagem**” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 132).

A propósito, o Lar Tia Anastácia (instituição de acolhimento) em que fui voluntária e tem papel determinante nesta jornada era justamente uma “casa de **passagem**” (acolhimento temporário). Sincronicidade assíncrona, travessias e atravessamentos, deslocamentos sobre mil platôs. Como ignorar esses elos, essas confluências?

Figura 1 - crachá da autora do voluntariado no Lar Tia Anastácia; instalações da sede inaugurada em agosto/2002



Fonte: A autora, 2004.

Pausa para um breve descanso antes de retomar a caminhada. A travessia envolverá “um trabalho de cultivo e refinamento” (*Pista 7*, 2009, p. 135) que exigirá grandes esforços e abertura para o novo e para o que, para muitas e muitos, é indizível.

Este trabalho, por conseguinte, é um convite, sempre em movimento, sempre provisório: há disposição para se engajar neste percurso investigativo em que não separaremos sujeito de objeto da pesquisa e traçaremos o mapa enquanto caminhamos? Se sua resposta é “sim”, vamos aliançar-nos e prosseguir com nossos elos, nossas bússolas-referências e nossas pistas: como canta o espanhol Joan Manuel Serrat que musicou o poema de seu conterrâneo Antonio Machado, “*caminante, no hay camino: se hace camino al andar*”!⁷

1.1 Entre o “já ouvido” e o “já dito”: pressuposições sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

A VSCA é considerada um grave problema de saúde pública e seu caráter multifatorial impõe severos desafios para a estruturação de pesquisas acadêmicas nesse campo.

⁷ Da canção Cantares (Dedicado a Antonio Machado, poeta, 1969), de Antonio Machado e Joan Manuel Serrat.

Embora não seja o cerne desta pesquisa, devemos levar em consideração que as discussões em torno do problema ocorrem em território discursivo em constante disputa, atravessado por múltiplas questões dos diversos campos que incidem no embate de forças que pretendem propor “a” solução, como se de fato houvesse alguma “fórmula mágica” que tivesse a prerrogativa de livrar a sociedade desse flagelo sem problematizá-lo em profundidade.

Não é difícil localizar nas redes sociais e comentários em notícias veiculadas nas mídias jornalísticas digitais, acaloradas discussões que vão desde a castração química à pena de morte de estupradores.

Também se observa com frequência a viralização de “campanhas espontâneas” (não institucionais) de prevenção ao abuso sexual infantil, como, por exemplo, um vídeo publicado em 2020 por uma estudante de psicologia cantando uma canção que conta com dezenas de milhares de visualizações e milhares de compartilhamentos, demonstrando significativa adesão da comunidade que participa da rede social em que a iniciativa foi divulgada.

É evidente que a jovem teve a melhor das intenções ao gravar e publicar tal vídeo de quase 1 minuto. Descrevo o vídeo e destaco questões que, se antes de começar a pesquisar VSCA passariam completamente despercebidas para mim, hoje me mobilizam e me alertam:

- (i) A enunciadora se vale de uma luva branca para indicar, nas “pontas dos dedos”, por meio de ilustrações, algumas partes do corpo enquanto canta: “**várias partes o meu corpo tem, cabeça, boca, pés e pernas também**” – se o corpo tem várias partes, qual seria a intenção ao mencionar essas partes específicas e não outras?
- (ii) A seguir, abre uma “janela” na palma dessa luva; surge o símbolo de proibido em vermelho, enquanto canta: “algumas **partes** ficam bem **escondidinhas**, e uma delas fica **embaixo da minha barriguinha**” (indica a ponta do dedo da “barriguinha” que não havia sido apontada antes) - o uso de diminutivos apenas nesta frase e não ao se referir às outras partes do corpo serviria exclusivamente para facilitar a rima ou funcionaria como modalizador discursivo para atenuar o incômodo da abordagem do tema “indigesto”? Ou ainda, tentaria colocar a enunciadora (que não é criança) como se criança fosse?

(iii) A argumentação segue com “nelas **ninguém pode tocar não**, se não tiver a **minha permissão**; se **desobedecer** (mostra novamente o símbolo de proibição) e nelas tocar (gira a mão e surgem ilustrações de figuras humanas nas pontas dos dedos e na palma, onde, do outro lado está a janela com o símbolo de proibido), **eu vou correndo pra mamãe contar**” – temos neste trecho várias questões a analisar.

problema (1) - eventualmente haverá momentos em que a criança poderá precisar da ajuda de alguém que não faça parte da sua rede habitual de pessoas responsáveis por seus cuidados. A criança talvez se machuque longe de suas/eus cuidadora/es costumeira/os e, em situação acidental/emergencial, outras pessoas poderão ter de ajudá-la a cuidar, por exemplo, de um machucado ou a higienizar partes íntimas e/ou privadas do corpo, especialmente se pensarmos naquelas menores que frequentam creches (como em um dos casos que pesquisei para construir o *córpus*⁸); o conjunto de comandos “permitir-desobedecer-contar para mamãe” colocariam a criança em qual lugar de enunciação, o que permite, o que obedece, o que conta?

problema (2) - há momentos na vida da criança que exigirão o toque de uma pessoa adulta no corpo infantil e que prescindirá da “permissão” da criança, por exemplo, na visita ao dentista, nas ocasiões em que será vacinada, na consulta médica ou em exames diagnósticos. “Ninguém” e “permissão” trazem a representação de uma realidade impossível de se concretizar na vida corpórea;

problema (3) – como veremos adiante, em muitas situações correr para contar para a mamãe pode ser a pior escolha da criança na revelação do abuso;

(iv) Na sequência, a enunciativa lança a hipótese do descrédito da mãe em relação ao suposto relato de abuso da criança: “se **não resolver eu tenho que pensar** quem é a pessoa que pode me ajudar” (aponta para a ilustração de uma interrogação no dedo mínimo) e, sinalizando as demais figuras localizadas nas pontas dos outros dedos, indica: **titia**,

⁸ Seguindo Deusdará e Rocha, 2021, p. 24, usarei ao longo do texto a grafia em língua portuguesa da palavra “*córpus*”, tanto para o singular quanto para o plural (respectivamente, *corpus* e *corpora* em latim).

vovó, professor ou irmão, um deles terá a solução” – aqui temos uma hipótese realista (a mãe denegar o relato da criança e não “resolver” o problema) e uma hipótese que, em sua estratégia discursiva, exigiria que a própria criança pensasse com quem poderia contar para resolver um problema que deveria ser evitado e cuja prevenção é uma atribuição dos adultos, da rede de proteção da criança. Indicar de forma fechada (titia, vovó, professor ou irmão) pode sugerir à criança papéis fixos de suposta proteção que, na experiência real, pode não acontecer e mesmo se tornar um obstáculo para a criança estar alerta em relação a esses sujeitos que cumprem determinados papéis sociais e que, como veremos, também podem ser pessoas agressoras;

- (v) Girando a mão para voltar à posição inicial, a enunciadora volta a mostrar a “janela” com o símbolo da proibição e diz: **“nisso e naquilo ninguém pode mexer, nisso e naquilo eu tenho que proteger, nisso e naquilo ninguém pode tocar não, porque eu sou corajoso e não aceito não!”** (a jovem fecha a mão sem luva em sinal de “luta”, sorri e desliga a câmera) – o fato de **não nomear as partes íntimas** reforça a interdição no campo da sexualidade e corrobora a noção de Foucault sobre os procedimentos de exclusão. Peço permissão para trazer todo o trecho de *A ordem do discurso*:

O mais evidente, o mais familiar também, é a **interdição**. Sabe-se bem que **não se tem o direito de dizer tudo**, que não se pode falar de tudo **em qualquer circunstância, que qualquer um**, enfim, **não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala**: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a **grade é mais cerrada**, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da **sexualidade** e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, **as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder**. (Foucault, 1971[1996], p. 9-10).

O vídeo que nos serviu de corpus, largamente propagado, restringiria o debate acerca do problema exclusivamente ao abuso com contato físico, o que, de

certa forma, sugeriria ser esse o início, meio e fim do processo de violência sexual e que proteger o corpo infantil resolveria todo o desafio das estratégias de prevenção.

Em tempos anteriores às pesquisas para a criação de *Não me toca, seu boboca!*, em tendo acesso a redes sociais, certamente eu seria uma das pessoas que teria compartilhado essa iniciativa com muito entusiasmo, a partir do olhar do que o abuso sexual infantil representava para mim – e que ainda representa para uma parte considerável da sociedade, que muitas vezes entende a abordagem utilizada no vídeo como um caminho pleno para a prevenção do abuso e proteção das crianças.

Contudo, de modo geral e na maioria dos casos, há uma série de etapas anteriores ao acesso ao corpo infantil pelos abusadores e abusadoras. Mapear o “como” esse processo ocorre é um caminho que traz diversos outros elementos para entender contra o que se está lutando.

Embora seja uma metáfora reiteradamente utilizada, a imagem do iceberg com uma pequena ponta visível acima da superfície e o restante submerso nas águas profundas talvez seja a forma mais imediata de imaginar o quanto carecemos de informações acerca do número de vítimas e da real dimensão da VSCA, como veremos adiante.

O problema é muitíssimo mais complexo daquilo que comumente se enxerga na superfície, porque o abuso infantil não se restringe a interações físicas e abruptas, que pode ocorrer com ou sem contato físico, entre outras características.

A Childhood Brasil, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que faz parte da World Childhood Foundation (Childhood) criada pela Rainha Silvia da Suécia em 1999, dedicada à proteção à infância e à adolescência e que atua no enfrentamento do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes, elenca a complexidade da VSCA da seguinte forma:

Há violação em vários sentidos: de direitos humanos, direitos e desenvolvimento sexuais, de poder, do que a vítima pode compreender, consentir e fazer, de tabus, de papéis sociais e familiares, acarretando consequências para o desenvolvimento da criança e do adolescente. A alegação de consentimento por parte da criança e do adolescente nas eventuais práticas sexuais com adultos deve ser sempre questionada e contextualizada, uma vez que elas/eles são considerados seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, quando a capacidade de autonomia para consentir ou não ainda está em processo de construção.

A violência sexual atinge crianças e adolescentes de todas as idades e classes sociais. É um fenômeno complexo, que tem múltiplas causas.
(Childhood Brasil)⁹

É uma violência que nada tem de óbvia ou trivial. E não há “varinha de condão” para enfrentá-la. Não está geográfica ou socialmente localizada. Atinge meninas e meninos de qualquer idade. Nenhum/a agressor/a traz uma etiqueta de identificação de fácil visualização, muito pelo contrário: essas pessoas podem estar entre nós de forma imperceptível, imiscuídas na rotina da criança em papéis que a comunidade discursiva reporta como papéis cuidadores (principalmente genitores, progenitores, demais familiares, amigos, vizinhos). O que nos levaria a essas pressuposições que dificilmente problematizamos?

De acordo com Pêcheux (1969), que traz reflexões de Ducrot sobre os implícitos, “(...) supomos que a percepção está sempre atravessada pelo ‘já ouvido’ e pelo ‘já dito’, por meio dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas; os conceitos de pressuposição (...)” (Pêcheux, 1969, p. 22 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 66)

Deusdará e Rocha (2021) apresentam a questão da seguinte forma: “todo texto se constitui a partir do vínculo indissolúvel com outros textos – princípio do interdiscurso” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 66).

Temos uma hipótese, portanto: o primado do interdiscurso, conceito fundamental para a Análise Cartográfica do Discurso, que nos alerta para os universais que trazemos em nossa memória e não nos damos conta de forma consciente - o “já ouvido” e o “já dito”: “parentes são confiáveis”, “sangue do nosso sangue”, “conhecemos da vida toda”, etc. - interferem em nossos enunciados acerca da VSCA e, por conseguinte, alimentam a comunidade discursiva que reproduz esses enunciados.

A instituição “família” ocupa um lugar de destaque no imaginário coletivo como “instituição de confiança” e o Índice de Confiança Social demonstra claramente o grau de credibilidade da “família” a partir das evidências da série histórica publicada pelo IPEC¹⁰ (antigo IBOPE) em sua pesquisa quantitativa com

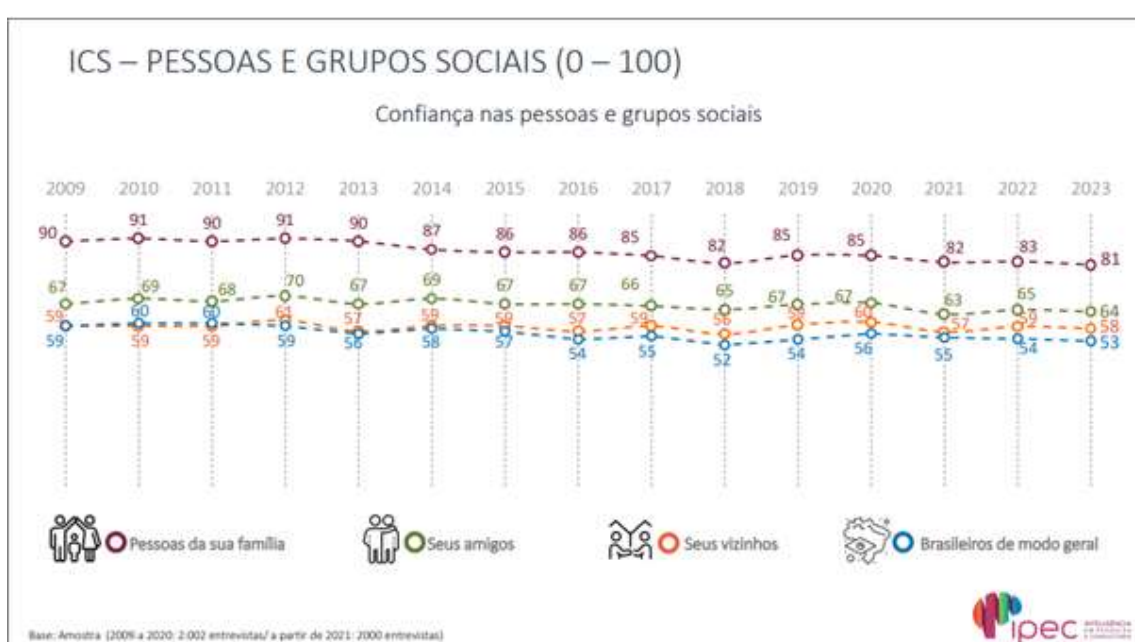
⁹ Disponível em: <https://www.childhood.org.br/nossa-causa/#intro> . Acesso em: 26 dez 2023.

¹⁰ Disponível em: https://www.ipecc-inteligencia.com.br/Repository/Files/2223/230196_ICS_INDICE_CONFIANCA_SOCIAL_2023.pdf . Acesso em: 04 dez. 2023.

aplicação de questionário estruturado por meio de entrevistas face-a-face realizada com população brasileira no período de 1 a 5 de julho de 2023.

Entrevistando um total de 2.000 pessoas no Brasil, com idade igual ou superior a 16 anos, distribuídas em 127 municípios, a pesquisa demonstra esse panorama em que, pese ao declínio entre 2009 e 2023, a confiança na instituição família se mantém acima de 80%, seguida de “amigos” (64%) e “vizinhos” (58):

Gráfico 1 – Índice de Confiança Social 2023 (2009 a 2023)



Fonte: Ipec inteligência em pesquisa e consultoria, 2023

Mas esses sujeitos, inscritos nessas instituições (família, amigos e vizinhos), seriam de fato confiáveis e “acima de qualquer suspeita” quando falamos sobre VSCA?

Os dados relativos a 2022 constantes no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) 2023¹¹ produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam o contrário:

Quando analisamos quem é o **autor do abuso** de acordo com a idade da vítima, alguns padrões chamam a atenção. Dentre as crianças e adolescentes entre 0 e 13 anos de idade vítimas de estupro no ano passado os **principais autores** são **familiares (64,4% dos casos)** e **21,6%** são

¹¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

conhecidos da vítima, mas sem relação de parentesco (Fórum Brasileiro de segurança pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 158).

Outra questão que povoa o imaginário coletivo é a ideia de que a VSCA ocorre exclusivamente em territórios socialmente menos favorecidos.

A pesquisadora britânica Christiane Sanderson (2005), porém, elenca uma série de “mitos x realidade” na introdução de *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia* e desfaz essa crença.

Ela coteja o mito de que “o abuso sexual em crianças ocorre apenas em certas comunidades/culturas/classes” (Sanderson, 2005, p. xv) com a realidade, assim como a Childhood adverte:

O abuso sexual em crianças ocorre em **todas as culturas, comunidades e classes**. O **perigo** dessa crença é o de que, por acreditarmos que o abuso só ocorre em certos tipos de ambiente, **ignoramos a realidade do problema em nossa comunidade e vizinhança**, o que pode levar as pessoas a não acreditarem que **o ASC¹² pode acontecer com qualquer criança** e que todas as crianças correm risco. O ASC não acontece só com os outros (...) ele pode acontecer (...) **em qualquer lugar**. Se quisermos proteger de verdade nossas crianças, precisaremos reconhecer a realidade do ASC, mesmo em nossa comunidade. De outra maneira, seremos atraídos pela **falsa ideia de segurança** de que nossas crianças estão fora de perigo. (Sanderson, 2005, p. xv).

A autora relaciona a forma como a grande mídia publiciza os casos com a dificuldade na conscientização da sociedade em geral sobre como a VSCA ocorre de fato, sinalizando que

Adultos e crianças costumam ter percepções errôneas quanto ao ASC, alimentadas pelos casos de **grande divulgação na mídia** que geram medo e ansiedade incontroláveis e, apesar disso, **não servem para ajudar a proteger crianças**. É crucial separar os fatos da ficção e dissipar os **mitos e estereótipos** do ASC [...] é preciso **aumentar a conscientização** em torno do assunto” (Sanderson, 2005, p. xi).

Dominique Maingueneau (1987[1997]) aponta em *Novas tendências em análise do discurso* a questão da eficácia do discurso (grifo do autor) que estaria atrelada ao poder de suscitar crenças e destaca o texto publicitário como integrativo de tal concepção: “convencer consiste em atestar o que é dito na própria

¹² Em países anglófonos usa-se o termo Child Sexual Abuse (sigla CSA), traduzida para o português como ASC.

enunciação, permitindo a identificação com uma certa determinação do corpo” (Maigneueau, 1987[1997], p. 49).

Essa eficácia pode ter suscitado crenças décadas atrás e produziu uma pressuposição de que a VSCA seria um crime praticado de forma abrupta, ocasional e com requintes de crueldade perpetrado por desconhecidos da criança agredida.

Nosso imaginário coletivo é atravessado pela memória de crimes cruéis expostos na mídia. Particularmente no Brasil há um caso que correspondente praticamente de forma idêntica à que citei. Os fatos estão historicamente situados no início das transmissões televisivas em rede nacional, o que ampliou a difusão de notícias (portanto, de discursos) para além dos círculos de dispersão regionais até onde os conteúdos chegavam anteriormente.

Foi assim que o país soube, em maio de 1973, que a menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo de apenas 8 anos de idade – à época, exatamente a idade que eu tinha – “teve todos os seus direitos humanos violados, foi [drogada], raptada, estuprada e morta por jovens de classe média alta daquela cidade. O crime, apesar de sua natureza hedionda, até hoje está impune”¹³.

Naquele ano, ainda outros dois casos envolvendo rapto de crianças abalariam o Brasil: Carlos Ramires da Costa, 10 anos, em 2 de agosto de 1973 (“caso Carlinhos”, no Rio de Janeiro)¹⁴ e em 11 de setembro, Ana Lúcia Braga de 7 anos em Brasília (caso Ana Lúcia)¹⁵. Esses acontecimentos repercutiam enormemente nas conversas familiares e não era diferente na minha casa.

Durante o jantar, geralmente assistíamos ao noticiário no único aparelho de televisão disponível, provavelmente por isso me lembre da consternação que esses fatos causavam nos adultos com quem eu convivia.

O “Caso Araceli” era acompanhado diariamente pela população indignada com o desenrolar dos fatos noticiados pelos jornais, rádios e telejornais - mídias disponíveis à época dos acontecimentos¹⁶.

¹³ Disponível em: <https://www.facabonito.org/18demaio> e <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2023/05/18/relembre-caso-araceli-crianca-raptada-drogada-estuprada-morta-es.ghtml>. Acesso em: 4 out. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://extra.globo.com/rio/noticia/2023/08/menino-carlinhos-sequestrado-ha-50-anos-e-a-crianca-ha-mais-tempo-desaparecida-no-rio.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2023.

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/09/21/caso-ana-lidia-crime-que-chocou-brasilia-completa-46-anos-cercado-de-misterios-relembre.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/caso-araceli-completa-44-anos-e-misterio-sobre-a-morte-permanece-no-es.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2023.

O crime é recordado por muitas testemunhas desses acontecimentos até nossos dias, e se tornou a motivação para a criação da *Campanha Faça Bonito – proteja nossas crianças e adolescentes* que instituiu em 17 de maio de 2000 o 18 de maio como “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (Lei Federal 9.970/00)¹⁷, em memória da menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo.

Em função das cenas validadas (Rocha, 2022, p. 122) por acontecimentos históricos que fazem parte do imaginário de nossa comunidade há décadas, minha hipótese sobre as percepções gerais ainda hoje do que seria o abuso sexual infantil é que elas foram sendo sedimentadas na comunidade discursiva que produz e sustenta a falsa noção de que esse tipo de crime envolveria criminoso(s) estranho(s) e desconhecido(s) que movido(s) por uma facilidade ocasional, capturaria(m) e violentaria(m) a potencial vítima. E, eventualmente, a raptaria(m) no ponto de ônibus próximo à escola para assassiná-la depois de concretizar o estupro, exatamente como ocorreu com Araceli.

Em 1995, Maingueneau, que acompanha Foucault na noção de discurso, propõe uma **Semântica Global** como “**sistema** que investe o **discurso** na **multiplicidade** de suas **dimensões**” (Maingueneau, 1995[2008], p. 76), abordagem que será particularmente importante para as análises de córpus neste percurso investigativo.

Maingueneau (1995[2008]), no que ele denomina “intertextualidade”, nos adverte que “todo campo discursivo define certa maneira de citar os discursos anteriores do mesmo campo” (Maingueneau, 1995[2008], p. 77). Dessa forma, uma das tarefas primordiais deste trabalho consiste, justamente, em desestabilizar a representação coletiva a partir de um imaginário do que supostamente seria o fenômeno da VSCA, bem distante do que as pesquisas científicas acerca do problema demonstram.

De acordo com Maingueneau (2006[2012]), “falar de ‘comunidade discursiva’ é afirmar que, por um movimento de envolvimento recíproco, a comunidade é cimentada por discursos que são produto dessa mesma comunidade” (Maingueneau, 2006[2012] p. 45), portanto, para analisar textos é sempre necessário

¹⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9970.htm. Acesso em: 19 out. 2023.

e indispensável pensarmos não em partes separadas, mas em um conjunto que envolva a produção e circulação dos textos dentro de um quadro social e histórico.

Nossas práticas discursivas, portanto, guardam uma memória do passado de discursos outros com os quais já tivemos contato, e que, de alguma forma nos aproxima de algo já dito, já vivido e que nos coloca dentro de um mesmo “perímetro” que agruparia sujeitos de formações discursivas afins.

Para prosseguir na jornada, é importante esclarecer alguns dos conceitos fundamentais que norteiam esta pesquisa, começando pela **formação discursiva** (FD).

O conceito de FD foi formulado por M. Foucault (1969[2008]) como “princípio de dispersão e de repartição (...) dos enunciados [em que] o termo **discurso** poderá ser fixado como sendo: o **conjunto de enunciados** que se apoia em um mesmo sistema de formação (...) [como, por exemplo] discurso clínico, discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico.” (Foucault, 1969[2008], p. 122), sendo **enunciado**

a modalidade de **existência própria [de um] conjunto de signos**: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; **modalidade que lhe permite** estar em relação com um domínio de objetos, **prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível**, estar **situado entre outras performances verbais**, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível (Foucault, 1969[2008], p. 121)

Posteriormente, o conceito de formação discursiva foi ampliado por Maingueneau (2008) que formulou a noção de **prática discursiva**, ou seja, “o **encontro** de uma **produção textual** e da **produção de uma comunidade enunciativa**” (Deusdará, Rocha, 2021, p. 185) integrando a **formação discursiva** a partir do pensamento pêcheutiano, que é “o que pode e deve ser dito, a partir de um lugar social” (Mussalim; Bentes, 2000[2021], p.119) – com a **comunidade discursiva**, isto é, com os “**grupos** ou organização de grupos no interior dos quais são **produzidos**, gerados **textos que dependem da formação discursiva**” (Maingueneau, 1997[1987] p. 56).

Expostos pela grande mídia, crimes sexuais contra crianças perpassam memórias cimentadas pela comunidade discursiva e geram debates que incluem até

absurdas especulações sobre a roupa que a criança vitimizada estaria vestindo para ter “provocado” a situação.

No entanto, crimes como o que vitimou Araceli são, percentualmente, a menor parte da totalidade dos (poucos) casos que chegam às autoridades.

De acordo com o já citado Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) 2023, o estupro é o tipo de crime com maior número de registros contra crianças e adolescentes do Brasil:

Em **2022** foram quase **41 mil vítimas** de 0 a 13 anos, das quais quase 7 mil tinham entre 0 e 4 anos; mais de **11 mil, entre 5 e 9 anos**; mais de 22 mil entre 10 e 13 anos e mais. Dentre as **vítimas do sexo feminino**, existe um **pico de casos entre 3 e 4 anos de idade** e, a partir dos 9 anos, o número de casos aumenta e alcança o seu maior valor com vítimas de 13 anos. Dentre as vítimas do **sexo masculino**, apesar de se tratar de menor quantidade de casos, o **pico** se dá aos **4 anos de idade** (Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 190-191).

Em 2022 batemos o recorde histórico de quase 75.000 estupros notificados. Cerca de 76% dos casos denunciados foram cometidos contra pessoas vulneráveis, (de até 14 anos incompletos, enfermas ou com deficiências ou incapacitadas de consentir com a relação por qualquer motivo). O problema, portanto, é imenso e esses quantitativos não expressam nem de longe o volume estimado de casos, em função da subnotificação (estudo preliminar divulgado em 2023 por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima que apenas 8,5% dos estupros no Brasil são reportados às polícias e 4,2% pelos sistemas de informação da saúde)¹⁸

Em vista disso, depreendemos que, ao contrário da crença que habitualmente circula na sociedade, na imensa maioria dos (poucos) casos denunciados às autoridades, **quem agride sexualmente crianças e adolescentes é alguém que mantém vínculos afetivos** com esses sujeitos (**pessoa familiar em mais de 64%** das vezes ou **alguém próximo**, somando **mais de 86% do total**).

Isso significa que esse tipo de violência não vem “de fora”, não é produzido por algum ser monstruoso com uma arma empunhada que surge intempestivamente de trás de um arbusto. O agressor ou a agressora “vive debaixo do mesmo teto ou nos arredores” de quem sofre a agressão.

¹⁸ Disponível em: <https://ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=ec99b26f-c043-487a-9263-5ccf86f8dc0a&highlight=WyJlc3R1cHJvII0=> . Acesso em: 27 dez. 2023.

Pouco menos de 10 entre 100 casos acontece em vias públicas. O ABSP apresenta igualmente um conjunto de informações da maior relevância para a compreensão da subnotificação que caracteriza a VSCA:

Vale destacar que é **comum** que a **criança não tenha** sequer **capacidade de reconhecer o abuso sofrido**, seja pela **falta de conhecimento sobre o tema** ou pelo **vínculo com o agressor**. Isto porque é compreensível que a criança tenha algum sentimento de amor ou mesmo lealdade pelo agressor, já que **em geral o abuso é praticado por pais, padrastos, avôs e outros familiares** (Conte, Simon, 2021)¹⁹. Além disso, o **abusador tende a manipular a criança com ameaças ou subornos**, o que **garante o silêncio da vítima** (ibidem). Por fim, o sentimento de **culpa** ou mesmo **vergonha** costuma estar presente **na criança**, que **acaba por não revelar nada a familiares**. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 156)

Partindo das ideias de Michel Foucault, desenvolvidas principalmente nas décadas de 1960 e 1970, o sociólogo Herbert Rodrigues em *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil* (2017), aponta que, embora o abuso sexual infantil não seja um fenômeno novo, as discussões em torno do tema aumentaram consideravelmente nos últimos anos e a seguir reforça que “na sociedade ocidental contemporânea, o sexo ainda é assunto delicado problemático e cercado de silêncios, tabus e paradoxos (...) quando envolve crianças há forte atitude de reprovação pública” (Rodrigues, 2017, p. 16).

Logo, Rodrigues (2017) prossegue com reflexões que despertaram minha atenção:

O abuso sexual infantil representa um tipo de crime que nossa sociedade abomina em abstrato, tolerando-o na realidade. Aparentemente, **tolera-se o abuso sexual infantil** porque a **falta de denúncia** e o **silêncio** são as **práticas mais adotadas**. E, apesar de a sociedade condenar teoricamente o abuso sexual infantil, a resposta a cada caso **depende** muito mais **de quem está sendo acusado** e **de quem foi abusado**. Em muitas circunstâncias, é mais fácil **negar** o que aconteceu e **culpar a própria vítima** pelo abuso (...) (Rodrigues, 2017, p. 16)

Ainda neste momento de ambientação e reconhecimento do plano de trabalho que organizei, saliento a importância de acompanhar as ponderações de Deusdaré e Rocha (2021) sobre *produção de subjetividade*, *subjetivação* enquanto processo, produzida por **agenciamentos de enunciação** (Guattari; Rolnik, 1986, p. 25;31

¹⁹ Conte, J.R., Simon, J. (2022). Sexual Abuse of Children. In: Geffner, R., White, J.W., Hamberger, L.K., Rosenbaum, A., Vaughan-Eden, V., Vieth, V.I. (eds) *Handbook of Interpersonal Violence and Abuse Across the Lifespan*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-89999-2_100

apud Deusdará; Rocha, 2021, p. 250) que “ultrapassa enormemente o campo da linguagem e da consciência” indo de encontro à abordagem representacional defendida por cujo entendimento de subjetividade aproxima-se de um produto, uma identidade imobilizada pela “permanência da consciência” e pelo “*status* linguístico” do que regularmente se denomina sujeito (Benveniste, 1958[1976] p. 286 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 251).

A proposta desta pesquisa e de *Não me toca, seu boboca!* alinha-se com uma “perspectiva discursiva com uma ética de intervenção no social [em que] a linguagem desempenhará um papel de intervenção-construção [de um] real” cuja concepção não seria “meramente anterior e exterior aos discursos.” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 220).

Nesse sentido, como ensina Rocha (2014), opto por

(...) trabalhar numa **perspectiva enunciativa**, assumindo um compromisso com a alteridade, com o heterogêneo, [que] contribui no sentido de **fazer implodirem as visões totalizantes sobre o real**, possibilitando **repensar** os grandes **estereótipos** com os quais convivemos; contribui também no sentido de **desnaturalizar** o que pode efetivamente ser apreendido como efeito discursivo, em posição plenamente compatível com uma **visão performativa da linguagem** (Rocha, 2014, p. 629).

Para implodir visões totalizantes sobre o real, repensar estereótipos e desnaturalizar as ideias que circulam mais comumente na comunidade discursiva, precisamos iluminar o problema, tirá-lo da invisibilidade e do silenciamento e olhá-lo de frente, apesar da repugnância que o assunto causa.

Assim como o bolor, que desde o estágio inicial precisa de um habitat escuro, úmido e pouco ventilado para se instalar e evoluir até se transformar em mofo (inclusive em sua forma letal), os meios mais favoráveis para a VSCA se instalar e se perpetuar também são a escuridão, as sombras, os espaços fechados por grossas paredes e pesadas cortinas que ocultam o segredo: um lugar de desterro silenciado, isolado de olhos e ouvidos que poderiam denunciá-la. Na maioria dos casos (conhecidos) esse é o *topos* onde se materializa a agressão. Um crime sem CEP e sem rótulo na testa de quem o pratica, nem carimbo que evidencie quem será alvo da violência.

Para se manter estável por longo tempo, essa violência precisa se sustentar por um conjunto de coerções praticadas pela(s) pessoa(s) agressora(s) (silenciamento por ameaças, culpabilização da criança, chantagens).

Haveria, portanto, “pouca ventilação” (ou seja, uma estabilização) da massa de textos que circulam na comunidade discursiva que favoreceriam a manutenção dos mitos e das crenças em torno do problema e dificultariam a desestabilização do diagrama de forças hegemônicas adultocêntricas, ou seja, aquelas que impõem a noção do mundo dos adultos como ponto de referência para crianças e adolescentes (Duarte Quapper, 2012, p. 120)?

Que massa de textos poderiam alterar os pressupostos enganosos por parte da sociedade em geral? Sobre quais referenciais teórico-metodológicos me apoiaria nesta pesquisa para dar conta da tarefa sem fazê-la “de modo prescritivo, por regras já prontas e com objetivos pré-determinados” (Passos; Barros, 2009, p. 17)?

Considerando-se as informações elencadas, como eu poderia alinhar as diversas facetas que tangenciam a questão, em busca de uma transformação da “realidade (...) sob a égide do cuidado?” (Passos; Eirado, 2009, p. 110).

Como alcançaria esse imprescindível cuidado – cuidado no sentido de acompanhamento dos “processos de gênese da realidade de si e do mundo, na direção de uma abertura do coeficiente comunicacional dos sujeitos e dos grupos, o que Guattari (2004) designou de transversalidade” (*Pista 6*, Passos; Eirado, 2009, p. 110) – gerando conhecimento de interesse (*inter-esse*) em curto prazo de tempo (o exíguo tempo de um mestrado e da escrita/leitura de uma dissertação)?

Momento de pausa para checar a bússola, apurar os sentidos, considerar as possibilidades das múltiplas entradas deste mapa aberto, “*produzir inconsciente* e, com ele, novos enunciados, outros desejos” (Deleuze; Guattari, 1980[1995], p. 38).

1.2 Análise Cartográfica do Discurso (AnaCarDis): um dispositivo teórico-metodológico que dá ênfase a territórios de afinidades e intercessões

Para alcançar o objetivo de me aprofundar na complexidade da dinâmica interacional *abusador–potencial vítima* e levantar hipóteses sobre a potência das interlocuções, experiências e vivências de crianças que encontram nas narrativas literárias discursos capazes de promover a prevenção e/ou o acolhimento necessário para estimular a revelação da violência vivida, assumirei o livro *Não me toca, seu boboca!* – e seu processo de quase 8 anos de escrita e reescrita (e os

períodos anteriores e posteriores à publicação) – como objeto da pesquisa, como parte do corpus a ser analisado em sua materialidade e como dispositivo de intervenção.

Compete-me esclarecer que a noção de “dispositivo” mencionado apoia-se na sistematização da ideia de dispositivo da filosofia foucaultiana que o filósofo italiano Giorgio Agamben (2005) propõe: dispositivos funcionam pela produção de cisões no mundo e têm “de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos (Agamben, 2005, p. 13)”, instaurando, assim, processos de subjetivação – e dessubjetivação – em proveito da governabilidade dos corpos.

Compartilhar com a coletividade o que venho aprendendo e experienciando ininterruptamente desde que abri os olhos e o coração para a causa da prevenção e enfrentamento da VSCA é o que me move.

Esse é o espírito deste percurso investigativo, que encontrou uma morada acolhedora no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na área de Estudos de Língua com o grupo que pesquisa Práticas de linguagem em contextos variados: enunciação, discurso e interação.

Em benfazejo território, pôde construir seu ninho, não em árvore, mas, como as corujas-buraqueiras, em gramado-rizoma, onde as possibilidades de conexões são infinitas e qualquer gesto é capaz de promover intervenções e olhares inaugurais e transversais.

Como construí este ninho/pesquisa-intervenção? Inicialmente, buscando alcançar as “conceituações de discurso pensadas a partir da indissociabilidade entre linguagem/sujeito/mundo” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 46), mas também - seguindo as orientações de trabalho desses autores - perseguindo as instâncias da prática científica (não comprometida apenas com a descrição das formas instituídas em detrimento das forças instituintes) e com a materialidade, adotando uma “abordagem discursiva que acolha diferentes materialidades (verbal, pictórica, cinética, etc.)” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 117) e, finalmente, com os pressupostos da Análise Cartográfica do Discurso, recente e “provisoriamente” organizada em livro publicado sob mesmo título pelos (meus) professores Bruno Deusdará e Décio Rocha (2021), acrescido do sugestivo subtítulo “temas em construção”, cuja sigla é, de acordo com os autores, “AnaCarDis”.

Trata-se de um dispositivo teórico-metodológico ideal para desenvolver este trabalho, por diversos motivos que exponho a seguir.

A AnaCarDis tanto abraça a perspectiva de um paradigma ético-estético-político – que vai ao encontro da proposta deste trabalho e de *Não me toca, seu boboca!* – quanto incorpora conceitos organizados no já citado *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*, abrindo “horizontes de, tal como idealizada por G. Deleuze e F. Guattari, trocas com campos de saber variados, sob o viés de uma filosofia da diferença” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 14).

Nesse sentido, caminhar de mãos dadas com os professores-autores com quem tive a oportunidade de estudar “pessoalmente” (mesmo que de forma remota pelas contingências do distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19) partindo de suas reflexões sem “intermediários”, por assim dizer, reputo como grande fortuna. Testemunhar nesse grupo docente a coerência entre o que se diz (e se escreve) e o que se faz, expresso por meio de gestos em nossa convivência em sala de aula (remota) e encontros extraclasse presenciais, contribuiu decisivamente para promover minha própria adesão aos pressupostos da AnaCarDis. Coerência entre o dizer e o fazer é condição imprescindível para me estimular a construir alianças.

Diante de um desafio de grande envergadura como foi/é/será esta pesquisa “num tempo-espço de devires”, encontrar um território de debate que, ao mesmo tempo, fosse capaz de se expandir em diferentes direções quando necessário e se contrair para acolher inseguranças e temores quando demandado, foi equivalente a ficar na parte mais favorável da roda da fortuna.

A VSCA, como já mencionei, é um problema de alta complexidade, que exige a articulação de diversos saberes/atores/estratégias. Pesquisá-lo, como proposto pela AnaCarDis, sob uma perspectiva de alianças conceituais sem o engessamento de fronteiras disciplinares e epistemológicas estáticas, é, sem dúvida, um trunfo.

Logo na apresentação do *Análise cartográfica do discurso* (2021), os professores-autores se alinham com a “indissociabilidade entre teoria e prática como prática teórica e teorização que supõe um modo de estar no mundo” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 16), o que trouxe uma sensação de hospitalidade que me impulsionou a seguir investindo nesta pesquisa, por maiores que tenham sido as dificuldades enfrentadas (e foram muitas, de fato).

Enunciados como “renovar o questionamento do impossível divórcio entre teoria e prática em qualquer investimento científico (...) aproximando-nos de trajetórias relevantes no campo das ciências sociais, da filosofia da diferença, da psicologia social” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 15); “investimento em um duplo movimento: interrogar os limites de tudo o que reivindica o rótulo ‘análise do discurso’ e, de outro, (...) afirmar alianças especialmente em direção a uma filosofia da diferença e a uma perspectiva cartográfica de investigação” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 16) que estão presentes na gênese da AnaCarDis, também estão na gênese deste percurso investigativo.

Deusdará e Rocha (2021) destacam que as bases da AnaCarDis, tão favoráveis à concretização deste trabalho, estão presentes desde os primórdios da AD: os modos de colocar questões permanecem atuais; o trabalho sobre a materialidade, a constituição de um **quadro teórico de vocação interdisciplinar, a resistência às fronteiras disciplinares no tratamento de domínios da linguagem, do social e do sujeito** (idem, p.17).

Alguns dos princípios que a norteiam, sobretudo que “a dimensão do coletivo não se reparte à dicotomia individual/social [e que] a linguagem se constitui como plano de produção indissociável da dimensão institucional e subjetiva das práticas” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 16), dialogam intensamente com o que ensejou esta pesquisa e apontam em direção à escolha da Linguística – especialmente a Análise do Discurso - como campo de estudo e, especificamente, naquele núcleo de orientação.

Para desenvolver esta investigação, precisei procurar alianças e aliados com “inconscientes que protestam” como diz Deleuze em relação a ele mesmo e a Guattari em entrevista concedida em março de 1972 (Guattari; Rolnik, 1986[1996], p. 11) citada por Suely Rolnik na apresentação de *Micropolítica: cartografias do desejo*, escrito por ela e Guattari, e, segundo ela, por muitas mãos também.

Pergunta-se (e pergunta-nos) a autora:

Que misterioso protesto seria esse (o do inconsciente) que nada tem a ver – em todo caso, não diretamente – com o protesto das consciências e de seus interesses ou com aquela que se expressa em manifestações como as de uma campanha eleitoral? Se situarmos o inconsciente na maneira de se orientar e de se organizar no mundo – as cartografias que o desejo vai traçando, diferentes micropolíticas, que correspondem a diferentes modos de inserção social – desfaz-se o mistério: motivos de sobra justificam tal protesto. (Guattari; Rolnik, 1986[1996], p. 11)

Suely Rolnik viajou pelo Brasil com Félix Guattari em 1982 em busca “da possibilidade de encontro com os indivíduos e grupos que, institucionalizados ou não, constituíam, naquele momento, **subjetividades dissidentes**” (Guattari; Rolnik, 1986[1996], p. 11). São essas as outras mãos que também teriam escrito o livro, “as que foram surgindo dos encontros que vivemos durante a viagem”, diz a autora (Guattari; Rolnik, 1986[1996], p. 14).

Como resultado do registro desses encontros nasceu *Micropolítica*, que não é apenas uma seleção de possíveis registros desencarnados de trechos transcritos de gravações, mas que, graças à escolha de Rolnik na escrita, traz um aspecto do Guattari “apaixonado pelas aventuras individuais e coletivas” (Guattari; Rolnik, 1986[1996], p. 13).

Ainda na apresentação dessa obra, Rolnik cita outra entrevista concedida por Guattari em 1985, em que ele diz que se sente como alguém que capta “ondas portadoras, fazendo surf na articulação de toda espécie de vetores de inteligência coletiva” (Guattari; Rolnik, 1986[1996], p. 13).

Sinto-me confortável nesse território de inconscientes que protestam diante de crises do cotidiano e da inteligência coletiva que inventa outros mundos se afirmando em **subjetividades dissidentes** e investindo em linhas de fuga do sistema que padroniza o desejo. Ousar criar territórios singulares, correndo o risco de sermos marginalizados sim, mas constatando que a cada vez que nos distanciamos do sistema de desejos em série, a raiz desse sistema sofre um golpe e fortalece em nós “a vontade de afirmar, na fala ou não, a singularidade de nossa experiência” (Guattari; Rolnik, 1986[1996], p. 12).

Essas percepções parecem ter-me atravessado desde a infância, me reconheço nelas nitidamente.

Diz-nos Rolnik (1986[1996], p. 13) que o único jeito de ler *Micropolítica*: cartografias do desejo é “**compartilhando**”. E que os elementos que compõem a cartografia delineada por ela e Guattari, conectados a outras experiências, podem (ou não) **gerar outras tantas cartografias**.

A direção do meu desejo é exatamente contribuir com minhas experiências e, conectando-me coletivamente com essas experiências, gerar outras cartografias.

É atender ao desejo de Deleuze e Guattari em encontrar aliados, quando o primeiro afirma na entrevista de 1972:

Dirigimo-nos aos **inconscientes que protestam**. Procuramos aliados. Precisamos de aliados. E **temos a impressão de que esses aliados já existem**, de que não esperaram por nós, de que há muita gente que está farta, que pensa, sente e trabalha em direções análogas: nada a ver com moda, mas com um ‘ar do tempo’ mais profundo, no qual se fazem investigações convergentes em domínios muito diversos”. (Deleuze, 1990[1992], p. 34)

Tenho a impressão de que por toda a minha vida eu estava nesse lugar, mas não sabia que tinha aliados e muito menos por onde eles caminhavam. Eu já existia em 1972 e, como criança, me sentia muito só tentando compreender o que deveria fazer e não fazer para “ser aceita” no mundo.

Em 2020, por ocasião do lançamento do documentário *Um crime entre nós*²⁰, Luciana Temer, diretora presidente do Instituto Liberta²¹, declarou em entrevista ao jornal El País: “Se a gente tivesse o mesmo olhar que temos sobre o coronavírus para a **violência sexual infantil**, estaríamos falando também em termos de **epidemia**, de uma crise de saúde e segurança pública”.

Parte das mensagens de familiares e profissionais dedicados à infância que relatam que, a partir da leitura, alguma criança de sua convivência conseguiu “achar que tinha algo errado” e se esquivou de um potencial abuso e/ou pôde revelar o abuso em curso, dizem: “seu livro é como uma **vacina**”. Trazendo a ideia de um sobredestinatário (Bakhtin, 1979), também fui percebendo ao longo dos anos que a narrativa de NMTSB acolhe pessoas adultas que já vivenciaram essa violência em suas infâncias e projeta a prevenção da VSCA para futura/os leitora/es.

Considerando que a VSCA é uma espécie de epidemia e se *Não me toca, seu boboca!* vem atuando como “vacina (discursiva)”, penso que é adequado trazer para esta pesquisa questões que envolvem os próximos passos no mapa: como essa “vacina” foi criada e desenvolvida (a gênese do livro e suas tantas alterações até a publicação)? Como testei sua eficácia na fase “laboratorial” (interlocuções com profissionais de diversas áreas que contribuíram com observações técnicas durante a escrita/ilustração do livro) e na “pilotagem” (primeiros eventos com o livro já publicado)?

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fV1RmtYXsKU> . Acesso em: 23 out. 2023.

²¹ O Instituto Liberta é uma organização social que trabalha pelo fim de todas as violências sexuais contra crianças e adolescentes por meio da comunicação e conscientização. Disponível em: <https://liberta.org.br/> . Acesso em: 23 out. 2023.

Como nos vestiremos e quais calçados usaremos para atravessar a trilha, sem desistir no meio do caminho?

Para prosseguir na trilha e antes de cartografar o processo de construção de *Não me toca, seu boboca!* e seus desdobramentos após a publicação, preciso falar sobre inquietações que, desconfio, sempre me habitaram e me agencia(ra)m às buscas empreendidas por tantos outros aliados que, desde há muito, estão no caminho.

2 AS TIRANIAS DA INTIMIDADE E A CONFUSÃO DE LÍNGUAS ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS: A LÍNGUA MENOR

Por entender que há uma profusão de textos publicados que abordam historicamente o conceito de evolução social da infância, não vou repetir a cronologia desse processo. Prefiro partir do século XIX em função das grandes transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes da emergência da era industrial capitalista que modificará paulatinamente a noção de infância, em que “a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” (Rizzini, 2008, p. 23 *apud* Rodrigues, 2017, p. 48-49).

É no contexto do esvaziamento da vida pública em face a tais mudanças que as “tirantias da intimidade” ascendem (Sibilia, 2004 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 256), e é nesse ponto de inflexão que o *topos* do lar começa a receber um contorno favorável à emergência das formas atuais da VSCA, em função de como as relações de poder vão proliferar nesse dispositivo, dispositivo no sentido que lhe dá Foucault:

(...) um **conjunto** decididamente **heterogêneo** que **engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas**, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, **o dito e o não dito** são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a **rede** que se pode estabelecer **entre esses elementos**. (Foucault, 1976[1979], p. 244).

É precisamente no século XIX, que o filólogo francês fundador da semântica moderna Michel Bréal “anuncia a dimensão ilocucionária dos atos de fala” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 258). Essa dimensão é apresentada como **o lado subjetivo da linguagem** (grifo do autor, Bréal, 1897, p. 254 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 258).

Bréal (1897) destaca que elementos como “o **tom de voz**, o **aspecto da fisionomia**, a **atitude do corpo**” servem para exprimir vontades, ultrapassando aquilo que consegue ficar registrado na escrita. O autor ressalta que tais elementos não seriam menos essenciais na linguagem e nos alerta para a origem da organização da linguagem humana:

A **fala** não foi feita para a descrição, para o relato, para as considerações desinteressadas. Expressar um desejo, **dar uma ordem, indicar posse sobre pessoas ou coisas** – esses **empregos** foram os **primeiros**. **Para muitos, eles ainda são praticamente os únicos...** (Bréal, 1897, p. 264-265 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 258)

A **fala que dá ordens e indica posse sobre pessoas e coisas** me leva imediatamente ao trabalho de outra aliada que esteve e está presente em vários momentos deste percurso: a psicóloga, psicanalista e pesquisadora argentina Susana Toporosi.

Toporosi aporta suas reflexões (e as reflexões de seus aliados) no livro *Em carne viva: abuso sexual de crianças e adolescentes* (Toporosi, 2018[2022]).

Na introdução da obra, ela proclama: “este livro foi escrito a partir da **indignação** e da **esperança**” (Toporosi, 2018[2022], p. 19), que, sem tirar nem pôr, constitui a mesma origem da escrita de *Não me toca, seu boboca!* e desta pesquisa.

A indignação da psicanalista se transforma em posicionamento político quando, a seguir, apresenta seu livro como uma

denúncia da **forma brutal** como em sua **maioria homens** criados em nossa **sociedade capitalista e patriarcal invadem** com sua **sexualidade**, utilizada como **exercício dominante de poder**, o corpo, a psique e as emoções de meninas, meninos e adolescentes, provocando para sempre a alteração da sua experiência sexual, com outros efeitos persistentes e arrasadores em toda a sua vida emocional. (Toporosi, 2018[2022], p. 19).

A sua experiência clínica e seus anos de pesquisas na Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (UBA) trazem elementos de grande importância para mapear o tecer da teia das tiranias da intimidade, onde as violências domésticas se fundem e se fundam.

Toporosi corrobora a conceituação de VSCA do Ministério da Saúde já citada nas considerações iniciais, quando ressalta que

o **ambiente** em que o abuso ocorre com maior prevalência é a **família**, e os **perpetradores** são, em sua **maioria, homens** adultos, (...) em um **contexto familiar de denegação**, no qual, por diversas razões, **outros adultos não veem**, ou **não detectam**, ou **não conseguem pensar** a respeito; e em um **quadro social que exerce sua própria cumplicidade** marcada por **estigmas patriarcais** que **negam os abusos de poder** por parte de **homens adultos**(...) (Toporosi, 2018[2022], p. 20-21).
Nesse sentido, um ponto fundamental a se ressaltar é que esse crime constitui uma situação traumatogênica em que habitualmente **não há testemunhas**, e que se dá na **esfera interna da família e da casa**, territórios que durante muitos anos foram considerados privados (...) é necessário enquadrar o **abuso sexual de crianças** e adolescentes nesse quadro de **relações de dominação** (Toporosi, 2018[2022], p. 24).

Quantas vezes já ouvimos “criança mente, inventa, tem imaginação fértil”?

Voltando à obra de Christiane Sanderson (2005[2008], p. xxii), destaco dois dos mitos que circulam na comunidade discursiva e que ela coteja com a realidade:

- (i) Mito: as **crianças têm imaginação fértil e fantasiam** muitas coisas, incluindo o abuso sexual. Realidade: apesar de as crianças realmente terem imaginação fértil e serem capazes de fantasiar muitas coisas, não significa que fantasiam o abuso sexual. A maioria das crianças não possui conhecimento nem percepção sexuais suficientes para ter o que são, em essência, fantasias sexuais adultas. A consequência dessa **concepção errônea** faz com que as **pessoas não acreditem na criança**, ignorando, portanto, a realidade do abuso sexual. Essas crenças também servem para deslocar a responsabilidade do abuso sexual do abusador para a criança;
- (ii) Mito: **crianças mentem** sobre abuso sexual. Realidade: a verdade é que as crianças não têm percepção nem conhecimento sexuais suficientes para mentir sobre o abuso sexual. Além disso, não está claro por que crianças pequenas queriam mentir sobre o abuso sexual (...) as crianças até podem ter conhecimento sobre atos sexuais ao ver uma atividade sexual adulta, mas elas não podem obter informações sobre o sabor, a textura e o cheiro do sêmen sem ter alguma experiência real sobre isso. A **consequência** dessas crenças é que **não se acredita na criança e não se percebe a própria denúncia** que ela faz. (Sanderson, 2005, p.xxii)

É recorrente, na comunidade discursiva que (re)produz práticas discursivas adultocêntricas, nesse quadro de relações de dominação que a criança seja silenciada e desacreditada, enquanto o adulto, principalmente se for da família ou “como se fosse da família” (vizinhos e amigos próximos), deteria “o saber e a verdade”. O mundo dos adultos que enuncia em língua maior, é “incontestável”.

A socióloga e diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Samira Bueno, em artigo de 2020 intitulado *Estupro não é sobre desejo, é sobre poder* aborda a questão do desmentido e da dificuldade da legitimação do relato da criança que tenha sofrido VSCA, destacando ainda que é quase impossível reunir provas materiais do crime:

O problema só vira caso de polícia quando a mãe, ou muitas vezes a professora, percebe as mudanças de comportamento da criança, que fica apática, tem queda do rendimento escolar e problemas para dormir. **Reunir provas**, no entanto, **é muito difícil**. O **agressor é conhecido da vítima** em 84,1% dos casos, por vezes o próprio **pai ou padrasto, tios, primos, vizinhos** que dificilmente deixam rastros como material genético que os identifique. Invariavelmente o que se tem é a **palavra da criança versus a palavra do adulto agressor**, que nega veementemente. (Bueno, 2020).

As histórias que acontecem dentro dos ambientes domésticos, as tiranias da intimidade a que as crianças são submetidas não estão relatadas na história oficial, não estão “nas ‘grandes’ literaturas [por isso] o caso individual torna-se, então, tanto mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, quanto toda uma outra história se agite nela” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 36).

Espero que o relato do meu caso individual – que não é o relato de um estupro, mas sim de como um modo violento de relacionamento intrafamiliar afeta a sociedade e impacta na naturalização de diversas violências contra a criança – tome um valor coletivo e sirva para dar a essas percepções uma dimensão política.

2.1 Andrea (mas poderia ter sido Márcia, Lúcia, Patrícia ou mesmo Sandra) na Terra do Antes

Suely Rolnik confessa no prefácio da nova edição de *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo* (Rolnik, 2006[2016]) “ter ficado um tanto reticente” (Rolnik, 2006[2016], p. 11) quando recebeu a proposta de reeditar a obra, se questionando sobre qual seria a validade de voltar a circular as ideias acerca de micropolítica que havia começado a elaborar na década de 1970.

A psicanalista se pergunta por qual motivo titubeou para aceitar a proposta: “um constrangimento diante de ideias elaboradas em outros tempos, ou a suposição de que as mesmas teriam perdido atualidade” (Rolnik, 2006[2016], p. 11), conclui.

Falar publicamente, melhor dizendo, dar testemunho público sobre o que nos move ou constrange é um desafio maior do que pode parecer à primeira vista.

Suely Rolnik é referência constante neste trabalho para mim, pessoalmente, e também para um grupo imenso de escritores e pesquisadores que se aliam em torno de suas ideias. É realmente acolhedor encontrar essa dúvida em seus escritos; sinto-me encorajada por sua atitude generosa e coerente.

Então tomo fôlego e prossigo, porque serei obrigada a olhar pelo retrovisor e me deparar com situações constrangedoras do passado. Vou de mãos dadas com minha “aliada”, que não sabe da minha existência pessoal, mas com quem compartilho um sem-fim de afinidades.

Por muito que tenha sido questionada acerca das motivações que me impeliram a empreender este percurso investigativo, inúmeras vezes eu perguntei a mim mesma o que teria me trazido até aqui. Levantei incontáveis hipóteses, todas válidas, reais, verdadeiras, genuínas e honestas.

Não posso, ou melhor, não devo esconder nem me envergonhar do que relatarei adiante, apesar de ter consciência da exposição que representa dar publicidade a fatos tão pessoais e íntimos. Mas se não brotasse extirpado das vísceras, este trabalho não faria sentido algum nem justificaria sua existência.

Reconheço que, talvez, esta pesquisa fosse inviabilizada se eu tentasse escrever o texto de outro lugar que não fosse o de olhar por esse retrovisor para mapear meus próprios passos, a construção de subjetividades que foram me constituindo e me constituem provisoriamente dia após dia, as experiências vividas antes e durante os meses de dedicação a este trabalho (e antes e depois da publicação de *Não me toca, seu boboca!*) e os atravessamentos que me habitam a partir desses aprendizados.

Contudo, não devo perder de vista o que a Análise Institucional sinaliza acerca das implicações, isto é, que a pesquisa não parte da vontade consciente ou intenção de um indivíduo, distanciado da experiência coletiva em que tudo e todos estamos imersos, antes pelo contrário, tais implicações dizem respeito a forças inconscientes (inconsciente institucional) e as formas instituídas a partir dessas forças:

Todo conhecimento se produz em um campo de implicações cruzadas, estando necessariamente determinado neste jogo de forças: valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças, etc.
A intervenção como método indica o trabalho da análise das implicações coletivas, sempre locais e concretas. (Passos; Barros, 2009, p. 19)

Trabalhar em uma perspectiva arqueológica me levou a procurar muitas vezes, minhas próprias implicações nesta pesquisa.

E, em cada um dos mergulhos nos motivos que me impeliram a empreender esta caminhada, novos desdobramentos surgiam, como *matrioskas* que, a cada repetição daquela questão primordial, emergisse uma nova miniatura, me levando à origem do fato mais remoto que minha memória alcançava, um evento ocorrido em minha já distante infância.

Por isso vou em busca da criança de quatro anos que fui (e que, obviamente, viveu em mim pelo resto da infância, viveu na adolescência e na juventude e permanece em minha adultez) para que ela possa **testemunhar** o que viveu.

Encontro uma menina muito magra, de cabelos castanhos ondulados e olhos verdes perscrutadores sentada à mesa, desconfortavelmente acomodada em uma cadeira desproporcional ao tamanho dela.

Sinto que é a partir desse ponto e dessa perspectiva que dou o real início a esta jornada, ou, ao menos, esse é o lugar mais longínquo que consigo divisar.

O cenário é a sala de jantar de paredes sem quadros do apartamento de dois dormitórios, decorado modestamente com móveis típicos da Buenos Aires (mas poderia ter sido São Paulo ou Porto Alegre) da década de 1960.

Sinto que iluminar essa sala e os fatos de que darei testemunho público a seguir tiram essa experiência confinada ao âmbito privado-pessoal e a colocam com um megafone na praça do bairro em plena manhã de um domingo ensolarado: na sua casa também acontecia assim? Não é só na minha, não?

Se é que “tudo é ordenado de tal forma que só o público apareça como fato relevante (...) e o privado está por definição condenado ao esquecimento e ao anonimato” (Restrepo 1994[1998], p. 11 *apud* Acosta 2019, p. 25), convoco todas vocês, crianças de todas as idades dessa praça e de todas as praças de todas as cidades e de todos os países a tirarem também suas salas de jantar com suas violências – mais ou menos sutis, mais ou menos explícitas – da invisibilidade e do silenciamento! Vou puxar com todas as minhas forças a grossa correia que machuca minhas mãos e suspender a pesada persiana de rolo que cobre a janela e oculta o que se passa na mesa de jantar. Venham comigo ver o que acontece:

O pai ocupa a cabeceira da mesa. A mãe está sentada na cadeira pé palito ao lado da menina para ajudar, eventualmente, a cortar a carne em pequenos pedaços.

O pai, em algum momento entre a primeira garfada e o acendimento do cigarro que encerra sua refeição, ordena à menina que vá buscar um copo d’água para ele na cozinha. A menina olha para o pai, localiza a porta da cozinha atrás dele, localiza sua própria posição na outra ponta da mesa e indaga:

— Por que você não se levanta e pega?

Uma fúria incandescente é expelida da boca do genitor, que, aos gritos, decreta que naquela casa **quem manda é ele**, que só se come graças a ele, porque é quem traz o dinheiro da comida e do aluguel e de tudo que se usa e se consome

dentro daquela casa, que as **relações nessa família são verticais** e que **não admite** qualquer **contestação** a qualquer **ordem** sua, porque, naquela família, **ele determina e o resto obedece**.

A criança, tomada de pavor, sai correndo para seu quarto, se joga na cama aos prantos, inundada por sentimentos que não sabe nomear. A mãe entra no quarto em seguida, procura – e não consegue – consolar a menina, que só repete, entre soluços convulsivos, que não sabe o que fez de errado, que **ela só tinha feito uma pergunta**.

A **mãe** esforça-se para **justificar** e **desculpabilizar** a irrupção violenta do “provedor-marido-pai”, no genuíno intuito de **amenizar** o profundo desamparo da criança.

Embora tenha por hábito agachar-se para falar com a filha, posicionando-se na mesma altura para falar olho-no-olho, procurando colocar-se no lugar da criança, evitando constrangê-la em função de supostas diferenças hierárquicas, respondendo a todas as solicitações da menina com esclarecimentos que passam longe do autoritarismo do “sim” ou do “não”, a mãe fracassa visivelmente.

O que não se vê com nitidez é quão desconcertada a menina permanece, atravessada por aquela virulência verbal, para ela incompreensível, que ecoará por anos em suas escolhas, em sua forma de estar no mundo.

Desolada, constata que a hostilidade que captava no (l)ar havia se materializado em palavras.

Encontro nesse episódio vivido em minha infância, ressonâncias com a fala da bebê-protagonista de *Sandra na Terra do Antes*, livro infantil de viés filosófico escrito na década de 1980 que trazia a voz dessa personagem-criança expressando seus desejos e pensamentos.

A personagem em questão revela aos seus amigos, os animais do jardim, algo que poderia ter sido dito pela criança-Andrea: “A única língua que eu não consigo entender é a língua daquela gente grande que toma conta de mim” (Wolff, 1980, p. 19).

Reflito permanentemente sobre a imensa responsabilidade que pessoas adultas têm na trajetória emocional das crianças sob seus cuidados, algo que vai para muito além da puericultura, principalmente na Primeira Infância, que corresponde ao intervalo que compreende desde o nascimento até que a criança complete seis anos de idade.

Esse período “é a janela em que experiências, descobertas e afeto são levados para o resto da vida” (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020).

De acordo com o filósofo holandês Baruch Espinosa (1632-1677 *apud* Chauí, 2000),

somos **seres** naturalmente **passionais**, porque **sofremos a ação de causas exteriores a nós**. Em outras palavras, ser passional é ser passivo, deixando-se dominar e conduzir por **forças exteriores** ao nosso corpo e à nossa alma. Ora, por natureza, **vivemos rodeados por outros seres, mais fortes do que nós, que agem sobre nós**. Por isso, as paixões não são boas nem más: são naturais. Três são as paixões originais: alegria, tristeza e desejo [...] da tristeza surgem o ódio, a inveja, o orgulho, o arrependimento, a modéstia, o medo, o desespero, o pudor. **Uma paixão triste é aquela que diminui a capacidade de ser e agir de nosso corpo e de nossa alma**. [...] As paixões e os desejos tristes **nos enfraquecem e nos tornam cada vez mais passivos**. [...] Uma paixão alegre aumenta a capacidade de existir e agir de nosso corpo e de nossa alma. [...] **As paixões e os desejos alegres nos fortalecem e nos preparam para passar da passividade à atividade**. (Espinosa, s.a. *apud* Chauí, 2000, p. 449-450).

Naquele encontro de corpos, uma fenda havia sido aberta na alma da menina pelo veneno inoculado pelas palavras que, embora proferidas em idioma que conhecia, lhe resultavam incompreensíveis. Através da ferida, uma afluência de paixão triste afetara e infectara com (relativo) sucesso a vida da criança que há pouco chegara ao mundo.

É muito embaraçoso estender esse cobertor de mágoas puído pelo tempo, mas que resiste em algum recôndito do meu ser e, eventualmente, em momentos de maiores desafios emocionais e físicos (neste percurso de escrita, por exemplo), tenta ainda hoje me adoecer com seus fungos patogênicos.

Busco aliados que possam me alentar e me amparar na travessia que se atualiza cada vez que é revisitada.

Encontro o dr. Janusz Korczak. Estamos em 1929. O pediatra, pedagogo e escritor polonês me abraça e abraça todas as crianças ao escrever *O direito da criança ao respeito* (Korczak, 1929[1986]).

Leio (ouço?) suas palavras e nelas reconheço muito do que me agencia com a escrita literária respeitosa que busco criar para as crianças de todas as idades que me leem:

A **criança** (...) é como um **estrangeiro** numa cidade desconhecida, que **não entende a língua**, não sabe a mão das ruas, nem as leis, nem os hábitos.

Às vezes quer virar-se sozinho; ao encontrar dificuldades, pede informação e conselho. Precisa de um guia que responda educadamente às suas perguntas.

Um aventureiro, um mal-intencionado, um amigo da onça explorarão o desconhecimento do visitante estrangeiro, lhe darão uma resposta incompreensível, de propósito o induzirão em erro. O **homem grosseiro resmungará agressivamente**. Nós, da mesma forma, **machucamos** a criança com as nossas repreensões, censuras e castigos, em vez de lhe dar amavelmente as informações que precisa. (Korczak, 1929[1986]), p. 87)

Não sofri castigos físicos na infância, não fui fisicamente estuprada. Em compensação, para cuidar das cicatrizes produzidas pelas repetidas violências discursivas enfrentadas, para fortalecer minha potência de existir e me habilitar a agir impulsionada por minhas próprias paixões alegres, fez-se necessário investir em muito trabalho terapêutico e psicanalítico nas décadas seguintes.

Esta pesquisa, certamente, também é fruto dessa história e de todas as histórias que ela simboliza e carrega em seu bojo, em sua dimensão política e coletiva.

Possivelmente seja uma resposta ao desamparo que aquela (esta) menina sentiu por não entender o que havia feito de errado e assumir uma culpa que não lhe cabia, assim como tantas outras crianças sentiram (e ainda sentem) ao serem submetidas às vozes de autoridade que as dominam, constroem e silenciam. E que, eventualmente, as estupram.

Quantas cenas similares aos acontecimentos que relatei estariam ocorrendo naquele mesmo instante por trás de tantas outras paredes, escondidas por tantas outras persianas, de tantos outros ambientes domésticos?

Quantas cenas similares ainda acontecem neste instante em que escrevo e alguém me lê?

Quantas pessoas viveram (vivem) violências entre as paredes do lar e, seja por vergonha, por dependência (financeira, emocional, em função de doenças etc.), por motivos religiosos, por se sentirem ameaçadas ou mesmo por sequer identificarem a violência em que estão mergulhadas, seguem amordaçadas e sem condições de dar seu testemunho público sobre essas vivências?

2.2 Os Outros: a negação, o testemunho e o desmentido

É impossível pensar em testemunho público sem me remeter a *É isto um homem?* (Levi, 1958[1988]). Escrito por um sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz, a obra é dimensionada no plano do coletivo (como descrito na própria orelha da edição brasileira do livro), que apresenta o texto como sendo “o **depoimento pessoal** de uma **situação impessoal**”. Essa é a perspectiva que busco trazer nesta pesquisa e em *Não me toca, seu boboca!*, como veremos adiante.

Ainda no prefácio, o autor – um dos três sobreviventes de um grupo de seiscentos e cinquenta judeus deportados da Itália para o campo de extermínio de Auschwitz, na Polônia – ressalta que

A necessidade de “**contar aos outros**”, de **tornar “os outros” participantes**, alcançou entre nós [os sobreviventes] antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, a ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito (...) com a finalidade de **liberação interior**. (...) **Acho desnecessário acrescentar que nenhum dos episódios foi fruto de imaginação**. (Levi, 1958[1988], p.8).

A quais “os outros” Primo Levi se dirige quando diz ser **necessário “contar aos outros”** e tornar “**os outros**” participantes? Por que usa aspas ao se referir a esses “os outros”? Por que Primo Levi **acha desnecessário** acrescentar que no seu testemunho **nenhum** episódio foi **fruto de imaginação**? Quais seriam os implícitos desse enunciado? O escritor estaria, talvez, se antecipando a algum possível desmentido de Outro enunciador? Por que usou a negação “desnecessário”?

Depoimento pessoal de situação impessoal, desmentido, negação e testemunho são questões de grande relevância para esta pesquisa. Por isso, antes de avançar na trilha, proponho uma pausa para trazer aliados e suas contribuições no sentido de abrir algumas clareiras na mata densa que envolve discursivamente o fenômeno da VSCA.

Começo por destacar as posições teóricas do linguista Oswald Ducrot (1984) em relação à negação polêmica:

A noção de enunciador diz que na negação polêmica o locutor se posiciona em relação aos dois pontos de vista. A recusa do primeiro ponto de vista é um desacordo com seu enunciador. O **locutor imagina alguém** (o interlocutor, um terceiro) que sustentaria esse ponto de vista, **e toma a posição contrária** (Barbisan; Teixeira, 2002, p. 175).

Dominique Maingueneau (1987), por sua vez, traz a ideia de que não há discurso que não receba a própria identidade de uma presença do Outro, seja ela implícita ou polêmica. Ele convida-nos a abandonar a ilusão de que os enunciados que circulam são originados internamente pelas formações discursivas, como se as FD tivessem uma essência.

“Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos”, ensina Maingueneau (Charaudeau; Maingueneau, 2004[2020], p.286), trazendo a percepção da presença do discurso de um Outro em sua própria identidade por meio de uma competência discursiva que está vinculada a uma capacidade de ordem discursiva, em que o sujeito pode identificar um enunciado ao analisar sua estrutura e, assim, reconhecer a qual tipo de discurso pertence esse enunciado.

A competência discursiva estaria, portanto, diretamente atrelada às imbricações sociais e culturais em que o enunciador está inscrito.

O Outro não é, para Maingueneau, um interlocutor, mas um

eu do qual o enunciador discursivo deveria constantemente separar-se. (...) O Outro circunscreve justamente o **dizível insuportável sobre cujo interdito se constituiu o discurso; por conseguinte não há necessidade de dizer, a cada enunciação, que ele admite esse Outro**, que ele exclui pelo simples fato de seu próprio dizer (Maingueneau, 1995[2008], p. 37).

Nesse sentido, Michel Pêcheux (1975) reflete sobre dois tipos de esquecimento, ou seja, dois tipos de ilusão do sujeito em relação às condições de produção de seus discursos.

O esquecimento número um, ideológico e inconsciente, nos levaria a acreditar que o que dizemos proviria de discursos originais nossos. Essa percepção, contudo, seria ilusória, já que mobilizamos palavras ditas anteriormente, em outros contextos sócio-históricos, e enunciamos a partir de enunciados anteriores.

O esquecimento número dois é da ordem da enunciação e seria semiconsciente: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e acreditamos que essa escolha seria, de certa forma, “automática”. Trata-se de ilusão acreditarmos que haveria uma relação natural entre palavras e coisas, como se pensamento-linguagem-mundo se relacionassem de forma direta e sem “influências” de outras condições de produção (como, por exemplo, a posição social que o enunciador ocupa).

Finalmente, peço a Deleuze e Guattari que colaborem com as noções de uso menor e maior da língua. A questão da literatura menor, ou seja, escrita por enunciadores que estão inscritos em minorias sociais, foi abordada por Gilles Deleuze e Félix Guattari em 1975 no livro *Kafka: por uma literatura menor*. Nessa obra os autores esclarecem que:

- (i) As três características da literatura menor são a desterritorialização da língua, a ligação do individual no imediato político e o agenciamento coletivo de enunciação;
- (ii) Uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior (Deleuze; Guattari, 1975[2014], p. 35).

A literatura de Primo Levi (1947) foi escrita em língua maior (italiano) por um sujeito histórico de grupo minoritário (judeu europeu historicamente inscrito no contexto da Segunda Guerra Mundial, portanto um sujeito desterritorializado).

Nessa perspectiva, se não sentisse a necessidade de utilizar-se de certa negação preventiva, Levi poderia ter escrito algo como “todos os episódios foram vividos e testemunhados por mim”?

Teria ele se antecipado, a partir de sua inscrição na formação discursiva de escritor judeu sobrevivente de um campo de extermínio nazista, à percepção de que haveria alguém em algum tempo futuro que colocaria a veracidade desses fatos em dúvida, o que já de saída precisaria ser refutado?

Passadas algumas décadas dos fatos relatados e com a maior parte das testemunhas oculares falecidas, é fácil observar o fortalecimento da comunidade discursiva que sustenta os discursos negacionistas acerca dos acontecimentos do Holocausto. A hipótese sobre o uso da negação de Levi talvez seja válida a partir dessa constatação.

Se o testemunho de Primo Levi demandava uma urgência do contar que ele não suportaria por longo tempo, em *Fios de ouro no abismo: uma cartografia do abuso sexual infantil* (2019), Karina Acosta Camargo, apoiada em Nietzsche, Foucault, Deleuze, Guattari, Agamben e no próprio Primo Levi diz que “testemunhar é atravessar o pessoal em direção ao impessoal (...) convocar a própria ferida a apresentar sua versão dos fatos. Ali onde a minha infância se torna a infância do mundo, é que podemos liberar uma vida” (Camargo, 2019, p. 63).

Camargo adulta, psicóloga clínica e pesquisadora, não escreve sobre, mas a partir da ferida causada pela violência perpetrada na sua infância por seu avô, e o faz para liberar vidas.

Peter Pál Pelbart salienta no prefácio de *Fios* (2019) que o “caso” vivido pela autora é “pensado como sintoma de um mal-estar maior, que atinge nossa sociedade como um todo, em especial aquilo que é apregoadado aos quatro ventos como seu pilar maior, baluarte da segurança e moralidade – a família”. (Camargo, 2019, p. 9)

A “Carta ao avô” que a autora escreve passados anos de tais acontecimentos e que fecha o segundo capítulo do livro é arrebatadora e incisiva: quando ela finalmente consegue denunciar os abusos sofridos, descobre que “ninguém queria ouvir o insuportável” (Camargo, 2019, p. 63). “Mas ele não estava só te abraçando? Tem certeza?” (Camargo, 2019, p.64) indaga a tia que diz preferir nunca saber se o avô também havia abusado dos seus filhos.

Camargo cita em seu texto o que muitas crianças que revelam que sofreram/estão sofrendo abuso precisam ouvir: “Vou te arrebentar até nunca mais você ousar falar isso de seu tio. Seu avô não estava só te abraçando? Você não confundiu as coisas? Seu irmão jamais faria isso com você! Como sustentar o acontecimento que descarrilharia dos trilhos do ideal familiar? (Camargo, 2019, p.14).

Ainda circulam na comunidade discursiva práticas discursivas que colocam em dúvida os relatos das crianças que tentam dar testemunho da violência a que foram/estão sendo submetidas.

Destaco o advérbio de tempo “ainda” porque, embora a visibilidade desse fenômeno só tenha ganhado força a partir de 2015 com o movimento #primeiroassédio da ONG Think Olga²² e em 2017 com a adesão da atriz Alyssa Milano ao movimento #MeToo²³, o desmentido foi pesquisado desde a primeira geração da psicanálise pelo psiquiatra e psicanalista húngaro de origem judia Sandor Ferenczi (1873-1933), um dos principais colaboradores e divulgadores da obra de Freud, cujo trabalho ficou obliterado por mais de 50 anos justamente em função da discordância que ele tinha com as rotas que a psicanálise estava

²² Disponível em: <https://thinkolga.com/quem-somos/> . Acesso em: 27 dez. 2023.

²³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/12/metoo-transformou-compreensao-do-assedio-mas-ha-muito-a-se-fazer.shtml> . Acesso em: 27 dez. 2023.

estabelecendo, principalmente por ele questionar as relações de poder (Gondar *in* Hentz *et al*, 2023, p. 17)

Deleuze e Guattari, anos depois, também questionariam a psicanálise por submeter “o inconsciente a estruturas arborescentes (...) A Psicanálise (...) funda seu próprio poder ditatorial. Há sempre um general, um chefe, na Psicanálise como em seu objeto (general Freud)” (Deleuze; Guattari, 1980[2011], p. 38).

Ferenczi (1932) levantou questões fundamentais sobre as condições de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes e trouxe à tona o problema do desmentido pós-revelação em seu célebre (e polêmico) artigo de 1933 intitulado *Confusão de línguas entre adultos e crianças - A linguagem da ternura e da paixão* (*Sprachverwirrung zwischen den Erwachsenen und dem Kind. Die Sprache der Zärtlichkeit und der Leidenschaft*), que foi inicialmente apresentado em exposição realizada no XII Congresso Internacional de Psicanálise em Wiesbaden em setembro de 1932.

O próximo trecho desta caminhada será percorrido a partir dos achados clínicos desse que “foi considerado o *enfant terrible* da psicanálise” (Gondar *in* Hentz *et al*, 2023, p. 16).

Suas abordagens pioneiras aproximam o que ele chamou de “linguagem da ternura” do infante com o que Deleuze e Guattari chamam de “língua menor”, respectivamente em oposição à “linguagem da paixão” do/a agressor/a na expressão de Ferenczi e na “língua maior” que expressa, para os filósofos franceses, a língua que impõe poder, estabelecida para evidenciá-lo. (Maciel Júnior *in* Hentz *et al*, 2023, p. 201-2).

Ferenczi era um ativista político sempre “afinado com as minorias, podemos dizer que ele fazia uma **clínica minoritária** desde o início” (Gondar, 2023, *in* Hentz *et al*, 2023, p.17) e mesmo antes de seu encontro com Freud, “já era alguém que se interessava em ouvir (...) os **dissidentes** de todo tipo”.

Portanto, interessa ouvi-lo e trazê-lo para nosso rizoma.

“Terapeuta muito **sensível** para os **jogos de poder**” (Gondar *in* Hentz *et al*, 2023, p. 17) que já cultivava a **transdisciplinaridade** e não se prendia a **purismos epistemológicos**, Ferenczi contribui com noções valiosas acerca do abuso sexual infantil que vão para além da intrusão da sexualidade adulta na sexualidade da criança na dimensão individual.

Quais foram seus achados na clínica, expressos pela “confusão de línguas”? A criança que sofreu abuso acaba se identificando com o agressor e, pelo medo, submete-se a tal ponto que se sente obrigada até mesmo a adivinhar o menor dos desejos do adulto que a agrediu.

Ressalto alguns dos enunciados do próprio psicanalista, que reporta a seus pares “que atende a um número considerável de pacientes em análise que confessam ter mantido relações sexuais com crianças”, (Ferenczi, 1933 [2011], p.116-121):

- (i) Mesmo crianças pertencentes a **famílias respeitáveis** e de **tradição puritana** são, com mais frequência **do que se ousaria pensar, vítimas de violências e estupros**. São ora os próprios **pais** que buscam um substituto para suas insatisfações, dessa maneira patológica, ora **pessoas de confiança, membros da mesma família** (tios, tias, avós), os **preceptores** ou **pessoal doméstico** que abusam da ignorância e da inocência das crianças;
- (ii) As **seduções incestuosas** produzem-se habitualmente assim: **um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasias lúdicas**, como desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. O **jogo** pode assumir uma forma erótica, mas **conserva-se**, porém, sempre **no nível da ternura**. Não é o que se passa com os **adultos [...]** **Confundem as brincadeiras infantis com os desejos de uma pessoa que atingiu a maturidade sexual**, e deixam-se arrastar para a prática de atos sexuais sem pensar nas consequências;
- (iii) As crianças sentem-se física e moralmente **sem defesa**, sua personalidade ainda é **frágil** demais **para** poder **protestar**, mesmo em pensamento, contra a **força** e a **autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem (...)**;
- (iv) Se a criança se recupera de tal agressão, ficará sentindo, no entanto, uma grande **confusão (...)** ao mesmo tempo, **inocente e culpada**, e sua **confiança no testemunho** de seus próprios sentidos **está desfeita**;
- (v) De um modo geral, as relações com uma **segunda pessoa de confiança** – no caso escolhido, a mãe – não são suficientemente íntimas para que a criança possa encontrar uma ajuda junto dela; algumas **tênuas tentativas** nesse sentido são **repelidas pela mãe como tolices**;
- (vi) Eu ficaria feliz (...) se pudessem seguir o meu conselho de **atribuir**, doravante, **mais importância à maneira de pensar e falar dos seus filhos (...)** e, dessa forma soltar-lhes a língua (...). (Ferenczi, 1933 [2011], p.116-121)

Ferenczi (1933), portanto, destaca o descrédito ou desmentido do relato da criança e evidencia que as pessoas agressoras são muito próximas às crianças agredidas. O psicanalista e pesquisador Auterives Maciel Júnior (2021), resume:

O desmentido supõe três personagens [pessoa adulta agressora, criança agredida e segunda pessoa adulta que não acolhe o relato da criança agredida] e dois momentos fundamentais: existe a confusão de língua que

deflagra, pela via do medo, a identificação com o agressor; havendo, igualmente, o **desmentido** da mãe que repele o **relato da criança** ao tratá-lo como uma **tolice que deve ser silenciada**. [Consequentemente] resta à criança assumir a culpa com relação ao abuso ocorrido. (Maciel Júnior *in* Rita Hentz *et al*, 2023, p. 205).

Ferenczi (1933), de forma inovadora e revolucionária, tratou em sua clínica pessoas adultas que haviam sofrido abuso sexual na infância e não haviam encontrado um adulto que validasse seu relato ao tentar contar o acontecido. Nos encontros com os pacientes que haviam passado por esse tipo de violação que ocasiona choque e comoção, o psicanalista húngaro nota que no segundo momento

a criança busca uma outra figura de confiança, um segundo adulto [que não o agressor] e tenta contar, **comunicar o sofrimento que experimentou**, o desprazer, a aflição, a experiência que teve (...) Mas esse segundo **adulto** – até então uma figura de confiança [da criança] – **invalida a experiência, a desacredita** (Dal Molin, *in* Hentz *et al*, 2023, p. 18).

Temos aqui um problema que aproxima as reflexões de Sandor Ferenczi sobre VSCA com a noção de mundo adultocêntrico que citei anteriormente a partir do trabalho do chileno Daniel Kuapper Duarte (2012) e o descrédito à enunciação que parte de um enunciador minoritário (criança), inscrito em uma formação discursiva que a comunidade discursiva (que enuncia em língua maior, hegemônica) tende a não legitimar.

Quais dispositivos estabilizariam/desestabilizariam as tiranias íntimas, as violências no ambiente doméstico?

O psiquiatra e psicanalista Jurandir Freire Costa, em texto apresentado no ciclo de palestras Tempo do Desejo em 1988, analisa os traços da cultura da violência e levanta a hipótese da **razão cínica** que “caminha aparentemente para **afirmar a primazia da violência**, ornando-a de **atributos essenciais e universais**”:

Os traços da cultura da violência são diversos e aparecem inscritos em vários planos da vida sociocultural (...) A razão cínica, conceito que o filósofo [Slavoj Zizek] toma emprestado a Peter Sloterdijk, é a que procura fazer da **realidade existente instância normativa da realidade ideal**. Em outras palavras, é a razão que confessa conhecer os fundamentos violentos das aparências ideais do social, mas, mesmo assim, defende a validade destes fundamentos, a pretexto de que são “verdadeiros”, posto que inevitáveis (Costa, 1988, p.9).

Deleuze (1988[2016]), por sua vez, acena com uma nova dimensão dos dispositivos, as linhas de subjetivação, que repudiam os universais – “o Uno, o Todo,

o Verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais; cada dispositivo é uma multiplicidade (Deleuze, 1988[2016], p. 363 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 194) – e buscam o novo em detrimento do eterno (Deusdará; Rocha, 2021, p. 193-194).

De acordo com Deleuze (1988[2016]),

O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas antes o que devimos, o que estamos em vias de devir, ou seja, o Outro, nosso devir-outro. Em todo dispositivo, é preciso distinguir o que somos (o que já nem somos mais) e o que estamos em via de devir: a parte da história e a parte do atual (Deleuze 1988[2016], p. 365-366 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 194).

O que já nem sou mais deseja agenciar-se, estabelecer alianças com Karina Acosta Camargo – que pude abraçar pessoalmente e, nesse momento, colher a frase dita por ela, “nos encontramos em uma esquina de nuvem”. Desejo agenciar-me e estabelecer alianças com crianças de muitas décadas, deste e de outros séculos.

De um modo geral, pela falta de referenciais comparativos que a criança tem entre o que seja carinho e toque abusivo, pela assimetria de discernimento acerca das questões da sexualidade entre o abusador e a potencial vítima e do seu incipiente domínio lexical, a criança tem dificuldade em identificar a situação como sendo abuso sexual, violência que poderá impactar o desenvolvimento saudável de sua sexualidade e de suas dimensões psicossociais ao longo da vida.

Esses pressupostos são reiterados por Sanderson (2008):

Muitas **crianças** que estão sendo abusadas sexualmente podem ser **novas demais** para telefonar ou incapazes de conseguir acesso ao telefone. Elas **podem**, ainda, **não identificar** que a experiência pela qual estão passando constitui **um ASC**, porque **lhe disseram** que esse **comportamento é normal** e faz parte de um **relacionamento especial**. Além disso, muitas crianças podem se sentir **aterrorizadas**, deixando de fazer uma denúncia por causa das consequências. Esse é, em especial, o caso das crianças que foram **ameaçadas** pelo abusador para que permanecessem **caladas** ou em que o abusador fez com que elas se sentissem **envergonhadas e culpadas**. (Sanderson, 2008 [2005], p.19)

Como buscaria curar as próprias feridas da infância e também curar as feridas de tantas outras crianças-que-foram-em-outros-tempos? Como ampliar o cuidado para proteger muitas outras crianças atuais?

A palavra não representa o que já está dado. A palavra faz. A palavra cria mundos outros.

Em *Novas Tendências em Análise do Discurso*, Maingueneau (1997[1987]) esclarece que a pragmática, apoiando-se em modelos emprestados do direito, do teatro ou do jogo, buscou inscrever a atividade da linguagem em espaços institucionais como um fazer, uma ação:

na perspectiva pragmática a **linguagem** é considerada como uma **forma de ação**; cada **ato de fala** (batizar, permitir, mas também prometer, afirmar, interrogar etc.) é **inseparável de uma instituição** (...); ao dar uma **ordem**, por exemplo, coloco-me na posição daquele que está habilitado a fazê-lo e coloco meu interlocutor na posição daquele que deve **obedecer**; (...) um sujeito ao enunciar presume uma espécie de **“ritual social da linguagem”** implícito, partilhado pelos interlocutores. (Maingueneau, 1997[1987], pp 29-30).

Nesse sentido, a palavra e os atos de fala criam mundos, mobilizam afetos e materializam atitudes. O mundo que criei em *Não me toca, seu boboca!*, por meio do ato de fala da personagem-narradora Ritoca que reconhece e resiste à violência do vizinho-adulto, subverte o “ritual social da linguagem”, desestabilizando a relação da “instituição mundo adultocêntrico” em que o adulto/voz de autoridade enuncia/ordena e a criança interlocutora assume a voz que obedece/é silenciada e submetida às coerções de tal agressor.

A obra mobiliza afetos pelo uso literário da palavra e também demanda – como parte de seu plano de sustentação e em virtude da dimensão de minha responsabilidade social enquanto artista que aborda um tema extremamente sensível – certo hibridismo com os chamados livros informativos para crianças, trazendo uma perspectiva em que a literatura e a informação se encontram para intervir no sentido de fortalecer a noção de consentimento das crianças.

Esse processo não se daria por um conhecimento estático (como uma sequência de “fotografias”, geralmente proposto pelas cartilhas que mostram as partes do corpo que não devem ser tocadas, por exemplo), mas por uma dinâmica interacional entre os sujeitos inscritos, a princípio, em formações discursivas distintas, criando, assim, um “filme” em que a criança-leitora se inscreve também nessa posição de (re)conhecimento de um potencial perigo.

Para nomear essa edificação artística, tomarei (quase) de empréstimo um neologismo cunhado pelo escritor e biólogo moçambicano Mia Couto em sua obra de 2009 *E se Obama fosse africano?* e outras interinvenções – segundo ele, um

conjunto de textos que foram reunidos para cumprir a “missão de intervenção social que a mim mesmo incumbo como cidadão e como escritor”²⁴.

Portanto, para prosseguirmos, proporei a análise da materialidade discursiva do dispositivo de inter(in)venção literária para as infâncias *Não me toca, seu boboca!* bem como a análise de corpúsculos construídos a partir do recolhimento de relatos originais de atendimentos de casos de suspeita²⁵ de violência sexual contra crianças em fase pré-processual recebidas pela equipe técnica do Programa Bem Me Quer Terê (Teresópolis-RJ) e outros casos publicados na literatura e na imprensa, e por meio de registros recolhidos em interações com o público infantil em contexto de contação da história do livro “Não me toca, seu boboca!” e com o público adulto em eventos literários e palestras em diversos municípios do Brasil.

Isto posto, convido a quem me lê a percorrermos, juntas e juntos, caminhos por vezes árduos, pedregosos, mas necessários para iluminar o problema central desta pesquisa, tema da ordem do indizível, invisibilizado e silenciado por séculos: a violência sexual contra crianças e adolescentes e caminhos discursivos possíveis para sua prevenção e enfrentamento.

O devir-Andrea-mulher-mãe/de/dois/filhos-adulta-escritora repudia os universais, os estereótipos, as subjetividades naturalizadas, as tiranias íntimas e afaga a criança Andrea (e a criança Karina e todas as crianças Márcias, Lúcias, Patrícias, Sandras, Sérgio, Marcelos, Cláudio).

Desejo devires minoritários traçando linhas de fuga desses padrões que machucam e despotencializam existências, desejo com a intensidade de 1000 platôs, “fazer valer a potência do não-numerável” (Deleuze; Guattari, 1980[1997], p. 174).

Convido para uma visita ao mundo de *Não me toca, seu boboca!*.

²⁴ Disponível em: <https://visao.pt/jornaldeletras/letras/2009-03-23-as-interinvencoes-de-mia-coutof541909/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

²⁵ O ordenamento jurídico vigente no Brasil adota a presunção de inocência, ou seja, “ninguém é considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória” (art. 5, inciso LVII da CF/1988), por isso o uso dos termos “**suposta** violência” e “casos de **suspeita** de violência”.

3 **NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA!:** CARTOGRAFIA DA CRIAÇÃO DE UM DISPOSITIVO DE LITERATURA INFANTIL DE INTER(IN)VENÇÃO AUTOPROTETIVA E ACOLHEDORA PARA AS INFÂNCIAS

Desde o início da ideação do texto, antes de ter conhecimento dos aspectos legais que tangenciavam o problema nem conhecer detalhes da dinâmica interacional da VSCA, intuitivamente decidi buscar um caminho bem diferente das cartilhas que, pelas características próprias do gênero textual, se utilizam de uma mensagem didática.

As cartilhas, habitualmente, dedicam-se exclusivamente a ensinar para a criança “quem pode tocar em quais partes do seu corpo e quem não pode tocar nessas partes (íntimas e privadas)”, o que, *grosso modo*, dificilmente poderia ser “verificado no mundo ao vivo” (Rocha, 2014, p. 624) e não estaria relacionado com o cotidiano concreto das crianças. Dessa forma, talvez não produzisse efeitos de sentido para o público receptor desses discursos.

Evidentemente, o trabalho pedagógico é de extraordinária relevância no enfrentamento da VSCA, contudo, seguindo as reflexões de Foucault (2006) acerca do que é discurso, descontextualizado de uma materialidade linguística que produza efeitos de sentidos para as crianças-receptoras, a inscrição do locutor (o autor adulto da cartilha) em outra formação discursiva (criança-leitora) talvez não ative por si próprio a capacidade das crianças identificarem os inícios de processos de abuso e, por isso, não as coloquem como sujeitos de relativa resistência diante de ações de potenciais abusadore(a)s, principalmente quando a VSCA envolve crianças mais novas.

Nesse sentido, Sanderson (2005) traz uma contribuição valiosa:

[...] uma criança pequena que **sofre abuso desde muito nova acreditará que a atividade sexual entre adultos e crianças é normal e não necessariamente saberá que está sendo abusada.** (Sanderson, 2005, p. xxii)

O que eu desejava, sem necessariamente ter elaborado esse desejo de forma consciente, mas transformando e fazendo a partir do que já conhecia (como nos recomenda a cartografia na pista 1!), era caminhar no sentido oposto da representação de um mundo pré-existente.

De alguma forma eu pressentia que deveria construir a narrativa de *Não me toca, seu boboca!* em primeira pessoa. Minha intenção desde o primeiro lampejo da criação da história era estabelecer um discurso hipotético que ecoasse a voz de uma criança que já tivesse sido informada sobre abuso sexual infantil a partir de um diálogo franco com pessoas adultas dispostas a conversar acerca de consentimento e limites corporais sem constrangimentos (como deveria ser e como espero que esta pesquisa colabore para que seja).

Este trabalho acompanha tanto o processo de construção da narrativa do livro quanto da análise do discurso da protagonista-narradora “Ritoca” que encoraja outras crianças a desmascararem os abusadores e as abusadoras que as cercam e com quem convivem, representados na obra literária pelo antagonista “Tio Pipoca”, o dissimulado e manipulador vizinho de porta da protagonista.

Assim como acontece na maioria da pequena parcela de casos que chegam às autoridades, o “Tio Pipoca” empreende um percurso lento e gradual de aliciamento de “Ritoca e sua turma” por meio de estratégias de convencimento a partir de sua posição de enunciador inscrito em formação discursiva que o coloca como “nosso-vizinho-tão-prestativo” o “adulto-conhecido-simpático-que-gosta-tanto-das-crianças” – alguém que estaria acima de qualquer suspeita – que não daria motivo algum para suscitar desconfianças em relação às suas intenções.

A criança-literária, por sua vez, seria a personagem que compartilharia conhecimentos com as criança-leitoras por meio de um diálogo emocional simétrico de “igual para igual”. Isso seria possível?

Quem já tenha acompanhado crianças pequenas conversando entre si, sem interferência de adultos, provavelmente tenha presenciado algum diálogo que começa com “sabe o que minha/meu (pessoa adulta de referência) me contou?”.

Essa estratégia narrativa, portanto, se distanciaria das estratégias do gênero “cartilha”, de forma que evitaria o uso de mensagens didáticas e de informações estáticas para transmitir um conhecimento que passaria por fora desse esquema “adulto que fala/ordena-criança que ouve/obedece”.

As cartilhas que se propõem a tratar de VSCA habitualmente trazem, de forma mais ou menos explícita – geralmente com a presença de “personagens infantis” expressos pelas ilustrações ou pelo uso de diminutivos – a voz do adulto que intenciona transmitir uma mensagem autoprotetiva para a criança.

A criança entra em contato com essa informação, muitas vezes, como se estivesse olhando para uma fotografia, ou seja, o que vê não está em movimento e o discurso provém de um enunciador inscrito em outra FD.

Para exemplificar, trago um dispositivo imagético bastante difundido e que busca fazer recortes da informação sobre os corpos infantis em relação às partes que “podem ser tocadas, às que exigem atenção e às proibidas de serem tocadas”, mas descontextualizado de “uma experimentação ancorada no real” (Deleuze; Guattari, 1980[1995], p. 30).

O “semáforo do toque”²⁶ se utiliza de bonecos ou desenhos de corpos ou silhuetas de corpos de crianças (meninas e meninos), vestidos com roupas ou com roupas íntimas, em que círculos verdes indicam as partes do corpo que “pode tocar” como cabeça, ombros, braços, mãos e pés; círculos amarelos correspondem às partes que demandam “atenção, cuidado!” e círculos vermelhos correspondem a “não pode tocar!”.

Há variações nesses comandos; ou seja, há modelos que consideram tornozelos, coxas, costas, orelhas, boca e pescoço como “amarelo-partes privadas” e abdômen, nádegas, genitálias e mamilos como “vermelho-partes íntimas”, mas parece não haver unanimidade nessas definições em tais dispositivos. Em outros modelos há comandos “pode/atenção/proibido” (tocar) seguindo a mesma lógica e ainda há o modelo “não pode/depende/pode” (tocar).

Retomo as inquietações apresentadas anteriormente: a vida acontece de forma dinâmica e intercorrências, acidentes, exames médicos, dentistas, injeções e vacinas fazem parte da vida das crianças: são experimentações ancoradas no real.

Como a criança se sentiria diante do dilema de aceitar toques (necessários) em seu corpo se tiver ouvido repetidamente, e sem outras explicações que contextualizem a situação, a ordem “**ninguém pode tocar** no seu corpinho”?

Ao se ater a “quais partes podem ou não ser tocadas” e “quem” pode ou não ter acesso ao corpo infantil, o investimento não se direciona a sobre “como” esse toque ocorre.

O que precisa ficar claro para que a criança possa elaborar a questão do respeito ao seu corpo é que ele não pode ser “brinquedo de adulto”, seja quem for o adulto ou a adulta autor ou autora de tal toque desrespeitoso, ou seja, independente

²⁶ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/semaforo-do-toque/1979096703> . Acesso em: 13 dez. 2023.

do papel social que essa pessoa represente na vida da criança e da voz de autoridade que lhe seja atribuída.

Toques adequados não deixam a criança confusa. Toques de cuidado corporal devem ser rápidos e intencionais (para higienizar ou tratar de feridas, machucados).

Como se daria o toque abusivo, então? Toporosi (2022, esclarece a diferenciação a partir de uma ação processual:

O adulto perverso (...) exerce ações sexualizantes e erotizantes sobre a criança com intenção de obter sua própria satisfação genital (...) os **efeitos** no psiquismo da criança são desestruturantes e **desorganizadores**. Geralmente trata-se de um **plano paulatino para seduzir a criança**, levando-a à **dessubjetivação**, pois, para sua satisfação, o perverso busca que se **instale na criança submissa o desejo de participar do que o adulto deseja**, com a finalidade de obter a satisfação sexual direta. (Toporosi, 2022, p. 54)

A mudança de paradigma do “quem” / “quais partes do corpo” para o “como” é difícil de empreender, sobretudo no âmbito discursivo. A prevenção e o enfrentamento da VSCA precisariam passar por essa baliza para progredir.

Dominique Maingueneau (2008) ensina que *“a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos”* (Maingueneau, 2008[1995], p. 119, grifos do autor).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos inferir que, enquanto não houver uma mudança na estrutura e no funcionamento da comunidade discursiva que gere os discursos a partir de uma premissa adultocêntrica que produz o silenciamento da criança agredida sexualmente, dificilmente avançaremos efetivamente na compreensão e enfrentamento da VSCA.

Karina Acosta Camargo (2019) materializa essa questão no capítulo de *Fios de ouro no abismo* intitulado “Silenciamento: se ninguém quer ver, isso existe?": “As mãos exigiam silêncio, era para ela não gritar. (...) Há algo que sufoca esse grito, forças que o silenciam e impedem o socorro. Esse silenciamento faz parte de uma rede invisível, pois trata-se de uma violência corriqueiramente omitida e que acontece principalmente no âmbito familiar” (Camargo, 2019, p. 23-24).

A psicóloga Rayanne Suim Francisco (2023), em sua tese de doutorado empreendido na UERJ intitulada *Quando eu crescer, quero ser criança*: com um

mundo adulto às avessas, fazer cartografia (2023), define o adultocentrismo como sendo:

Essa **lógica desigual** que atribui unicamente aos **adultos autoridade** para direcionar como as crianças devem viver, desconsiderando e muitas vezes subestimando as suas necessidades, os seus pensamentos, as suas opiniões etc.

Nossa organização social, dentro de um recorte ocidental, baseia-se em diversos pressupostos que nutrem a ideia de **superioridade dos adultos** sobre as crianças (adolescentes e idosos), além de uma perspectiva que centra a sua figura na condução do mundo (...) **no ambiente familiar** (...) **grande parte da violência contra as crianças é normalizada** através dos castigos, das palmadas e de tantos outros modos de sujeição que ferem sua dignidade (Francisco, 2023, p. 23)

Por que não trabalhar exclusivamente com cartilhas? Por que apostar na literatura infantil para o enfrentamento da VSCA? Porque, embora exista nas cartilhas a evidente e honrosa intenção de fortalecer a criança, a lógica adultocêntrica se faz presente e o uso exclusivo dessa lógica no enfrentamento pode operar para estabilizar a massa de textos que circula na comunidade discursiva favorecendo o abuso.

A cartilha, como gênero discursivo, parte da voz do adulto que dá instruções fixas em recorte estático por meio de um discurso em que estaria presente a dicotomia “adulto que sabe e detém poder” x “criança que desconhece/erra e não tem poder” (Orlandi, 1996) e talvez não seja, isoladamente e como único recurso, uma estratégia suficientemente eficiente para recobrir o enfrentamento de dificuldades factuais em situações de risco, nem tampouco para estimular a criança a tomar atitudes como sujeito de direito, com possibilidades de reagir frente a ações de potenciais abusos por parte de pessoas mais velhas/fortes/poderosas que ela.

De acordo com Orlandi (1996) o discurso pedagógico é atravessado pelo autoritarismo, em função mesmo da relação assimétrica de poder entre a pessoa adulta/docente que interroga (“quais as partes do corpo que ninguém pode tocar?”) e a obrigatoriedade da criança/discente que é instada a responder (“tal ou tal parte”), acertando ou errando e, ocasionalmente, sendo parabenizada pelo “acerto” ou corrigida/repreendida pelo “erro”, repetindo, de certa forma a dinâmica da relação abusador(a)-figura de autoridade/criança-figura de obediência.

Tal abordagem estática, desconectada de uma dinâmica processual, ou seja, de uma situação “em movimento” como se fosse um “filme”, talvez não obtenha o

êxito almejado na produção de maiores efeitos de sentido para as crianças que recebem esses discursos.

Muito *grosso modo*, para o filósofo francês Michel Pêcheux (1969), que Eni Orlandi toma como referência básica para entender a análise de discurso da escola francesa (Orlandi, 2007, p. 16), o discurso não se trata de uma mensagem (transmissão de informação) que parte de um emissor e chega a um receptor, mas sim de um efeito de sentidos entre duas posições (que corresponderiam a uma formação imaginária: que imagem eu tenho de você, que imagem você tem de mim?) na estrutura de uma formação social (Pêcheux, 1969, p. 18 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 62).

À luz dessas reflexões, reconheço que, para alcançar a potência protetiva e preventiva da VSCA da história, minha escolha intuitiva de *Não me toca, seu boboca!* ser contado a partir da voz de uma criança, melhor dizendo, de uma “criança literária” em diálogo simétrico com uma criança-leitora – portanto inscritas na mesma formação discursiva (criança conversando com criança) – foi, de fato, a melhor estratégia.

Não cogitei em momento algum que a história fosse narrada por um protagonista masculino, talvez porque naquela época eu apenas conhecesse meninas vitimizadas.

A protagonista Rita, apelidada de “Ritoca”, precisaria ser carismática a tal ponto que seu relato singular (similar a um testemunho) transbordasse com a mesma potência de inter(in)venção para seu duplo endereçamento: os “amigos”, ou seja, as outras “crianças literárias” que compõem a turma dela no livro (e, conseqüentemente, as crianças-leitoras), e também para pessoas adultas-sobreviventes da VSCA.

Neste ponto, antes de prosseguir na caminhada, proponho fazer mais uma pausa para traçar uma rota que encontre a justa indignação que me moveu desde sempre. A construção de *Não me toca, seu boboca!* é atravessada por perplexidades que vivi desde minha própria infância, passaram pela adolescência e juventude e me atravessa(ra)m na vida adulta. Sinto urgência de dar-lhes visibilidade aqui, expressar o quanto me for possível o “indizível da experiência humana”.

E preciso honrar o longo processo que me trouxe até aqui: da primeira frase do texto à última versão publicada do livro, contei com muitas contribuições, com muitas reflexões, com inúmeras trocas de saberes.

Para erguer o edifício narrativo de *Não me toca, seu boboca!* segui, sem saber, as recomendações de Sêneca (62[1957]), citadas por Foucault (1983[2004]): “unamo-nos cordialmente aos pensamentos do outro e saibamos fazê-los nossos, visando a unificar com elementos diversos tal como a adição faz, de números isolados, um número único” (Foucault, 1983[2004], p. 152 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, 340).

3.1 Minha outra vida nesta vida: seguindo as pistas do trabalho repetitivo ao devir-escritora

Os estranhamentos de minha infância ficaram em estado de latência por anos; passaram pelos tempos da graduação em química, do trabalho que nada tinha de criativo, da rotina do cotidiano na área em que trabalhei por longo período, a conservação de rodovias.

Eu me dedicava a tarefas razoavelmente mecânicas e repetitivas que incluíam a criação e circulação de formulários compostos de regras e protocolos, engendrados com a finalidade de obter o grau máximo de previsibilidade (e prevenção) de adversidades em condições de produção itinerante e ao relento, ou seja, submetidas a inúmeras intempéries.

Curiosamente, as palavras “pistas” (de rolamento) e “grama/do” faziam parte do meu linguajar técnico e rígido e hoje vêm em meu auxílio justamente para que eu possa me desvencilhar dos grilhões metodológicos. Somos, de fato, capazes de qualquer devir!

Aquele foi um tempo de muitos aprendizados, porém não (ha)via espaço para o imprevisto, para a fabulação nem para a inventividade. Regras e protocolos me tolhiam até mesmo os pensamentos, que, contudo, dormitavam em mim de forma potencial.

A inventividade foi arrefecendo, não encontrando espaço para se manifestar nem para praticar “a escrita de si” que atenuaria “os perigos da solidão” (Foucault, 1983[2004], p. 145 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 337).

Jamais imaginaria que, anos depois, os saberes adquiridos naqueles tempos e os encontros acontecidos então, também contribuiriam com a abertura de inúmeras portas para que eu pudesse realizar esta pesquisa.

Em 1999, a emoção que ainda não reconhecia, não sabia nomear e que na infância acreditava que fosse “raiva”, permanecia pulsando em mim. Era justa indignação (Chauí, 2000, p. 448), virtude que Aristóteles (335 a.C. a 323 a.C.) situa equilibrando, por um lado, a inveja (vício por excesso) e, por outro, a malevolência (vício por deficiência).

A justa indignação não me paralisava como a raiva, mas, ao contrário, me impulsionava a buscar intervenções capazes de promover mudanças no equilíbrio de algumas forças que percebia assimétricas e me amarguravam.

Foi no início do ano 2000 que eu visitaria pela primeira vez a Casa de Passagem Lar Tia Anastácia, oficializada em 1997. Em uma residência de poucos cômodos, o casal Mary Pinheiro de Souza e João dos Santos Garcia recebia em sua própria morada, desde 1987, bebês, crianças e adolescentes em risco social – alguns com deficiências físicas e mentais e doenças crônicas e degenerativas. Eram vítimas de maus-tratos físicos e psicológicos e de abuso sexual encaminhadas pelo Conselho Tutelar, pela Vara da Infância, pela polícia e pelos hospitais da cidade.

Lembro-me perfeitamente do quarto e da cama do casal, que era totalmente cercada por berços. Havia crianças por todos os lados, algumas em cadeiras de rodas.

Desde o momento em que vi (e enxerguei) e ouvi (e escutei) o que se vivia naquele Lar, morada do casal Mary e João e de tantas histórias terríveis, intuí que, para mim, haveria um antes e um depois.

A experiência desses encontros, de interagir tão de perto com aquelas faltas (de recursos, de proteção, de perspectivas) e com aqueles excessos (de violências que já tinham atravessado a vida e os corpos daquelas meninas e daqueles meninos acolhidos) me afetaram de tal forma que, a partir daquele instante, meus olhos se abririam para jamais voltarem a se fechar para a vulnerabilidade que perpassava as existências daqueles sujeitos nem pude mais desviar o olhar para as questões das violências contra crianças e adolescentes

Esse deslocamento com contornos mais palpáveis me tirou do universo relativamente sereno em que eu orbitava (como mãe, mulher, profissional) e me

aproximou do campo inóspito das dificuldades enfrentadas diariamente por aquele casal e aquelas crianças.

Foi assim que, desde então, impliquei-me na causa da proteção da infância e da adolescência. Como voluntária, também me envolvi fortemente na administração de recursos e insumos para a construção da nova sede que seria inaugurada em 2002²⁷.

Ocupei alguns cargos na diretoria, contudo, por não fazer parte da equipe técnica, eu só conhecia o motivo principal do acolhimento. Não tinha acesso a informações mais detalhadas sobre os acontecimentos que teriam resultado nessas medidas protetivas extremas.

Apesar do desconhecimento sobre as minúcias que teriam levado à institucionalização, era perceptível que aqueles rostos espelhavam os semblantes mais desesperançados e os olhares mais opacos que eu já tinha visto até então, mesmo em comparação a outras crianças e adolescentes vitimizados por outros tipos de maus-tratos. Sanderson (2005) ratifica o que eu observava, ao descrever o aspecto de crianças agredidas sexualmente:

a criança parece **apática** em sua cautela, sem nenhuma espontaneidade, mais como uma observadora do que uma participante. Essas crianças **raramente mostram** alegria ou **vivacidade**. Mostram-se **assustadas** e **ocas**, quase mortas por dentro (Sanderson, 2005, p. 206)

Acostumada a me encantar com o olhar curioso dos meus filhos, que eu também reconhecia nos seus colegas de escola e de esporte, me via angustiada com o olhar sem brilho que vislumbra naquelas crianças e adolescentes cujo afastamento das famílias havia sido decorrente dessa violação de direitos.

Aflita, me questionava sobre qual seria a forma de prevenir esse flagelo, que percebia como devastador para a vida incipiente daquelas criaturas vitimizadas com as quais havia travado contato. Vez ou outra surgia algum movimento de escrita um pouco mais preocupada com a estética em função de alguma demanda de comunicação institucional do Lar Tia Anastácia, principalmente para arrecadação de fundos. À época do início do voluntariado na Casa de Passagem Lar Tia Anastácia, eu ainda não havia publicado meu primeiro livro, mas em 2008 já começava a dar os

²⁷ Em dezembro de 2006, por falta de recursos financeiros para fazer frente ao regime de abrigo, o LTA passou a funcionar como Centro de Atenção à Criança e à Família, em dias úteis no horário diurno. (Lar Tia Anastacia, 2020).

primeiros passos em direção à escrita literária para as infâncias e foi assim que encontrei a resposta para aquela inquietação.

Quando em 2008 despertei da longa letargia que havia me afastado da fecundidade artística, escrevi meu primeiro texto literário. “O menino que tinha medo de errar” foi publicado nas últimas semanas de 2009 por uma pequena e já extinta editora de Teresópolis e reeditado em 2012 por uma editora maior do Rio de Janeiro.

Desde o início desse fazer literário escrevo para a Andrea-criança o que ela gostaria de ter lido na “Terra do Antes” e que agora tem condições de contar para as crianças da terra-do-agora.

Em inícios de 2010, portanto, eu era autora de apenas um livro publicado, ou seja, estava nos primórdios da carreira e *Não me toca, seu boboca!* correspondia ao quarto texto literário que eu havia escrito.

Não obstante, desde o início da ideação do texto em 2010, intuí que deveria construir a narrativa em primeira pessoa, com a intenção de estabelecer um discurso hipotético que trouxesse a voz de uma criança que já tivesse passado por algum programa simulado de autoproteção e já tivesse tido acesso a informações sobre sexualidade e consentimento para trocar saberes com outras crianças.

Pensando hoje sobre os poucos recursos teóricos que eu tinha então, suponho (sem muita certeza) que eu talvez tenha trazido à memória o clássico esquema de comunicação de Jakobson (1967) aprendido na escola (emissor enviando mensagem a receptor através de um canal de comunicação), e imaginei que a “mensagem” de uma criança emissora poderia ser mais eficiente para transmitir as informações necessárias para a criança receptora (leitora) compreender o fenômeno por meio de um diálogo simétrico do ponto de vista do desenvolvimento emocional e da linguagem.

Todavia, entre as primeiras frases criadas e a publicação da primeira edição do livro, muito tempo se passaria. Confesso que a cada ano que a obra não se materializava, me frustrava de tal forma que cheguei a pensar em desistir de publicar.

Chorei, entristeci, experimentei o desespero e o desânimo muitas e muitas vezes enquanto *Não me toca, seu boboca!* seguia esperando a hora de vir ao mundo para produzir mundos em que crianças tivessem vez e voz... eu só pensava que “Ritoca”, a protagonista-narradora da “história que protege”, poderia alcançar

muitas crianças que, naquele instante mesmo, talvez estivessem sendo vitimizadas pela VSCA.

Devo reconhecer, no entanto, que, para que o livro nascesse com o vigor e os recursos precisos para cumprir seu destino de amor e cuidado quase 8 anos depois de eu ter escrito a primeira frase, um longo e benfazejo processo de concepção-gestação-parto seria necessário.

Assim como a maioria das pessoas, eu tinha uma visão do problema repleta de apriorismos e reproduzia crenças superficiais sobre a questão.

Se *Não me toca, seu boboca!* tivesse sido publicado em 2010, seria uma obra tão farta de boas intenções quanto de erros conceituais.

O tempo de maturação, portanto, seria benéfico em todos os sentidos. Embora já contasse com muitas vozes, muitas outras vozes se fariam necessárias para o livro nascer forte e robusto.

3.2 *Não me toca, seu boboca!* – cartografia da concepção da história, da representação de uma realidade dada à abertura para a produção de conhecimento criativo

Como afirmei anteriormente, o que me mobilizou no sentido de escrever *Não me toca, seu boboca!* foi o desejo de chegar antes da VSCA, em um movimento de prevenção do abuso por meio da literatura infantil. O combustível foi a justa indignação e o esperar.

Todavia, assim como ocorre com a maioria das pessoas em nossa sociedade, no início do processo de escrita do livro eu quase nada conhecia a respeito da complexidade da questão.

Como vimos, há uma série de crenças cristalizadas e difundidas por meio de práticas discursivas que são produzidas por comunidades discursivas e são também alimentadas por elas que colaboram para embaçar a compreensão e a percepção desse crime, dentre elas, que a criança deve ser alertada para “não aceitar nada de estranhos”, que “abusadores são monstros que atacam crianças” e que “abusadores agem com violência”.

O que eu não percebia nem de longe (e nem de perto) naquele início de percurso criativo era que eu estava construindo o mundo de *Não me toca, seu boboca!* com a atitude e a postura de quem tinha uma coleção de “certezas” oriundas daquele conjunto de ideias (mitos) que povoavam minha cognição representacional.

Eu supunha que todas aquelas crianças e aqueles adolescentes vitimizados pela VSCA em situação de acolhimento no Lar seriam criaturas desvalidas, vagando pelas ruas até tarde da noite, como costuma acontecer em muitos centros urbanos.

Dessa forma, essas crianças passariam por situações que tornariam favoráveis as condições para serem agredidas por algum malfeitor das redondezas que, tal qual uma víbora escondida à espreita da próxima presa desavisada que lhe facilitasse a chance de atacar, desse o bote em um encontro fortuito e ocasional.

Contudo, por melhores propósitos que eu tivesse – e tinha de fato, como tenho até o instante em que escrevo estas linhas – em quase nada poderia colaborar com o enfrentamento do problema a partir dos pressupostos em que acreditava, de manejo muito “simples” (apesar de não ser nada “simples” de se lidar com VSCA, mesmo em seus aspectos mais rudimentares. Ainda assim, eram noções muito menos complexas do que as que eu conheceria a partir de 2011, como veremos adiante).

Os questionamentos que me fazia sobre como criar essa narrativa eram, nesse início, apenas intuitivos. Eu não tinha recursos teóricos que embasassem as escolhas lexicais e imagéticas. Sequer conhecia o conceito de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, só conhecia o termo “pedofilia” em contexto histórico em que a chamada “CPI da pedofilia”²⁸ (Agência Senado, 2010) – que funcionou de março de 2008 a dezembro de 2010 – estava em plena atividade e sua atuação (e práticas discursivas, obviamente) povoavam o noticiário. E, na condição de mãe de dois meninos, os achados da comissão também povoavam meus pesadelos.

Escritora novel, senti o peso da empreitada em face à responsabilidade de abordar a VSCA em livro direcionado ao público infantil, em cuja gênese estava o propósito de que se tornasse um dispositivo capaz de promover a prevenção ao abuso e o acolhimento das crianças vitimizadas. Considerei (corretamente!) que boa

²⁸ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=1422> . Acesso em: 13 dez. 2023.

vontade e amor pela causa talvez não fossem ingredientes suficientes para tamanho desafio. Achei por bem, então, submetê-lo a alguma crítica especializada.

Dessa forma, ainda naquele ano, enviei o texto a um amigo de infância, psicólogo especialista em terceiro setor. Ele respondeu dizendo que tinha gostado muito dos meus escritos, mas que não era especialista no assunto e, portanto, não tinha como opinar tecnicamente. A seguir comentou que a empresa onde ele trabalhava apoiava uma organização que se dedicava a esse problema e que lá trabalhava uma equipe de estudiosos do tema.

Assim sendo, com a ajuda desse amigo, fiz o texto chegar à tal organização via e-mail em 2011.

Tratava-se da Childhood Brasil, anteriormente citada. A equipe de psicologia da Childhood me deu retorno e felicitou pela iniciativa, mas também sinalizou que eu deveria aprofundar meus conhecimentos acerca do tema, pois havia cometido erros conceituais. Em anexo ao corpo do e-mail, enviaram um guia para que eu pudesse revisar meus (pré)conceitos acerca da VSCA, o documento *ORIENTAÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES*²⁹.

Fiquei muito desapontada ao receber esse parecer, um verdadeiro balde de água gelada para quem acreditava que tinha escrito um texto inovador para intervir em um problema muito grave. Porém, ao longo dos anos de pesquisa para a escrita, percebi que esse freio foi absolutamente fundamental para que o livro pudesse cumprir seu destino.

Após receber o informativo da Childhood Brasil, me dei conta de que as condições de ocorrência da VSCA, na maioria dos casos, eram completamente diferentes daquilo que eu supunha que fossem. Foi a partir dessas sugestões que iniciei uma longa caminhada de pesquisas e encontros com profissionais de diversas áreas que lidam com o problema.

As considerações da Childhood foram determinantes para o livro seguir seu caminho com passos mais seguros e angariar os apoios que receberia posteriormente à publicação, inclusive dessa própria organização, que recomenda o livro em seu site institucional (Childhood Brasil, 2020a; Childhood Brasil, 2020b).

²⁹ Disponível em: <https://www.childhood.org.br/orientacoes-de-comunicacao-sobre-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Abracei as lacunas teóricas e conceituais que tinha e comecei a procurar literaturas e pessoas que pudessem me ajudar a suprir essas faltas.

Para escrever um livro sobre o problema que queria abordar, eu teria de me aprofundar largamente no tema. Compreendi que, de fato, havia muito a conhecer e modificar – no texto e em mim – antes da obra ficar pronta para publicação.

Faltava o tempo do processo de concepção-gestação-parto. Simbolicamente, o texto sofreu a última alteração da primeira edição com o arquivo na gráfica, pronto para rodar no dia seguinte!

Passei, então, a frequentar congressos, simpósios, seminários e jornadas voltadas ao estudo dessa violência, principalmente no âmbito do Judiciário em que se discutia e elaborava, coincidentemente, o que depois viria a ser a Lei 13.431/17 (Brasil, 2017)³⁰.

A também chamada de Lei da Escuta Protegida, regulamentada pelo Decreto 9.603/18 (Brasil, 2018a) busca proteger meninas e meninos em situações de violência (vítimas ou testemunhas), evitando que sofram revitimização no curso do atendimento, reduzindo o número de oitivas que caracterizavam processos dessa natureza, inovando nos instrumentos de proteção, estabelecendo direitos e garantias específicos e detalhando os procedimentos de escuta especializada (realizada pelos órgãos da rede de proteção – saúde, educação, assistência social) e de depoimento especial (realizado pela Justiça).

³⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13431-4-abril-2017-784569-publicacaooriginal-152306-pl.html> . Acesso em: 7 jan. 2024.

Figura 2 - Material do Seminário “O poder Judiciário no Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (2016)



Fonte: A autora, 2016

Figura 3 - Material do Seminário “O poder Judiciário no Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (2016)



Fonte: A autora, 2016

Em 2011, parte do público especializado já tinha acesso a materiais como a terceira edição do *Guia Escolar - Identificação de Sinais de Abuso e Exploração*

Sexual de Crianças e Adolescentes projeto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) de autoria dos pesquisadores Benedito Rodrigues dos Santos e Rita Ippolito (2011), cujo objetivo era “promover um debate e parcerias, no âmbito nacional, entre as Universidades, as redes de ensino e as redes de proteção das crianças e adolescentes para introduzir o tema na agenda escolar” (Santos; Ippolito, 2011).

A violência sexual geralmente **ocorre dentro dos lares**, em um ambiente em que **crianças e adolescentes deveriam**, supostamente, **sentir-se protegidos**. Como o lar é um **espaço privado**, o que acontece dentro de casa está envolvido em uma **atmosfera de segredos familiar e social**. Nessa situação, é comum que o abuso sexual seja mantido em segredo, em parte porque as relações de afinidade e de consanguinidade entre vítimas e autores da violência geram a complacência dos outros membros da família. Adicionalmente, o **autor da violência** geralmente tem **poderes moral, econômico e disciplinador** sobre a criança ou adolescente sexualmente abusado. (Santos; Ippolito, 2011, p. 14)

Todavia, em 2010, eu estava partindo de uma base falaciosa por falta de conhecimento e acesso ao tema, já que eu não me dedicava profissionalmente às infâncias e materiais informativos como o citado dificilmente circulavam entre o público em geral. Como resultado desse desconhecimento, em hipótese alguma conseguia imaginar que agressores e agredidos mantivessem relações próximas ou de parentesco.

Sob essa perspectiva (falsa premissa), eu supunha e acreditava que, para evitar o abuso sexual infantil, bastaria melhorar as condições materiais das famílias (famílias nucleares, parecidas com a que eu tinha construído) e, assim, às 18h30 de cada dia, o núcleo familiar estaria lanchando feliz em volta da mesa farta.

Dessa forma, a “instituição família” estaria apta a proteger suas crianças e esse crime desapareceria por falta de oportunidades para que os agressores capturassem suas vítimas.

Quantas ilusões alimentava e que belas fabulações recheadas de finais felizes e soluções fáceis minha mente criava! Criava? Mente individual? Ideias originais? Absolutamente, não.

Aquelas supostas “ideias originais, próprias” provavelmente seriam a reverberação do imaginário coletivo estruturado a partir do Caso Araceli, de outros casos noticiados e da dispersão de textos de coenunciadores interessados em fazer

circular as práticas discursivas que apontam as (supostas) “identidades dos agressores” como “monstros” (monstros são estranhos a “nós”).

Atribuir a violência a algum “excluído” é muito mais conveniente para se manter a estabilidade da comunidade discursiva que escamoteia a autoria doméstica da violência. Enquanto busca-se o monstro do lado de fora, não se olha para quem convive com a criança, alguém que está “acima de qualquer suspeita”.

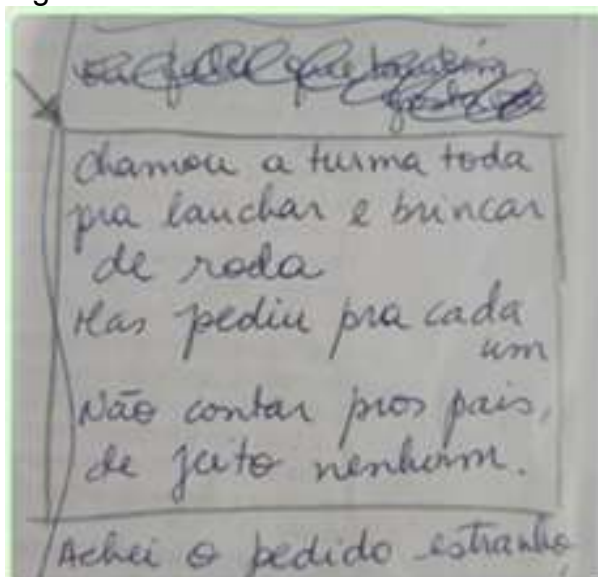
Era o que eu acreditava e o que muitas pessoas acreditam até hoje, por falta de informações de qualidade ao alcance de todos e um colossal desconhecimento/silenciamento sobre o problema. Entre as crenças e o que as pesquisas sobre violências contra crianças e adolescentes indicam, há um abismo gigantesco.

Lentamente, porém, vamos percebendo a mudança de abordagem nos veículos jornalísticos, que começam a repercutir casos em conformidade com o que demonstram as estatísticas, o que pode dar indícios de que as denúncias estão aumentando.

Abusos podem ocorrer debaixo do nosso nariz e serem praticados por aquela “pessoa que gosta tanto de criança, tão querida, tão respeitável” que participa do almoço da família aos domingos. Um caso noticiado em fevereiro de 2020 pela mídia do município de Teresópolis ilustra em detalhes essa realidade:

Policiais da 65ª DP, em Magé, na Baixada Fluminense, prenderam na manhã da última quarta-feira (12), um homem de 55 anos acusado de abuso sexual contra cinco meninas em Teresópolis nos anos de 2012 e 2015. Os investigadores da Polícia Civil cumpriram mandado de prisão preventiva expedido pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Teresópolis. Primeiro eles estiveram no endereço do acusado naquele município, apurando que havia saído recentemente. Continuando a investigação, eles chegaram ao novo paradeiro do denunciado, a localidade de Tamoios, distrito de Unamar, em Cabo Frio. Ele é apontado como autor em seis casos de abuso sexual contra meninas com idades entre três e 10 anos, todos em moldes semelhantes: As **vítimas** eram **filhas ou netas de suas companheiras**. Dessas, cinco denúncias foram feitas na 110ª DP, em Teresópolis, nos anos de 2012 e 2015. A primeira, em 2003, aconteceu em Magé. Os agentes da 65ª DP apuraram em Magé e Cabo Frio que **o homem** trabalhava executando serviços de jardinagem e **demonstrava ser muito religioso, tido pelos moradores como “uma pessoa acima de qualquer suspeita”**. (O Diário de Teresópolis, 2020, <https://netdiario.com.br/noticias/preso-acusado-de-abusar-sexualmente-de-criancas-em-teresopolis/>)

Figura 4 - Rascunho da versão inicial do texto Não me toca, seu boboca!



Fonte: A autora, 2010

As pessoas “acima de qualquer suspeita” podem estar em qualquer lugar, podem morar debaixo do mesmo teto ou na casa ao lado, o vizinho de porta “sempre muito gentil e sorridente como ator de comercial de pasta de dente” como é apresentado o antagonista e potencial abusador “Tio Pipoca” de *Não me toca, seu boboca!* (Taubman, 2017, p. 6).

Desde o início, havia na narrativa literária a proximidade entre a criança agredida e o agressor, o que foi um acerto. Mas eu também havia cometido muitos equívocos conceituais na construção da história.

Para citar um exemplo, a história apresentava os pais da personagem protagonista “Ritoca” como os “heróis” que resolviam a situação, quando, na verdade, como já sabemos (mas em 2010 eu não sabia), são eles mesmos que aparecem no topo das estatísticas como criminosos – pais biológicos e padrastos.

Guardo o rascunho do texto original entre os “tesouros” amalhados ao longo do processo de escrita e reescrita (foram muitas as alterações que o texto original sofreu ao longo dos anos de pesquisas até a publicação).

Hoje compreendo a importância que tem de levá-lo ao conhecimento de outras pessoas para que atestem o pouco entendimento que eu também tinha sobre o problema no início do percurso. É um sincero convite às alianças.

Recorto as principais recomendações contidas no e-mail da Childhood Brasil datado de fevereiro de 2011:

- (i) “o termo pedofilia, que, se utilizado erroneamente, contribui para a conceituação e compreensão equivocadas, o que, infelizmente, já é muito difundido pela mídia em geral”;
- (ii) “pode-se passar uma mensagem confusa para crianças que, por exemplo, sentem-se incomodadas com atitudes dos próprios pais, sem saber a quem recorrer, uma vez que o livro fala em pedir ajuda aos pais. E quando estes são os abusadores, ou já foram solicitados pelas crianças e nada fizeram, por serem cúmplices?” (Childhood Brasil, 2011)

Ainda na primeira versão do texto usei o termo “pedofilia” e, novamente, os pais surgiam no seguinte trecho: “**Nossos pais** ouvindo a gritaria/pediram ajuda na delegacia/ o delegado prendeu o boboca/ por **crime de pedofilia**”. Da mesma forma, fui alterando o texto até a versão atual: “O BOBOCA TENTOU FUGIR, USANDO O SEU DISFARCE/ MAS **NOSSOS GRITOS** CONSEGUIRAM IMPEDIR QUE ELE ESCAPASSE”. (Taubman, 2017, p. 25)

Felizmente, eu estava aberta às possibilidades de investigar e alterar minhas crenças. Deusdará e Rocha (2021) nos alertam para a necessidade de afastarmos os clichês que já habitam nossos pensamentos para “escrever como ato de resistência a tudo aquilo que poderia transformar o texto produzido em mero conteúdo a ser informado” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 342).

Sem pesquisa, sem troca de saberes, *Não me toca, seu boboca!* corria o risco de ter sido escrito apenas para levar às crianças um mero conteúdo (des)informativo e falacioso. Mas, como reflete Deleuze (1993[1997a]) acerca da escrita,

Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma **passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido**. A escrita é inseparável do devir: ao escrever, estamos num devir-mulher, num devir-animal ou vegetal, num devir-molécula, até num devir-imperceptível. Esses devires encadeiam-se uns aos outros (...) (Deleuze, 1993[1997a, p. 11 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 342-343).

4 COMO CONTAR UMA HISTÓRIA SOBRE PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL?

As psicólogas e pesquisadoras da Universidade Federal de São Carlos, Rachel de Faria Brino e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams demonstram em seu trabalho de 2008, *Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil*, que o **abuso sexual pode ser prevenido** se as crianças forem capazes de **reconhecer o comportamento inapropriado do adulto, reagir rapidamente, deixar a situação e relatar para alguém o ocorrido**. Essas premissas estão presentes na narrativa de *Não me toca, seu boboca!*.

Destacadamente, o silenciamento da criança vitimizada, seja pela ação da pessoa agressora ou pelas pessoas do entorno que desprezam, desacreditam, ocultam ou ignoram o relato da agressão, atua como dispositivo de concretização e manutenção da VSCA.

Acerca dessas afirmações, assevera Sanderson (2004[2005]):

Falar sobre o ASC elimina o segredo e o silêncio que o ocultam, garantindo que não permaneça escondido. Não falar sobre ASC favorece aos propósitos do abusador sexual, que precisa silenciar a criança para não ser exposto. Os adultos precisam encontrar uma maneira de falar sobre o assunto que proporcione à criança a liberdade para falar sobre suas experiências, sem assustá-la a ponto de não querer mais passear pelo bairro. (Sanderson, 2004[2005], p. xii).

O meio que a adulta que aqui escreve encontrou para abordar a questão, de tal forma que outros adultos não se sintam constrangidos e encontrem uma maneira de falar sobre esse assunto com crianças, foi a literatura, arte da palavra e da fabulação, fonte de fruição e de conhecimento. Para fruir a leitura, a criança leitora-receptora precisa completar a experiência com seu repertório literário/emocional.

Em vista da dimensão da responsabilidade artística desta obra e assumindo os atravessamentos do tema tratado na narrativa – considerado “difícil ou polêmico” do ponto de vista literário – foi também uma escolha consciente introduzir algumas informações compreensíveis para as crianças-leitoras.

A construção do discurso de “Ritoca” precisaria se constituir como uma *inter(in)venção literária* de abordagem cartográfica, ou seja, um percurso narrativo em que a criança-leitora caminharia com a criança-personagem e seria afetada

pelos encontros e acontecimentos da história, produzindo efeitos de sentidos a partir da partilha dos conhecimentos da protagonista.

A estratégia da narrativa se dá de forma similar à criança que já conhece determinado brinquedo de escalar e que auxilia com seus conhecimentos prévios a criança recém-chegada ao brinquedo, e que ainda não sabe empreender a escalada com destreza, a alcançar seu objetivo.

Faço uma brevíssima síntese do texto antes de analisá-lo pela lente da semântica global de Maingueneau (1995[2008]): após um tempo de convivência, o vizinho simpático que já se aproximou de “Ritoca”, presenteou as crianças com figurinhas e se apresentou como “Tio Pipoca” – alguém que é muito solitário e gosta de brincadeiras infantis – convida as crianças para irem à casa dele, supostamente para “brincar, lancha e assistir televisão”. A condição é que cada uma das crianças não conte sobre isso para ninguém, de jeito nenhum. “Ritoca” desconfia que há algo estranho no pedido, mas ela e os amigos aceitam o convite persuadidos pela promessa de diversão.

Enquanto as crianças dançam e se divertem, o anfitrião pede ajuda à protagonista, supostamente para buscar “o bolo e o pudim” no jardim. Quando estão a sós, ele muda o tom de voz e passa a elogiar a beleza de “Ritoca” e a tocar no corpinho da criança.

Ao reconhecer as intenções maliciosas do adulto, “Ritoca” reafirma o respeito e o cuidado com o próprio corpo, reage e resiste gritando “não me toca, seu boboca!” e sai correndo, alertando seus amigos. As crianças-literárias fogem “em disparada, atropelando o portão” da casa do antagonista.

Os gritos das crianças denunciam o potencial abusador e a narradora assume que ficou envergonhada pela possibilidade de ser julgada como culpada da situação. Após relatar sua história, ela alerta as crianças-literárias e as crianças-leitoras sobre algumas das questões mais comuns que perpassam as situações de VSCA e inspira crianças que possam estar vivenciando/ já tenham vivenciado algo parecido a gritar, contar e pedir ajuda.

Por fim, “Ritoca” termina seu relato evocando como fechamento da narrativa o direito à proteção integral das crianças, consoante com o artigo 227 da

Constituição Federal de 1988 (CF/88)³¹ e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990)³² que, em seu artigo primeiro, decreta: “Esta Lei dispõe sobre a **proteção integral** à criança e ao adolescente” (ECA, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, p.).

Partindo dessa narrativa, meu desejo sempre foi que, cada vez que as crianças-leitoras gritassem o bordão “não me toca, seu boboca!” em aliança com a criança-literária “Ritoca”, elas modelassem juntas um mundo em que reconheceriam situações de potencial abuso, reagiriam às ações de pessoas adultas que tentassem ludibriá-las por meio de uma prática discursiva sedutora/enganadora e que essas pessoas ardilosas e dissimuladas fossem desmascaradas e denunciadas com sucesso para que não pudessem vitimizar outras crianças.

Para deslocar a percepção que atravessa as relações em nossa sociedade adultocêntrica e provocar os efeitos de sentido necessários para promover uma intervenção eficaz, seria necessário criar uma protagonista que conseguisse sensibilizar empaticamente as crianças leitoras para que elas pudessem se conectar emocionalmente com as vivências ficcionais relatadas por essa personagem.

Assim, para construir a materialidade do texto de forma ao mesmo tempo lúdica, artística e conectada com uma rotina verossímil para as crianças, seria necessário enfrentar vários detalhes narrativos de difícil resolução a fim de equilibrar todos os elementos que deveriam estar presentes na obra.

Fazia-se imperativo abordar o problema sem omissões que fragilizassem a narrativa preventiva da violência e, ao mesmo tempo, evitar elementos que provocassem medo nas crianças-leitoras e desconforto nos adultos-mediadores.

A sensação que eu tinha ao escrever era como se estivesse andando no gume de uma lâmina muito afiada sobre um precipício: qualquer escorregão poderia levar a perder as metas que eu esperava alcançar com a difusão da obra. A literatura infantil é “ultramediada” (a criança dificilmente entrará desacompanhada em uma livraria, terá os recursos financeiros disponíveis e escolherá o livro que deseja ler), portanto acolher as dificuldades de mediação dos adultos era ponto primordial na construção da narrativa.

³¹ Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf , p.132. Acesso em: 21 out. 2023.

³² Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf> . Acesso em: 11 dez. 2023.

E por que se fala em temas “tabu”, “difíceis”, “fraturantes” e outras nomenclaturas para designar na literatura infantil as obras que abordam questões relacionadas a luto de entes queridos, doenças e deficiências, discriminação racial e abuso sexual, entre outros?

Provavelmente porque a maioria dos adultos de hoje também não teve, em sua infância, algum adulto que se dispusesse a abordar esses temas. Talvez esse atual adulto não saiba por onde começar e se sinta desorientado, despreparado e sem recursos pessoais para executar essa tarefa de forma segura ao tratar de questões que tangenciam campos desconfortáveis em sua própria experiência humana.

Portanto, um dos maiores desafios era balancear entradas tão sutis quanto suficientemente explícitas para estimular a dúvida sobre as premissas de legitimação de enunciados e enunciadoreis tidos habitualmente como “acima de qualquer suspeita”, em outras palavras, era primordial desnaturalizar pressupostos de uma pretensa naturalidade para acionar nas crianças leitoras possíveis mecanismos que pusessem em xeque os implícitos enunciados adjacentes ao lugar de enunciação ocupado pelo(a) enunciadoreis(abusadoreis).

Outra questão sensível era como o texto seria ilustrado sem tipificar imagetivamente as personagens, principalmente pelo risco que essas escolhas poderiam trazer em hipotéticas “identificações” de supostos agressores e vítimas, caso fossem utilizadas figuras humanas.

De acordo com Harvey e Goudvis (2007),

Quando nós lemos, pensamentos preenchem nossa mente. Nós podemos **fazer conexões com nossas vidas**. [...] Nós podemos fazer uma pergunta ou uma inferência. Todavia, não é suficiente ter esses pensamentos. **Leitores estratégicos utilizam seus pensamentos** em uma conversa interior que os ajudam a criar sentido para o que leem. Eles procuram respostas para as suas perguntas. Tentam **entender melhor o texto, por meio de suas conexões com os personagens, situações e problemas**. (Harvey; Goudvis, 2007, p.12-13 *apud* Giroto; Souza, 2010, p. 45)

Crianças pequenas são leitoras em formação, logo a mediação é fundamental para ampliar conexões entre as experiências ficcionais de “Ritoca” e as experiências reais das crianças, de forma que a narrativa da protagonista possa produzir efeitos de sentidos para elas.

Ao longo do processo de elaboração do livro, mediante o que pesquisamos, optamos pela representação dos personagens por meio de animais humanizados, objetivando, inclusive, que as crianças bem pequenas não criassem representações de similaridade com alguém que eventualmente conhecessem.

A tipografia em caixa alta foi uma escolha editorial certa, porque também facilita a leitura de crianças na primeira infância (0 a 6 anos de idade), público prioritário a que se destina a obra por ser a faixa etária que menos condições tem de reconhecer uma potencial situação de risco devido à falta de repertório e entendimento, fatores que impactam nas possibilidades de estabelecer conexões, sobretudo texto-leitor e texto-mundo.

Nesse período a criança está adquirindo domínio lexical e a narrativa em primeira pessoa da protagonista criança-literária daria melhores condições para a criança-leitora reconhecer, tanto na linguagem verbal quanto não-verbal, as atitudes “suspeitas” do antagonista, o potencial abusador “Tio Pipoca”, vizinho da casa ao lado da protagonista, ou seja, alguém de sua habitual convivência.

A intenção era também estimular as crianças-leitoras, por meio da identificação com a criança-personagem, a reconhecer o potencial perigo e se conectar com as soluções que “Ritoca” aplica diante da situação-problema, exatamente as ações propostas pelos programas simulados de autoproteção: a protagonista grita, corre e conta o ocorrido – alçando sua voz não apenas para se esquivar da violência, mas também para ampliar essa voz e alertar seus amigos (representativos de todas as crianças alcançadas pela narrativa).

Figura 5 - capa e quarta capa de Não me toca, seu boboca!



Fonte: Taubman, 2017. Ilustração: Thais Linhares

“Ritoca” estabeleceria a catarse característica da relação forte do leitor com a personagem, como definido pelo professor e escritor Gustavo Bernardo (2005) no artigo *A qualidade da invenção*:

O processo de catarse é, na verdade, o processo do reconhecimento de si mesmo como alguém que há pouco não era, isto é, um processo de produção dinâmica, permanente, infinita, de si mesmo. (Bernardo, 2005, p. 20).

Dessa forma, a protagonista ofereceria às crianças leitoras uma potencial capacidade de reagir à voz de autoridade e, consequentemente, reagir ao estabelecido pela sociedade adultocêntrica em que o discurso do adulto é mais validado do que o discurso da criança, mesmo quando esse adulto não respeita a interdição do uso do corpo infantil para a satisfação sexual e comete a violência sexual contra a criança.

Farei uma breve análise do livro como foi publicado e descreverei de que forma conto a história e, eventualmente, inserirei as versões iniciais de trechos que foram sendo modificados em função dos conceitos aprendidos ao longo dos anos de elaboração. Usarei caixa alta e negritos para reproduzir os efeitos intensificadores do discurso presentes no projeto gráfico do livro.

Esse processo do fazer-conhecer-alterar-refazer-analisar ocorreu de maneira muito orgânica em meu percurso antes-durante-depois da escrita do livro e antes-durante-agora na escrita deste trabalho.

Por isso volto a fazer um convite que se renove nossa aliança: estamos trabalhando com o método cartográfico, segundo o qual o trabalho da análise é a um só tempo o de descrever, intervir e criar efeitos-subjetividade” (Passos; Barros, 2009, p. 27).

Então, seguindo as pistas da cartografia, proponho que o próximo trecho seja percorrido operando na transversalidade, considerando o “plano em que a realidade toda se comunica” e acompanhando “o traçado desse plano ou das linhas que o compõem”, e também que “a tecedura desse plano não se faz de maneira só vertical e horizontal, mas também transversalmente” (Passos; Barros, 2009, p. 27-28).

Começemos pela capa e pelo título do livro publicado em 2017: sobre o fundo branco da capa, que também conta com aplicações em verniz transparente de flores e outros grafismos de inspiração em desenhos infantis, uma turma de animais humanizados ilustrados em cores chamativas sugere uma situação de desagrado, perceptível pelas expressões de embate dos personagens e pelo título destacado em tipografia lúdica verde envernizada *Não me toca, seu boboca!* que é também um “chamado à ação” (ato de fala que interrompe a ação de toque de “alguém” que não se sabe ainda quem é).

A capa, portanto, dá total protagonismo às crianças da trama. Na página 4 (após folha de rosto, ficha catalográfica e longos agradecimentos) surge a ilustração de “Ritoca”, uma criança literária materializada pela ilustradora Thais Linhares como uma coelhinha humanizada (tomando emprestado um recurso das fábulas clássicas e promovendo conexões texto-texto com as crianças-leitoras).

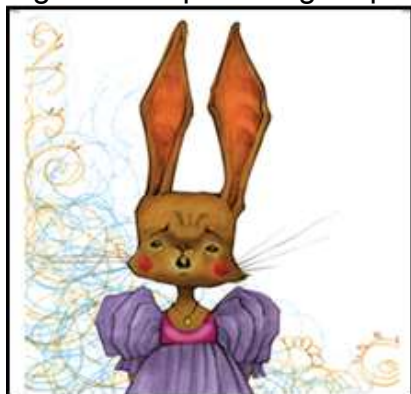
Uma série de acontecimentos serão narrados em primeira pessoa pela protagonista, em um determinado lapso temporal que é fundamental para dar materialidade à questão da passagem do tempo que caracteriza a VSCA e que crianças pequenas têm bastante dificuldade para elaborar.

Para situar as crianças menores na dimensão temporal, começo dizendo, por exemplo, que nossa história começa “perto do Dia das Crianças”; o próximo marco relatado por “Ritoca” é “depois de umas semanas” que relaciono na contação com “quase chegando o Natal”; no marco seguinte, a personagem relaciona o episódio se referindo a “um dia” que eu indico como sendo “depois do carnaval”.

A intenção não é de especificar quantitativamente o tempo que dura a dinâmica interacional do potencial abuso que “Tio Pipoca” tentará empreender, mas de salientar que há um lapso temporal entre aproximação, aliciamento e

concretização do abuso que toma o lugar do estereótipo do “ataque súbito do abusador desconhecido”, como boa parte do imaginário coletivo ainda ressoa na comunidade discursiva que mantém a VSCA como exógena ao círculo de pessoas próximas da criança.

Figura 6 - A personagem protagonista-narradora “Ritoca”



Fonte: *Não me toca, seu boboca!* (Taubman, 2017). Ilustração: Thais Linhares (2017)

Costumo dizer para as crianças (e também para os adultos) nas contações interativas que faço de *Não me toca, seu boboca!*, em que uso a boneca “Ritoca” para me auxiliar, que a história que vamos conhecer é uma “história de quase”: mas... o que será uma história de quase? – pergunto para a plateia, suscitando mais perguntas e trocas de ideias.

Para estabelecer as condições da contação interativa sigo as reflexões de Stephanie Harvey e Anne Goudvis (2008).

De acordo com as pesquisadoras,

[q]uestionar é a estratégia que lança os leitores adiante. Quando os leitores têm perguntas, são menos capazes de abandonar o texto. Leitores proficientes fazem perguntas antes, durante e depois de lerem. Eles perguntam sobre o conteúdo, o autor, as situações, os problemas, e as ideias do texto. Nós precisamos comemorar as perguntas das crianças e ajudar a facilitar suas respostas. (Harvey; Goudvis, 2008, p. 45 *apud* Girotto; Souza, 2010, p. 56).

Cada vez que conto *Não me toca, seu boboca!* adapto as estratégias (conexões, questionamento, inferência, visualização) às respostas/perguntas do público e comemoro os questionamentos e as inferências das crianças (e dos adultos!), ajudando a elaborar as reflexões diante das “enquetes” que vou lançando ao longo das trocas com o público.

Segundo Girotto e Souza (2010),

A experiência das autoras [Harvey e Goudvis] demonstra que pedir para as crianças visualizarem, fazerem conexões e contarem o imaginado-pensado-refletido durante a leitura, leva-as a um aumento de interesse e envolvimento. Desse ponto de vista, o ensino das estratégias utilizadas para ler incentiva as crianças a pensarem mais cuidadosamente sobre a leitura (Giroto; Souza, 2010, p. 57)

Levar a um aumento do interesse é dos objetivos mais almejados na contação de *Não me toca, seu boboca!*, pois é a partir desse interesse que as crianças podem fazer conexões texto-leitor, ou seja, conexões por similaridade processual entre a narrativa ficcional de “Ritoca” com os acontecimentos da própria vida da criança-leitora que poderá reconhecer tentativas de abuso ou abusos em andamento ao perceber as semelhanças entre os acontecimentos da narrativa ficcional e da vida real.

Apoiada nas reflexões de Giroto e Souza (2010), busco ampliar a percepção das conexões com a possibilidade de inter(in)venção do texto, levando em consideração que

[o]s leitores fazem naturalmente **conexões entre os livros e fatos de suas vidas (...)** As chamadas de texto para o leitor são aquelas em que, na leitura, ele **[o leitor] estabelece conexões com episódios de sua própria vida** (Giroto; Souza, 2010, p. 67).

Retomando Sanderson (2005), não podemos perder de vista que a criança que sofre abuso desde pequena, “pode mesmo achar normal o abuso sexual, vendo-o como um reflexo de quanto o relacionamento é ‘especial’ (confundindo sexo com afeto).” (Sanderson, 2005, p. xxii).

A estratégia para o “antes da leitura” envolve a ativação de conhecimentos prévios do universo habitual da maioria das crianças: peço que fechem os olhos e façam um exercício de visualização de uma festa de aniversário, com todos os detalhes – a decoração, a música, os docinhos, os salgados, as brincadeiras. Cada criança “inventará” mentalmente a sua própria festa.

A seguir, direciono a visualização da brincadeira para o pique-pega, fazendo o barulho de pés correndo e dizendo que todas as crianças “da festa” resolvem correr ao mesmo tempo. Eis que, enquanto as crianças correm “de um lado pro outro, de um lado pro outro” (repetidas vezes até a plateia responder “de um lado pro outro”), abre-se a porta da cozinha (faço barulho de dobradiça) e de lá sai um

moço carregando uma bandeja repleta de copos cheios de bebidas (pergunto quem gosta de mate, suco, água etc. e deixo que respondam com suas preferências).

Na sequência, peço que abram os olhos e dou início a uma “enquete” para estimular as inferências das crianças (estratégia que permeia toda a contação interativa):

- Levanta a mão quem acha que as crianças trombaram com o moço? (alguns levantam a mão, outros não)
- E, se trombaram, o que aconteceu com a bandeja? (guardo resposta; de um modo geral, falam todos juntos que a bandeja caiu e eu assinto com a cabeça).
- E se a bandeja caiu, o que aconteceu com os copos?” (guardo resposta; “os copos caíram, quebraram”, dizem).
- E, se os copos caíram e quebraram, o que aconteceu com a bebida que estava dentro? (guardo resposta, “a bebida espalhou/sujou n/o chão”, dizem).
- E aquela pessoa que vinha distraída olhando a decoração e não percebeu que tinha uma poça no chão? Escorregou? Se machucou? Que confusão! Mas... esperem um pouco! Vamos pensar em outra situação?”

Novamente, peço às crianças que fechem os olhos e imaginem a mesma cena desde o início. Desta vez, porém, após abrirem os olhos, perguntar quem acha que as crianças conseguiram parar (“estátua!”) antes de trombar com o moço da bandeja (guardo resposta).

Pergunto, então: “Ora, se conseguiram parar antes de trombar com o moço da bandeja, o que aconteceu com a bandeja?” (guardo resposta, alguns dizem “a bandeja não caiu”, outros se confundem, alguns dizem “não aconteceu nada!”). “E se a bandeja não caiu, o que aconteceu com os copos? (“os copos não quebraram”). “E se os copos não caíram, a bebida derramou? Não! Mas foi quase, né?

Pois é... quase que nossa protagonista (mostro a boneca) se encrencou... vamos ver o que ela tem para nos contar?

Após essa introdução e mediante o contato com a capa e o título, as crianças-leitoras (receptoras do discurso) inferem que a protagonista passará, ao longo da narrativa, por diversos conflitos e deverá enfrentar problemas.

A criança-literária, então, se apropria de uma competência discursiva que, para Maingueneau (2004[2020]) é “a aptidão, historicamente definida, de um sujeito

para produzir e interpretar enunciados que decorrem de uma formação discursiva determinada” (Charaudeau; Maingueneau, 2004[2020], p. 102).

Para o autor, “os diversos modos da subjetividade enunciativa dependem igualmente da competência discursiva, sendo que cada discurso define o estatuto que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer (...)” (Maingueneau, 1995[2008], p.87).

Dessa forma, “Ritoca”, em primeiro plano e tomando a palavra, passa a enunciar, legitimando seu dizer e assumindo uma competência discursiva que trará conhecimentos para as crianças destinatárias de acordo com o que propõe o estatuto do enunciador e do destinatário, um dos planos de *uma semântica global* que Maingueneau articula em *Gênese dos discursos* (Maingueneau, 1995[2008]).

Assim começou o texto desde a primeira versão e começa até hoje *Não me toca, seu boboca!* (Taubman, 2017):

“O MEU NOME DE VERDADE É RITA,
MAS SÓ ME CHAMAM DE RITOCA.
EU TENHO UMA HISTÓRIA PARA CONTAR.
FOI UMA COISA QUE ME ACONTECEU,
MEIO DIFÍCIL DE ENTENDER,
MUITO DIFÍCIL DE FALAR”. (Taubman, 2017, p. 5)

A história de “quase concretização de abuso”, protagonizada pela personagem-narradora, a criança-literária “Ritoca”, cria um mundo que pretende afetar suas leitoras e seus leitores por meio do contato com uma vivência ficcional de reconhecimento de uma situação de potencial risco de abuso, da dinâmica interacional/discursiva entre agressor-potencial vítima e do lapso temporal que constituem, na maioria dos casos conhecidos, o processo que leva à concretização da VSCA.

O texto foi construído a partir de versos rimados que, pela musicalidade, buscam, de certa forma, atenuar a aridez da questão e estabelecer conexões texto-leitor, procurando aproximar ao máximo as formações discursivas em que estão inscritas a autora-adulta pela voz da protagonista com a criança-leitora destinatária do discurso.

A escritora e pesquisadora Ieda de Oliveira (2005), dimensiona a dificuldade de aproximação das formações discursivas autor-adulto x leitor-criança de literatura Infantil salientando que

A criança – leitor típico dessa modalidade de literatura – tende a ter um universo menor que o do adulto que a produz, “com limitações de léxico, de sintaxe e de visão de mundo” o que reduz a margem de manobra do autor, aumentando o seu desafio [...]. (Oliveira, 2005, p. 58).

Para reforçar essa constatação, trago as palavras da escritora e pedagoga Fanny Abramovich (1991) que compartilha suas percepções como leitora na infância declarando que “ler, pra mim, sempre significou abrir todas as comportas pra entender o mundo através dos olhos dos autores e da vivência das personagens...” (Abramovich, 1991, p. 14).

É disso que trata *Não me toca, seu boboca!*: do esforço de deslocar a abordagem das cartilhas que se utilizam do modelo representacional, ou seja, em que a produção de conhecimento se dá mediante um correspondente mental do adulto de um mundo pré-existente e estático como um retrato, para um universo literário que aposta nos encontros e em uma dinâmica rizomática de troca de saberes entre crianças, da forma mais natural e leve possível.

Seguindo o que sinala Ieda de Oliveira (2005), “a Literatura Infantil não tem a função de **ensinar**, e sim de **educar**” (Oliveira, 2005, p. 57, grifos da autora).

Nesse sentido, *Não me toca, seu boboca!* busca abrir comportas para que as crianças-leitoras possam conhecer o que a protagonista da história reconhece, desde o início de sua narrativa, ser algo “difícil de entender” e, assim, estabelece-se uma cumplicidade entre a criança-literária e a criança-leitora em relação à dificuldade de compreensão de uma série de manejos do mundo dos adultos. O educar em *Não me toca, seu boboca!* é direcionado à problematização do consentimento.

A similaridade de condições dialógicas (criança literária-enunciadora e crianças-receptoras dessa enunciação) favorecem a aquisição de conhecimentos por meio de agenciamento, que, na concepção de Deleuze e Guattari (1980), compreende uma “comunicação direta, sem mediação da representação. Comunicação sem subordinação, hierarquia ou determinismos [...], agenciamento maquínico [que] põe em conexão fluxos ou processos” (Kastrup, 2015, p. 104).

Dessa forma, a criança ficcional “Ritoca” se apresenta e “conversa” com as crianças leitoras sobre uma “vivência experienciada”. A voz e a trajetória de “Ritoca” na narrativa de *Não me toca, seu boboca!* também se aproximam da noção de cognição inventiva, porque abrem novas possibilidades de “estar no mundo, de estabelecer relação consigo e com a própria atividade de conhecer”, se deslocando em direção a uma política cognitiva que evidencia “que o conhecer envolve uma posição em relação ao mundo e a si mesmo, uma **atitude**, um *ethos*”. (Kastrup; Tedesco; Passos, 2008, p. 12).

A criança literária “Ritoca” traz em sua prática discursiva e em seu etos³³ a resistência ao adultocentrismo e a defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O sociólogo e crítico literário Antonio Candido (2011) discorre sobre a relação entre literatura e direitos humanos no ensaio *O direito à literatura* (Candido, 2011, p. 171).

Nesse ensaio, a literatura é defendida pelo autor como “uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque, pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza” e que, por outro lado, “pode ser **um instrumento consciente de desmascaramento**, pelo fato de **focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles**, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual” e conclui que “tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a **luta pelos direitos humanos**” (Candido, 2011, p. 188).

Sendo a literatura um direito humano, por conseguinte, a literatura infantil e juvenil é um direito humano de crianças e adolescentes. E o instrumento consciente de desmascaramento está explícito em *Não me toca, seu boboca!* que expõe as estratégias do adulto-potencial agressor para envolver as crianças-potenciais agredidas.

Em determinado lapso temporal indicado pelas expressões “ALGUNS MESES ATRÁS” (Taubman, 2017, p. 6), “DEPOIS DE ALGUMAS SEMANAS” (idem, 2017, p. 9) e “UM DIA” (ibidem, 2017, p.13) a protagonista relata a chegada de um novo vizinho e o que aconteceu a partir desse encontro de corpos.

³³ A escolha da grafia em língua portuguesa da palavra etos em vez de *ethos* segue Deusdará; Rocha; Arantes (2019, p. 1). Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v6i10.8655079> . Acesso em: 08 jun. 2022.

“PARECIA SER UM **TIO** BONZINHO/ VIVIA RONDANDO O PARQUINHO/ QUERENDO SE APROXIMAR DA GENTE” (Taubman, 2017, p.), diz a narradora. O negrito da palavra “tio” foi propositalmente aplicado: embora não seja um tio por laços de consanguinidade, é bastante comum em diversas regiões do Brasil que crianças chamem adultos próximos pela alcunha de “tio”.

A ilustradora Thais Linhares, do ponto de vista imagético, corporificou o personagem com características dúbias, materializando semioticamente um conjunto que produz efeitos de sentidos nas crianças, até mesmo nas mais novas que ainda não sabem ler letras, mas que têm a bem-aventurança de contar com adultos empenhados em contribuir para sua formação leitora.

O personagem “Tio Pipoca” é grande em sua dimensão corporal, ou seja, é um adulto, mas segura um ioiô e usa um boné e botas que lhe conferem um ar infantil/jovial.

Ele mantém uma atitude corporal/postura que remete a uma criança nova que chega no bairro e, demonstrando timidez, quer se enturmar com as crianças que já vivem no território. Nas palavras de um leitor de 4 anos que a mãe teve a bondade de me enviar as impressões da criança sobre a leitura a partir das ilustrações: “é um lobo vestindo uma fantasia de ovelhinha. Ele tá tentando enganar todo mundo! Olha! Ele tá tocando na coelhinha, mas ela não quer! Ela tá gritando com ele... Ele deixou a fantasia cair!”.

Por este relato é possível depreender que até uma criança mais nova, conseguiu se conectar com a narrativa, visualizar a situação, inferir sobre o que estaria se passando com a protagonista e sobre a estratégia de dissimulação do antagonista para não revelar suas reais intenções em relação à personagem narradora. Literatura como forma de conhecimento e intervenção.

A percepção desse leitor é ratificada por Sanderson (2004[2005]), a partir da voz de um agressor de 30 anos: “Basicamente, somos lobos em pele de cordeiro. É por isso que os pais e as crianças confiam em nós e é assim que evitamos ser descobertos...você ficaria impressionado em saber como é fácil enganar pais, adultos e crianças” (Sanderson, 2004[2005], p. 141).

Figura 7 - o personagem-antagonista-potencial abusador “Tio Pipoca”, vizinho de porta da protagonista “Ritoca”



Fonte: Não me toca, seu boboca! (Taubman, 2017) Autora: Thais Linhares

Ele se muda para a casa ao lado da casa de “Ritoca” e, paulatinamente, vai se aproximando dela e da turma de crianças amigas da protagonista. O vizinho que se apresenta como “Tio Pipoca” se mostra muito afável, generoso e divertido (oferece figurinhas, diz que gosta de jogar futebol de botão e *videogame*) e também solitário, dizendo que se sentia abandonado por não ter família e se equiparando, implicitamente, à condição de necessidade de cuidados das crianças.

Sanderson (2004[2005]) aponta essa última estratégia como parte do aliciamento da criança pelo agressor que

pode enfatizar a própria solidão ou isolamento e, assim, fazer a criança ficar com pena dele. E como ele foi muito afável (...) durante o processo de aliciamento, a criança se sente obrigada a lhe retribuir para mostrar quanto valoriza a amizade. (Sanderson, 2004[2005], p. 259).

A semântica global de Dominique Maingueneau (1995), que articula vários planos do discurso na multiplicidade de suas dimensões e nas restrições que, de acordo com Rocha (2022) é um “regime de compatibilidades entre diferentes planos ou dispositivos” (Rocha, 2022, p. 103), pode nos ajudar a analisar o discurso de “Ritoca” em relação ao que disse “Tio Pipoca” em seu discurso às crianças-literárias (relação estabelecida entre os coenunciadores) para envolvê-las em uma suposta relação de “amizade/simetria”, ludibriá-las e tentar cometer abusos sem ser denunciado.

Rocha (2022) esclarece que

A aposta feita nessa semântica global pode ser objetivada da seguinte forma: contrariamente ao que supõe uma apreensão intuitiva dos enunciados, o que se diz em um texto não produz sentido apenas em função do conteúdo das palavras, ou seja, não se diz algo apenas com base em um vocabulário. (Rocha, 2022, p. 96)

O pioneiro em tratamento de criminosos sexuais, Ray Wire, diz que “Monstros não se aproximam de crianças; homens gentis, sim...” (Wyre, 1993, *apud* Sanderson, 2004[2005], p. 141). Sanderson (2005, p. xvii) também destaca, no prefácio que coteja uma série de mitos (“abusadores sexuais são monstros”) x realidade, que

a maioria dos abusadores sexuais de crianças apresentam-se como pessoas extremamente simpáticas, gentis e atenciosas [...] [e] parecem pessoas normais [...] são membros da comunidade local e pertencem a todo tipo de profissões [...]. É **praticamente impossível apontar um abusador sexual de crianças em uma multidão** (Sanderson, 2005, p. xviii).

E é dessa forma que o potencial abusador “Tio Pipoca” é percebido segundo a descrição da protagonista: “**ALGUNS MESES ATRÁS, MUDOU-SE PARA A CASA AO LADO UM CARA ENGRAÇADO, SEMPRE GENTIL E SORRIDENTE COMO ATOR DE COMERCIAL DE PASTA DE DENTES**” (Taubman, 2017, p. 6).

O linguista francês Oswald Ducrot (1987) esclarece como funciona a estratégia da persuasão, que pode ser aplicada ao antagonista “Tio Pipoca”:

Um dos segredos da persuasão tal como é analisada a partir de Aristóteles é, para o orador, **dar de si mesmo uma imagem favorável** ... Esta imagem do orador é designada como *ethos*. É necessário entender por isso o caráter que o orador atribui a si mesmo pelo modo como exerce sua atividade oratória. Não se trata de afirmações autoelogiosas que ele pode fazer de sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que podem ao contrário chocar o ouvinte, mas da **aparência que lhe confere a fluência, a entonação**, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos ... (Ducrot, 1987, p. 188-189)

De acordo com alguns dos planos da semântica global, encontramos na narrativa de “Ritoca” indícios discursivos da fase de aliciamento das crianças empreendido por esse antagonista, situando tal relato em determinado tipo de espaço e de tempo construídos no texto, ou seja, uma topografia e uma cronografia:

- (i) a **intertextualidade** que remete a discursos já citados anteriormente: ator de comercial de pasta de dentes remeteria a

alguém simpático, bem apessoado, cuidadoso com a saúde bucal, com hálito puro e perfumado; o vizinho como alguém próximo tanto do ponto de vista da localização física quanto dos supostos costumes e comportamentos sociais;

- (ii) o **vocabulário** que o enunciador escolhe entre vários sinônimos para marcar sua posição no campo discursivo e os **temas** que aborda a partir de sua formação discursiva: o próprio apelido com o qual o agressor se apresenta à protagonista – “PODE ME CHAMAR DE TIO PIPOCA” (Taubman, 2017, p. 9) – remete a um alimento que, no imaginário infantil e coletivo, conecta-se a situações agradáveis como festa de aniversário, festa junina, cinema. Em relação aos temas, “Ritoca” se refere ao enunciado de “Tio Pipoca” em referência a ele apreciar crianças “desobedientes” e brincadeiras infantis em “DISSE AINDA QUE ADORAVA MENINO LEVADO, GOSTAVA DE VIDEOGAME E FUTEBOL DE BOTÃO” (Taubman, 2017, p. 10)

(iii) **Estatuto do enunciador e do destinatário**: “Os diversos modos da **subjetividade enunciativa dependem** igualmente da **competência discursiva**, sendo que cada discurso define o estatuto que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer” (Maingueneau, 1995, [2008], p. 87): “TIO PIPOCA CHAMOU A TURMA TODA PRA IR À CASA DELE, LANCHAR, BRINCAR E ASSISTIR TELEVISÃO” (Taubman, 2017, p. 13), ou seja, ele faz um convite que se assemelha à maneira como, de modo geral, uma criança faz para convidar outra para ir à sua casa, antecipando as atividades que são habituais ao universo infantil;

(iv) A **dêixis enunciativa**: “o ato de enunciação supõe a instauração de um “dêixis” espaciotemporal que cada discurso constrói em função de seu próprio universo” (Maingueneau, 1995[2008], p. 88). Não se trata da “biografia pessoal”, nem de datas cronológicas, mas de uma legitimidade autorizada estabelecida a partir da cena e cronologia. O relato de “Ritoca”

não narra uma tentativa de abuso intrafamiliar (o mais comum), contudo traz uma proximidade suficiente para que a criança-leitora possa se conectar a tal dimensão (o antagonista não surge querendo tocar a personagem de imediato, há toda uma aproximação anterior ao ápice da narrativa). Onde poderíamos localizar a dêixis enunciativa na relação desses personagens? Etimologicamente, a palavra “vizinho” provém

do latim *vicinus* e referia-se àquele que é do mesmo bairro ou da mesma aldeia. Este adjetivo remetia ao substantivo *vicus*, com que se designava uma reunião de casas, um bairro ou uma rua. (...) Como, em geral, os **vizinhos possuem características e circunstâncias semelhantes**, a palavra ganhou sentido especial de proximidade entre conceitos e realidades, em frases como “uma situação **vizinha** da calamidade”. (Perissé, 2011).

A partir da fusão desses diversos planos e de “uma dada qualidade de voz que marca a enunciação (etos)” (Rocha, 2022, p. 99), podemos inferir que o imaginário coletivo cultivado por séculos reforce a ideia que poderia ser expressa por “se somos vizinhos, pertencemos a determinada ‘classe’ de pessoas que vivem na mesma condição (social, financeira, cultural); se somos gentis com as crianças, logo somos confiáveis para conviver com elas”.

Com o passar do tempo e consequente conquista de confiança das crianças (e, possivelmente, de toda a vizinhança), “Tio Pipoca” convida a turma de “Ritoca” para ir à casa dele “lanchar, brincar e assistir televisão”.

Retomando a contação, é também neste ponto que interrompo a sequência para lançar outra “enquete”: “levanta a mão quem acha que tem alguma coisa estranha com ir brincar, lanchar e assistir televisão” (poucas mãos se levantam).

Imediatamente, prossigo, dizendo (pela voz de “Ritoca”): MAS TINHA UMA CONDIÇÃO (as crianças foram ilustradas em roda, de mãos dadas; “Ritoca” é a “criança especial” que está segurando a mão do antagonista, que leva o indicador da outra mão à boca em sinal de **silenciamento**): PEDIU A CADA UM QUE NÃO CONTASSE PRA NINGUÉM, DE JEITO NENHUM! (Taubman, 2017, p. 13).

A protagonista, então, lança um sinal de desconfiança, mas a promessa de diversão é mais forte e ela acaba acompanhando a turma em direção à casa do antagonista.

Diz “Ritoca”: “ACHEI O PEDIDO ESTRANHO, MAS TODOS SE ANIMARAM COM TAMANHA DIVERSÃO. ALGUMA COISA ME DIZIA QUE IA DAR CONFUSÃO...” (Taubman, 2017, p. 13).

Voltemos à contação da história: neste momento da narrativa, faço uma pausa e proponho mais uma “enquete”, em busca das inferências da plateia: levanta a mão quem concorda com “Ritoca” que vai dar confusão.

De um modo geral, as crianças mais novas discordam de “Ritoca” e as mais velhas (de 8 anos para cima), concordam. Peço a algumas que justifiquem as escolhas e recolho as respostas.

Em uma das contações, um menino de 8 anos muito leitor e capaz de fazer inferências pelas habilidades leitoras já adquiridas, pediu o microfone e disse:

“Eu acho que vai dar confusão. Porque se não tivesse nada de errado, pra quê o Tio Pipoca ia pedir que não contasse nada pra ninguém?”.

Algumas, geralmente as mais novas, dizem: “eu acho que não vai dar confusão porque... ele não é o tio dela?”

Na versão inicial, o trecho em que o “Tio Pipoca” fazia o convite foi escrito da seguinte forma: “chamou a turma toda pra lanche e brincar de roda/mas pediu pra cada um não contar **pros pais** de jeito nenhum”.

Tirei os pais de cena e modifiquei a enunciação de acordo com as observações da Childhood, até chegar à versão atual: QUE NÃO CONTASSE **PRA NINGUÉM**, / DE JEITO NENHUM!” (Taubman, 2017, p. 13).

Peço permissão para uma pausa, porque esse é, provavelmente, o ponto mais crítico da manutenção da VSCA: o silenciamento, principalmente na VSCA intrafamiliar.

De acordo com Cátula Pelisoli e Débora Dalbosco Dell’Aglio (2008), que estudam um caso dessa natureza no artigo *Do segredo à possibilidade de reparação: um estudo de caso sobre relacionamentos familiares no abuso sexual*

características comumente encontradas em casos de abuso sexual intrafamiliar como a presença de **ameaças**, o **isolamento da vítima** como medida de **manutenção do segredo** e o adiamento da denúncia por medo também estiveram presentes no caso de “Sílvia”. “A criança tem medo de falar e, quando o faz, o adulto tem medo de ouvi-la”, disse Gabel (1997, p. 11). Como descrito por Furniss (1993), por meio da denominação **síndrome do segredo**, as meninas são **vítimas de ameaças** e têm **medo do que pode acontecer a elas e a sua família**, assim como até **mesmo ao próprio abusador, com quem possuem laços afetivos significativos**. Dessa forma, essas meninas protelam a revelação e, ao fazerem isso, permitem

que essa violência continue e que sejam vítimas de novos abusos. (Pelisoli; Dell’Aglia, 2008, p. 57)

Eis o motivo do grande investimento que faço nesse questionamento. No final da contação, volto a esse ponto, reforçando a diferença entre o “segredo-surpresa” (de curta duração e que, ao ser revelado, deixa todo mundo alegre, como, por exemplo, uma festa-surpresa) e o “segredo-que-não-pode-contar-nunca-pra-ninguém-de-jeito-nenhum”: aí mesmo é que a gente precisa contar para alguém que a gente confia e sabe que vai nos ouvir com atenção!, enuncio a partir de “Ritoca”, mantendo a proximidade entre as formações discursivas da personagem e das crianças.

Retomo a jornada da contação: enquanto todas as crianças dançam, “Tio Pipoca” separa “Ritoca” dos amigos, com a justificativa de que precisa de ajuda para buscar o bolo e o pudim no jardim.

A sós com a protagonista, **o antagonista**, antes aparentemente bonachão e amistoso, **muda o tom de voz** e diz a ela que “É MUITO BONITINHA” (Taubman, 2017, p.); logo mexe na orelha da criança (supostamente para observar o brinco que “Ritoca” usava), olha sua boca (apenas para “ver se faltava dente”) e, finalmente, tenta acessar o pescoço da menina, mexendo no pingente pendurado na corrente que ela usa e pedindo que ela não faça alvoroço, **silenciando-a** novamente.

As ilustrações vão apresentando as expressões de “Ritoca” em um crescente de medo e desconforto. Finalmente, ela supera o abalo causado pela atitude inesperada do antagonista, se recorda que seu corpo é um tesouro que deve ser tratado com cuidado. Implicitamente, “Ritoca” dá a conhecer que ela já tinha conhecimento acerca das atitudes necessárias para pôr em prática estratégias de autoproteção e percebe que foi imprudente.

Porém, na versão inicial, a mãe de “Ritoca” – meu *alter ego* porque, evidentemente, eu queria ser a “mãe protetora-salvadora”, já que nem me ocorria (na minha crença nos universais) que “mães” pudessem agir como abusadoras, omissas, agenciadoras de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes ou cúmplices desse crime – funcionava no texto como a figura cuidadora presente no pensamento da protagonista e a alertava acerca da já citada proibição absoluta sobre o toque no corpo infantil: “foi aí que eu percebi/ que tinha sido imprudente/ lembrei que **mamãe sempre diz/ que ninguém pode tocar no corpo** da gente!”.

Se “fazemos coisas enquanto produzimos textos” (Rocha, 2014, p. 623) e se estamos prescrevendo “quem-pode-tocar-onde-no-teu-corpinho”, não estaríamos, com a melhor das intenções, reforçando a estratégia do agressor a partir do lugar do adulto inscrito em formação discursiva que, por sua posição imaginária de autoridade (Pêcheux, 1969, p.18 *apud* Rocha, 2014, p.621) levaria a criança simplesmente a seguir obedecendo uma ou outra voz de autoridade (adulto-agressor ou adulto-cuidador), mas se relacionando no mesmo diagrama de forças, embora em direções opostas?

Na versão atual do livro, a mãe sai de cena e é a criança-narradora que enuncia: “FOI AÍ QUE PERCEBI: EU ESTAVA SENDO IMPRUDENTE! /O MEU CORPO É UM TESOURO QUE TRATO CUIDADOSAMENTE.” (Taubman, 2017, p.).

E o “ninguém pode tocar no corpo da gente”? Esse, certamente, foi o maior desafio da escrita.

Peço para fazermos outra pausa neste ponto, porque foi o mais difícil de resolver: como falaria sobre toque abusivo sem utilizar as premissas do “quem” e do “quais partes do corpo” e, ainda assim, sem perder a perspectiva do consentimento da criança em relação a ser tocada, nem provocar medos desnecessários e trazer a dimensão do autocuidado e da autoproteção?

A solução ainda teria de vencer o desafio do léxico restrito próprio do gênero literário e precisaria manter o protagonismo da criança em relação ao seu corpo... bem, não fiz a conta, mas creio que não foram menos de 30 tentativas até chegar à enunciação que incluiria como supostos agressores “todos e ninguém”, que interditaria o toque desrespeitoso “a qualquer parte do corpo” (não apenas às partes íntimas) e à descrição da sensação de estranhamento que o toque com intenção sexual tem por meio de alguma palavra que produzisse os efeitos de sentido desejados para as crianças, respeitando sua formação e competência discursivas.

A versão final desse trecho crítico foi publicada na seguinte sequência:

“SE FOR DE UM JEITO **SUPEITO, NINGUÉM** DEVE TOCAR NA GENTE!”

Na sequência, ainda na mesma dupla, “Ritoca” relata/enuncia: “ENTÃO COMECEI A GRITAR PARA A TURMA TODA SE LIGAR: **NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA!**” (Taubman, 2017, p. 21).

Neste momento a ilustração apresenta a protagonista com uma expressão de ferocidade e cólera, a tipografia do bordão do grito é diferente do restante do texto dessa e de outras páginas (“NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA!” destaca-se em letras grandes e vermelhas, a frase é disposta em curva) e esta cena configura o ápice da narrativa: o momento em que “Ritoca” reconhece a atitude inadequada do antagonista (apesar da tentativa dele de ludibriá-la com justificativas “plausíveis”), exerce a resistência a essas investidas, sai correndo aos gritos e não apenas se protege como também protege seus amigos (e, conseqüentemente, suas leitoras e leitores).

Nesse momento de máxima tensão, a plateia, estimulada pela protagonista, grita o bordão em uníssono com “Ritoca”: não me toca, seu boboca!!!!

Em uma das contações mais emocionantes que vivi, a história foi contada no pátio de uma escola pública da Baixada Fluminense, para, aproximadamente, 300 crianças de várias idades que ressoaram o grito com a protagonista.

Outra contação impactante foi no Teatro Municipal de São Paulo, na celebração do 18 de maio de 2023, em que tive a oportunidade de contar a história a convite da Secretaria Municipal do de Assistência e Desenvolvimento Social para, aproximadamente, 800 servidores municipais ligados às infâncias³⁴.

Retomando a narrativa do livro: imediatamente a seguir, o suposto “Tio Pipoca” tenta empreender sua fuga, mas os gritos das crianças impedem que ele escape. A ilustração traz o antagonista no instante em que seu disfarce cai, revelando o lobo ardiloso sob as vestes de cordeiro; caem os óculos escuros e surgem os olhos vermelhos enfurecidos e os dentes caninos pontiagudos e ameaçadores.

“Ritoca”, então, manifesta sua vergonha e seu temor de ser culpabilizada pela situação, o que é comum em crianças que tenham passado ou estejam passando por situações de violência sexual, fatores que impactam diretamente no silenciamento e conseqüente dificuldade para relatar/revelar/denunciar o acontecido. Nas palavras da personagem: “FIQUEI ENVERGONHADA...TIVE MEDO QUE ACHASSEM QUE ERA EU A CULPADA POR TER ENTRADO NESSA TREMENDA ENRASCADA”. (Taubman, 2017, p. 25).

³⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CsdsCacRb1G/?igsh=eGg1cTVsNml1emsw> . Acesso em: 30 dez. 2023.

Neste momento da narrativa, entro com outra “enquete”: “quem acha que ‘Ritoca’ foi a culpada por ter entrado nessa tremenda enrascada?”

Em todas as contações que fiz, desde 2017, surgem controvérsias entre a plateia infantil. As crianças tomam a palavra e algumas enunciam a resposta da seguinte forma: “eu acho que ela teve culpa, sim”. “Por quê?” – pergunto. “Porque ela desobedeceu a mãe/o pai”; “porque ela foi na casa do Tio Pipoca”. Ou seja: nota-se que a resposta se relaciona ao binômio obediência/desobediência sem problematizações.

Faço, então, nova pergunta: “mas o que esse ‘Tio Boboca’ disse que era pra fazer na casa dele? Quem foi que mentiu e quis enganar as crianças? O que ele disse pra “Ritoca” que era pra fazer no jardim, por acaso ele disse que queria mexer no corpo dela?”. Nesse momento observo expressões intrigadas na plateia e ouço um intenso burburinho, as crianças respondem “era pra pegar o bolo e o pudim”.

Prossigo pouco depois: gente, a “Ritoca” é uma criança e foi no jardim só pra ajudar. O “Tio Boboca” sabia o que estava fazendo, ela só acreditou nele. Ele é adulto, as crianças estão aprendendo, as crianças acreditaram nele. As crianças não perceberam que ele estava mentindo, ele fingiu muito bem se fazendo de amigo bonzinho! É por isso que se alguém, principalmente adulto, fizer alguma coisa e pedir pra gente não contar nunca pra ninguém, aí mesmo é que a gente tem que ter “orelhinhas de Ritoca” que são como antenas, porque criança sabe muito bem farejar encrenca e segredo que não pode contar nunca pra ninguém de jeito nenhum e que envolve criança e adulto... tem coisa esquisita aí!

Retomo a contação e mostro a cena em que as crianças estão em volta de “Ritoca” que segura o próprio livro (em ilustração que se utiliza da metalinguagem de forma muito eficaz) e conta esse percurso para seus amigos e, por conseguinte, também alcança as crianças que estão recebendo essa narrativa.

O próprio discurso da personagem propõe a catarse da criança-leitora quando diz: “ESTA É A **MINHA HISTÓRIA/ CONTO PRA TODO MUNDO CONHECER:/ AFINAL, COM QUALQUER CRIANÇA/ ISSO PODE ACONTECER**” ((Taubman, 2017, p.). Por meio dessa enunciação, “Ritoca” leva sua experiência pessoal para a dimensão coletiva.

É nesse ponto que a protagonista dá a conhecer suas percepções e informações protetivas e preventivas de violências e, dessa forma, expõe questões cruciais que, de forma geral, estão presentes nos processos de aliciamento e

silenciamento que são utilizados por abusadores e abusadoras sexuais de crianças para praticar o crime e mantê-lo por longo tempo sem ser desmascarado.

“Ritoca” se posiciona, portanto, como enunciadora inscrita como sujeito histórico (criança contemporânea que teve acesso a informações sobre consentimento e sexualidade) para dialogar com outras crianças (que podem ou não ter tido acesso anterior a questões de tal natureza) e, dessa forma, insere no seu discurso informações que possam produzir efeitos de sentidos nas crianças receptoras da leitura, mesmo naquelas mais novas, entre 0 e 7 anos (pré-leitoras e leitoras em formação, de acordo com classificação de Coelho, 2000, p. 199).

Essa enunciação se dá tanto por meio do texto verbal – no momento em que a protagonista assevera que “GENTE QUE AGE COMO O ‘TIO PIPOCA’ ÀS VEZES ESTÁ BEM PERTO DE MIM E DE VOCÊ, POR ISSO, NESSA HORA DIFÍCIL, A GENTE PRECISA SABER SE DEFENDER!” (Taubman, 2017, p. 29), quanto por meio do texto imagético como mostra a figura a seguir:

Figura 8 - inserção de informações por meio do texto imagético



Fonte: Taubman, 2017, p. 29. Ilustração: Thais Linhares.

Após o primeiro bloco narrativo, “Ritoca” elencará – sempre em linguagem lúdica e o mais adequada possível à compreensão do público leitor – algumas situações de potencial perigo que podem apontar riscos de violência sexual contra crianças (Taubman, 2017, p. 28-31) e desarmam, de certa forma, o arsenal discursivo do/as abusadore/as que mantém a criança enredada em teias de medo e

silenciamento: “SE TIVER ALGUÉM POR PERTO/DE QUEM VOCÊ DESCONFIA, / QUE NÃO ESTÁ AGINDO CERTO, / QUE **FINGE** SER TEU AMIGO/ PRA **FAZER MALDADES** CONTIGO” (Taubman, 2017, p.) (“fazer maldades”, de acordo com psicólogas que atendem crianças vitimizadas, é uma expressão recorrente usada por elas para expressar os abusos).

“Ritoca” prossegue, então, alertando as crianças sobre registros fotográficos e toques inadequados (o texto imagético amplia as possibilidades de mediação/diálogo) e, explicitamente, sobre ameaças (“DIZENDO QUE COISAS RUINS VÃO ACONTECER SE POR ACASO VOCÊ CONTAR”), a possibilidade de descrédito (“NINGUÉM VAI ACREDITAR NO QUE VOCÊ FALAR”) e a inversão de responsabilidade (“MUDANDO A VERDADEIRA HISTÓRIA, SE FAZENDO DE INOCENTE”).

A dupla seguinte (p. 32-33) apresenta ilustração que traz a turma com expressões furibundas entre vários “não” expressos em diversas fontes e tamanhos, matizadas em tons avermelhados.

Assim, por meio do texto verbal, a protagonista (fora da cena) estimula as crianças-leitoras a gritar, pedir ajuda e relatar, sem, no entanto, dirigir essas ações a alguma figura específica das relações da criança, evitando, assim, circunscrever uma suposta rede de proteção que não se aplique a uma “experimentação ancorada no real” (Deleuze; Guattari, 1980[2011], p. 30) caso precisem enfrentar uma vivência similar à dela: “SE TE ACONTECER/ ALGO PARECIDO COM O QUE EU VIVI/ SAIA BERRANDO E CONTANDO/ PEDINDO AJUDA: FAÇA O QUE EU FIZ!” (Taubman, 2017, p.).

A palavra de “Ritoca” enuncia, dessa forma, uma possibilidade de interrupção do processo crescente da VSCA intencionada pelo farsante “Tio Pipoca”.

A seguir, na última dupla, “Ritoca” acolhe uma amiga “molestada” que surge “triste e amuada” e convoca as crianças (e a toda a sociedade) a dizer “não à covardia” e a “combater o abuso com valentia” (p. 34-35). A protagonista defende o a Doutrina da Proteção Integral preconizada no ECA quando enuncia que “TODA CRIANÇA TEM O DIREITO DE SER PROTEGIDA E VIVER FELIZ” (Taubman, 2017, p.).

Em minhas andanças pelo Brasil, todas as vezes que contei a história de “Ritoca” vi crianças eufóricas ao final da contação, aplaudindo efusivamente as atitudes “da nova amiga”. Muitas se aproximam e me abraçam, dizendo que

adoraram a história e querendo mexer na boneca. É perceptível o quanto se deixam afetar pela narrativa e o quão libertador é o grito que ecoam.

Registro o diálogo que recebi de uma mãe que fez a leitura do livro com a filha que, à época, tinha pouco mais de 3 anos e meio:

- Mãe: qual o nome do livro?
- Filha: é Não me toca, seu boboca!
- Mãe: e o que você acha desse livro?
- Filha: eu acho lindo!
- Mãe: o que ele fala, filha?
- Filha: tinha um boboca. Você não sabe o que é um boboca?
- Mãe: o que é um boboca? Por que ele era um boboca?
- Filha: porque ele machucava as crianças.
- Mãe: é? O que ele falava pras crianças?
- Filha: falou pras crianças, o tio Pipoca falou pras crianças que ia lanchar na casa dele, só que não podia contar pra mamãe!
- Mãe: Ixi!

Segundo Candido (2011), ao analisar a função da literatura, podemos distinguir pelo menos três faces:

(1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma **forma de expressão**, isto é, **manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos**; (3) ela é uma **forma de conhecimento**, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (Candido, 2011, p. 178-179).

Partindo da noção da literatura como forma de conhecimento, “Ritoca” dá a conhecer às crianças leitoras que entender e contar o que lhe aconteceu é algo muito difícil, mas possível.

Por que é tão difícil para a criança revelar o abuso sexual? Susana Toporosi (2022) apresenta o abuso sexual de crianças e adolescentes na perspectiva da violação de direitos humanos e da saúde integral desses sujeitos, esclarecendo que é

[...] uma categoria que vem do âmbito jurídico, embora **a complexidade da problemática faça se entrecruzarem a respeito dela diversos discursos**

e práticas que compreendem minimamente sua **dimensão jurídica** de **violação de direitos da criança e do adolescente**, e sua **dimensão** relativa ao fato **de afetar sua saúde integral**, incluindo **aspectos intrapsíquicos, familiares e sociais**. (Toporosi, 2022, p. 37).

A pesquisadora nos alerta que devemos refletir sobre VSCA levando em consideração o estado de dependência física e emocional da criança em relação ao adulto, do poder que essa dependência confere ao segundo e da vulnerabilidade gerada por essa equação e descreve a VSCA na contemporaneidade em detalhes:

As atividades sexuais podem consistir em **qualquer tipo de relação orogenital, genital ou anal, ou abuso sem contato, como exibicionismo, voyerismo ou sedução por intermédio de redes sociais e da internet, ou o uso da criança na produção de pornografia; e incluem uma ampla gama que oscila do estupro forçado à sedução sutil** (Toporosi, 2022, p. 32).

Toporosi (2022) traz algumas questões de grande relevância, descrevendo de forma bem atual e detalhada as atividades que caracterizam a VSCA e traz uma constatação que afeta sensivelmente esta pesquisa: a **sedução sutil**.

Como uma criança pequena poderia compreender que uma “sedução sutil” seria uma violência? E nós, adultos, poderíamos nos perguntar: uma sedução sutil é capaz de machucar? Quantas vezes já escutamos ou lemos em nossa convivência cotidiana alguém dizer “ah, mas não foi assim, um estupro, né?”, como se a violência sexual se resumisse exclusivamente à penetração e que, portanto, as demais formas de abuso não deixariam marcas nas crianças vitimizadas.

Não é isso que a psicologia especializada nos diz. Toporosi (2022) baseada em sua experiência clínica, observa que

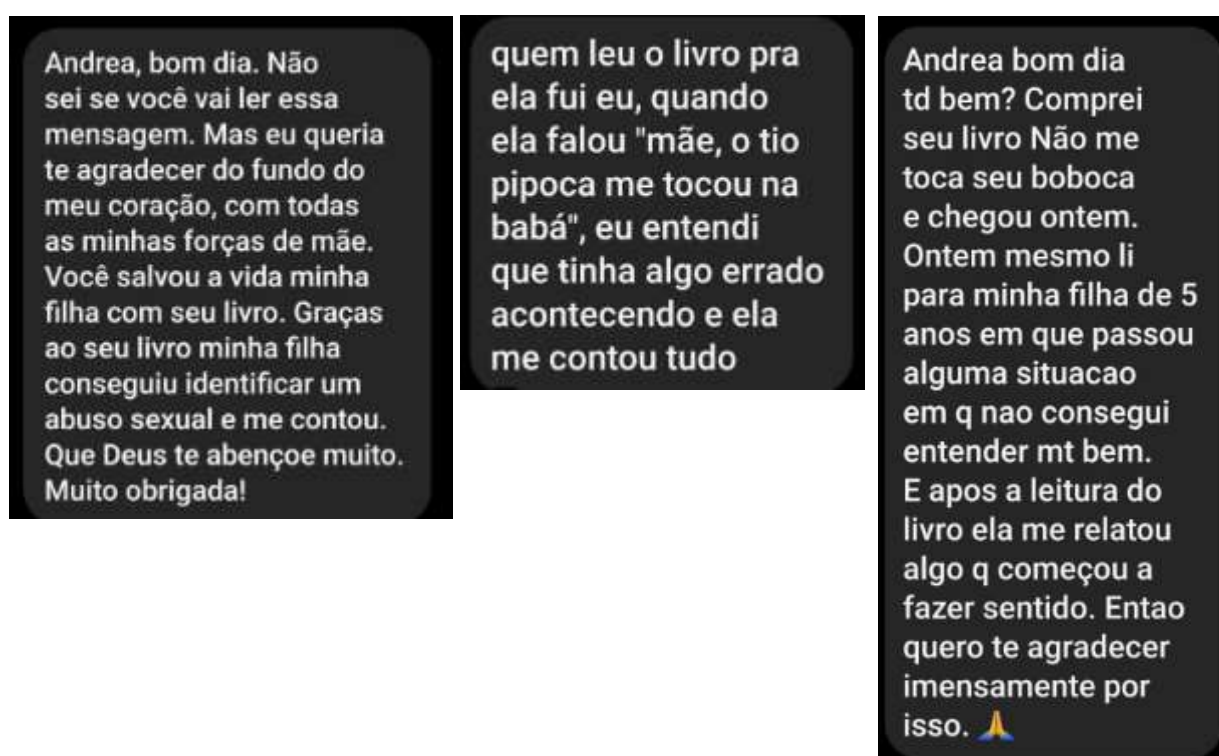
em adolescentes que sofreram abusos na infância, constatamos muitas vezes que **o evento ocorrido na infância só recebe o significado de abuso sexual após a vivência de sensações ligadas à sexualidade genital** a partir das mudanças hormonais da puberdade, desencadeando o trauma na adolescência [...] o evento ocorrido na infância não deixa de ter potencial traumatogênico, devido ao sadismo, às ameaças, ao sigilo e tantas outras operações do adulto agressor. Mas **o sentido** de busca do prazer genital que teve para o agressor **só pode ser compreendido após a puberdade**. (Toporosi, 2022, p. 58-59).

[...] na maioria dos casos, o abuso sexual na infância e na adolescência tem **efeitos traumáticos, que ora se traduzem em multiplicidade de sintomas**, ora em encapsulamento, deixando a experiência traumática isolada do restante da estrutura psíquica, com uma eficácia que ainda **permanece por muito tempo após o evento** (Toporosi, 2022, p. 32).

Como chegar antes do vendaval que pode destroçar essas existências?
Como falar sobre a sedução sutil?

Pela quantidade de relatos que recebo sobre os efeitos protetivos que *Não me toca, seu boboca!* alcança, a prática discursiva de “Ritoca” me dá a esperança de que é possível abordar o tema “espinhoso” sem ferir leitoras e leitores, sejam crianças, adolescentes ou pessoas adultas e que é possível também atravessar o problema onde ele está instituído: não é a criança que silencia, é o adulto que silencia a criança e impossibilita o debate. É no campo social que essa violência germina, cresce e se estabiliza. É no campo social e na comunidade discursiva que a VSCA pode e deve ser combatida também.

Figura 9 - Mensagens recebidas pela caixa postal de rede social, de diferentes remetentes



Fonte: A autora.

Esta investigação se propõe a cartografar possíveis contradispositivos discursivos que desestabilizem a massa de textos que sustentam tais forças coercitivas na sociedade, com a intenção de despertar sensibilidades que ultrapassem a problematização exclusivamente estabelecida no tripé “algoz-vítima-punição”.

Manter-se nessa dimensão e não escavar os interstícios de onde a violência sexual contra crianças e adolescentes emerge no campo social dificilmente nos faria avançar em direção a soluções de longo prazo e de longo alcance.

Portanto, reforço a escolha ética de não abordar nesta pesquisa a questão das penas decorrentes dos crimes nem me deter em quem os pratica individualmente.

Cada página aqui escrita e cada página de *Não me toca, seu boboca!* também está envolvida em uma dimensão estética, aberta à arte. E foi concebida a partir da experiência da arte: a sexta arte, a Literatura, a arte da palavra.

Retomo, após essas reflexões acerca do livro e de sua construção a escolha da Análise Cartográfica do Discurso como dispositivo teórico-metodológico para o empreendimento deste percurso investigativo, sob a égide do que os professores-autores Bruno Deusdará e Décio Rocha elucidam acerca do paradigma ético-estético-político citado anteriormente:

- (i) é projeto estético, pois envolve “a criação permanente do mundo, mundo como obra de arte” (Deusdará; Rocha, 2021, p.114). O objeto desta pesquisa é o livro *Não me toca, seu boboca!*, uma obra literária - portanto que cria mundos diferentes do mundo em que a sociedade adultocêntrica dita todas as regras e assim, promove o silenciamento das crianças vitimizadas pelo abuso sexual o que, conseqüentemente, favorece a geração e manutenção de violências contra essa população;
- (ii) tem caráter ético porque, para criar *Não me toca, seu boboca!*, foi primordial e imprescindível reconhecer a responsabilidade do projeto e buscar uma pluralidade de vozes e saberes, por meio de um plano coletivo de forças, que contribuiu para a construção de uma narrativa protetiva e preventiva de violências na infância enunciada pela criança (literária), a protagonista “Ritoca”, o que evidencia um

compromisso com a potência de efetuação da vida na diferenciação do ser (...) O ato de criar, de instituir, é também um **ato de responsabilidade frente ao constituído**, frente às opções que vão se constituindo e que ultrapassam os esquemas preestabelecidos. Nesta perspectiva, a **escolha ética** não está mais vinculada a uma postura transcendente, contida num código legal ou respaldada no amparo divino. Aqui, o movimento de criação processual é a origem da enunciação. (Rocha, M.L., 1993, p. 235-236);

(iii) tem uma dimensão política, porque o livro é um dispositivo que serve de intercessor para a elaboração de uma nova subjetividade para a criança leitora: a enunciação de “Ritoca”, principalmente o grito de resistência à coerção do adulto-potencial-abusador “Tio Pipoca”, expresso pelo bordão “não me toca, seu boboca!”, propaga a voz de um devir minoritário, potencialmente criativo, que contribui no fortalecimento das crianças ao promover o deslocamento da inscrição na **formação discursiva** (FD) de obediência e submissão (o bordão “criança não tem querer” que circula há décadas na **comunidade discursiva** adultocêntrica) para um outro modo de existência, criando uma sociedade que melhora a qualidade de vida das crianças à medida em que modifica a sua inscrição na FD de acatamento automática à voz de autoridade do adulto e que, em seu lugar, legitima o que pode e deve ser dito perante a tentativa de violência, independentemente do papel social que desempenha a pessoa autora de tal violência na vida da criança, tocando a dimensão coletiva desses processos.

Para concluir este trecho do percurso, convido a conhecer um conceito e três citações do ensaísta britânico Peter Hunt na edição brasileira de sua obra *Crítica, teoria e literatura infantil* (1991[2010]) que amparam muitas das minhas escolhas estéticas, éticas e políticas na criação de *Não me toca, seu boboca!*

A partir das reflexões da crítica feminista Lissa Paul que asseverava em 1989 que a literatura feminina e a literatura infantil, do ponto de vista das comunidades literárias e educacionais, eram desvalorizadas e consideradas marginais ou periféricas (e que críticos feministas começavam então a mudar esse panorama), Peter Hunt (1991[2010]), analogamente, lança a palavra-conceito “criancista”.

O que seria uma leitura “criancista”, uma crítica literária “criancista”? O termo “criancista” estaria ligado a um ato de fala, o “ler como uma criança”.

Ele justifica o uso desse termo que substituiria “infantil” ou “pueril” em função destes últimos possuírem “camadas acumuladas de significados e associações” (Hunt, 1991[2010], p. 258), e, igualmente, enfatiza a necessidade de olharmos para a literatura infantil como *diferente* de outra literatura, o que, por conseguinte, demandaria um tipo *diferente* de crítica e teoria (Hunt, 1991[2010], p. 269).

Nesse sentido, Peter Hunt (1991[2010]) sinaliza as diferenças ressaltando que a literatura infantil tem:

um público diferente, *que tem habilidades e atitudes diferentes, que resultam em leituras diferentes de textos e uma diferente relação escritor-leitor (baseada em um desequilíbrio de poder)*. (Hunt, 1991[2010], p. 269, grifos do autor).

Essas reflexões aproximam o conceito “criancista” com o da “língua menor da ternura”, conceito articulado por Maciel, Barbosa e Carvalho (2018) entre a “linguagem da ternura da criança” de Ferenczi (1933) e a “língua menor” de Deleuze e Guattari (1975[2014]) citado no capítulo 2.

Acerca das citações, seguimos caminhando com quem afeta e se deixa afetar pela questão “criancista”:

- (i) O comentário de Jill Paton Walsh (admiravelmente sensato) sobre os problemas da escrita de livros para criança sugere que: “o livro infantil apresenta um problema mais difícil, tecnicamente mais interessante – o de fazer uma declaração adulta inteiramente séria, como qualquer bom romance, sendo extremamente simples e transparente [...]. A necessidade de compreensão impõe uma obliquidade emocional, um procedimento indireto na abordagem, que, como a elisão e a afirmação parcial na poesia, muitas vezes é fonte de força estética” (Walsh, 1977, p. 192-193 *apud* Hunt, 1991[2008], p. 77);
- (ii) O dilema todo da literatura infantil (...) pode ser resumido por duas citações. A primeira é de A. A. Milne (...): “não há nenhuma recompensa artística para um livro escrito para crianças exceto saber que elas gostam dele (...) De uma vez por todas (...), *vox populi, vox Dei*. (Milne, 1939, p. 238 *apud* Hunt, 1991[2008], p. 271)
- (iii) e a segunda citação é de W.H. Auden (...) que, segundo penso [Peter Hunt], todos nós, preocupados com as crianças e os livros, devemos ponderar com muita seriedade: “Na avaliação de seu valor, existem duas perguntas que podem ser feitas: primeira, que descoberta eles propiciam quanto ao modo como o mundo se afigura a uma criança? E, segunda, em que medida o mundo realmente é assim?” (Auden, 1974, p. 7 *apud* Hunt, 1991[2008], p. 271).

Ao longo destes anos, desde que *Não me toca, seu boboca!* veio ao mundo, grande quantidade de perfis em redes sociais compartilham publicamente experiências leitoras significativas e entusiasmadas. Sempre que possível, trato de republicar esses relatos em meus perfis também.

Embora redes sociais sejam dispositivos utilizados para cometimento de atos violentos, também podem ser dispositivos importantes para repercutir práticas discursivas protetoras das infâncias e preventivas de violências.

Muito trabalho de conscientização acerca do problema da VSCA tem sido divulgado por mídias sociais e, progressivamente, o tema vai sendo mais debatido e, consequentemente, menos invisibilizado.

4.1 Depois que *Não me toca, seu boboca!* veio ao mundo: as alianças e as andanças de “Ritoca”

Não me toca, seu boboca! foi publicado em primeira edição em outubro de 2017 pela editora Aletria de Belo Horizonte, com ilustrações de Thais Linhares e orelha escrita e assinada pela jornalista Rita Lisauskas, autora do extinto blog “Ser mãe é padecer na internet”³⁵.

O livro nasceu com forte apoio institucional: a última capa foi escrita e assinada pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente³⁶, uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é “mobilizar a sociedade para questões relacionadas à defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes, tanto por meio de ações, programas e projetos, como por meio do estímulo ao fortalecimento de políticas públicas em prol da infância e adolescência.”³⁷

Houve encontros decisivos para que a narrativa de *Não me toca, seu boboca!* fosse concebida como foi publicada. Esses acontecimentos ocorreram em função da qualificação que procurei alcançar para robustecer os conhecimentos técnicos que funcionaram como alicerce de suporte para a criação artística do livro.

Desde o início do percurso de escrita da obra, recebi considerável apoio de psicólogas, assistentes sociais, juízas e juízes dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e do Rio Grande do Sul (TJRS) – estado pioneiro em que foram iniciados os estudos para implantação do Depoimento Especial, ainda em 2003, que, futuramente se consolidaria por meio da Lei 13.431/17 (Lei da Escuta Protegida).

³⁵ Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/notas/conheca-o-blog-ser-mae-e-padecer-na-internet-da-jornalista-rita-lisauskas/> . Acesso em: 12 dez. 2023.

³⁶ Disponível em: <https://www.fadc.org.br/> . Acesso em: 12 dez. 2023

³⁷ Disponível em: <https://www.fadc.org.br/a-fundacao#:~:text=Desde%2013%20de%20fevereiro%20de,%2C%20da%20ONU%2C%20de%201989> . Acesso em: 12 dez. 2023

Logo após a publicação, *Não me toca, seu boboca!* obteve citações em várias mídias televisivas, impressas e em redes sociais, dentre as quais destaco nota do lançamento na Revista Pais & Filhos³⁸; entrevista no Programa Ciência e Letras (Canal Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ)³⁹ e matéria no Portal Lunetas⁴⁰, que destaca as dificuldades acerca da abordagem do tema:

Conversar sobre violência sexual com as crianças não é tarefa das mais fáceis. Para muita gente, **a própria educação recebida perpetua um tabu** sobre qualquer conversa relacionada ao corpo e à intimidade. Porém, a pauta é urgente quando consideramos os índices de abuso sexual infantil: a maioria dos casos acontece dentro de casa. (...) Nesse sentido, a leveza dos livros infantis é bem-vinda. **Por meio da experiência dos personagens, a criança aprende a nomear a própria vivência**, e passa a conseguir identificar quais são os limites do seu próprio corpo. (Portal Lunetas, 2017).

Dessa forma, *Não me toca, seu boboca!* foi angariando apoios de diversos atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)⁴¹ e de instituições especializadas como a própria Childhood Brasil.

Contudo, foi mediante a conquista do Prêmio Neide Castanha de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes na categoria Produção de Conhecimento⁴² que a obra passou a ser referendada em diferentes esferas de atuação na prevenção e enfrentamento do abuso sexual infantil.

Esse reconhecimento público é outorgado pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes desde 2011.

Tão logo recebi a notícia, organizei-me para ir a Brasília buscar o troféu criado por Ziraldo, cuja entrega aconteceu em cerimônia solene no II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes⁴³, abrigado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

³⁸ Disponível em: <http://paisefilhos.uol.com.br/crianca/nao-me-toca-seu-boboca-livro-faz-com-que-criancas-entendam-o-que-e-violencia-sexual/> Acesso em: 12 dez. 2023.

³⁹ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/video/nao-me-toca-seu-boboca-ciencia-letras-canal-saude> . Acesso em: 12 dez. 2023.

⁴⁰ Disponível em: <https://lunetas.com.br/nao-me-toca-seu-boboca-abuso-sexual/> . Acesso em: 12 dez. 2023.

⁴¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf> Acesso em: 11 dez. 2023.

⁴² Disponível em: www.facabonito.org/post/2018/05/10/prêmio-neide-castanha-8ª-edição . Acesso em: 11 dez. 2023.

⁴³ Disponível em: <https://www.facebook.com/canalfuturaoficial/videos/2148790491812881> - 1h:51min. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 10 – Entrega do troféu do VIII Prêmio Neide Castanha para *Não me toca, seu boboca!* (categoria Produção de Conhecimento)



Fonte: A autora, 2018

O livro recebeu também citação no Senado Federal pela então senadora Lídice da Mata⁴⁴, uma das relatorias do Projeto de Lei que mais tarde se consolidaria na Lei 13.431/17 já citada, que havia sido agraciada com uma homenagem especial na 8ª edição do Prêmio Neide Castanha.

Pela transcrição das notas taquigráficas do Senado Federal, constou de seu discurso em 16 de maio de 2018 o seguinte trecho:

Entre os seis agraciados (...) Na categoria Produção de Conhecimento, o livro infantil *Não me toca, seu boboca!*, de Andrea Viviana Taubman, da editora Aletria, que já pude ler. E pude perceber a eficiência, a competência dessa escritora em abordar um tema tão delicado em uma história infantil. Extremamente valoroso para contribuir com a prevenção ao abuso sexual é esse tipo de literatura, que possa ser debatida nas escolas infantis, que possa ser debatida com as famílias, para que nós, para que a sociedade brasileira possa melhor proteger as nossas crianças e adolescentes. (Mata, 2018)

Posteriormente, *Não me toca, seu boboca!* suscitou o interesse de programas televisivos como *Conexão Futura* (TV Futura)⁴⁵ e *Band Mulher Rio* (TV Band)⁴⁶ bem

⁴⁴Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/23397>. Acesso em: 12 dez. 2023.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OAR5pLGmj08> . Acesso em: 12 dez. 2023.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0d9kkg6j5RE> (a partir do min 14:22); <https://www.youtube.com/watch?v=nNwX4hLKKSw> . Acesso em: 12 dez. 2023.

como de publicações como a Revista Veja Saúde (Abril)⁴⁷; Jornal A Folha de São Paulo⁴⁸; UOL – Universa⁴⁹; UOL – BBC⁵⁰, entre outros.

Diversos influenciadores digitais, perfis de crianças leitoras, especialistas em infâncias em várias áreas de conhecimento, atletas, jornalistas e artistas também compartilharam suas impressões sobre o livro em seus perfis pessoais nas redes sociais.

Durante a pandemia da Covid-19 (em 2020 e 2021), participei de inúmeras atividades ao vivo por canais virtuais com *Não me toca, seu boboca!*, inclusive da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) e da Festa Literária Internacional de São Sebastião (FLISS).

Figura 11 - Convite virtual para atividades desenvolvidas pela autora em festas literárias internacionais.



Fonte: A autora, 2020.

⁴⁷ Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/saude-e-pop/livro-infantil-ajuda-criancas-e-familias-a-prevenir-situacoes-de-abuso/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

⁴⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2020/05/projeto-conte-para-alguem-reune-depoimentos-de-adultos-que-sofreram-abuso-quando-criancas.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/livros-infantis-se-equilibram-entre-literatura-e-educacao-para-falar-de-assedio-sexual.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2023.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/30/como-falar-de-assedio-e-abuso-sexual-com-criancas.htm>; <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2020/09/04/conheca-11-livros-sobre-educacao-sexual-e-seguranca-intima-para-criancas/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

⁵⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/05/20/isolamento-dificulta-denuncias-de-abuso-infantil-e-deve-levar-a-alta-de-casos-diz-especialista.htm>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 12 - Convite virtual para atividades desenvolvidas pela autora em festas literárias internacionais.



Fonte: A autora, 2020.

Figura 13 - Participação em eventos em ambiente virtual



Fonte: A autora, 2021.

Figura 14 - Participação em eventos em ambiente virtual



Fonte: A autora, 2021.

Figura 15 – Palestra online para a Ação de Extensão “Combate à violência sexual na infância” (Universidade Federal de Goiás/Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação)



Fonte: A autora, 2020.

Antes e depois do período de distanciamento social (2020 e 2021), viajei pelo Brasil participando de diversos eventos literários, da etapa Norte do Simpósio Nacional de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2018) e, inclusive de projetos de responsabilidade social de empresas privadas de grande porte.

Figura 13 – Apresentação de Não me toca, seu boboca! no projeto “Infância Protegida” na empresa Alterdata (Teresópolis-RJ)



Fonte: A autora, 2018.

Figura 17 – Convite virtual para atividades desenvolvidas pela autora em simpósio



Fonte: A autora, 2018.

O investimento nesta pesquisa mapeou experiências de escrita e reescrita do texto até alcançar a atual versão publicada.

O trabalho também apresenta alguns dos muitos retornos que recebo de experiências leitoras com o livro e que podem inspirar famílias e profissionais dedicadas e dedicados às infâncias a abrirem diálogos acerca do problema por meio da ludicidade literária, promoverem a prevenção do abuso e, ao mesmo tempo, ampliarem as potencialidades da leitura.

Como citei nas considerações iniciais deste trabalho, foi a partir de um desses retornos que se acendeu em mim a centelha da necessidade de envelopar as experiências vividas ao longo destes anos em uma pesquisa acadêmica.

Com o avanço da difusão do livro, começaram a chegar, espontaneamente e em caráter reservado, relatos de familiares, educadores e outros profissionais que tinham lido a obra para crianças de sua convivência (algumas, inclusive, bem pequenas, com idades inferiores a 3 anos) e os diversos desdobramentos dessas leituras, tanto para crianças já vitimizadas, quanto para outras que estavam sendo abordadas por potenciais abusadores e, ainda, outras que não haviam passado por qualquer situação dessa natureza, mas que passavam a problematizar o consentimento e a compreender a necessidade de autocuidado e autoproteção.

Vale citar que houve comunicações também por parte de adultos que foram vitimizados na infância, em sua maioria dizendo o quanto gostariam de ter tido acesso ao livro quando crianças e ainda inferindo que talvez não tivessem sofrido a violência sexual por falta de discernimento (é bastante recorrente escreverem: “eu não sabia que aquilo era errado e só fui perceber anos depois”).

Uma situação específica me marcou muito, logo que o livro foi publicado e alguns veículos da imprensa começaram a falar sobre a obra. Encontrei uma amiga minha na rua que estava acompanhada de outra amiga que eu não conhecia. Assim que começamos a conversa em torno do lançamento de *Não me toca, seu boboca!*, a amiga que eu nunca tinha visto antes mudou bruscamente sua expressão facial e disse: eu tinha 5 anos quando isso aconteceu comigo. E passou a contar detalhes do acontecimento, como se me conhecesse da vida toda. Foi tocante e assustador.

É sempre impactante observar o potencial de intervenção que essa história produz no público, tanto pelo caráter preventivo quanto pela capacidade de acolher quem já tenha passado por violência sexual algum dia e carrega as marcas desses acontecimentos que podem se prolongar e afetar a vida dessas pessoas até o fim de seus dias. Fui e sou intensamente afetada cada vez que percebo o quanto o livro afeta quem entra em contato com a história de “Ritoca”.

4.2 Cartografia das *inter(in)venções* das palavras de “Ritoca” na sociedade e nos mundos de suas leitoras e seus leitores

No segundo semestre de 2022 percorri 4 unidades do SESC-RJ (Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Tijuca) com o projeto de contação interativa *Não me toca, seu boboca! – Literatura Infantil e Proteção*, selecionado por um edital público; estive no LER Festival em Duque de Caxias também e em Itapiranga-SC, em que cada criança do município – que tem em torno de 17.000 habitantes – recebeu um exemplar. Realizei 14 contações com públicos desde a Educação Infantil até alunos da APAE passando por Fundamental I e II e, ao final da jornada, ministrei a palestra da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes.

Retomando as estratégias da contação abordadas no capítulo 4, que sempre são realizadas com a exibição das imagens, transcrevo algumas das trocas com crianças nessas ocasiões, em que, à medida que vou contando, interrompo a narrativa para lançar as “enquetes”, recolhendo idades, respostas e justificativas (sem envolver conceitos de “certo ou errado”, apenas debatendo ideias sobre as situações apresentadas no livro):

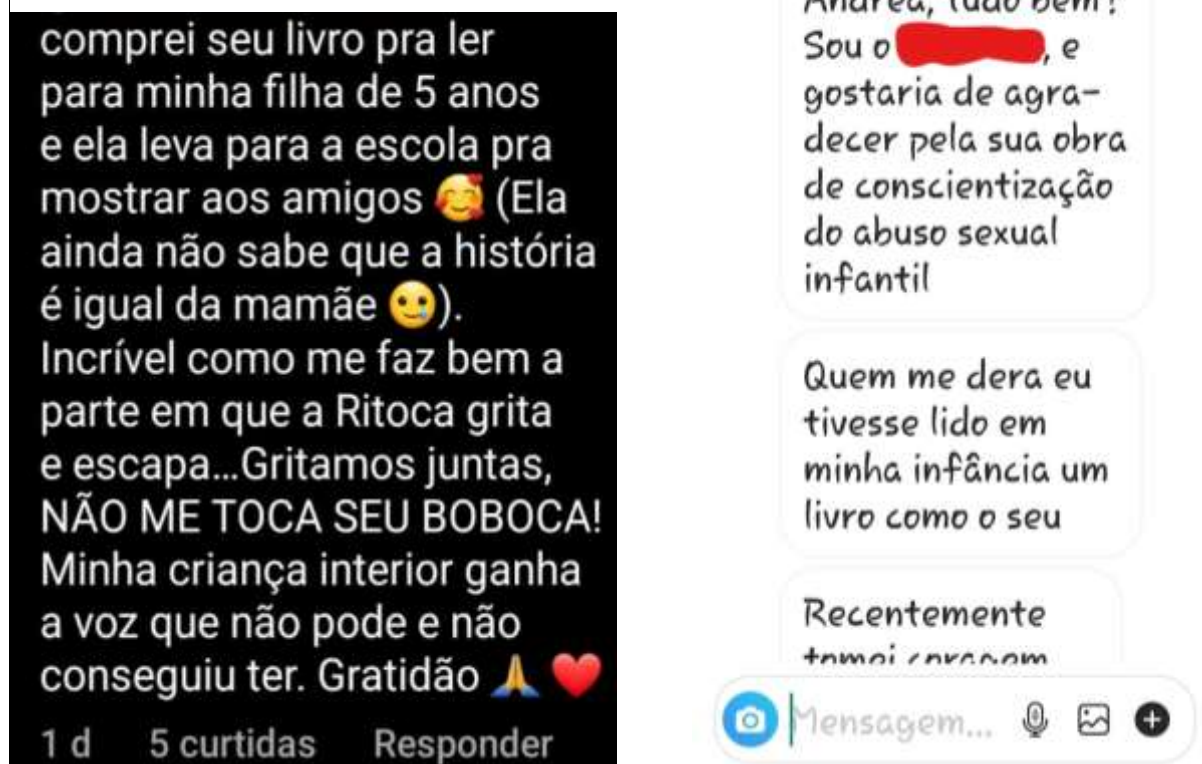
Tabela 2 – corpúsculo produzido com respostas de crianças em contações de *Não me toca, seu boboca!*

ENUNCIADO/PERGUNTA	IDADE/GÊNERO	RESPOSTA /JUSTIFICATIVA
PARECIA UM TIO BONZINHO, VIVIA RONDANDO O PARQUINHO, QUERENDO SE APROXIMAR DA GENTE (Taubman, 2017, p. 5) Quem acha que ele (“Tio Pipoca”) parecia um tio bonzinho?	Menina - 7 anos Menino - 8 anos Menina - 7 anos Menino - 6 anos Menino - 9 anos Menino - 5 anos Menino - 9 anos	+ “porque ele parece carente” + “acho que ele ama ela . Acho que ele é bonzinho e ele gosta dela ” + “porque ele é muito gentil com ela” + “porque ele é muito familiar e ele brinca muito com ela ”; + “ele parece divertido” (pelo ioiô) + “ele tem o casaco de ovelhinha” + “ele queria se mostrar como alguém muito divertido”
ALGUMA COISA ME DIZIA QUE IA DAR CONFUSÃO (Taubman, 2017, p. 13): levanta a mão quem concorda com “Ritoca” e acha que ia dar alguma confusão? / quem acha que não tem nada a ver a “Ritoca” achar que ia dar alguma confusão?	Menina - 7 anos Menina - 6 anos Menina - 8 anos Menina - 8 anos Menina - 6 anos Menina - 5 anos Menino - 8 anos	+ “porque ele é um pouco estranho, ele tem óculos e boné”; + “porque ele falou shhhh” + “porque ele parece disfarçado” + “porque ele esconde a face dele” + “porque se é uma pessoa estranha, a gente não vai” + “ele é malvado, porque ele não conta o que faz quando chama alguém” + “a casa dele é cheia de teia” * * A ilustração apresenta um grafismo rabiscado no fundo.
VOCÊ É BEM BONITINHA – enunciado em tom sedutor por “Tio Pipoca” (Taubman, 2017, p. 17). Ritoca está como? (de acordo com a	Idades diversas	Assustada, desconfortável, incomodada, envergonhada, com medo, triste, quer fugir, ela estava tensa, viveu uma situação

ilustração da cena)		desagradável, paralisada, perturbada, desconfiada
MEXEU NA MINHA ORELHA, PARA VER O BRINCO QUE EU TINHA; QUIS OLHAR A MINHA BOCA “PRA VER SE FALTAVA DENTE”, FOI MEXENDO NO MEU PESCOÇO, PEDINDO QUE EU NÃO FIZESSE ALVOROÇO: “É SÓ PRA VER O PINGENTE PENDURADO NA CORRENTE” (Taubman, 2017, p. 18) – o que vocês acham sobre isso?	Menino - 8 anos Menino - 9 anos	“Eu acho muito estranho, ela nem usa brincos e só tem dois dentes, ele queria olhar isso?” “Ele queria assediar ela. Se ele tivesse falado [para que seria o convite] ele ia se encrencar”

Em todas essas trocas, sem exceção, o grito de “não me toca, seu boboca!” das crianças com “Ritoca” e no final da contação são as partes que as crianças demonstram maior vibração. Quando surgem oportunidades de estar com docentes que já fizeram a contação ou quando outros registros de contações chegam a mim, percebo o mesmo entusiasmo. E também quando recebo mensagens de pessoas adultas pelas minhas redes sociais, com conteúdos como o que seguem:

Figura 14 - mensagens recebidas em redes sociais



Fonte: A autora (2023; 2020)

A seguir, transcrevo o diálogo que tive com uma professora que esperou por mim após uma apresentação para ficarmos a sós porque fazia muita questão de me relatar o acontecido na escola em que trabalhava, a partir das contações.

Disse ela:

– (Sou a) professora T. da rede estadual de São Paulo, que trabalhou esse livro; foi o maior sucesso com os alunos do quinto ano de uma escola da rede que, inclusive, através do livro concluiu algumas situações que passaram e não sabiam. Então esse livro foi de suma importância tanto para nós, professores, em relação a passar para os alunos de uma forma lúdica a importância deles se conscientizarem e saber dizer não para determinadas situações que eles vivem sem saber.

Perguntei: em que momento você percebeu ou em que momento você se deu conta que aquelas crianças estariam passando por alguma situação (de abuso)

durante a contação, alguma delas revelou ali, durante a contação, na frente dos outros, como é que foi isso?

A resposta foi surpreendente e digna de estudos mais aprofundados:

– Então, na realidade o histórico dessas crianças é que elas deveriam ter algum laudo, laudo médico e aí, na realidade, você vai pegando aquela intimidade. Eles vão pegando confiança em você que eles não têm muitas vezes nem dentro de casa, com a própria família por muitas vezes acontecer dentro do próprio lar e aí, através da escola eles conseguem ter essa predisposição em abrir o assunto, mas isso demora. Demora muito. Então, através do lúdico, do livro, da literatura a gente consegue trazer isso de uma forma que se torna mais leve pra eles terem coragem de se abrir. Então, assim: a dificuldade deles de se fechar e **de repente verem um livro, que alguém passou por aquela situação, torna eles com vontade de dividir o assunto e de falar pra alguém.**

A seguir, reiterarei meu questionamento: e durante a leitura, você teve alguma revelação?

A professora esclareceu minha dúvida e adicionou um dado relevante que reforça o quanto o imaginário coletivo é atravessado por mitos e crenças sobre VSCA, mesmo entre quem lida diariamente com as infâncias:

– Sim, já tive revelação tanto de menina quanto de meninos, e a que mais me chocou foi de meninos, porque **até então a gente acha que é só as meninas**, mas não é.

Diante da oportunidade dessa rica troca de saberes, quis conferir, pela experiência da professora que está em sala de aula convivendo regularmente com as crianças: em que momento da narrativa você percebeu que deu assim, coragem para eles revelarem?

Nem bem terminei de elaborar a pergunta, a professora respondeu sem titubear:

– **Quando ela grita não me toca, seu boboca!**

Foi um encontro emocionante, potente e muito coerente com a pista 6 do método da cartografia (cartografia como dissolução do ponto de vista do observador, mas sem anular a observação) que nos estimula a dissolver a centralidade do sujeito (eu-escritora; eu-pesquisadora; eu-pessoa) para estar “mais perto de acolher o outro e as variações da experiência” (Passos; Eirado, 2009, p. 128).

Não foram poucas as vezes que, por ocasião de encontros em eventos literários e projetos diversos em que expus “Não me toca, seu boboca!” como possibilidade literária lúdica para a prevenção da VSCA, notei olhares intrigados do público adulto assim que abria o microfone e me apresentava.

Sem demonstrar embaraço, como reação a essas conjecturas que aprendi aos poucos a decifrar nos rostos de quem se dispunha a me ouvir, passei a diluir a tensão da forma mais direta e acolhedora possível, iniciando os encontros com a seguinte abordagem (peço licença a quem me lê para reproduzir a forma como enuncio, sem me obrigar a reduzir longos períodos):

– Não adianta eu estar aqui na frente com o microfone fingindo que vamos conversar sobre um assunto muito agradável e que estamos todos muito à vontade para trocar ideias sobre abuso sexual de crianças. Claro que não. Só de pensar dá enjoo. E mais: se você está em aflição, se perguntando se eu fui estuprada na infância e é por esse motivo que estou aqui, falando de um livro infantil que traz esse assunto tão repugnante, enquanto poderia estar falando sobre temas “fofinhos”, minha resposta é não e, por favor, não se sinta mal por ter se feito essa pergunta. É comum e natural a gente achar que só nos interessamos por aquilo que doeu em nosso próprio corpo, em nossa própria trajetória. Felizmente não passei por esse horror quando criança e talvez seja exatamente por isso que consigo falar do jeito que vou falar sobre tudo o que vou trazer nesta conversa. Eu sou mãe de dois, hoje jovens adultos, e me atrapalhei toda quando precisei falar com eles sobre este assunto quando eram crianças. Não sabia o que dizer, muito menos como falar sobre abuso sexual infantil sem assustar e, ao mesmo tempo, sem faltar com a verdade. Foi um equilíbrio difícil de alcançar; na época eu não tinha recursos lúdicos ou um maior conhecimento sobre a questão. Fui conhecer um pouco mais sobre o universo das violências contra crianças quando comecei um voluntariado numa Casa de Passagem que recebia bebês, crianças e adolescentes, entre 0 e 18 anos incompletos, vítimas de maus-tratos, em risco social.

Faço uma pequena pausa, a chamada “pausa dramática” aprendida nas aulas de teatro na adolescência. Após dois segundos de silêncio, detecto a mudança nas expressões faciais da plateia assim que revelo esses fatos. Esparge-se no ambiente uma espécie de alívio, de relaxamento nos ombros, uma alteração na postura do público; o contraste é quase palpável.

Substitui-se rapidamente a expressão de compaixão que suscitaria o testemunho de uma experiência pessoal pelo interesse em relação à motivação que me vinculou à questão. Nesse momento, de forma orgânica, rompe-se o distanciamento entre a suposta “enunciadora/vítima/especialista” e a “plateia/receptora-leiga” e, como resultado desse acontecimento, emerge um sistema de alianças construído entre as diferentes vozes presentes.

A aderência ao discurso que apresento aumenta em direção aos efeitos que surgirão desse encontro, não ao que “narrei sobre mim”, mas a tudo que observaremos e trabalharemos juntos nesse “tempo-espço de devires” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 11).

As distâncias parecem se dissolver e o suposto sistema de arborescência (a expositora que enuncia seus conhecimentos incontestáveis desde um palco e a plateia que nada sabe, acomodada em poltronas ou cadeiras, geralmente em patamar mais baixo) passa a dar lugar à transversalidade:

– Por favor, levante a mão quem é psicólogo? Assistente social? Da educação? Da saúde? Do direito? Quem é mãe, pai? Não só biológico, tá? Quem tem irmão ou irmã criança? Quem convive com crianças? Ah, que bom! Temos diversos saberes aqui! Podemos contar com a colaboração de vocês? Podem interromper minha fala quando quiserem, é só levantar a mão que passo a palavra! Combinado? Quem concorda faz um “joinha”! (nem sempre consigo perceber se há unanimidade na adesão, mas em todas as ocasiões os polegares levantados são maioria entre a plateia).

Na sequência, esclareço de que posição estou enunciando:

– Não sou psicóloga, não sou professora, não sou assistente social, nem do Poder Judiciário ou das forças policiais. Não sou advogada, pediatra ou psiquiatra. Sou alguém que se importa e buscou informações técnicas com profissionais dessas áreas todas para escrever este livro que demorou quase 8 anos para ficar pronto. Acima de tudo, sou contadora de histórias.

Histórias escritas e faladas, como essa que contarei agora, para iniciar nossa troca de saberes. Desconheço a autoria da pequena história que ouvirão; também não sei exatamente onde a ouvi por primeira vez, mas gostaria que prestassem muita atenção nessa introdução.

Por meio dessa breve provocação lúdica, capaz de arrancar um ou outro sorriso até das mais sisudas e desconfiadas pessoas presentes no recinto, começo a narrar:

“Era uma vez uma menina pequena, que adorava a galinha assada que sua mãe fazia. Um dia, na cozinha, perguntou à mãe como se preparava o prato que tanto gostava”.

– A primeira coisa a fazer é arrancar as duas asas, diz a mãe.

– Mas, por quê? – pergunta a menina.

– Ora, porque é assim que se prepara a receita de galinha da nossa família. Não é o que você quer saber?

– É o que eu quero saber, mas mãe, por que tem que arrancar as asas primeiro?

– Porque é assim que se faz e pronto.

A menina sai da cozinha resmungando, inconformada com a resposta que quase nada respondeu. Encontra a avó no corredor e pergunta:

– Vó, você me ensina a preparar a receita de galinha da nossa família?

– Claro! Primeiro você arranca as asas...

– Mas, por quê? – interrompe a menina, antes que a avó passe a explicar a próxima etapa.

– Ora, porque é assim que se faz! Foi assim que sua bisá me ensinou!

A menina atravessa o corredor e vê a bisavó cantarolando, sentada perto da janela.

– Bisá, você sabe que meu prato preferido é a galinha assada da nossa família. Perguntei para a mamãe e para a vovó como se prepara a receita e as duas falaram que precisa arrancar as asas primeiro, mas eu não entendi por quê. Me explica, bisá?

A bisavó dá uma risada gostosa e finalmente revela o motivo:

– É só porque quando a bisá era criança, nossa família tinha um forno muito pequeno. Precisava cortar as asas para a galinha caber dentro do forno!

Suspendo as sobrancelhas, espero um pouco até o público parar de rir com a pequena história e prossigo:

– Eu gostaria muito que, a partir de agora vocês ouvissem o que tenho a dizer com o mesmo espírito dessa menina da história, que não se conformou em continuar repetindo “a receita de galinha da família” sem questionar os motivos de tal “tradição”. Eu também repetia muitas “verdades” sem questionar se seriam mesmo “verdades” ou apenas ideias repetidas por muitas pessoas por muito tempo. Para escrever *Não me toca, seu boboca!* precisei aprender muitas coisas que eu nem desconfiava. E eu espero que depois deste nosso encontro, vocês também possam compartilhar com outras pessoas o que conversamos aqui!

Assim, nessas oportunidades de interação, busco aumentar o *quantum* de transversalidade, que, de acordo com Guattari (2004), significa transformar a realidade para conhecê-la pela égide do cuidado, gerando conhecimento de interesse e, dessa forma, desestabilizar o “mundo como dado e eu como centro natural da perspectiva” (Passos; Eirado, 2009[2020], p. 128).

Seguindo ainda a pista 6 junto aos que estão na experiência e potencializo a noção de que

pensamos não ser responsáveis pelo que acontece nesse mundo aparentemente indiferente a nós, porém há interdependência entre mim e mundo. **Somos corresponsáveis por o tudo que experimentamos, por nosso modo de existência, assim como pelo mundo que surge diante de nossos olhos.** Se surgimos das experiências é muito menos para nos entronizar no eu, e muito mais para vivermos nossa existência como um **processo de cuidado de si e do mundo.** (Passos; Eirado, 2009, p. 128-129).

Acredito que seja por todos esses motivos que desejei me embrenhar de corpo e alma nesta pesquisa. O cuidado é a gênese dos meus escritos literários, e, de acordo com as reflexões dos pesquisadores, “cuidar é a única forma de conhecer” (Passos; Eirado, 2009, p. 122). E, segundo o Promotor de Justiça, jurista, professor e colega escritor Savio Bittencourt (2022), “o cuidado é o corpo de delito⁵¹ do afeto, pois quem ama, cuida” (Bittencourt; Toledo, 2022, p. 173). Cuidar é um ato ético-político. E, se o cuidado for promovido pelos caminhos da arte, também pode ser estético.

Em uma localidade periférica, ao final de uma das minhas apresentações, ouvi de um rapaz que havia participado do projeto *Não me toca, seu boboca!* - *Literatura Infantil e Proteção*: “eu entrei pensando de um jeito, mas depois que eu

⁵¹ No sentido de que lhe dá materialidade, o torna palpável.

ouvi o que a senhora falou, já vou sair pensando de outro jeito. Pode deixar que eu vou fazer o que a senhora pediu: vou contar isso tudo pro pessoal da minha igreja.” Essa é uma das maiores alegrias que sinto, perceber a aceitação que a história de “Ritoca” consegue alcançar entre indivíduos e coletivos que, aparentemente, poderiam estar menos abertos a esse diálogo.

Ao trazer a dimensão política deste trabalho, relatando a forma como venho aprendendo a propor o debate, percebo como afeto e informação cuidadosa são potências transformadoras.

Cotejando este percurso investigativo e as experiências vivenciadas com *Não me toca, seu boboca!* com as *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (2009), é possível mapear algumas similaridades:

Tabela 3 – cotejamento de experiências vivenciadas com *Não me toca, seu boboca!* x pistas do método da cartografia

PISTA (Nº/AUTORIA)	IDEIA CENTRAL	EM RELAÇÃO A NMTSB
1. EDUARDO PASSOS/ REGINA BENEVIDES DE BARROS	A cartografia como método de pesquisa-intervenção	Desde a publicação do livro, recebo relatos sobre os efeitos de sentidos que a narrativa de “Ritoca” provoca nas pessoas leitoras (crianças, adolescentes e adultas);
2. VIRGÍNIA KASTRUP	O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo	A cada vez que entrava em contato com diferentes saberes acerca do problema e me aprofundava nas reflexões, alterava partes do texto e debatia soluções com a ilustradora Thais Linhares e com a coordenação editorial do livro.
3. LAURA POZZANA	Cartografar é acompanhar	O longo processo de

DE BARROS/ VIRGÍNIA KASTRUP	processos	elaboração do livro e suas ressonâncias, antes e depois de publicado, está mapeado, dentro do possível, neste percurso investigativo.
4. VIRGÍNIA KASTRUP/ REGINA BENEVIDES DE BARROS	Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia	Levando em consideração os relatos recebidos, <i>Não me toca, seu boboca!</i> tem funcionado como dispositivo de prevenção ao abuso sexual de crianças e, ao mesmo tempo, de acolhimento de crianças, adolescentes e pessoas adultas já vitimizadas (na maioria das vezes, silenciadas e carregando culpas por longos períodos)
5. LILIANA DA ESCÓSSIA/ SILVIA TEDESCO	O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica	“Ritoca” e sua turma promovem encontros-contágios com suas leitoras e seus leitores constituindo um plano coletivo de forças que impulsionam intervenções nas formas de legitimação de enunciados de crianças, proporcionando potenciais novas realidades não-violentas
6. EDUARDO	Cartografia como dissolução	Tanto o livro quanto esta

PASSOS/ ANDRÉ DO EIRADO	do ponto de vista do observador	pesquisa são fruto de inúmeras contribuições: dissolvendo a centralidade do sujeito-pesquisadora, trouxe diversas outras experiências para os dois textos
7. JOHNNY ALVAREZ/ EDUARDO PASSOS	Cartografar é habitar um território existencial: implicar-se com o mundo	Imersão da cartógrafa-aprendiz no território e seus signos: a pesquisa, tanto do livro quanto deste percurso investigativo demandou o engajamento daquilo que eu já conhecia no mundo a ser conhecido
8. EDUARDO PASSOS/REGINA BENEVIDES DE BARROS	Por uma política da narratividade: a alteração metodológica exige mudança da prática narrativa também	Escrita desta pesquisa em primeira pessoa, com a presença de diálogos e outras vozes, coerente com a mudança de metodologia proposta pela cartografia

Os organizadores do *Pistas* (2009), Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia nos alertam no fechamento da obra de 2009 que,

para tornar-se cartógrafo não basta ler este livro ou outros textos teóricos sobre o assunto. É preciso praticar, ir a campo, seguir processos, lançar-se na água, experimentar dispositivos, habitar um território, afinar a atenção, deslocar pontos de vista e praticar a escrita, sempre levando em conta a produção coletiva do conhecimento (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p. 203).

Percorrendo este percurso investigativo que propõe múltiplas entradas e saídas, sem dualismos maniqueístas, sem nos deixarmos capturar pela “dicotomia rudimentar do bom e do mau” (Deleuze, Guattari, 1980 [2011], p. 26) e, de mãos

dadas com as ideias dos pesquisadores com que nos aliamos, busco caminhar por um mapa aberto, “em movimento transversal (...), riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio” (Deleuze, Guattari, 1980 [2011], p. 49).

Foi na dinâmica desse fluir que vivenciei, em produção coletiva do conhecimento, uma das experiências mais impactantes desta pesquisa e, certamente, da minha carreira na escrita literária, como narro a seguir.

4.3 A aposta ética-estética-política do modo de dizer: como dar língua ao indizível?

Voltando ao *Pistas* (2009), encontro um relato na pista 3 (cartografar é acompanhar processos, p. 52) que se refere a uma vivência relacionada à literatura e às infâncias – lugar muito familiar para mim.

Uma pesquisadora observa o dinamizador de leituras Gilson e seus gestos acolhedores e espirituosos nos encontros ao longo da caminhada pelas vielas do morro Santa Marta, onde funciona uma biblioteca comunitária: “Esse modo de fazer carregava uma presença e anunciava uma prática. Havia uma propagação, um **contágio** no ar, atrações de atenções”, diz ela (Barros; Kastrup, 2009, p. 52).

Há uma conexão profunda, um **agenciamento**, ou seja, “uma relação de cofuncionamento, descrita como um tipo de simpatia (...), composição de corpos envolvendo afecção mútua” (Barros; Kastrup, 2009, p. 57) que me aproxima de Gilson, embora nunca o tenha visto.

Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup assinam essa pista e reforçam minha aposta na cartografia como método de pesquisa quando afirmam que o objetivo da cartografia é desenhar a **rede de forças** ao qual o objeto ou fenômeno está conectado (Barros; Kastrup, 2009, p. 57). Rede não no sentido de armadilha, de caça ou pesca, mas de conexões e afetos em torno da palavra empenhada em construir novos mundos.

Pensaremos em redes que possibilitem devires minoritários e, desse modo, enfraqueçam a potência da “intrusão selvagem ainda que às vezes perpetrada de maneira sutil” (Toporosi, 2018[2022], p. 19) praticada por pessoas autoras de VSCA

que, na maioria das vezes, estruturam suas ações valendo-se de uma língua dominante majoritária, ou seja, aquela que “supõe um estado de poder e de dominação” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 55).

Deixo-me levar por um campo coletivo de forças e, como cartógrafo-aprendiz, procuro ter uma atitude cognitiva onde há uma concentração sem focalização e me manter permanentemente aberta aos encontros. As autoras citam Suely Rolnik (2007) que diz que “do cartógrafo se espera que ele mergulhe nas intensidades do presente” para “dar língua para afetos que pedem passagem” (Rolnik, 2007, p. 23) e concluem que isso não se pode aprender em livros, mas apenas com a prática e no campo.

Foi com essa atitude cognitiva, com essa disponibilidade para o encontro e mergulhando nas intensidades do presente que aceitei um convite imprevisto para participar de uma mesa na 21ª Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) em substituição a um colega impedido de chegar para o evento. Impactante foi constatar que o tempo da pesquisa precisou esperar por esse momento para que os afetos distantes que pediam passagem pudessem ter língua em sincronia com o fechamento deste trabalho.

A probabilidade de que essa situação acontecesse tendia a zero. Contudo, um encontro casual em uma das ruas do centro histórico de Paraty/RJ com calçamento de pedras pé-de-moleque com o curador da Casa SESC antes da programação da FLIP começar foi o ponto do rizoma que ensejou o que relato a seguir.

A mesa intitulada “A palavra sem amarras” da qual participei com a escritora e psicanalista Ninfa Parreiras, mediada pela jornalista especializada em literatura Maria Fernanda Rodrigues que aconteceu no Café Literário do Sesc Santa Rita das 11h às 12h15 do dia 24 de novembro de 2023⁵², propunha um debate em torno das dificuldades impostas por vários setores da sociedade para a cadeia criativa da literatura infantil e juvenil poder se expressar com liberdade artística acerca de temas que hoje alguns teóricos denominam como fraturantes, difíceis, sensíveis, delicados, polêmicos, inadequados ou tabu.

Não pretendo debater esses conceitos neste trabalho, contudo a contribuição de Kirchof e Souza (2019) é relevante para nossas reflexões e foi objeto

⁵² Disponível em: <https://www.sesc.com.br/atuacoes/cultura/polo-sociocultural-sesc-paraty/flip-mais-sesc/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

de estudo no meu percurso, quando tive a oportunidade de cursar a disciplina “Literatura Infantil e Juvenil” e produzir com o colega (então) mestrando e também escritor John Brendo uma monografia que abordava estratégias de leitura para criar conexões e diminuir distâncias entre autores, obras, leitores e mediadores de leitura diante de temas que, pessoalmente, prefiro denominar como “desafiadores”.

De acordo com os autores, baseados na semiótica da cultura, a ideia de dificuldade de se abordar tais temas “em livros destinados a crianças e jovens está diretamente relacionada com assimetrias existentes, em determinado contexto sociocultural, entre as concepções de infância e juventude de autores e certos grupos de leitores” (Kirchoff; Souza, 2019, p. 25).

Para que o texto funcione, Kirchof e Souza (2019) apontam que ele deve estar organizado dentro de determinada hierarquia dos códigos de cultura, levando em conta que há um duplo endereçamento quando se trata desses livros, visto que a recepção não será apenas do leitor (criança ou jovem), mas também do mediador adulto. Tais códigos mobilizados pelo autor no que tange à arte, à literatura, à infância e à juventude precisarão dialogar com os códigos dos potenciais leitores.

Nesse sentido, Kirchoff e Souza (2019) defendem que

as assimetrias que se manifestam entre códigos culturais mobilizados por certos autores e certos grupos de leitores revelam que **a leitura das obras de literatura infantojuvenil não é um ato abstrato ou neutro, mas está permeada por questões que envolvem regulação social e disputas de poder** (Kirchoff; Souza, 2019, p. 32).

Kirchoff e Souza (2019, p. 37) afirmam que **“questões polêmicas podem e devem ser discutidas de forma racional em sala de aula, mediadas por professores preparados** [e que] cabe aos mediadores estudarem, planejarem e desfrutarem, com crianças e jovens, da leitura de textos literários”.

O “como abordar”, portanto, convocaria o mediador a um estágio anterior à mediação da leitura propriamente dita: fazer um trabalho interno de aproximação legítima com os temas, buscando, em episódios vividos na infância, o que a criança gostaria de ter ouvido perante situações de enfrentamento de situações que lhe causem desconforto ou quais atitudes e posturas ela teria esperado dos adultos responsáveis diante das perplexidades que teriam surgido nessas ocasiões.

Com isso, se objetivaria acolher a criança-receptora e, dessa forma, estabelecer um vínculo emocional que propiciasse o diálogo e a troca de saberes o

mais horizontalmente possível, evitando-se, assim, a postura didatizante (vertical), a qual dificultaria a adesão e a proximidade da dupla mediador/a-receptor/a.

Os autores citam nesse artigo o texto do semiótico russo Yuri Lotman (1982) acerca da estrutura da obra de arte, em que destacam que

Todo **texto artístico** pode realizar sua **função social** unicamente se existir uma **comunicação estética na coletividade contemporânea a este texto**. Visto que a comunicação semiótica exige não só um texto, mas também uma linguagem, a obra de arte, tomada em si mesma, sem um determinado contexto cultural, sem um determinado sistema de códigos culturais, é semelhante a um “epitáfio em uma língua incompreensível”. (Lotman, 1982, p. 345 *apud* Kirchoff; Souza, 2019, p. 28).

Voltemos à FLIP.

Após debater questões relacionadas a tais desafios por mais de uma hora, ocorreu um fato totalmente inesperado que materializou, no plano da realidade factual, exatamente o que venho refletindo ao longo destes anos, não apenas em hipótese, mas também pelos relatos que recebo e pelas experiências de contações interativas de *Não me toca, seu boboca!*.

Uma das minhas colocações finais foi “façamos de coisas horríveis de forma não horrível” para acolher as crianças em seus temores e dúvidas sobre assuntos que ainda não conhecem, mas que estão presentes nas mídias e nas conversas adultocentradas, que tendem a supor que “a criança não está ouvindo, não entende nada”. Essas observações resumem bem meu compromisso ético, estético e político com as infâncias e adolescências e minha inscrição na formação discursiva “escritora-ativista pelos direitos humanos de crianças e adolescentes”.

Por sua vez, Ninfa Parreiras, inscrita na formação discursiva “escritora-psicanalista” havia ressaltado a importância de respeitarmos a criança em suas elaborações inconscientes toda vez que solicita a quem está mediando a leitura que repita a mesma história.

Na extremidade do palco de um auditório ocupado integralmente por um público adulto receptivo ao tema do encontro, dois intérpretes de libras (língua brasileira de sinais) revezavam-se a cada vinte minutos para dar acessibilidade à troca de saberes a pessoas com deficiência auditiva.

Após o pedido de uma docente da plateia para que houvesse mais formação continuada de professora/es para mediação de leitura, próximo ao encerramento da mesa, a intérprete que estava em seus vinte minutos de intervalo aproximou-se do

palco, e o intérprete que estava no palco, de forma muito inusitada, pediu o microfone, já se desculpando por quebrar todos os protocolos e esclarecendo que sua tomada da palavra se devia a um relato de fatos que não conseguiria omitir naquele momento, em que a oportunidade o convocava ao testemunho público.

O intérprete de libras, então, passou por fora das coerções que, a princípio o manteriam fora da comunidade discursiva ali presente composta pelas debatedoras/escritoras e mediadora, dos contratantes de tal serviço e público da plateia.

Deslocou-se de sua inscrição na formação discursiva ao longo do evento (“intérprete de libras”, que pressupõe não chamar atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função, como determina o código de ética do tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa)⁵³ e legitimou-se como enunciador ao se apresentar em sua outra atividade profissional (“professor de educação infantil” no município litorâneo do Guarujá-SP).

A partir desse instante, o enunciador-professor Álex Rodrigues (que também é pedagogo, especialista em Educação de surdos) começou a relatar sua experiência com uma turma de crianças e, em pouco mais de um minuto de sua prática discursiva, debatedoras, mediadora, público presente e gestores da organização em que acontecia o evento agenciaram-se na dimensão coletiva da experiência vivenciada por esse sujeito inscrito na formação discursiva “professor-mediador de leitura”.

Transcrevo o que foi narrado por ele, diante de uma plateia que o ouviu com completo assombro:

– “eu comecei o ano [letivo], e eu moro na região do Guarujá que tem muito problema de violência infantil e eu li esse livro [apontando para Não me toca, seu boboca!, que eu segurava em uma mão. Na outra mão, eu segurava o manual do professor⁵⁴] para as crianças; e eu tinha toda quarta-feira para fazer roda literária com eles. E eles escolhiam o livro, e era toda quarta-feira o mesmo, até que um dia uma mãe chegou para mim e falou: professor, o que o senhor está lendo para meu filho na quarta? Aí eu peguei e mostrei o livro [Não me toca, seu boboca!] e ela pegou e falou assim: meu filho vem sendo abusado por um tio há meses, e eu só fiquei sabendo porque ele mostrou [pausa e suspiro do professor neste momento do relato] o lobo. E ele: ‘olha, mamãe! O titio!’

⁵³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf> p.31. Acesso em: 01 dez. 2023.

⁵⁴ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1znHSL6ma4u9jjAU7MFtnM2AhgfeYFpDd/view> . Acesso em: 02 dez. 2023.

e aí a mãe presumiu o que estava acontecendo, eu me arrepio só de falar, e este ano eu estou com a disciplina de pedagogia de análise de livros didáticos. Chuta qual é o livro que estamos analisando com os alunos? É justamente o seu, então estar aqui [irrompem palmas da plateia] interpretando você...”.

A dimensão do impacto desse relato, que mobilizou afetos a ponto de causar uma comoção coletiva no público que presenciou esse gesto de partilha, foi gravada em vídeo por uma companheira de caminhada especialista em biblioterapia, e, a partir daquela gravação, a narrativa do professor foi difundida em alguns perfis nas redes sociais.⁵⁵

Posteriormente, andando pelas ruas do centro histórico, fui abordada por testemunhas desses fatos que me reconheceram em função daquele evento, e, por esses encontros, soube que, assim como eu, muitos foram os que choraram e se deixaram afetar pelo discurso emocionado e com força de verdade e vida do testemunho que havia sido narrado pelo professor, a partir de sua experiência em sala de aula com crianças de quatro anos.

A atenção flutuante/concentrada e aberta esperada da cartógrafa-aprendiz comprometida com o mapeamento de processos e implicada nesta pesquisa por acreditar e defender que nada está dado e tudo está em permanente transformação, ali se fez.

Pude acolher os encontros e, de certa forma, garantir o devir na formação das comunidades discursivas que potencialmente terão a possibilidade de ecoar esse testemunho. Torna-se impossível mensurar quantos mediadora/es de leitura, professora/es e outra/os profissionais com atuação na infância terão se deixado afetar e aderido ao discurso apresentado a partir daquelas trocas de saberes.

Rocha (2011) discute o conceito de enlaçamentos formulado por Maingueneau (1989) como sendo “o modo pelo qual o texto institui uma cena que a atividade enunciativa simultaneamente produz e pressupõe para se legitimar” (Rocha, 2011, p.11) e sustenta que

o que se diz é efetivamente “dito” de várias maneiras: diretamente nos “conteúdos” e, não menos diretamente, no **modo de dizer** (...) aquilo que se enuncia por meio de palavras também é enunciado de forma mais ampla

⁵⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C0RWfF_uyHh/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng== . Acesso em: 01 dez. 2023.

(...) e tais **ressonâncias** são elemento fundamental para a **adesão do sujeito ao discurso** (Rocha, 2011, p.13)

Retomando a mesma discussão, Rocha (2011) formula a hipótese de que “ao proceder à leitura (ou a escuta) de um texto, o que **o sujeito procura** são justamente **as coerências**” (Rocha, 2011, p.13).

Em consonância com as coerências apresentadas no debate e no testemunho, permito-me ansiar que os sujeitos que acompanharam tais acontecimentos, docentes ou não, sintam-se encorajados a aderir ao discurso da defesa da leitura compartilhada do dispositivo de inter(in)venção literária para as infâncias *Não me toca, seu boboca!* para enfrentar situações similares sem se intimidar nem se deixar (im)pressionar por movimentos de censura aos livros de literatura infantil que abordam esses chamados “textos polêmicos”.

Nesse sentido, Davila e Souza (2013) analisam como “Discursos, formas socialmente aceitas de falar/ouvir e escrever/ler sobre sujeitos em grupos sociais específicos (Gee, 2008), podem influenciar o uso ou a censura a textos polêmicos por docentes em sala de aula” (Davila; Souza, 2013, p. 1207) e concluem que

o trabalho com o texto literário exige interação entre leitor e texto e especulações sobre o seu significado, propiciando a apreensão de informações importantes. Exige o estabelecimento de relações entre conhecimentos prévios e experiências de vida, bem como a reflexão sobre fatos sociais. Se o professor levar todos estes aspectos em conta na escolha do livro infantil fará uma grande diferença e caminhará rumo à formação do leitor crítico. (Davila; Souza, 2013, p. 1217).

Sempre que acompanho discussões acerca desses temas, que fazem parte do meu repertório como escritora, me pergunto: são temas polêmicos para quem, para as crianças ou para os adultos? Serão temas difíceis e desconfortáveis para as crianças?

Não é o que este percurso investigativo aponta, muito pelo contrário...de modo geral, nas minhas interações com o público infantil, não raramente recebo abraços calorosos das crianças e a receptividade é visível pelo modo como se concentram e agem nessas ocasiões em que o caráter lúdico da literatura supera a suposta aridez dos temas por meio do acolhimento e da honestidade nas trocas.

Volto ao auditório em Paraty e, em lágrimas, rememoro esses momentos enquanto escrevo. No lapso temporal do testemunho do professor/intérprete – que

no tempo de Cronos durou menos de 2 minutos mas que no tempo de Kairós significou muitos anos da minha vida – haviam se materializado, de forma articulada e condensada, os conceitos com os quais eu vinha trabalhando na AnaCarDis ao longo desta pesquisa.

Pude constatar a produção dos efeitos de sentido naquele encontro de corpos que possibilitou “dar língua” a um acontecimento que teve lugar pelo ato da leitura compartilhada entre as crianças-receptoras e um professor-mediador de leitura disposto a não se intimidar na mediação de temas desafiadores.

O professor, por meio da leitura semanal e não se recusando a repetir a leitura do livro pedido pelos alunos em vez de impor outra leitura de sua preferência ou se submetendo a alguma instância institucional coercitiva, pôde intervir e afetar o devir daquela criança que não apresentava sintomas na escola (como soube depois em conversa reservada) mas que estava em situação de violência e sequer se dava conta do que estava vivenciando por falta de referencial comparativo entre o que é carinho adequado e toque abusivo, como citado nas considerações iniciais.

Por outro lado, a mãe que não tinha outra rede de apoio a quem recorrer e que eventualmente deixava seu filho aos “cuidados do abusador-tio” só teve condições de interromper esse ciclo de violência porque houve uma forma da criança-leitora dar contorno para o indizível e para o inescutável, e conseguiu encontrar um modo de dizer o que estava ocorrendo ao se agenciar com a enunciação da personagem “Ritoca” que, por ter um conhecimento que até então o menino não tinha, o convocou também à autoproteção e o legitimou a apontar a figura do personagem “Tio Pipoca” como agressor, desnaturalizando a situação e revelando o abuso do seu tio.

Sinto-me em conexão com a resistência à formação discursiva do “intérprete” e com a necessidade urgente do “professor” contar aos outros o que havia experienciado. O testemunho público atuando no plano coletivo. O discurso encarnado como força motriz para criar uma caixa de ressonância na comunidade discursiva ali presente.

Volto mais uma vez às observações dos organizadores do *Pistas* (2009):

Como cartógrafos experientes ou iniciantes, temos algumas vezes a impressão de que perdemos o rumo, de que nos distanciamos de nosso

foco ou de que nos afastamos dos objetivos inicialmente pretendidos. Imersos no curso dos acontecimentos, o problema que nos orientava pode parecer distante, pouco relevante, tendendo em certos momentos a desaparecer no cotidiano da pesquisa. Por outro lado, acontecimentos imprevistos e outros signos oriundos do território da pesquisa podem, por seu caráter instigante, atrair nossa atenção. (...) uma estratégia metodológica alheia aos movimentos processuais pode levar o pesquisador a se agarrar ao problema inicialmente formulado e aos objetivos previamente estabelecidos e buscar mantê-los de pé. (...) Se trabalhamos desta maneira (...) não fazemos cartografia. (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p. 203-204)

Não haveria pesquisa alguma se eu tivesse me deixado engessar pela obrigatoriedade de me manter rigidamente no que havia proposto no projeto original apresentado à banca de seleção. Os movimentos processuais, de fato, alteraram a forma como imaginei que conduziria este percurso investigativo. Mas, felizmente, ir de mãos dadas com a cartografia abre outros caminhos:

Habitar um território de pesquisa não é apenas buscar soluções para problemas prévios, mas envolve disponibilidade e abertura para o encontro com o inesperado, o que significa alterar prioridades e eventualmente redesenhar o próprio problema (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p. 204)

4.4 No meio do caminho, havia um atraso na vacinação: o projeto inicial que não se concretizou e as dificuldades para acessar o corpus das vozes da violência

Pausa para um pequeno descanso. Bebo água, me alongo, me ajeito na cadeira e respiro para tomar fôlego e prosseguir em direção à próxima etapa da caminhada.

Pesquisar VSCA é um desafio particularmente árduo, por diversos motivos, como já sabemos: a própria impossibilidade legal de se ter acesso a informações acerca de crimes que envolvem crianças e adolescentes, os processos que correm em segredo de justiça e os obstáculos praticamente intransponíveis para se consultar arquivos ou presenciar depoimentos nos tribunais.

Desde o início eu sabia que parte importante deste trabalho consumiria muita energia: transpor os empecilhos que envolveriam os trâmites para autorização da pesquisa, que necessariamente passaria por tratar dados sensíveis e sigilosos.

Embora esses entraves estejam em consonância com o Art. 100-V do Estatuto da Criança e do Adolescente que determina que “a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada” (Brasil, 1990), essa dificuldade de acesso desestimula quem se dispõe a realizar pesquisas na área e quase inviabiliza estudos como este.

Em um conceito amplo, a VSCA envolve duas modalidades específicas, o abuso e a exploração sexual – esta última intermediada por alguma barganha em dinheiro ou outros benefícios (Childhood Brasil, 2020c) – e vem sendo analisada por diferentes vieses de diversas ciências, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Onde minha pesquisa se encaixaria? Ela deveria se “encaixar” ou teria de se libertar das caixas? Como traduziria e validaria em um trabalho acadêmico as experiências acumuladas ao longo de anos, sem perder a intensidade do vivido?

Mesmo antes de dar o primeiro passo em direção à investigação que desejava empreender, tinha plena consciência que trilhar esse caminho exigiria grandes esforços para não correr o risco de falhar com a ética.

Precisaria encontrar referenciais teóricos que embasassem o trabalho e uma metodologia que me ajudasse a montar as peças desse imenso quebra-cabeça que é o problema da VSCA.

A resposta a essas indagações estão na discussão da Pista 1 do Método de pesquisa-intervenção da Cartografia (2009), na “inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir” (Passos; Barros, 2009, p. 17). A reversão do sentido tradicional do método, intuitivamente, também já fazia parte desse plano que estava em processo de fermentação.

A cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz com objetivos previamente estabelecidos [...] não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas⁵⁶. (Passos; Barros, 2015, p. 17).

⁵⁶ “Metá (reflexão, raciocínio, verdade) + hódos (caminho, direção). Dicionário Etimológico http://www.prandiano.com.br/html/fr_dic.htm (acesso em janeiro/2009).” (Passos; Barros, 2015, p. 17). Citação do rodapé dos autores, link atualmente indisponível.

A reversão, então, afirma um *hódos-metá*. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo de pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados.

Eureka! Havia luz no final do túnel e considerei que esse método me ajudaria a enfrentar monstros e sair de labirintos na investigação.

Volto à primeira infância e à sala da casa da minha avó Emilia em Buenos Aires. Ouço a voz da avó cantando com Joan Manuel Serrat que roda na vitrola “Todo pasa y todo queda/ Pero lo nuestro es pasar/ Pasar haciendo caminos/ Caminos sobre la mar”⁵⁷. Ela me diz que nada é definitivo, que a cada passo construímos o caminho. Que somos caminhantes e criamos nossos caminhos, enquanto caminhamos.

A pista 3 do método da cartografia faz eco à voz de minha avó:

o caminho da pesquisa cartográfica é constituído de passos que se sucedem sem se separar. Como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes (Barros; Kastrup, 2009, p. 59).

Meu primeiro ímpeto para construir o caminho desta pesquisa foi inspirado por habilidades adquiridas na Especialização em Tradução.

Eu supunha que a busca da repetição estatística de termos pudesse dar subsídios para a construção de um suposto “glossário do abuso”.

Consta no projeto com o qual ingressei no programa da pós-graduação:

Baseados em relatos espontâneos recolhidos com profissionais dedicados ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e retornos de leitores do livro “Não me toca, seu boboca!”, obra criada com o propósito de ser uma narrativa preventiva ao abuso sexual infantil, propomos a investigação da existência de uma hipotética ‘linguagem do abuso’, qual fosse a construção de um discurso inicialmente sedutor pelo abusador (ou abusadora), visando a perpetração da violência sexual contra a criança por meio de uma ‘confusão de línguas’, como definido pelo psicanalista húngaro Sándor Ferenczi (1933), por meio da **análise dialógica do discurso** em busca de **evidências de traços linguísticos mais frequentes** da interação ‘abusador/potencial vítima’, com o intuito de **desvendar** essa dinâmica.

Buscaremos **identificar**, utilizando as **ferramentas computacionais** e os **pressupostos metodológicos da Linguística de Corpus**, por meio de **corpora** formados de textos escritos ou falados, como o sistema de comunicação estabelecido pelo adulto abusador **traduz** sua narrativa para a

⁵⁷ Da canção Cantares (do álbum *Dedicado a Antonio Machado, poeta*, 1969), de Antonio Machado e Joan Manuel Serrat.

criança-vítima receptora do discurso que, supostamente, pavimentaria, paulatinamente, uma trajetória verbal anterior à concretização física do abuso, bem como se existiria alguma estratégia discursiva capaz de desmontar o alicerce da edificação do discurso desse abusador para ludibriar sua potencial vítima, evitando, assim, a concretização e a reincidência da violência sexual contra a criança de consequências muitas vezes devastadoras para a vítima.

O método escolhido para a pesquisa consiste na **técnica qualitativa**, buscando a investigação do tema através da **análise de corpus** em que **entrevistaremos 5** profissionais da área da infância e registraremos **in loco depoimentos de crianças vítimas**, por meio de audiências realizadas na modalidade do DEPOIMENTO ESPECIAL em conformidade com a Lei 13.431/17 mediante autorização, preservando as identidades dos depoentes e respeitando as determinações do Comitê de Ética da UERJ e de todas as instituições em que realizaremos pesquisas. (Taubman, 2020).

Os termos destacados em negrito são exemplificadores das “certezas” e dos, por assim dizer, “maneirismos de escrita acadêmica” – como a obrigatoriedade de escrever em primeira pessoa do plural, usar os termos *corpus* e *corpora* em latim, por exemplo, que abandono aqui para seguir a grafia adotada por Deusdará e Rocha (2021, p. 24) que eu trazia para convencer a banca entrevistadora que estaria apta a ser aceita no programa. No processo da pesquisa, fui me dando conta de muitos dos apriorismos que me atravessavam, inclusive no estilo de escrita.

Quando escrevi o projeto para ingresso no curso e participei da seleção em novembro de 2020, acreditei, ou melhor, tive a esperança que a vacinação contra a Covid-19 começaria ainda em dezembro daquele ano – o que acabou não acontecendo – e que, em pouco tempo, eu poderia sair do município em que resido e viajar para buscar **in loco** os registros (supostamente) necessários para **coletar** os **corpora** que comporiam o cerne deste trabalho, possibilidade que não se concretizou e acabou sendo substituída por outras estratégias.

Naquele prelúdio temi que não fosse possível ir adiante dentro dos moldes acadêmicos que até então eu conhecia, tanto por recomendações de colegas que já tinham singrado esses mares, então inéditos para mim, quanto pelo receio da invalidação da minha pesquisa por partir de experiências decorrentes do estudo para a escrita de uma obra literária de minha própria autoria e seus efeitos de sentidos nas crianças leitoras.

A ideia de **produzir um corpus de pesquisa**, eu nem cogitava.

Nesse sentido, Deusdará e Rocha (2021) salientam que há uma sensível diferença entre “produzir um corpus e não simplesmente coletá-lo”:

não se trata apenas de dar nomes distintos à tarefa de delimitação da materialidade a ser investigada” e que é nessa etapa do trabalho que se “atualizam as estratégias e os dispositivos que colocam em cena a tensão acerca da vinculação do pesquisador com a experiência à qual dedica sua investigação [...] Na visão tradicional, que circula formulada de diferentes modos, nos espaços universitários, o interesse pelas etapas metodológicas é acompanhado de um investimento no apagamento das relações que vinculam o pesquisador ao campo, à instituição pesquisa, aos grupos sociais envolvidos nos fenômenos estudados, entre outras relações. (Deusdará; Rocha, 2021, p. 151).

Em abril de 2021, quando o Brasil registrava mais de 80 mil óbitos em decorrência da pandemia, comecei a buscar alternativas para prosseguir o percurso investigativo, desistindo assim das ideias iniciais para o empreendimento.

Em 24 de agosto desse ano redigi uma petição para a Secretaria de Saúde de Teresópolis, solicitando o acesso a registros de procedimentos de casos atendidos pelo Programa Bem Me Quer Terê para fins de pesquisa acadêmica, conforme pré-projeto aceito pela pós-graduação do Instituto de Letras da UERJ, seguindo rigorosamente os protocolos de proteção de identidade das vítimas, conforme determinações do comitê de ética da UERJ e as determinações da Lei 9807/1999 (proteção especial a vítimas e a testemunhas ameaçadas)⁵⁸ e Decreto 3518/2000 (que regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas)⁵⁹.

A autorização para a pesquisa demorou quase um ano, entre rejeições, recursos, dúvidas e desafios burocráticos com as instâncias administrativas.

Em determinado momento, diante de uma das muitas negações, argumentei entre lágrimas com a atendente do balcão do protocolo: enquanto eu não consigo acesso aos registros para tentar pesquisar cientificamente o abuso sexual infantil, nas casas e na internet, neste instante, milhares de abusadores estão assediando crianças sem enfrentar impedimentos. Eu não quero saber quem são as pessoas envolvidas, só preciso saber o que elas dizem! Não vou combater um crime cometendo outro, eu sei que esses processos correm em segredo de justiça!

Finalmente dei início às visitas à unidade em 4 de agosto de 2022.

Foram 4 meses de comparecimentos praticamente semanais em que pude me debruçar sobre pastas de casos recebidos no Programa Bem Me Quer Terê

⁵⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9807.htm . Acesso em: 4 jan. 2024

⁵⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3518-20-junho-2000-362798-norma-pe.html> . Acesso em: 4 jan. 2024.

(BMQT). Todos os nomes e informações que pudessem identificar os envolvidos eram ocultos sob tarjas.

A equipe do Programa, que apoiou materialmente e emocionalmente esta pesquisa e a esta pesquisadora, é composta por uma coordenadora (assistente social), duas psicólogas, duas assistentes sociais, uma enfermeira e duas recepcionistas. O atendimento é realizado em um conjunto de salas no Centro Materno Infantil e é próximo ao endereço do Ministério Público, da sede do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O BMQT é um dos centros pioneiros no Brasil de atendimento integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e é referenciado como exemplo de boas práticas para a efetivação da Lei 13.431/17.

Nessa unidade, que é Centro de Atendimento vinculado a um “programa municipal de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes que oferta serviço integrado nas áreas de saúde e de segurança pública, além de articular a rede de atenção e proteção do município” (Santos; Magalhães; Gonçalves, 2017, p. 96) são realizadas as gravações em mídia digital (DVD) das entrevistas investigativas de crianças e adolescentes supostamente agredida/os sexualmente.

Tais entrevistas investigativas são efetuadas por agentes da Polícia Civil treinada/os na metodologia específica que busca o resgate das memórias originais; entre outras especificidades essa técnica de escuta não obriga a criança/adolescente a falar (nessas situações, respeita-se o silêncio evitando-se, assim, a revitimização). Outrossim, caso surjam falas espontâneas ao longo dos atendimentos, a Promotoria Criminal é comunicada.

É importante esclarecer que a denúncia à Promotoria será oferecida (ou não) de acordo com o que a entrevista investigativa apontar.

Havendo abertura de processo judicial, a outra oitiva será realizada pelo NUDECA (Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente).

O procedimento ocorre em sala reservada, que conta apenas com a câmera para registro do vídeo apoiada em tripé, duas poltronas em formato de U (com o intuito de acolher e conter a criança) dispostas em “V” e uma mesa com computador. Como preconizado no método da escuta protegida, não há qualquer elemento decorativo nessa sala, com o objetivo de evitar distrações durante a entrevista. Posteriormente, o DVD segue para a 110ª Delegacia de Polícia Civil (Teresópolis,

município de médio porte com menos de 200.000 habitantes, não conta com delegacia especializada) para compor o inquérito e posteriormente seguir o fluxo que poderá ou não chegar à esfera do Judiciário.

Figura 19 – *banner* explicativo do Bem me Quer Terê na sala onde funciona o Programa



Fonte: A autora

A despeito dos desdobramentos futuros, cada caso é acompanhado em pastas suspensas⁶⁰ individuais identificadas por número do caso/ano, salvo quando há mais de uma criança/adolescente envolvidos no mesmo caso; mesmo assim a pasta recebe identificações individualizadas, mas a documentação fica armazenada na mesma pasta física, ou seja, os documentos do acompanhamento permanecem na mesma pasta, porém identificados por números distintos. Todas as pastas permanecem arquivadas, eventualmente sendo retomadas mediante novas entrevistas, atendimentos e/ou novos fatos e recebendo mais uma identificação, se necessário.

Recebendo algumas pastas para análise por visita, fui transcrevendo falas pelas quais pudesse proceder à análise da materialidade discursiva, que, de acordo com a designação de Pêcheux (2004[2020]), é o “lugar material em que se realizam os efeitos de sentido” (Pêcheux, 2004[2020], p.321).

A decisão de pesquisar casos de crianças entre 5 e 6 anos trouxe algumas dificuldades na construção do corpus. Em decorrência da pouca interação verbal entre as crianças – que, de modo geral, ainda estão em processo de aquisição de vocabulário e não compreendem o contexto de violência dos fatos vivenciados – e a psicóloga do primeiro atendimento, muitas das minhas anotações registram apenas o número da pasta e a falta de materialidade.

Etimologicamente, o infante é “aquele que não fala”. De acordo com Gagnebin (1997), é quem ainda não obteve “o meio de expressão próprio de sua espécie: a linguagem articulada” (Gagnebin, 1997, p. 87 *apud* Pagni, 2010, p. 100). De fato, poucos foram os casos que registram as vozes das crianças, portanto encontrei apenas fragmentos dessas vozes.

No entanto, algumas anotações das profissionais que atendem no BMQT dão a dimensão da dinâmica dos casos acompanhados no Programa.

Trarei alguns desses casos para análise, esclarecendo que o nome que segue é fictício. A idade, o sexo biológico da criança e a relação com a pessoa agressora são reais, conforme a época dos acontecimentos. A transcrição é *ipsis litteris* como

⁶⁰ Em 2023 foi implantado um sistema de gestão integrada de dados da Secretaria Municipal da Saúde em que equipes de diversas instâncias podem acessar prontuários de pacientes cadastrados. O Programa Bem Me Quer Terê tem acesso irrestrito aos dados desse sistema, porém os dados de evolução de casos do Bem Me Quer Terê têm acesso externo vedado a qualquer outra instância de atendimento.

registrei em caderno, conforme compromisso ético firmado de não fazer fotocópias nem fotografias dos arquivos.

CASO 1: entrevistas da psicóloga com menina de 6 anos

Registros do primeiro atendimento: a psicóloga pergunta para a menina se sabe por que está na unidade.

Menina: “já vim aqui antes tomar vacina e para falar com a moça da minha perereca. (acrescenta espontaneamente) minha perereca estava sangrando e **eu tava arrependida.**”

Psicóloga: “por que?”

Menina: “você não sabe da história?”

Psicóloga: “não, você quer falar?”

Menina: “quero, mas **você não vai brigar?**”

Psicóloga: “não”

Menina: “um menino fez uma coisa comigo, ele colocou o pau dele na minha bunda e depois dentro da minha perereca. **Minha irmã** (19 anos) **brigou comigo**, não foi culpa minha, foi do xxxx”

Registros do segundo atendimento, após 2 meses do primeiro atendimento: a psicóloga pergunta para a menina “o que você tem feito?”

Menina: “nada, **não posso contar** (a psicóloga indaga o motivo) foi meu primo que fez, não fui eu”.

O relatório registra a forma com que o primo (12 anos) a pressionou:

Menina: “disse que não ia me deixar mexer no celular” (em troca de mexer no celular, a criança teria que praticar sexo oral, anal e vaginal).

Este caso reafirma o silenciamento imposto à criança agredida e reforça a relação assimétrica de poder, mesmo entre sujeitos supostamente inscritos em posições sociais similares (primos).

Foucault aborda essa questão em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1976[1988]), quando nos alerta para não procurarmos o poder em quem o teria

na ordem da sexualidade (os homens, os adultos, os pais, os médicos) e quem é privado de poder (as mulheres, os adolescentes, as crianças, os doentes...) [mas] buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo” (Foucault, 1976[1988], p. 94).

Para o filósofo, não é no “quem”, nem é no “onde” que devemos analisar o exercício do poder, porque ele “se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (Foucault, 1976[1988], p. 90) e porque há uma

[o]nipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz *a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação* entre um ponto e outro. **O poder** está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque **provém de todos os lugares**. (Foucault, 1976[1988], p. 89)

O poder, neste caso, foi exercido na correlação de forças entre o garoto que segurava o celular e a menina que desejava usá-lo.

O medo da menina de ser repreendida por falar sobre o acontecido dialoga intensamente com o livro que Camargo (2019) diz derivar da inquietação causada pelo silenciamento dos abusos que sofreu por parte do avô: “o abuso sexual infantil se escondia numa rede silenciada, mas não silenciosa” (Camargo, 2019, p. 14).

Registro do terceiro atendimento, 4 meses após a ocorrência: “a criança nada mais relatava sobre a agressão”.

CASO 2: menino 5 anos, entrevistado pela psicóloga 15 meses após a agressão (a demora se deu em função do isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19)

Registros do primeiro atendimento: a psicóloga pergunta para o menino se sabe por que está na unidade. Observa a psicóloga no relatório: a criança se apresentou timidamente.

Menino: “meu primo (16 anos) abusou de mim, ele me levou pro banheiro na casa do meu tio e fez”.

Psicóloga: “fez o quê?”

Menino (se encolhendo na cadeira): “tenho vergonha de falar”.

Há tantas formas de silenciar uma criança que sofreu abuso sexual... Foucault (1976[1988]) ressalta questões relevantes acerca do silenciamento imposto por “quem pode falar” àquele que não pode:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos. (Foucault, 1976[1988], p. 30)

A maioria dos casos pesquisados não teve materialidade suficiente para analisar as vozes das crianças, contudo, em vários dos registros encontrei enunciações dos adultos entrevistados que evidenciavam o descrédito aos discursos infantis.

A assistente social ou a enfermeira entrevistam a pessoa que levou a denúncia para colher os primeiros dados e um histórico geral da situação. Essas informações alimentam o formulário que vai abrir o prontuário.

Uma das questões levantadas no formulário de recepção dos casos é “Qual é a expectativa da família em relação à condução do caso?”. A resposta mais comum nos casos que tive acesso foi: “saber a verdade sobre o que aconteceu”, “quero descobrir a verdade, não posso ficar com essa dúvida”. Quais são os implícitos dessa afirmação? “Alguém está mentindo, precisamos saber quem mente”. Em outros relatórios, destaquei “contou o episódio para os genitores, porém a genitora não acreditou em seu relato”; “ao ser indagada se a mãe acreditou na filha, ela responde mais ou menos”; “os vizinhos queriam chamar a polícia, mas foram impedidos pela própria (mãe) que em primeiro momento não acreditou nos relatos da filha”.

A responsabilização de quem comete estupro de vulnerável, como o crime é tipificado no Código Penal (Lei 12.015/2009) não é secundária, de forma alguma.

Contudo, fixar-se exclusivamente no tripé vítima-algoz-penalização pode limitar o problema à dimensão de sujeito-objeto.

Romper com a imagem congelada de dois pontos (pessoa agressora-pessoa agredida) é caminhar em direção a um devir que rompa com o silenciamento imposto pela VSCA, não apenas a quem a tenha sofrido, mas também à comunidade discursiva que se esquia de debater a dimensão doméstica/familiar do problema e que prefere manter os mitos e crenças que prosseguem fortalecendo as vozes do abuso e calando as vozes minoritárias que resistem, em qualquer contexto de exercício de poder.

5 SE NÃO É QUALQUER UM QUE PODE FALAR QUALQUER COISA, COMO AMPLIAR O DEBATE SOBRE VSÇA?

Ao longo do processo de escrita e reescrita da obra dei-me conta de algo que talvez eu não percebesse se não estivesse no caminho: as leis determinam os “sim” e os “não” de nossa vida cotidiana e temos pouquíssima intimidade com elas.

Consultando os arquivos do BMQT foi que constatei a aplicação de uma das noções trazidas por Maingueneau (2004[2020]), a do código linguageiro que define “a maneira como um posicionamento mobiliza a linguagem apreendida na pluralidade das línguas e de seus registros – em função do universo de sentido que procura impor” (Charaudeau; Maingueneau, 2004[2020], p. 97).

Uma das questões que me chamaram a atenção no corpus que analisei foi, justamente, o vocabulário utilizado em alguns documentos em contraste com os registros das falas transcritas dos atendimentos das psicólogas e assistentes sociais. Destaco para exemplificar, os termos “nosocômio”, “reduzindo a termo”, “declarante”, “infante”, “sinequias” presentes, entre outros, naqueles documentos que trazem os discursos jurídicos e médicos.

Os relatórios são encaminhados de uma instância a outra com saudações eminentemente formais, como “elevamos protestos de profundo respeito e consideração”; que contrastam fortemente com o código linguageiro com que os relatos das crianças e famílias são registrados (“estava com dor na pepeca” na voz da mãe de uma menina que refere assadura na genitália da criança x “genitália com discreta hiperemia” na escrita do médico que descreve o resultado do exame da menina em documento que fará parte da pasta do caso).

Nesse sentido, Freixo e Rocha (2020) relacionam discurso e vocabulário a partir da semântica global:

“as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento” (Maingueneau, 2008, p. 81), querendo com isto dizer que os enunciadores são levados a utilizar os termos que marcam sua posição num dado campo discursivo. Assim o fazendo, o autor atribui, sem dizê-lo de forma explícita, um caráter fragmentário ao corpo social. (Freixo; Rocha, 2020, p. 74)

Figura 20 – Folheto com a programação do Simpósio sobre a prática do Depoimento Especial – repercussões da Lei 13.431/2017 recebido pela autora presencialmente



Fonte: A autora, 2018.

Figura 21 – poster do 1º Seminário Perspectivas da oitiva de Crianças e Adolescentes vítimas de violência, recebido presencialmente pela autora



Fonte: A autora, 2018.

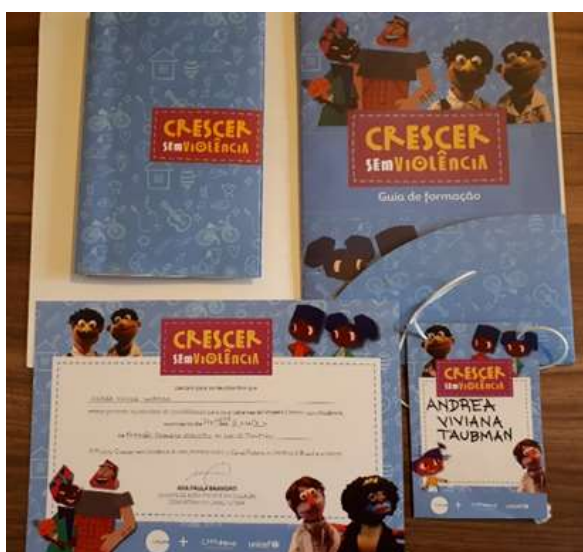
Para seguir ampliando os conhecimentos e trocando saberes com enunciadores de vários campos discursivos, percebi que precisaria investir na compreensão de termos pertencentes a tais campos, apesar de não estar formalmente inscrita nesse fragmento do campo social.

Dessa forma, assisti a vários debates no Judiciário, antes e depois da publicação do livro, e assim fui me familiarizando um pouco mais com o vocabulário e com alguns conceitos jurídicos que fazem parte do universo do que código linguageiro da vara da infância, da juventude e do idoso; da vara criminal e da vara de família, instâncias do Judiciário que atravessam o problema da VSCA.

Contudo, em não sendo advogada, promotora, defensora, juíza ou desempenhando algum outro papel no âmbito do Judiciário, como psicóloga ou assistente social, ou seja, eu-leiga (em minha dimensão coletiva), conseguiria eludir a interdição e passar a falar sobre leis e sua aplicabilidade? Para legitimar essa posição de alguma forma eu precisaria me dedicar a esmiuçar o código linguageiro e me aliar com essa comunidade de falantes.

Nesse sentido, Freixo e Rocha (2020) se debruçam sobre essa questão levantada por Maingueneau (1993) e esclarecem que “o código linguageiro é produzido como resultado de uma gestão da interlíngua, espaço onde se dá a interação entre as línguas ou as variedades de língua acessíveis em um tempo e um lugar determinados.” (Freixo; Rocha, 2020, p. 76).

Figura 22 – materiais da capacitação *Crescer sem violência*, cursada pela autora na Fundação Roberto Marinho (Rio de Janeiro)



Fonte: A autora, 2018.

Figura 23 – crachá do Fórum Exploração Sexual Infantil (Folha de São Paulo/Instituto Liberta)



Fonte: A autora, 2018.

Portanto, para acompanhar de modo mais eficaz os desdobramentos do lançamento e da difusão de *Não me toca, seu boboca!* eu precisaria acessar essa interlíngua, naquele momento e em tais espaços, como, por exemplo, em palestras e debates que acompanhei na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e nos seminários/cursos realizados pela sociedade civil organizada em que participei.

Em dezembro de 1970, Foucault discorreu sobre questões relacionadas às condições de produção do discurso na sociedade na aula inaugural que ministrou no Collège de France em que ressalta que os poderes, ou seja, as instituições regem as exclusões e mostram que o discurso está na ordem das leis, penetram e incidem nas práticas discursivas.

Pergunta o filósofo no início daquela aula que daria origem ao livro *A ordem do discurso* (1971[1996]): “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 1971[1996], p.8).

A resposta de Foucault a essa questão dialoga com meu desconforto diante da constatação de que eu, assim como a maioria das pessoas que não se dedicam aos estudos no campo do Direito, não tinha praticamente qualquer familiaridade com os textos jurídicos e que precisaria, de alguma forma, superar essas dificuldades impostas pelos rituais discursivos característicos desse campo. Reflete o filósofo:

suponho que em **toda sociedade**, a **produção do discurso** é ao mesmo tempo **controlada, selecionada, organizada e redistribuída** por certo número de procedimentos que têm por **função conjurar seus poderes e perigos**, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 1971[1996], p. 9).

Existem, evidentemente, muitos outros procedimentos de **controle** e de **delimitação do discurso**. Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, **conjuntos ritualizados** de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque **nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza**. (...) Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os **textos religiosos ou jurídicos** (...). (Foucault, 1971[1996], p. 21-22).

Penso que é importante abrir fendas nesse tecido de controle e delimitação do discurso. Por isso peço permissão a quem me lê para trazer um breve resumo das leis que, com o passar do tempo foram ampliando as possibilidades de proteção de nossas crianças e a defesa de seu lugar como sujeitos de direitos.

Alguns dos marcos históricos que pontuam as conquistas de direitos das crianças no mundo e no Brasil se iniciam apenas no século XX e podem ser descritos sucintamente na linha do tempo abaixo, em que dou ênfase à conquista de direitos relacionados à dignidade sexual e ao enfrentamento da VSCA:

- 1924 - Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança é adotada pela Liga das Nações:

todas as pessoas devem às crianças: meios para seu desenvolvimento; ajuda especial em momentos de necessidade; prioridade no socorro e assistência; liberdade econômica e proteção contra exploração; e uma educação que instile consciência e dever social. (UNICEF)

- 1927 - No Brasil, a Lei de Assistência e Proteção aos Menores (Código de Menores/ Código Mello Mattos)⁶¹ determina, até hoje, que a maioridade penal aos 18 anos vai vigorar em todo o País;
- 1979 – novo Código de Menores (Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979⁶²) avança em direção à Doutrina da Proteção Integral: “As medidas de caráter

⁶¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 7 jan. 2024.

⁶² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 6 jan. 2024.

preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação” (Brasil, 1979);

- 1988 – Promulgação da Constituição Federal com inclusão do artigo 227 que especifica os direitos das crianças e adolescentes com prioridade absoluta:

é dever da **família**, da **sociedade** e do **Estado assegurar, com absoluta prioridade**, todos os **direitos das crianças e adolescentes** e **mantê-los a salvo** de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, **violência**, crueldade e opressão. (referência)

Por norma constitucional, em qualquer situação, crianças e adolescentes são (ou deveriam ser) as primeiras pessoas a receber proteção, mediante a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado. Neste artigo, em seu § 3º item V, crianças e adolescentes têm reconhecido o respeito à **condição peculiar de pessoa em desenvolvimento**;

- 1989 - Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990 com a adesão de 196 países. O Brasil foi um dos primeiros signatários, ratificando a Convenção em 24 de setembro de 1990; em seu artigo 34 destaca que “os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual” (referência);
- 1990 – promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990)⁶³ que concretiza o artigo 227 da CF/88, a **responsabilidade pela proteção integral de todas as crianças (pessoas até doze anos de idade incompletos) e todos os adolescentes (pessoas entre doze e dezoito anos de idade) é compartilhada entre família, Estado e sociedade**, ou seja, cabe a **todas as pessoas adultas** da nação:

Art. 4º É **dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade**, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária; Art. 5º **Nenhuma criança ou adolescente será objeto** de qualquer forma de negligência, discriminação, **exploração, violência, crueldade e opressão**, punido na forma da lei qualquer atentado, por **ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais**. (Brasil, 2022, p. 12-13);

⁶³ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf> , p. Acesso em: 11 dez. 2023.

- 1990 – Em 21 de novembro o Decreto nº 99.710⁶⁴, promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança e, em seu artigo 12, assegura

o direito da criança de ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que afete a mesma, quer diretamente quer por intermédio de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional”(Brasil, 1990)

- 2000 - Em 17 de maio foi promulgada a Lei 9.970⁶⁵ que instituiu “o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2000);
- **2013** – Em 13 de março é publicado e entra em vigor o Decreto Presidencial nº 7.958⁶⁶, que estabelece **diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual** pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde, que atribui aos

profissionais de segurança pública, em especial os que atuam nas delegacias especializadas no atendimento a mulher, crianças e adolescentes, para atendimento humanizado e encaminhamento das vítimas aos serviços de referência e a unidades do sistema de garantia de direitos. (Brasil, 2013)

- **Portarias do Ministério da Saúde:**

nº 528 de 1º de abril de 2013⁶⁷ define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

nº 485 de 1º de abril de 2014⁶⁸ redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e

nº 2415 de 07 de novembro de 2014⁶⁹ Inclui o procedimento Atendimento Multiprofissional para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual e todos os seus atributos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS;

⁶⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm . Acesso em: 7 jan. 2024.

⁶⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9970.htm . Acesso em: 7 jan. 2024.

⁶⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7958.htm . Acesso em: 7 jan. 2024.

⁶⁷ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0528_01_04_2013.html . Acesso em: 9 jan. 2024.

⁶⁸ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0485_01_04_2014.html . Acesso em 9 jan. 2024.

⁶⁹ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2415_07_11_2014.html . Acesso em: 9 jan. 2024.

- **2017 – Em 4 de abril, a Lei 13.431 (Lei da Escuta Protegida) estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera o ECA;**
- 2022 - Em 3 de agosto foi promulgada a Lei Nº 14.432 que instituiu a “campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes” (Brasil, 2022), que prevê

II – promoção de palestras, eventos e atividades educativas; III – veiculação de campanhas de mídia e disponibilização à população de informações em banners, em folders e em outros materiais ilustrativos e exemplificativos sobre a prevenção e o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, que contemplem a generalidade do tema. (Brasil, 2022, p.5) (referência)

- 2023 - Em 18 de setembro de foi promulgada a Lei nº 14.679⁷⁰ que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS);
- 2024 – Em 12 de janeiro foi promulgada a Lei nº 14.811⁷¹ que dialoga diretamente com esta pesquisa. Essa lei institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares e prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, que, **considerada a sua transversalidade**, deverá prever **capacitação continuada de todos os agentes públicos que atuam com crianças e adolescentes em situação de violência sexual** e objetivará, entre outras diretrizes,

⁷⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14679.htm#art2 . Acesso em: 17 dez. 2023.

⁷¹ Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.811-de-12-de-janeiro-de-2024-537300944> . Acesso em: 27 jan. 2024.

aprimorar a gestão das ações de prevenção e de combate ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente; contribuir para **fortalecer as redes de proteção e de combate ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente** e **promover a produção de conhecimento, a pesquisa e a avaliação dos resultados das políticas de prevenção e de combate ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente** (Brasil, 2024).

Além dessas leis e decreto, existe a tipificação do crime no Código Penal (CP, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940): no rol dos crimes hediondos, o CP, em alteração de 2009, tipifica o **estupro de vulnerável** em seu TÍTULO VI - DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL/CAPÍTULO II - DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL no artigo 217-A⁷² que descreve esse ato como “ter **conjunção carnal** ou praticar **outro ato libidinoso** com **menor de 14 (catorze) anos**” (Brasil, 2009).

Antes de entrar no detalhamento dos aspectos discursivos da Lei da Escuta Protegida de 2017, convém trazer dois aspectos que impactam o problema da VSCA e esta pesquisa.

- (i) É relevante destacar que uma das maiores dificuldades enfrentadas por toda pesquisadora e todo pesquisador que se debruce sobre a questão da VSCA no Brasil é a falta de estatísticas consolidadas e confiáveis, e o quanto esse obstáculo, somado à interdição legal de acesso aos casos para estudo podem desencorajar a produção de mais trabalhos sobre o tema. Parafraseando Karina Acosta Camargo (2019), “se (quase) ninguém fala (sobre o problema), esse problema existe?”
- (ii) Embora não seja a direção metodológica deste percurso investigativo, a afirmação em diversos âmbitos que se dedicam às pesquisas sobre violência de que crimes sexuais sejam os mais subnotificados do país, como já foi mencionado anteriormente, tangencia diretamente a dimensão discursiva do silenciamento imposto pela rede que engloba o círculo social em que o crime ocorre prevalentemente.

⁷² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art3 . Acesso em: 4 de outubro de 2023.

Em 2014 a nota técnica do IPEA “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde” já destacava essa questão e lançava hipóteses sobre a origem da subnotificação:

No Brasil não foram aplicadas entrevistas em pesquisas especializadas no tema de violência sexual no âmbito nacional, que, **por sua natureza e os tabus envolvidos**, necessitam de uma metodologia cuidadosa, a fim de que os entrevistados possam reportar verdadeiramente as informações. Contudo, em 2013, o Ipea levou a campo um questionário sobre vitimização, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que continha algumas questões sobre violência sexual. A partir das respostas, estimou-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais **10% são reportados à polícia**. [...] Por fim, mais de 70% dos estupros vitimizaram crianças e adolescentes. (Cerqueira; Coelho, 2014, p. 6).

Esse panorama não é exclusivo do Brasil. Encontramos dados similares em relação ao Reino Unido, como afirma Sanderson (2004[2005]):

Não está claro quão difundido é na verdade o abuso sexual em crianças. Isso ocorre porque, **por sua própria natureza, o ASC é encoberto**. Acredita-se que **apenas 10% dos casos são**, na verdade, **relatados ou chegam ao sistema judiciário criminal**, o que significa que nosso conhecimento é extremamente limitado e fundamentado apenas naqueles casos que são denunciados. Esse conhecimento limitado tem um impacto na coleta de dados para propósitos de pesquisa e análises estatísticas. (Sanderson, 2004[2005], p. 16-17):

Tabus, “natureza”, desconhecimento, ocultação de casos. Componentes ideais para obliterar os esforços no sentido da prevenção da VSCA. Fomentar o debate sobre o problema na sociedade como um todo, também pode enfraquecer as estruturas da “rede de silenciamento que se instaura diante de um acontecimento insuportável” (Camargo, 2019, p. 13).

Falar sobre o assunto, penso, também é uma forma de desestabilizar as forças que mantêm a comunidade discursiva que trabalha para o abuso infantil permanecer envolto em silêncio, sombra e restrito a controles de delimitação dos discursos de determinados círculos.

Como combater e assumir uma responsabilidade coletiva sobre algo que a coletividade não conhece? Vou de mãos dadas com Deleuze e Guattari (1980[1995]) quando nos convocam a escrever por *slogans* (Deleuze; Guattari, 1980[1995], p. 48): *#precisamosfalarsobreabuso* como propõe a jornalista e escritora Ana Paula Araújo, autora do livro *Abuso: a cultura do estupro no Brasil* (2020). Precisamos falar

de uma forma que seja inteligível para qualquer pessoa, inclusive – ou principalmente – para crianças.

5.1 Lei da Escuta Protegida: outra forma de escutar o que é difícil para a criança dizer

Em 1988, em consonância com a nova constituição cidadã, crianças e adolescentes têm garantido o direito de serem ouvidos em juízo. No entanto, como essa oitiva acontecia?

De acordo com o decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal⁷³ o artigo 201 determinava, até 2008, que “sempre que possível, o ofendido será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor, as provas que possa indicar, tomando-se por termo as suas declarações.” (Brasil, 1941). Em parágrafo único, a determinação quanto ao comparecimento era “se, intimado para esse fim, deixar de comparecer sem motivo justo, o ofendido poderá ser conduzido à presença da autoridade.” (Brasil, 1941).

Em 2008, a redação do artigo 201 permanece, mas são acrescentados parágrafos, dos quais destaco:

§ 4º Antes do início da audiência e durante a sua realização, será reservado espaço separado para o ofendido.

§ 5º Se o juiz entender necessário, poderá encaminhar o ofendido para atendimento multidisciplinar, especialmente nas áreas psicossocial, de assistência jurídica e de saúde, a expensas do ofensor ou do Estado.

§ 6º O juiz tomará as providências necessárias à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do ofendido, podendo, inclusive, determinar o segredo de justiça em relação aos dados, depoimentos e outras informações constantes dos

⁷³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3689-3-outubro-1941-322206-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 8 jan. 2024.

autos a seu respeito para evitar sua exposição aos meios de comunicação. (Brasil, 2008)⁷⁴.

Ainda assim, a forma como as crianças eram ouvidas em juízo permanecia, ou seja, a criança ficava de frente para um juiz ou uma juíza que muitas vezes se situava em posição mais elevada em relação aos demais participantes da cena enunciativa na sala de audiência, membros da Defensoria e da Promotoria de Justiça. Eventualmente, o réu poderia estar no recinto. (Pelisoli; Dobke; Del'Aglio, 2014, p. 31).

A cena enunciativa, de acordo com a metáfora teatral atribuída por Maingueneau (1987[1997]), seria um complexo formado por uma

Unidade biforme entre produção enunciativa e funcionamento social (...) um espaço onde se encontrariam organizadas as coordenadas de tempo e de espaço, bem como os papéis que o locutor atribui a si mesmo e a seus destinatários através do próprio ato de enunciação. (Freixo; Rocha, 2020, p. 68).

Voltemos à cena enunciativa na sala de audiências e a prováveis acontecimentos anteriores a essa cena: a criança poderia já ter repetido sua história de 8 a 10 vezes, revitimizando-a a cada vez que precisasse rememorar a violência sofrida. A depender do contexto, esses procedimentos poderiam ter sido realizados ao longo de anos, em diferentes instâncias (educação, conselho tutelar, saúde, segurança, assistência social).

De acordo com casos analisados pela Promotora de Justiça Veleda Dobke (2001), as inadequações das inquirições acabavam por dificultar o alcance do objetivo da coleta do relato de dados no depoimento. Tais inadequações seriam causadas por um conjunto de dificuldades que envolveriam

dificuldades dos inquiridores em estabelecer um vínculo de confiança com a criança, dificuldades na elaboração das questões sobre o abuso, bem como no uso de linguagem adequada e de técnicas especiais para a ouvida, como desdramatização e a expressão de licença e permissão para o relato que deve ser concedida à criança. (Dobke, 2001 *apud* Pelisoli; Dobke; Del'Aglio, 2014, p. 31).

Analisando hipoteticamente essa cena enunciativa e alguns planos da semântica global de Maingueneau (1995), o que teríamos? Uma criança corporalmente menor do que os demais enunciadore, com vocabulário em

⁷⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11690.htm#art1
Acesso em: 8 jan. 2024.

formação, tentando lidar, ao mesmo tempo, com memórias da violência vivenciada para dar conta de relatar os fatos, inquirida por meio de enunciados que estão fora de sua formação discursiva, em que os demais enunciadore se expressam de forma que pode constrangê-la mais ainda,

Não apenas pelas palavras que se escolhem para a produção de um texto, mas também pela organização sintática dos enunciados, pelo tom que se apreende em sua enunciação, pelos gêneros que se mobilizam para a sua veiculação e, como seria já previsível, pelo código linguageiro que nele ganha corpo (...). Quando se enuncia um texto, atualiza-se um modo de dizer, um tom que caracteriza a qualidade do encontro feito pelos interlocutores, um determinado perfil de interlocução definido pela escolha de um gênero discursivo etc., e tudo isso é efetivamente **produtor de realidade**. (Freixo; Rocha, 2020, p.65).

A Lei 13.431/17 foi criada para alterar a produção de realidade que aumentava o constrangimento das crianças que precisavam depor em juízo “da mesma forma como ocorre com os adultos, sem quaisquer normas ou procedimentos específicos” (Dobke, 2001 *apud* Pelisoli; Dobke; Del’Agllo, 2014, p. 31).

Tal lei busca proteger meninas e meninos que tenham vivenciado ou testemunhado situações de violência sexual, evitando que sofram revitimização no curso do atendimento, reduzindo o número de oitivas que anteriormente caracterizavam processos dessa natureza e detalhando os procedimentos de escuta especializada (realizada pelos órgãos da rede de proteção – saúde, educação, assistência social) e de depoimento especial (realizado pela Justiça), estabelecendo direitos e garantias específicos para crianças e adolescentes vitimizados.

Nesse sentido, a lei é inovadora nos instrumentos de proteção ao “estabelecer mecanismos e princípios de integração das políticas de atendimento” (Brasil, 2017) e propor a criação de Centros de Atendimento Integrados para esses sujeitos, como elucida a Childhood Brasil⁷⁵. Foi pelo esforço de muitas pessoas que perseguiram tais objetivos que avanços significativos foram conquistados nessa direção.

A também chamada Lei da Escuta Protegida (2017) tem um longo histórico que se inicia no Brasil em 2003, a partir do trabalho pioneiro do (à época) juiz de direito José Antônio Daltoé Cezar, que atuava fazia 15 anos como titular da Vara da

⁷⁵ Disponível em: <https://www.childhood.org.br/como-protegemos/depoimento-especial/> . Acesso em 12 dez. 2023.

Infância e da Juventude de Porto Alegre, RS “e avaliava como infrutíferas as audiências com crianças e adolescentes vítimas de violência – na maioria, sexual.” (Conselho Nacional de Justiça, 2023)⁷⁶.

Segundo suas experiências em audiências, “a criança ficava inibida em um ambiente nada acolhedor diante do juiz, do promotor, de advogados e testemunhas. Dificilmente conseguíamos colher o depoimento da criança ou do adolescente”. (Conselho Nacional de Justiça, 2023).

Por iniciativa própria e com recursos próprios adquiriu uma câmera de vídeo e um microfone para ser instalado em outro local do tribunal e assim foi montada a primeira sala de audiência em que a criança era ouvida apenas na presença de uma psicóloga.

Pude ouvi-lo presencialmente e seu modo vibrante de discorrer sobre o desenvolvimento desse projeto, inicialmente chamado de “Depoimento Sem Dano”, é enternecedor. Foi um fazer-saber que impulsionou, a partir das experiências de um juiz sensível, a criação de uma nova perspectiva no Brasil para crianças e adolescentes denunciarem violências vivenciadas, enunciando em “sua própria língua”.

Ao longo destes anos em que me envolvi na defesa dos direitos da infância tive a sorte de encontrar profissionais vocacionados com quem aprendi muito do que trago aqui. Sinto-me honrada por caminhar com essas pessoas.

Por ocasião dos 20 anos do início do projeto, o atual desembargador descreveu o alvorecer desse projeto e a motivação para empreendê-lo, promovendo o deslocamento da abordagem adultocêntrica praticada até então no Brasil na oitiva de crianças e adolescentes:

Como esses três marcos legais (CF/88, Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e ECA de 1990) contribuíram para que **crianças e adolescentes**, sempre que necessário, em juízo ou fora dele, **começassem a ter voz própria sobre os seus direitos, sobre os fatos que tivessem conhecimento, sobre suas queixas ou angústias, sem que isso pudesse causar-lhes um dano secundário**, decorrente de uma exposição inadequada perante o agente público responsável pelo exercício desse direito? (referência)

A resposta a essa indagação começou a ser construída a partir dessa experiência inaugural no Rio Grande do Sul, outros estados da Federação

⁷⁶ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj18anos-experiencia-da-justica-impulsionou-lei-sobre-depoimento-especial/> . Acesso em: 8 jan. 2024.

começaram a realizar audiências no formato proposto pelo Depoimento Sem Dano: a criança, em sala separada e livre de dispositivos que possam causar distrações, é acompanhada apenas por uma psicóloga treinada no método e que tenha estudado o caso previamente. Esse procedimento preconiza o uso de perguntas abertas (não indutivas, ou seja, que não sejam respondidas por um sim ou um não) e é ouvido e visto em tempo real pelos operadores do direito que permanecem em outra sala e que só terão contato com o relato da criança por meio de sistema de vídeo e áudio, o que permite, inclusive, a observação de gestos, do tom, do modo da enunciação, dos silêncios.

A psicóloga funciona como uma espécie de “tradutora” entre o que os operadores do direito perguntam – e o fazem enunciando em seu código linguageiro próprio do discurso jurídico – utilizando-se de algum dispositivo que funcione como “ponto” para informar à psicóloga o que querem saber. A criança, por sua vez, vai relatar o que lhe aconteceu utilizando o vocabulário que ela tenha domínio.

Nesse sentido, Maingueneau (1995[2008]) aborda essa “tradução”, segundo suas palavras, em um sentido muito particular, não como interlinguística (de um idioma para outro), mas por uma perspectiva discursiva/enunciativa:

no interior de uma mesma língua existem, por toda parte zonas de interincompreensão recíproca, e, por pouco que elas constituam sistema, definam uma área de enunciação específica, podemos pensá-las em termos de “discurso” e de “tradução”. (Maingueneau, 1995[2008], p. 100).

A partir de 2007, a já citada Childhood Brasil passou a apoiar a criação de um protocolo científico brasileiro para a escuta de crianças e adolescentes em juízo e para o depoimento especial na fase da entrevista investigativa policial, também desenvolvidas a partir do exame de experiências que já haviam sido testadas por meio de diversas metodologias em outros países.

Em 23 de novembro de 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Recomendação nº 33, incentivando os tribunais a criarem serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Depoimento Especial. (CNJ, 2010)⁷⁷.

Em 2020 foi publicado o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense com Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência,

⁷⁷ Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/878>. Acesso em: 8 jan. 2024.

um método de entrevista semiestruturado, flexível e adaptável ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, cujo objetivo é facilitar a escuta protegida sobre alegações de violência contra eles praticada para fins de investigação e judicialização das ocorrências. (Santos; Gonçalves; Alves Jr, 2020, p. 8)

Todos esses avanços começaram a contagiar as pessoas que se deixaram afetar pelas novas perspectivas de escuta de crianças, em que elas poderiam se expressar por meio “de uma abordagem na qual a linguagem assuma seu papel de coconstrutora do real, interferindo abertamente na produção de um estado de coisas.” (Freixo; Rocha, 2020, p. 65).

Produção de um estado de coisas em que a voz infantil não seria mais a voz do infante, “aquele que não fala”, mas, em seu lugar, estaria cocriando um devir minoritário em um mundo adultocêntrico.

5.2 Programa Bem Me Quer Terê: o propósito que superou os entraves

Um mundo adultocêntrico produz, em sentido contrário ao que preconiza a Lei da Escuta Protegida, o descrédito da voz da criança que, eventualmente, supera um conjunto de dificuldades, consegue reconhecer e revelar que está sofrendo abuso e então, em lugar de acolhimento, se depara com frases como “tem certeza que *fulano/a* fez isso com você? Ele/a é tão querido/a em nossa família, não é possível... não é coisa da sua imaginação?”, “para de mentir/inventar, que isso é feio, menina/o!” e/ou com ameaças e agressões.

Um dos casos a que tive acesso no BMQT exemplifica claramente esse tipo de situação. Em entrevista com a psicóloga, a menina relatou que teria praticado sexo oral no pai quando a mãe estava ausente da residência. Em consequência, a criança relatou o resultado da revelação: “Quando eu contei ela bateu em mim”.

Volto a Foucault (1971[1996]), que analisa o princípio de exclusão pela rejeição do discurso do louco, fazendo um paralelo com o discurso da criança:

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ser que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo

testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato (...). (Foucault, 1971[1996], p. 10-11).

Anular a palavra da criança, não a acolher, considerá-la sem verdade nem importância foi muito do que vi nos casos pesquisados.

O BMQT é um programa muito bem-sucedido, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4.642 de 19 de fevereiro de 2015⁷⁸ e habitualmente recebe equipes de outros municípios e estados que buscam inspiração para arquitetar seus próprios programas para efetivação dos pressupostos da Lei 13.431/17 e do decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que a regulamenta.

O texto do decreto justifica o nome do programa, que foi criado pela equipe fundadora:

O nome do referido Programa foi baseado na brincadeira de tirar uma pétala de cada vez de uma flor; a última pétala retirada significava o sentimento do outro sobre nós: Mal-me-quer ou Bem-me-quer. Partindo do princípio que o Mal me Quer já é o abuso em si, onde os direitos e o respeito ao sujeito foram violados, o Bem me Quer, está intimamente relacionado à pureza de sentimentos, inocência, virgindade, primeiro amor, aos sonhos e expectativas no futuro. (Teresópolis, 2015)

Fazendo uso do diário de bordo recomendado no método da cartografia, fiz várias anotações sobre o que senti durante as visitas à unidade. Em todas as visitas tinha muita vontade de abraçar as mulheres da equipe, movida por uma sensação de fraternidade de propósitos e de reconhecimento do impressionante valor do trabalho delas (choro enquanto escrevo).

Depois dos quatro meses de visitas semanais à sede do Programa, senti que precisava conhecer os meandros do estabelecimento do BMQT no município. Foi assim que resolvi procurar a equipe original do serviço e a promotora que atuava na Investigação Penal e Violência Doméstica àquela época.

A recepção que tive por parte de todas as profissionais envolvidas quando propus registrar suas memórias me emociona neste momento em que me aproximo do encerramento (sempre provisório!) deste percurso.

5.2.1 O início do Programa Bem Me Quer, nas palavras de quem estava na gênese da iniciativa

⁷⁸ Disponível em: <https://silo.tips/download/estado-do-rio-de-janeiro-5> . Acesso em: 9 jan. 2024.

Transcrição condensada de entrevista gravada por mim (A.V.T.) com a Promotora de Justiça Carla Cruz (C.C) em 10 de agosto de 2023, na sede do Ministério Público em Teresópolis.

C.C. – Meu nome é Carla Tereza de Freitas Baptista Cruz. Na verdade, cheguei aqui para ser promotora de investigação penal e violência doméstica em janeiro de 2014, e, na época, a promotora de infância e juventude era a dra. Gabriela Lusquiños que estava muito atenta ao movimento de implantação do Souza Aguiar lá no Rio de Janeiro, num serviço de depoimento especializado, a ideia lá seria uma central onde as vítimas menores de idade de crimes sexuais iriam para um local onde teriam um atendimento bastante completo em termos de coleta de depoimento com os cuidados necessários por pessoas capacitadas, e, ao mesmo tempo, já teria a ideia que tinha lá é que fosse também uma perícia 24 horas, alguma coisa nesse sentido. E ela assim sabendo, acompanhando mais ou menos o que estava se desenvolvendo lá já há algum tempo me convidou tão logo que eu cheguei aqui na comarca, porque já havia uma reunião marcada, salvo engano, para o final de janeiro, com a rede local, conselho tutelar, enfim e outros vários integrantes, salvo engano, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, pra gente tentar implementar alguma coisa semelhante aqui no município, com a grande dificuldade de nós não termos nenhum parâmetro de serviço, especialmente numa cidade do interior, porque quando você pensa na estrutura da capital, é uma coisa, então a gente tinha diversas dificuldades de pensar, como a gente ia, com a estrutura de cidade do interior, ter mais ou menos um serviço na forma que eles estavam querendo ainda implantar lá. Por exemplo, a gente já descartou de pronto atendimento 24 horas que não teria como conseguir isso e a gente também, verdade seja dita, naquele momento, também não tinha uma demanda para isso, porque muita da demanda apareceu depois que o serviço foi implementado, divulgado e muito principalmente quando a sua efetividade se mostra perante a sociedade local. Então a gente não tinha como justificar, exigir na época da municipalidade uma proposta de um serviço que funcionasse 24 horas, não havia funcionários para tanto, não havia demanda também, verdade seja dita, naquele momento nesse sentido. Então nós começamos a conversar e fomos pensando como a gente poderia então utilizar o que já havia na rede municipal, o que já havia de pessoas capacitadas na rede municipal para a

gente criar esse programa; e havia saído uma portaria recente, passando o atendimento de crianças e adolescente vítimas de crimes sexuais para a área da saúde, saindo da Assistência Social justamente pela complexidade do atendimento necessário a uma vítima de abuso. Muitas das vezes um exame médico urgente, aquela oferecimento à vítima de todos aqueles protocolos para evitar gravidez, doenças sexualmente transmissíveis⁷⁹, então, por conta disso, ela pegou esse gancho e a ideia foi criar um equipamento da Secretaria de Saúde com os profissionais que já tivessem um olhar diferenciado para com a criança e com o adolescente e como a gente precisava aqui, da questão especialmente da criança se sentir ouvida num lugar diferenciado, muito diferente do balcão de delegacia, a nossa ideia foi que naquele momento, nesse local da Secretaria municipal de Saúde a ser criado, existisse uma sala em que alguém da delegacia pudesse se deslocar pra fazer essa oitiva, porque já que na delegacia a gente não tem, não tinha, até hoje não tem, assim, na verdade, é uma boa adaptação nesse sentido, mas um local totalmente adaptado com a gravação, para que a gente pudesse, não apenas ter um relato da criança visto em relatório e transmitido por alguém, mas que a gente pudesse efetivamente ouvir aquela criança fazendo aquele relato, o que faz toda a diferença, porque você apenas não tem somente as informações necessárias para uma denúncia, mas como você vê a veracidade, a criança se emociona, a criança às vezes indica apontando para locais que ela não sabe verbalizar. Então assim, isso foi um ganho absurdo e assim que começou o Bem me Quer, a gente conseguiu na época, era no Centro Materno Infantil, foi ali que tudo começou, a primeira equipe foi com a Ana Paula Gatto, salvo engano, uma psicóloga excelente, tinha mais, eu acho, só uma pessoa, uma coordenadora, eu acho que Sandra Erli chegou num segundo momento e era só uma sala pequena, essa pequena estrutura que foi a sementinha do Bem me Quer e, para nossa surpresa, o funcionamento acabou sendo mais rápido do que a gente esperava, até porque não tinha saído nenhum fora da capital que nos servia, em tese, de ideia, o nosso saiu antes e foi muito importante ir bem devagarzinho para entender o que a gente precisava, tanto é que a formalização do acordo a gente conseguiu muito tempo depois, mas nesse

⁷⁹ IST (infecção sexualmente transmissível) é a terminologia que substituiu DST (doença sexualmente transmissível) desde 11 de novembro de 2016, de acordo com o regimento estrutural do Ministério da Saúde por meio do Decreto nº 8.901/2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/regimento_interno_ministerio_saude.pdf (p. 12). Acesso em: 28 ago. 2023.

momento a gente já sabia que era um formato ideal, porque já funcionava; é muito difícil você se sentar com o poder público para exigir um equipamento, uma estrutura se você não sabe o que que você quer, porque a gente não tinha parâmetro. Então foi muito bom para a gente contar inicialmente com a colaboração de todos esses atores, porque foi uma coisa muito difícil, cada delegado que chegava aqui na cidade e eu, como promotora de investigação, tinha que trazê-lo ao Bem me Quer para ele entender a importância do equipamento e pedir pelo amor de Deus para que ele mantivesse esse deslocamento da inspetora. E agora a gente não precisa fazer isso, porque depois de tantos anos, o termo realmente foi assinado. Mas a gente já tinha aí coisa muito estabilizada, reconhecida nacional e internacionalmente. Então isso acabou facilitando que tantos atores concordassem efetivamente na formalização disso e a gente hoje não precisa ter todo esse medo de que mudou um delegado, acabou o programa; mudou o secretário de saúde, acabou o programa; aqui, hoje, é uma referência e está documentado.”

A.V.T. - Quando você diz está documentado, é o decreto municipal ou a lei 13.431 de 2017?

C.C. – Não, nenhum dos 2, porque, na verdade, assim, o decreto municipal lá na frente, ele serviu para que fosse criado o equipamento e o programa propriamente dito, só que ali não havia como com um decreto municipal, a gente vincular o compromisso da delegacia daquele deslocamento para a oitiva, então o nosso grande ganho em termos de formalização foi um termo de compromisso do Ministério Público, da Polícia Civil e do Município de Teresópolis, para que esse fluxo fosse mantido. Isso antes, salvo engano, da lei da escuta de 2017, exigindo a criação do equipamento no decorrer do ano. Mas assim, na verdade, a gente já tinha o equipamento e foi essa formalização que nos facilitou, porque deu o compromisso, a obrigação do delegado que chega por aqui na cidade, manter esse deslocamento [da inspetora que sai da delegacia para realizar a entrevista investigativa na sede do Programa Bem me Quer], é essa a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, entendeu? Foi o momento em que a gente respirou, digamos assim, porque a gente sabe que é uma rotatividade muito grande, o secretário de saúde, delegado...Eu lembro que na época quando a gente estava, em termos de implantação do programa, em 1 ano, um ano e meio, foram [empossados] 7 secretários de saúde. Porque [cada vez que] todo mundo [equipe] mudava, senta todo mundo, explica, fala da importância e tal, só que a relevância que o atendimento foi ganhando no

período, foi a nossa bandeira para a gente convencer todo mundo a não parar o programa, tirando, salvo engano, um pequeno período em que também era uma questão de mudança de lugar, apesar de toda essa dificuldade, o programa se manteve e a visibilidade que acabou ganhando; e a gente ficou muito feliz, porque quando nós fomos selecionados para entrevista para sair numa publicação conhecida internacionalmente, descobriu que, na verdade, a gente, de cidade do interior do Brasil, só Teresópolis e Vitória da Conquista, na Bahia, tinham um programa semelhante e o nosso ainda tinha um diferencial, na época, em relação à Vitória da Conquista, porque lá eles tinham atendimento muito integrado, mas não havia essa obtenção da prova, não havia essa obtenção imediata, do local para a criança fazer o relato espontâneo, que é fundamental, porque eu precisava, na ocasião, desse relato espontâneo, para pedir uma prisão para fazer uma denúncia, para evitar que essa criança dormisse mais uma noite ao lado desse abusador, entendeu? A gente tinha esse diferencial, que funcionou sempre muito bem, graças a Deus, é um grande orgulho para todo mundo que participou disso, e tudo que a gente quer é que continue, que possa servir de exemplo, né? O Bem Me Quer assim, eu acabei que, em vários outros lugares, eu dei palestras sobre ele para a criação de programas semelhantes. Em Itaguaí⁸⁰, por exemplo, acho que deve estar funcionando, porque a promotora de lá também, muito diligente, fez questão de vir aqui com a equipe que conheceu o Programa [Bem Me Quer] que eu apresentei e acredito que lá [em Itaguaí] tenha sido implementado e, muitas das vezes, as pessoas de outros municípios e estados vieram aqui para conhecer o Bem Me Quer; Cabo Frio, algumas equipes do nordeste vieram aqui para conhecer o Programa, enfim, então é realmente assim: virou uma grande referência aquela sementinha plantada lá em janeiro de 2014, com a boa vontade de muita gente, com o coração à frente às vezes da razão, porque às vezes parecia que não ia dar certo, que não ia funcionar e graças a Deus, está até hoje.

A.V.T. - Eu estou te ouvindo assim, e fico com uma, duas ou três questões, talvez; o programa, ou seja, partiu de promotoras que se sensibilizaram com essa causa, que

⁸⁰ Em 2018 o município de Itaguaí/RJ criou o projeto Acalantar por meio do decreto municipal 4.322. Disponível em: <https://itaguai.rj.gov.br/noticia-2028-itaguai-ganha-projeto-para-ajudar-no-combate-a-violencia-contr-a-crianca-e-adolescente.html> . Acesso em: 28 ago. 2023.

já tinham um conhecimento do primeiro embrião que era o CAAC⁸¹ lá no Souza Aguiar, não é?

C. C. - Estava sendo conversado lá, não tinha nem sido implementado;

A.V.T. - Só tinha no Rio Grande do Sul até então, né?

C. C. - Isso, e eu particularmente tinha uma grande frustração porque a maior parte da minha vida eu era promotora da infância e da juventude em Nova Iguaçu e eu tinha que trabalhar aquela criança abusada e muita das vezes não tinha o *timing*⁸² da investigação para impedir aquela criança de sofrer novos abusos, porque não adianta eu pegar essa criança, dar um tempo de afastamento do agressor que eu conseguia na Infância, se essa mãe, com medo, poderia permitir que naquela mesma noite, aquele abusador dormisse com a criança. Então, assim, eu tinha uma grande frustração; verdade seja dita e por isso embarquei imediatamente na ideia com todas as minhas forças, porque antes eu sentia que assim que fazia muito, mas não era nunca o suficiente para cessar aquela situação, não é? Então isso fez a grande diferença, na verdade; foi a doutora Gabriela que já tinha reunião, salvo engano, marcada, não sei se ela teve outras anteriores, mas ela já estava muito engajada nisso, e eu cheguei de certa forma com essa dificuldade de lidar com a falta de efetividade na proteção porque só a Infância sozinha não conseguia isso, porque muitas das vezes, o único instrumento que a gente tinha para evitar o abuso era botar a criança numa instituição de acolhimento, o que era mais uma revitimização da criança. Mas às vezes era o que nos sobrava no âmbito da Infância que a gente não podia pedir a prisão do abusador. Então, assim, é isso que fez toda a diferença, essa integração sim, foi fundamental, né? Assim, a partir daí, a quantidade, a prova melhorou muito, porque a família acolhida, a criança relatando espontaneamente com convicção; eu consigo fazer a denúncia, eu consigo pedir uma prisão, então o afastamento desses agressores foi uma coisa quase imediata a partir do momento, obviamente, que a gente tomava conhecimento, que a gente depende que isso chegasse ao conhecimento de alguma forma, pelo conselho tutelar, pelas unidades de saúde, pelas unidades de educação, mas a partir daí havia uma mobilização muito imediata, né? Mas claro que isso passou também pela

⁸¹ Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança, criado por meio de Termo de Cooperação Técnica em 2014 e inaugurado em 17 de junho de 2015. Disponível em: http://p-web01.mp.rj.gov.br/Informativos/4_cao/2014/setembro/TERMO_DE_COOPERACAO_TECNICA_visa_ao_atendimento_integrado_as_crianças_e_adolescentes_vitimas_de_abuso_sexual.pdf e <https://globoplay.globo.com/v/4271364/?s=0s>. Acesso em: 28 ago. 2023.

⁸² No sentido de tempo oportuno.

sensibilização da rede, passou também pela reunião, na época, que a doutora Gabriela fazia com os conselhos tutelares, com os conselheiros tutelares, que a gente precisa dessa rede integrada. Falando assim, parece simples, mas são muitos detalhes, não? Ninguém estava acostumado a não ouvir uma criança falando de abuso, você tinha, na verdade, até quase um interesse da pessoa, mas que aconteceu? A gente tinha que ter muito cuidado para evitar isso. Isso é muito difícil, sem por outro lado, esse tal relato espontâneo, que aí também você ia por um viés diferente, “Não, não quero ouvir nada. Você não pode contar para mim, não” sabe se naquele momento em que a criança se sentiu minimamente confortável para relatar, você não pode quebrar, você não pode xingar, você não pode fomentar, você tem que chamar alguém adiante, então, assim, tudo isso é muito difícil. Preparar toda essa rede para isso; é claro que a gente não vai dizer que isso é 100% feito, pode ter sido numa situação em que não, mas assim, a capacitação a gente teve esse cuidado de fazer porque era o principal, era não contaminar esse depoimento, esse relato.

A.V.T. - Não contaminar é fundamental, né?

C. C. – Exatamente, até porque eu lidava até então - eu tenho 27 anos de MP - eu trabalhei muito tempo na Infância e Juventude com vítimas, era recebendo relatórios, que eram basicamente assim: “A criança disse que foi abusada”. Ponto. “A criança disse que houve conjunção carnal”, ponto e assim, né...

A.V.T. - Não disse...

C.C. – Não disse. Exatamente. E por outro lado, depois, houve uma certa evolução no sentido do uso de bonecos anatômicos e tal, mas isso se verificou também que não era necessariamente confiável, né? Porque muitas das vezes aquele conhecimento do órgão era pelo fato da criança ter algum interesse; por ela ter visto em algum lugar e a gente sabe que muitas das vezes as famílias moram num cômodo só, e não necessariamente um conhecimento de órgão sexual masculino significava que ela tinha sido manipulada, então assim, na verdade a gente foi evoluindo com tudo isso e vendo que era mais confiável. E hoje assim, o fato de você ouvir uma criança sem nenhum sugestionamento numa sala em que ela está ali, há uma preparação para ela estar ali, relatando espontaneamente, apontando, chorando, se emocionando, te dá uma qualidade de prova; não só importante para uma prisão inicial, mas obviamente para as condenações que sobrevieram a partir da implantação do programa.

A.V.T. - Muito rico esse teu relato, estou emocionada.

C. C. – Ai, que bom, e vindo de você, então, que tem uma luta grande nisso e também uma colaboração muito grande na questão da identificação do abuso, porque a gente tem a questão da criança não se sentir abusada, então, assim, a tua, literatura é fundamental para isso. Não à toa, assim, graças a Deus, ela foi comprada aqui em Teresópolis, também foi uma ferramenta que ajudou, de certo a gente identificar casos em muitas vítimas, né, em relação a muitas outras vítimas.

A.V.T. – Carla, o que te leva a acreditar que aquela criança efetivamente passou por uma situação de violência sexual?

C. C. – Como eu falei, o relato espontâneo é fundamental, né? **Porque você vê a criança usar termos próprios para a idade, você vê essa criança apontar para os locais onde ela foi tocada, e você vê, por outro lado, você acompanha que não há uma intervenção da pessoa que está colhendo aquele depoimento contaminando essa narrativa, né? Então, isso é fundamental.** E o que a gente também aprende aí, já na prática, é que dificilmente uma criança vai criar esse tipo de narrativa, uma família vai expor uma criança a esse tipo de coisa, tirando casos que são realmente poucos, mas que existem, de alienação parental, a gente não costuma identificar, assim, casos em que a criança fantasie, é muito difícil, né? Porque não é uma vivência própria da criança. E assim, posso falar que todos os casos que eu me lembro de ter denunciado com base no relato espontâneo e todos os casos que eu atuei depois no curso do processo, eu não me recordo de ter chegado a alguma conclusão que a criança mentiu. O que pode acontecer, é fato, é que a criança, tempos depois, quando ela é ouvida em juízo, ela já está mais retraída, ela já não quer lembrar daquilo e tal, mas isso não é um problema quando, se você nota que aquele comportamento dela é compatível com isso, ela não nega, assim, né? mas, via de regra, sim, surpreendentemente, elas falam depois em juízo também, porque, inicialmente, a gente tinha a ideia de que essa oitiva, esse relato espontâneo inicial, que serviu de base para a denúncia, suprimisse o depoimento em juízo, que isso fosse o suficiente. Eu cheguei até, quando começou o Bem Me Quer, eu lembro que um juiz entendeu desnecessário pelo conteúdo, a defesa concordou e isso foi feito, mas na prática isso acabou não se sustentando, porque, o que que acontece: quando a criança é ouvida nesse primeiro momento, não necessariamente se identificou o autor do fato. Então não se oportuniza que o advogado de defesa faça perguntas, ainda que indiretamente, para essa criança.

Então a gente não tinha como, sob pena de nulidade processual, subtrair esse momento desse depoimento especial em juízo, com todos os cuidados em termos de capacitação da pessoa que colhe com todos os cuidados de ambiente diferenciados, sem contato com o autor do ilícito e tal, mas realmente se mostrou necessário esse momento para que a defesa pudesse, através do juiz, fazer perguntas à pessoa que são passadas pela interlocutora, de uma forma adequada para a criança, evitando revitimização. Mas o que eu notei que sim, que a esmagadora maioria - não me recordo, muito sinceramente, apesar de ter atuado em muitos desses casos que eu denunciei a partir do Bem Me Quer, de ter um caso assim, que eu saí absolutamente convicta de que o abuso não tinha acontecido.

A. V. T. - Em todos, você saiu convicta.

C. C. - Em todas eu saí convicta, entendeu? Realmente não me recordo, muito pelo contrário, a gente vê que esse movimento de identificação do abuso, outros familiares, assim, outros casos muito marcantes de familiares de mulheres de 30 a 40 anos, que vem para a audiência para confirmar o abuso que é passado por uma criança de 3 ou 4 anos, que elas passaram exatamente por aquilo, por aquele mesmo tipo de ato, entendeu?

A.V.T. - Ou seja, é de geração em geração.

C.C. - Exatamente, isso é muito comum no abuso intrafamiliar.

A.V.T. - Certo, e você coloca assim, eu estou te ouvindo e me parece que essa pessoa que faz a interlocução do juiz ou do advogado fazendo o contraditório...

C.C. - na audiência, isso...

A.V.T. - na audiência, ela trabalha como uma espécie de tradutora para a criança.

C.C. - É, na verdade, o que que acontece, Andrea, como é que funciona isso? Da mesma forma que se faz na entrevista investigativa, que é aquele relato contínuo, espontâneo, você não pode ficar cortando a criança e permitir que ela use a linguagem, enfim, no depoimento especial você faz da mesma forma, mas quando termina esse relato espontâneo, aí a juíza se vira para mim e para advogados de defesa e tudo, se nós temos alguma dúvida em relação aquilo, por exemplo, assim, eu gostaria de saber se houve ameaça para ela não contar para ninguém.

E aí a juíza passa para essa interlocutora e ela tenta colocar dentro daquela narrativa da criança, sem uma pergunta direta ou sugestiva para acolher essa informação. Às vezes é possível, às vezes não é, entendeu? Quando não é possível,

a gente não fica insistindo porque não é essa ideia. A gente trabalha com aqueles elementos que foram colhidos, em que a gente tem convicção que aconteceu.

Até porque muitas das vezes o fato da ameaça é assim um *plus* para o eventual questionamento, “por que que não falou antes?” Mas isso, obviamente, não tem nenhum peso, considerando a idade da vítima no sentido de descaracterizar o estupro de vulnerável.

A.V.T. – A lei da escuta especializada, a 13.431 tem uma orientação para que só crianças a partir, primeiro de 7 anos, depois de 5. Atualmente você tem ouvido crianças a partir de que idade?

C.C. – É, na verdade, o que acontece: pra esse relato, a narrativa espontânea, a gente precisa ter crianças que tenham minimamente uma condição de verbalização, tanto é que no depoimento especial, quando a juíza marca você sempre exige, mas até esse ano, muita das vezes havia uma análise por parte do tribunal de justiça, no sentido da pertinência considerando ou não a idade da criança. E assim, o que a gente faz é que, se a criança tem realmente menos de 5 anos, não tem condições de verbalizar, e esse abuso acaba sendo avaliado por outros meios. Serve a prova testemunhal; muita das vezes o próprio trabalho é realizado de uma forma lúdica, por psicóloga, a gente verifica assim, entendeu? da criança que na hora de manipular uma boneca, ela reproduz o abuso a que era submetida. E aí você soma isso com o relato da mãe que realmente aquele abusador dava banho na criança e tal, você forma um conjunto probatório coeso, que tira o que pode levar a condenação a par da não utilização dessa forma tradicional de depoimento usado para crianças um pouco maiores.

A.V.T. – Por último, como é que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro determina se aquela criança pode ou não ser ouvida?

C.C. – É, eles levam esse critério da idade que você mesma pontuou, porque não é feita uma entrevista com uma criança, ainda que às vezes a gente sabe que uma criança de 5 anos vai falar muito bem e outra criança não vai verbalizar mas como eles não têm... eu vou ser muito sincera, eu lembro que recentemente – eu não estou mais violência doméstica – eu atuo até em crime de estupro de vulnerável, mas quando não acontece num ambiente familiar, portanto, não são tantos. Então não sei se atualmente, nesse momento isso acontece, mas eu posso dizer que recentemente havia essa avaliação, e com base no critério da idade, porque eles não têm contato com a criança para fazer a avaliação. O que acontece é que,

obviamente, se essa criança tem uma fala natural, ela, às vezes falou, no atendimento para a psicóloga, para conselheiro tutelar, enfim, esse relato espontâneo vai ser utilizado, obviamente, no conjunto de relatórios dessas instituições, desses órgãos, e vão ser utilizados a título de prova. Quando não for o caso, a gente vai tentar essa questão no trabalho da psicóloga para identificação desses sinais de abuso, sobretudo aqueles que não deixam vestígios no corpo que são a maioria.

A.V.T. – Não tenho como te agradecer! Eu só queria que você então falasse teu nome, dissesse que esta gravação está autorizada para fazer parte da minha dissertação.

C.C. – Meu nome é Carla, Teresa de Freitas Batista. Sou promotora de justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro e autorizo que essas informações fornecidas por mim nessa data sejam usadas pela escritora Andrea, dado sua relevante contribuição para a causa do abuso infantojuvenil.

A.V.T. – Obrigada, emocionada aqui!

5.2.2 Recortes da entrevista realizada com a equipe fundadora do BMQT:

Lygia Souza (L.S.), enfermeira; Aparecida Borcard (A.B.), psicóloga; Ana Paula Gatto (A.P.G.), psicóloga.

A.V.T. – Hoje é primeiro de agosto de 2023, no consultório da doutora Ana Paula Gatto em Teresópolis.

A.B. – Bom, então meu nome é Aparecida Borcard, psicóloga. O que eu gostaria de deixar claro é que a gente tem esse recorte histórico. Até 2014, todos os casos de abuso sexual de crianças e adolescentes eram atendidos no CREAS, que é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, pertence à assistência social, ou seja, não era atendido na saúde. Esse primeiro atendimento não era na saúde e acho que nem os demais, essas crianças ficavam sendo acompanhadas pelo CREAS, pelo Conselho Tutelar (CT) também. Por exemplo, às vezes a demanda chegava no CT e era encaminhado para o CREAS. Não era uma atribuição da

saúde. Do ponto de vista legal. Com esse decreto de 2013 da presidenta Dilma (nº 7.958), nós recebemos um e-mail...

L.S. – ... Antes de você falar nesse decreto, acontecia também muitas vezes do abuso ser denunciado, aí ia pra delegacia, a criança tinha que ir lá, aí mandava pro hospital fazer corpo de delito e depois é que o CREAS assumia, olha que situação para a criança! Até chegar lá, a criança esqueceu um monte de coisa por isso...

A.B. – ... Ou criava-se falsas memórias, porque era, na verdade eu entendo, até como uma revitimização. Na época a Lygia era nossa coordenadora e tinha o hábito de, sempre que ia ao Ministério Público levava um técnico com ela, até porque o Capsi (Centro de Atenção Psicossocial infanto juvenil) não tinha coordenador, você (Lygia) era geral... Ela me chamou para ir numa reunião. A gente não sabia bem do que se tratava. Na verdade, a gente não sabia nada. E quando nós chegamos lá no Ministério Público estava a Promotoria da Infância, estava presente também a Promotoria Criminal, e estava também o delegado de polícia na época. E foi lá que nós tomamos conhecimento sobre esse decreto que deixava claro que esses casos tinham que passar para a saúde com toda a criação de um equipamento para escuta especializada, tinha criar um equipamento...

L.S. – ... era uma coisa mais discreta, era igual quando começou o programa da AIDS, todo mundo que subia aquela rampa já era estigmatizado...então todo mundo que entrava no Capsi já se falava que era por isso...

A.B. – ... até porque o delegado estava sempre indo lá, o delegado estava sempre presente.

L.S. – quando chegava o delegado eu já sabia que era suspeita de abuso...

A.B. – e aí todo mundo queria saber, porque o Capsi funcionava dentro da Secretaria de Saúde nessa época...

L.S. – ... a minha contribuição toda era na parte burocrática. Eu ia nas reuniões, falava com o secretário de saúde que precisava de um lugar, que a promotora estava nos pressionando – não de obrigação - mas assim, que seria muito bom para o município ser pioneiro nesse projeto. Então eu ficava sempre fazendo as pontes, entre a promotoria, o secretário de saúde, as pessoas responsáveis para me mostrar ou me ceder um lugar, fazia reuniões com os médicos, com a doutora Conceição que era do centro materno, se ela poderia ceder um espaço pra gente, a minha parte mais foi de articuladora, né? Articulava aqui, articulava ali e colocava as meninas para executar; o papel de Aparecida e Ana Paula, elas foram fundamentais na

execução das minhas articulações. O meu trabalho todo era mais articulador em reuniões, burocracia e tudo mais. Eu participei muito na inauguração, na montagem, quando estava funcionando bem legal mesmo, o resto foi com elas e logo depois eu saí. O meu trabalho foi todo dos bastidores, acho que se a gente não lutasse por isso [Lygia e a promotora da época], insistindo com o secretário de saúde, com alguns coordenadores de lá para ceder um espaço, acho que se eu não tivesse feito esse trabalho, não iria sair, não é? E as meninas me ajudavam dando ideias! Depois, na montagem, cada uma levou uma coisa, eu lembro que Ana Paula levou uma mesa da casa dela, um sofá. A gente foi fazendo assim... a gente chamava de centro de apoio e depois elas deram esse nome [Bem Me Quer Terê]; na montagem toda ficou eu, Aparecida, a promotora ali insistindo junto com os secretários, coordenando os outros coordenadores para poder sair o projeto. A força, a luta que a gente teve para isso sair... o nome foi a Ana Paula e a Aparecida que escolheram. Eu só aproveitei, achei lindo!

A.B. – Em 2014, já era no Centro Materno [Infantil, onde é até hoje], o programa ainda não tinha nome. Em abril ou maio, a gente pensou, tem que ter um nome esse programa, quando eu li a proposta, falei o nome só pode ser do município querendo bem a essas crianças bem, porque já tinha um programa fora, ficou Bem Me Quer Terê. Tem esse decreto do município, fala até da história do porquê que o nome é Bem Me Quer Terê. Quando a gente começou a conversar sobre o nome, eu sempre tenho muita preocupação com a questão de nome dentro de um programa e dentro de qualquer projeto, que acho que o nome por si só, ele já precisa falar. Ana Paula e eu ficamos pesquisando, pesquisando, pesquisando. Pesquisamos até que esse nome surgiu, com essa cara, nós resolvemos que esse era o nome, porque tinha uma história. Então assim, eu sou muito grata até hoje, da gente ter encontrado esse nome, foi tudo.

(...)

A.P.G. – [trabalhava com *casinha de revelação*] justamente uma casinha de madeira, que você consegue ver atrás, como precisava saber onde, como e quem, dependendo da faixa etária da criança, eu tentava o máximo possível ser psicóloga nesse momento, então deixava elas brincando, e aí o material ia vindo, às vezes o inquérito vinha do delegado, por exemplo, “a avó falou que no jardim, no quintal, o avô molestou”, uma coisa assim, aí a gente criava aquele território, e a criança ia, e às vezes ela dizia “não, vovô mexeu aqui”, e era a cozinha, nada a ver, entendeu?

A.B. – Era um espaço de revelação. A gente montava esse espaço, a casa tinha cozinha, tinha o quarto, tinha tudo, então, a gente começava a brincar, a revelação é muito lúdica, então você começa a brincar e a criança vai te conduzindo e ali ela fala.

A.V.T. – e você anotava ou só mentalmente que você registrava?

A.P.G. – registrava depois da criança sair, eu tinha que fazer 2 atendimentos por dia, aí eu tinha que fazer meu caderno pra depois fazer um relatório.

[relato de um caso] A menina (3 anos) se tocava muito na hora do banho, falava que ficava ardendo na hora do banho.

A.B. – Então a menina começou a brincar com a boneca na banheira, foi e conseguiu revelar tudo, como que acontecia na hora que acontecia, e Ana Paula lá de fora observando e eu conduzindo ali a situação da revelação, ela reproduziu na boneca exatamente o que acontecia com ela e aí, inclusive, **ela usava as palavras que eram usadas com ela pelo abusador**. Foi muito bom isso.

A.V.T. – você falou uma coisa que é muito interessante para a pesquisa, que ela repetiu as palavras que eram faladas para ela. Você se lembra de alguma palavra, de alguma frase, algo que te marcou? Ou, melhor, como é que você entendeu que essas eram as palavras que estavam sendo faladas para ela?

A.B. – Eu entendi pelas palavras que estavam sendo faladas pra ela, porque ela se projetou no bebê (a boneca) porque aquilo acontecia com ela, quando ela era bebê, entendeu? Então, ela começa a falar, a repetir e passava a mãozinha na genitália da "criança" [ou seja, da boneca que a representava simbolicamente], e falava: **“vovô pode, vovô pode, vovô pode, vovô pode”**. Ela se colocando no lugar do avô, dando banho na boneca que seria ela mesma, então ela dizia, “vovô pode”. E tinha uma coisa interessante que era “shshshshs” [silenciamento, som de “silêncio”].

A.P.G. - eu não li o inquérito, e Cida também não leu nenhum relatório anterior para não contaminar.

A.B. – Não tinha lido, para não contaminar. Aí quando a gente faz o estudo de revelação, a gente faz a sessão e depois a gente chega no inquérito. Tinha aquilo lá no inquérito.

A. P. G. – em todos os relatórios, eu botava assim: não tive contato com o inquérito, para a gente não ser contaminada, né? Só depois é que a gente lia.

Depois dos encontros com essas profissionais que estiveram na ponta, no fazer diário do problema que me estimulou a percorrer este percurso investigativo, reencontro as reflexões de Deusdará e Rocha (2021) acerca das sete “falácias em torno da alteridade” que abordam a partir da análise de tirinhas humorísticas que descrevem.

A primeira falácia abordada diz respeito à identidade. De acordo com os autores, “identidade não é uma natureza, mas um estado mais ou menos passageiro (...) mantemos uma identidade e, assim, somos reconhecidos, preservando nosso lugar numa relação” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 275).

Para exemplificar, analisam uma tirinha em que um “papagaio de pirata” enuncia: “é deveras frustrante não poder exprimir minha potencialidade linguística em toda sua plenitude!”. O “pirata” olha para o papagaio entre surpreso e irritado e grita: “QUÊ?”. O papagaio se “corrige” e começa a repetir “Louro quer bolacha”.

Os autores pontuam que uma identidade discursiva (que aproximam à noção de formação discursiva como “o que pode e deve ser dito”) é “algo construído nas práticas verbais, definindo-se então uma posição-sujeito” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 276).

Proponho algumas hipóteses ao conectar essa análise ao corpus construído no BMQT e nas vozes das profissionais que ouvi:

- (i) **Porque você vê a criança usar termos próprios para a idade:** em um dos casos pesquisados no BMQT encontrei o relato de uma mãe dizendo que havia flagrado o filho de 6 anos no quarto com a bermuda arriada até o joelho sentado na cama em companhia de um primo mais velho e que, após retirá-lo do quarto e muito insistir, o filho teria dito que, em ocasião anterior, o “(*primo*) mostrou um vídeo de dois homens fazendo sexo”; assim a genitora informava que “são palavras de (*filho*) e que **seu filho nunca tinha usado essas palavras**;
- (ii) **Ela usava as palavras que eram usadas com ela pelo abusador:** a menina de 3 anos, recriando a cena dos abusos, repetia o discurso do abusador que a convencia de que, por ser o avô, ele podia tocá-la sexualmente enquanto fazia a higiene da criança.

As duas situações disparam um alarme sobre a conveniência de observar se as práticas verbais da criança estão sendo construídas de forma muito díspar da formação discursiva da criança.

Em vez dos adultos cuidadores mandarem a criança “lavar a boca com sabão/creolina”, como se nota muitas vezes quando uma criança se utiliza de termos que pertencem ao espaço discursivo da sexualidade, submetida à exclusão pela interdição (Foucault, 1971[1996], p. 9), poderiam procurar identificar a origem desse discurso que a criança está tentando preservar para “ser reconhecida na relação”. Suponho que seria um movimento importante em direção ao enfrentamento e desnaturalização da forma como a maioria dos casos de abuso acontecem, principalmente com crianças pequenas, de menos de sete anos de idade.

A abertura dos adultos para a escuta ativa das crianças e a propagação de práticas discursivas que as estimulem à autoproteção são imprescindíveis para deslocar as forças que operam no abuso infantil. Contudo, é importante levar em consideração dois aspectos que não podemos ignorar.

O primeiro e mais fácil de ser notado é que nenhuma pessoa adulta responsável por crianças – mesmo as mais superprotetoras e em contexto familiar funcional, ou seja, aquele em que a criança tem supridas suas necessidades materiais, sociais, afetivas e culturais – é onipresente na vida delas.

É próprio do desenvolvimento da criança que, em virtude de seu amadurecimento/crescimento natural, comece a frequentar outros ambientes que não o da própria casa (escola, casa de outras pessoas familiares ou não, projetos sociais/clubes etc.).

Nesse sentido, é necessário que a autoproteção e a noção de consentimento/rejeição à convivência com pessoas que lhes causem desconfortos por meio de palavras, gestos, olhares e carinhos/toques indesejados façam parte da educação das crianças. Pessoas adultas que foram vitimizadas na infância reconhecem a importância que essas estratégias têm para a prevenção de abusos e inferem que terem sido obrigadas a beijar, sentar-se no colo, abraçar seus abusadores para não serem rotuladas como “malcriadas” facilitou as práticas abusivas.

Contudo, temos que manter permanentemente em foco que a proteção integral não pode ser atribuída às próprias crianças, essas atribuições cabem legalmente à população adulta do Brasil.

O que estamos fazendo, enquanto sociedade civil, para caminhar nessa direção?

5.3 Entre mitos, silêncios e dados labirínticos: como estamos nos organizando para enfrentar e prevenir a VSCA?

O aspecto mais crítico e desafiador para o enfrentamento da VSCA seja, provavelmente, a percepção socialmente enraizada que parte da premissa que “toda pessoa adulta *conhecida* é confiável”, como se observa especialmente no seio da **família** e nas **pessoas que frequentam os mesmos espaços sociais**, como já foi verificado a partir da pesquisa do IPEC sobre o Índice de Confiabilidade Social citado no capítulo 1 (seção 1.1) tornando-se, assim, figuras de autoridade a princípio inquestionáveis em suas atitudes e práticas discursivas.

Abusadores e abusadoras podem estar em qualquer lugar, ter qualquer tipo de relação com a potencial vítima, que, por sua vez, pode ser qualquer criança. Esse crime, difícil de ser identificado por não apresentar marcas físicas na maioria dos casos, pode ocorrer em qualquer estrato socioeconômico e cultural e em qualquer lugar: no campo e na cidade, nas mansões e nos casebres. É um crime sem rosto e sem CEP.

Por esses motivos, embora seja óbvio que criminosos devam ser responsabilizados e punidos judicialmente de forma individual, buscar **quem é o criminoso** (ou **a criminoso**), dificilmente levaria a algum caminho propositivo no enfrentamento da VSCA como fenômeno coletivo. Espero ter mapeado alguns meios para diminuir a assimetria de poder e discernimento entre as pessoas agressoras e as (potenciais) pessoas agredidas que se encontram em condições dialógicas distintas e ter potencializado a capacidade protetiva e preventiva de violências do que me propus a contribuir como parte da sociedade civil, sem que isso me aprisione em uma posição individual: *Não me toca, seu boboca!* vem cumprindo sua vocação no coletivo como tema de projetos em escolas, casas religiosas, municípios, universidades, hospitais, bibliotecas, condomínios e em unidades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Tania Mara Galli Fonseca observa na orelha do *Pistas do método da cartografia*:

O livro remete-nos à força de contágio que é produzida pela busca cartográfica que, sendo feita com rigor, dispensa, no entanto, regras ou protocolos e propõe-se como operação simultânea de subjetivação-objetivação. De algum modo, assim, anuncia-se a morte do sujeito-autor. Ficamos com seus gestos, que duram e insistem em nós, contagiando-nos a fazer proliferar aquilo que apenas estava dado como potencial. Tornamo-nos coautores de mundos e práticas de habitá-los, fazemo-nos parte daquilo que nos força a pensar, experimentamos as vertigens do corpo-terra-pensamento. (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009)

Pulsa em mim o desejo de que *Não me toca, seu boboca!* seja um livro-vacina para prevenção da violência em movimento de contágio e proliferação para que se propague em todas as direções, fortalecendo leitoras e leitores pelo Brasil, possibilidade que estaria dada como potencial.

Vacina e contágio, à primeira vista, parecem termos excludentes entre si. Parto de um entendimento de VSCA como uma “epidemia silenciada”, de difícil combate, prevenção e enfrentamento. O contágio nos remete, por força do hábito da representação, a contaminação e transmissão de doenças.

No entanto, se nos desembaraçarmos desse apriorismo, podemos abrir novas possibilidades.

Rocha (2014) relembra que “um dos aportes fundamentais da pragmática”, anteriormente citada, é

A linguagem como **forma de ação sobre o mundo**. Ora, assim como os homens se organizam em sociedade, trabalham, modificam a ordem das coisas que os rodeiam, eles também produzem linguagem, produzem textos, o que seria uma outra forma de atuar sobre esse mundo. A investigação das interações verbais tem contribuído para reafirmar uma tal perspectiva, na medida em que a palavra desempenha um papel de regulação/construção do vasto leque de relações que se estabelecem entre os homens: relações de dominação, de enfrentamento, de definição de identidades, de produção de diferentes modos de subjetivação. (Rocha, 2014, p. 623)

Pensando em vacina como um dispositivo de contaminação controlada (pequena quantidade e de antígenos artificialmente inoculados que estimulam a produção de anticorpos antes de uma contaminação desenfreada) e no livro *Não me toca, seu boboca!* como uma espécie de “vacina-literária” para, potencialmente, evitar/enfrentar essa “epidemia” e seus “silenciamentos”, seria possível criar um

mundo em que o devir fosse um devir-contágio, em que o **contágio** fosse a ação da dispersão de práticas discursivas que tirassem o tema da VSCA da ordem do indizível, do inenarrável e do invisível, e, por conseguinte, aumentassem as possibilidades de conscientização da sociedade em relação ao compromisso constitucional de proteção integral que temos para com as infâncias e adolescências?

A primeira frase da orelha da edição de 2008 em português da obra de Dominique Maingueneau, *Gênese dos discursos* (1995), traz uma pergunta crucial sobre muitos dos questionamentos deste trabalho: “Como um discurso – ou um conjunto de formações discursivas – nasce e se estrutura como totalidade coerente, em um espaço de pensamento homogêneo que se mantém para além das variantes individuais?” (Maingueneau, 1995[2008]).

Precisaríamos nos manter atentas e atentos às armadilhas discursivas que nos induzem coletivamente às ilusões acerca das circunstâncias em que ocorre a VSCA e que encorpam o caldo em que essa violência é preparada.

O caldeirão em que esses enunciados são engendrados necessita de uma cenografia, ou seja, de “uma cena que a enunciação cria e, ao mesmo tempo, pressupõe para se legitimar (Rocha, 2022, p. 114)”, em que a família permaneceria na categoria de “lugar de cuidado das crianças por excelência” para se manter estável. Sua manutenção depende de um ambiente de sombra e silêncio duradouros:

(...) percorrer os caminhos do abuso sexual infantil decorreu de uma história pessoal, mas também coletiva. Falo numa composição de múltiplas vozes, com rostos que apontam algo em comum: **uma sociedade surda em relação a esse sofrimento**. O grito abafado do abuso sexual infantil expõe alguns ruídos: *o cuidado não é imanente à família, o carinho não é imanente ao toque, a inocência não é imanente à infância*. (Camargo, 2019, p. 24-25)

Apesar dessa “surdez”, dos tabus, da fragilidade dos dados e dos inúmeros empecilhos que envolvem pesquisas e ações relacionadas à VSCA, a sociedade civil vem se organizando em diversas frentes e avançando em busca de estratégias para intervir na alteração desse panorama.

A Childhood Brasil (2020c), já mencionada, exhibe em seu portal a seção “NOSSA CAUSA/NÚMEROS DA CAUSA”, com esclarecimentos sobre a VSCA.

Antes de apresentar uma compilação de dados de diversas fontes (Cenário da Infância e Adolescência, Disque Direitos Humanos – Disque 100, Ministério da

Saúde, Segurança Pública, Polícia Rodoviária Federal, Safernet), a organização afirma que

para entender a importância de enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes, é essencial conhecer o contexto e a dimensão dessa questão. **O Brasil carece de dados sobre violência sexual de crianças e adolescentes.** (Childhood Brasil, 2020c).

O *Out of the Shadows Index* (Índice Fora das Sombras em português; OOSI, na sigla em inglês) compara como os 60 países do mundo em que 85% da população global infantil vive estão prevenindo e respondendo à VSCA, a partir da análise de 2 pilares: ações de prevenção e de respostas à violência (Out of the shadows, 2023).

As ações de prevenção envolvem: (i) Legislação de Proteção, (ii) Políticas e Programas e (iii) Capacidade e Compromisso Nacionais. Quanto às respostas à violência, são aferidos (i) Serviços de Apoio e Recuperação e (ii) Processos de Justiça.

A Childhood Brasil lidera a elaboração da versão brasileira do relatório e sua disseminação em todo o país.

A apresentação dessa pesquisa começa com dados alarmantes:

Estima-se que **todo ano mais de 400 milhões de jovens no mundo sejam expostos à violência sexual contra crianças e adolescentes.** Esse cenário é deplorável e requer uma **ação conjunta do setor público, privado e da sociedade civil para promover mudanças.** Mas **como** as nações estão respondendo às questões envolvidas nessa violência? (Childhood, 2023).

Esse cenário não é apenas deplorável; é a constatação de um terrível flagelo que assola o planeta e que nos faz questionar o que nós, enquanto sociedade, estamos fazendo para evitar que essas crianças sejam passíveis de serem abusadas, no Brasil e no mundo. Para além de ser um crime sem CEP, é também um crime que se alastra por todos os continentes.

O relatório-síntese da edição brasileira do índice Fora das Sombras (maio de 2023) afere o desempenho do Brasil. No cômputo geral, ocupamos a 11ª posição. Contudo, a boa colocação deve-se ao 5º lugar geral no âmbito da resposta.

Nesse sentido, a contribuição de *Não me toca, seu boboca!* situa-se no posfácio do livro, nas páginas dedicadas ao diálogo com os adultos mediadores: **“INFORMAÇÃO É UMA DAS MELHORES FERRAMENTAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E**

ADOLESCENTES” (Taubman, 2017, p. 38) e “COMO DENUNCIAR?” (Taubman, 2017, p. 39-41), que vai sendo atualizado periodicamente a partir da divulgação de novos canais de denúncia.

A 7ª edição para o público lista o disque 100, o aplicativo Direitos Humanos BR, o canal do Telegram *direitoshumanosbrasilbot*, o portal da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o portal da Safernet (para crimes digitais), o Ministério Público (todo Estado conta com um Centro de Apoio Operacional), o Conselho Tutelar (recomendando que busquem os contatos do Conselho mais próximo do domicílio), as delegacias especializadas em Proteção à Criança e ao Adolescente (não são todos os municípios que contam com essas unidades), Delegacias da Mulher, delegacias comuns, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), telefone 191 (Polícia Rodoviária Federal), telefone 190 (Polícia Militar), telefone 197 (Polícia Civil).

Assim como o Brasil está bem-posicionado no âmbito da resposta à VSCA, no quesito prevenção ocupamos um modesto 25º lugar. Há muito por fazer.

A VSCA, como esclarecido anteriormente, indo em direção contrária a um certo “imaginário social” que supõe que esse fenômeno só aconteça em contextos de pobreza e/ou em países ou regiões de pouco desenvolvimento ou mesmo exclusivamente em áreas rurais, não é um fenômeno circunscrito a determinados espaços socioeconômicos e geográficos.

Também não é um fenômeno recente, como pode parecer cada vez que nos deparamos com um conjunto de formações discursivas enunciadas a partir de crenças que promovem a circulação de uma massa de textos marcados por uma *dêixis* temporal que sugeriria que essa violência seria característica única e exclusivamente de nossa contemporaneidade.

Quantas vezes ouvimos em nosso cotidiano, em contextos diversos, sujeitos falantes enunciando em tom assertivo que “no meu tempo isso de adulto fazer sexo com criança não existia” e “antigamente não tinha esse negócio de ‘pedófilo’, o mundo está perdido mesmo!”?

Recordo-me especialmente de um domingo ensolarado em que fui abordada por um jovem casal que distribuía panfletos de propaganda religiosa. O rapaz vestia terno e gravata e calçava sapatos sociais; a moça usava uma saia abaixo dos joelhos e camisa de botões. Por algum motivo, no breve diálogo, surgiu o tema do abuso sexual de crianças e o rapaz vaticinou: “agora tudo é abuso! Um absurdo, não

é possível que antes não tivesse nada disso e agora todo dia aparece uma notícia de criança que foi abusada!”.

Respirei e, com a serenidade que me foi possível, e respondi: “a questão é que antes acontecia e ninguém falava”. Como o enunciador chegou a essa percepção tão distante do que apontam todos os trabalhos de pesquisa do problema? Talvez a resposta esteja em mais uma análise de dados qualitativos e quantitativos.

O IPEA divulgou em maio de 2023 documento que analisa dados nacionais de 2019 intitulado “ELUCIDANDO A PREVALÊNCIA DE ESTUPRO NO BRASIL A PARTIR DE DIFERENTES BASES DE DADOS” (o título corrobora o que afirmei anteriormente acerca dos dados quantitativos e qualitativos não consolidados).

Desse “TEXTO PARA DISCUSSÃO”, destaco alguns pontos significativos para esta pesquisa:

No campo das políticas para as crianças e adolescentes, **foram criados dois sistemas com notificações de violência**. Em 1997, foi criado o **Disque-Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes**, que após passar a ser operacionalizado pelo governo federal em 2003 é renomeado **Disque Direitos Humanos (Disque 100)** [...] O outro canal de notificação é o **Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia)**, coordenado pelo governo federal, que registra e trata de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no módulo voltado para o registro de informações por parte dos conselheiros tutelares (Brasil, 2019b). No entanto, **não foram encontrados relatórios recentes e dados nacionais disponíveis**. Há indicações de que o sistema pode não estar consolidado. (Ferreira et al., 2023, p. 13).

A violência sexual e o estupro estão disseminados no Brasil e no mundo. No país, há várias fontes de informações sobre violência sexual e estupro, mas ainda há muito a avançar, inclusive no atendimento às vítimas. **Os números trazidos pela PNS 2019 [Pesquisa Nacional de Saúde] indicam que a maior parte das vítimas não procura a polícia ou um atendimento de saúde [...]**; As mudanças na legislação penal também **trouxeram novos desafios para os registros de violência sexual**. Há, por exemplo, atualmente **dois crimes que utilizam a terminologia estupro: estupro e estupro de vulnerável**. Enquanto o FBSP [Fórum Brasileiro de Segurança Pública] já tem divulgado os dados de ocorrências policiais de estupro de vulnerável, mesmo que algumas secretarias de segurança pública não informem os dois crimes separadamente, **o Sinan e o Sinesp (pelo menos até recentemente) não indicam claramente a inclusão dos estupros de vulnerável em seus dados de estupro, pois as definições e os instrutivos não mencionam este tipo penal**. (Ferreira et al., 2023, p. 23).

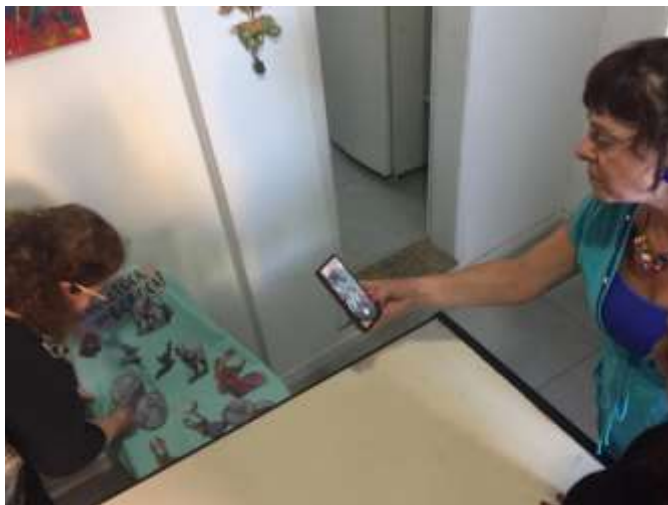
A despeito das amostragens contemplarem uma quantidade muitíssimo aquém da presumível totalidade dos casos e os dados serem labirínticos – principalmente por não demonstrarem claramente o recorte específico da infância – o conjunto dos dados anteriormente elencados evidencia que a absoluta prioridade do Art. 227 da CF/88 e do ECA sonhada por organizações dedicadas à infância e proposta à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em 1987, preconizada no discurso jurídico, ainda não se concretizou plenamente.

Entretanto, há iniciativas que demonstram que o debate vem crescendo com o passar dos anos. Desde 2000, como citado anteriormente, destaca-se no Brasil o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes cujo objetivo é “mobilizar, sensibilizar, informar e convocar toda a sociedade a participar da defesa dos direitos de crianças e adolescentes” (Brasil, 2018c).

Apesar de ainda não conseguirmos mobilizar, sensibilizar, informar e convocar **toda** a sociedade, é possível encontrar experiências de considerável sucesso para o atendimento de crianças que já foram (supostamente ou comprovadamente) vitimizadas, como o Programa Bem me Quer Terê e outros.

O Programa FortaleSer, que tive a oportunidade de conhecer presencialmente em 2023 em Campos dos Goytacazes-RJ, trabalha com uma equipe multidisciplinar atuando também na prevenção e nas ações de conscientização ao longo do ano bem como no Maio Laranja e no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Nesse encontro pude observar uma forma peculiar e muito potente de trabalho com *Não me toca, seu boboca!* por meio da utilização de um dispositivo chamado flanelógrafo, que é um quadro de flanela ou feltro onde a história é contada pela criança com a aplicação das ilustrações do livro sobre esse quadro.

Figura 24 - Flanelógrafo



Fonte: A autora, 2023.

A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes é uma articulação nacional da sociedade civil cujo propósito é potencializar a prevenção às violências contra crianças e adolescentes no Brasil. Criada no final de 2017, articulou a adesão do governo brasileiro à Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes (*Global Partnership to End Violence Against Children*)⁸³, iniciativa lançada pelas Nações Unidas em 2016, voltada à promoção de ações para alcançar a meta 16.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças que vai ao encontro do livro e do projeto *Não me toca, seu boboca! – Literatura e proteção*⁸⁴.

A Coalizão é formada por organizações, fóruns e redes, agindo na ampliação dos fatores de proteção e não apenas nos efeitos da violência, trabalhando com foco em evidências, ou seja, propondo políticas de prevenção e resposta às violências baseadas nas causas e não nos sintomas e nos indicadores do Pacote **INSPIRE** - Sete Estratégias para pôr fim à violência contra crianças⁸⁵ (Implementação e vigilância do cumprimento das leis; **N**ormas e valores; **S**egurança do ambiente; **P**aís, mães e cuidadores recebem apoio; **I**ncremento de renda e fortalecimento econômico; **R**esposta de serviços de atenção e apoio; e **E**ducação e habilidades

⁸³ Disponível em: <https://www.end-violence.org/> . Acesso em: 23 abr. 2024.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.coalizaobrasileira.org.br/membros/> . Acesso em: 23 abr. 2024.

⁸⁵ Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/207717> . Acesso em: 23 abr. 2024.

para a vida) da Organização Mundial de Saúde (OMS). O projeto *Não me toca, seu boboca! - Literatura e proteção* faz parte desse grande grupo da sociedade civil desde março de 2023.

Em sua carta manifesto de 2018 enviada ao então Ministério dos Direitos Humanos (MDH), a Coalizão destacou a necessidade de se criar “um banco nacional e unificado de dados sobre a violência contra crianças e adolescentes no Brasil” (Coalizão Brasileira Pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, 2020). A sessão “Números da violência contra crianças e adolescentes” indica que

os dados sobre as violências contra crianças e adolescentes no Brasil não são unificados, inexistindo um sistema que consolide e reúna todas as estatísticas relacionadas ao tema. Além disso, os **dados** sobre algumas formas de violência são **escassos**, o que **dificulta** o desenho de **políticas de prevenção e enfrentamento**. Outro **obstáculo** à adequada mensuração do fenômeno, e, conseqüentemente, ao desenho de medidas preventivas e repressivas, **diz respeito ao fato de que as violências são subnotificadas** – isto é, parcela pequena das violências ocorridas chega ao conhecimento das autoridades, seja por meio de boletins de ocorrência, seja por meio de ferramentas como o Disque 100. (Coalizão Brasileira Pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, 2021).

Adiante, a Coalizão evidencia que o Disque 100 ou Disque Direitos Humanos é um serviço (...) destinado a **receber denúncias** relativas a violações de direitos humanos, **não apenas contra crianças e adolescentes**, ou seja, não é um serviço especificamente direcionado a esse público.

Outro elemento que dificulta pesquisas nesse campo é a classificação etária do que seja “criança”, como mostra o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, já citado:

Essa divisão segue aquela determinada pelo DATASUS, que por sua vez, segue a determinação da Organização Mundial da Saúde (**OMS**). A Organização **considera crianças aqueles até 10 anos**, dividindo-os em **dois grupos**: 0 a 4 anos e **5 a 9 anos**. Entre 10 e 14 anos, têm-se os pré-adolescentes e entre 15 e 19 anos, os adolescentes. Contudo, **no Brasil**, o art. 2º do **ECA** determina que a **criança é toda pessoa até 12 anos** de idade incompletos e o adolescente, aquela entre 12 e 18 anos de idade incompletos. **A escolha das faixas etárias a serem utilizadas em estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil sempre enfrenta esse dilema.** (Bueno; Lima, 2022, p. 4).

Crianças estão incluídas na categoria de pessoas vulneráveis pela redação do Art. 217-A do Código Penal que tipifica o Estupro de Vulnerável, porque até atingir essa idade, a legislação considera que não se tem “o necessário

discernimento para a prática do ato” (Brasil, 1940). O conceito de vulnerabilidade da pessoa de idade inferior a 14 anos é equiparado à da pessoa que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

Dessa forma, se não há números consolidados e o crime é subnotificado, se vivemos imersos em uma cultura do silêncio, da vergonha e do tabu, se o tema da sexualidade ainda está sob interdição que o mantém excluído, se continuarmos a acreditar que as instituições família/amigos próximos, casa religiosa, entre outras dimensões de supostos cuidados e proteção são de fato “confiáveis, acima de qualquer suspeita”, não é de se estranhar que, aos olhos da sociedade em geral, a VSCA não seja percebida como um problema grave e urgente a ser enfrentado e que inúmeras produções textuais repletas de mitos e crenças continuem circulando e sendo disseminadas pela comunidade enunciativa que as reproduzem.

“Ritoca” em sua dimensão coletiva tem muitos motivos para dizer que o que lhe aconteceu é difícil de entender e muito difícil de falar. Além da falta de compreensão da criança sobre a diferença entre carinho e abuso, há também esse conjunto de obstáculos que levam a entendimentos equivocados do problema e à ausência de dados e visibilidade da questão. Esse conjunto de evidências demonstra como é dificultado o diálogo sobre VSCA e sua compreensão e como as crianças ainda não são vistas como sujeitos de direito na sociedade de um modo geral, ficando essa percepção mais restrita a alguns poucos espaços de debate.

Para alterar esse estado de coisas, precisamos fazer grandes esforços que alcancem a percepção da sociedade em geral.

Mainqueneau (2000[2016]) ensina que, grosso modo, três modalidades de gêneros de discurso em circulação na sociedade podem ser discriminadas: gêneros autorais, gêneros de rotina e gêneros conversacionais.

A segunda modalidade é a que mais se aproxima com a estratégia de atuação do Instituto Liberta, “organização social que trabalha pelo fim de todas as violências sexuais contra crianças e adolescentes por meio da comunicação e da conscientização” (portal do Instituto Liberta⁸⁶):

Os gêneros de rotina são os mais comuns. Eles não têm autor algum; estão estabilizados na vida social porque correspondem à atividade verbal

⁸⁶ Disponível em <https://liberta.org.br>. Acesso em:

estruturada por um objetivo: comprar algo, ministrar uma aula, fazer campanha para um candidato... para tais gêneros estão definidos papéis específicos, contratos de fala, macroestruturas textuais, etc. (Maingueneau, 2000[2016], p. 5)

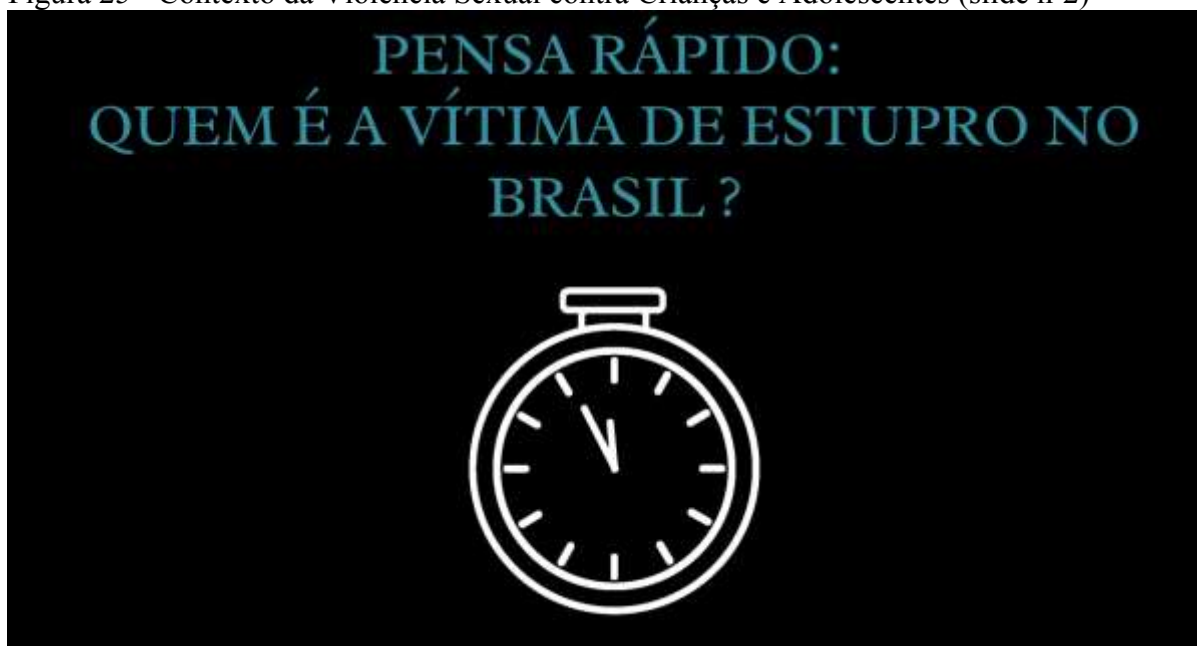
Em seus materiais de divulgação e em suas redes virtuais, o Liberta apresenta uma identidade visual atraente e despojada. Em sua página institucional, logo na abertura, se apresenta com um “modo de enunciação, ‘uma maneira de dizer’” (Maingueneau, 1995[2008], p. 90) coloquial, cordial e dinâmica, que se inicia com um convidativo “olá, somos o Instituto Liberta! Que bom ter você conosco!”

Em seguida, esclarecem sua missão: “comunicar sobre esse tema com clareza e especificidade”, repudiam os universais (“é importante sabermos que cada violência sexual contra crianças e adolescentes têm características diferentes”) e convocam a sociedade a conhecer o problema por meio da performatividade do seu texto, reforçando “os crimes sexuais têm algo em comum: a **invisibilidade** e o fato de serem um **problema estrutural** da nossa sociedade” (Instituto Liberta):

Você não entende como é possível a violência sexual contra crianças e adolescentes? Nós também não... Dá mesmo vontade de sair correndo quando o assunto é esse, ficar bem longe. Mas se a gente fizer isso, essa violência nunca vai acabar [...] Não tem solução mágica, nem lei que, sozinha, resolva a violência sexual contra crianças e adolescentes. Para que essa violência comece realmente a ser enfrentada é preciso **criar uma consciência social sobre sua dimensão e consequências**. Qual a nossa estratégia para isso? Um **combo de informação, sensibilização e barulho!** O que mais escutamos é: Nossa! Como eu não sabia disso?! Pois é. **Precisamos fazer com que todos saibam**. (Instituto Liberta, 2023).

Para intensificar a performatividade de sua prática discursiva e expor o problema de forma a dialogar com diferentes segmentos da sociedade e sujeitos que enunciam a partir de diversas formações discursivas, a organização elaborou uma apresentação objetiva, sintética e eficiente acerca das informações sobre a VSCA (Instituto Liberta, 2022), que começa com uma provocação muito pertinente para iluminar a questão e ampliar o debate na sociedade.

Figura 25 - Contexto da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (slide nº2)



Fonte: Instituto Liberta, 2022.

Os slides nº 3 e nº 4 mostram a hipótese “mulheres?” dentro de balões de pensamento. O slide nº 5 mostra uma ilustração de megafone e a resposta certa, apontada por três setas: MENINAS MENORES DE 13 ANOS. Em seguida, citando dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), apresentam no slide nº 6 o crescimento da porcentagem de vítimas entre 2018 e 2021 (em 2018, esse grupo representava 53,8% dos registros de estupro, em 2021 passaram a representar 61,3%). O slide nº7 destaca que, mesmo com a sabida subnotificação mais de 4 meninas são estupradas por hora e o slide nº8 informa quantitativamente que 85,5% das vítimas são do sexo feminino e que entre as crianças, os meninos mais atingidos têm idades entre 4 e 8 anos.

O slide nº 9 mostra uma foto com cinco meninas sorridentes e, em contraste com a imagem, indagam: “**Se esses dados existem, por que isso não é enxergado e priorizado no nosso país?**”; ainda no mesmo slide, entra o performativo: “vamos entender” seguido de uma seta que aponta para o próximo slide.

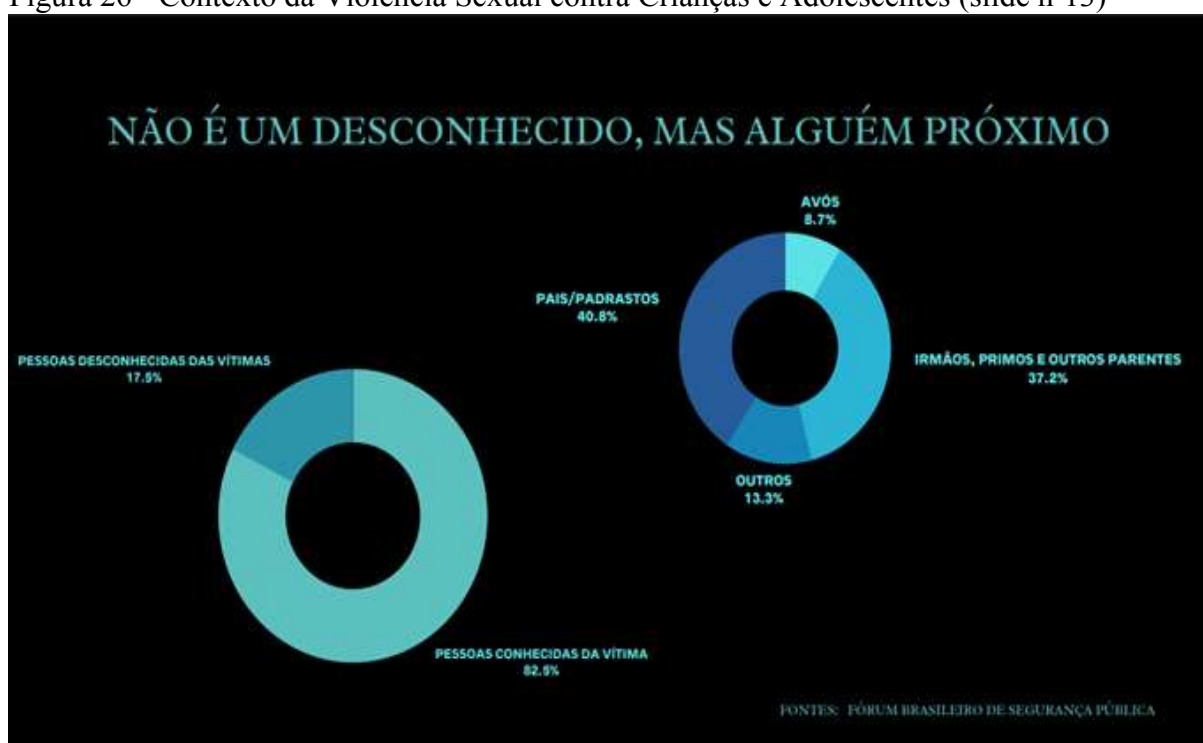
O slide nº10 mostra uma foto em preto e branco com uma rua deserta e escura com a pergunta: “ONDE ESTÁ O PERIGO NO IMAGINÁRIO POPULAR?”. No slide nº11, a informação que confronta o mito cultivado na comunidade discursiva que alimenta o pressuposto da VSCA ter sua origem *lá fora*: “SÓ QUE QUANDO A

GENTE OLHA PARA OS DADOS: O PERIGO NÃO ESTÁ NA RUA, MAS EM CASA” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 249) – um gráfico simples mostra em arco de duas cores que 76,5% dos crimes aconteceram na residência da vítima.

O slide nº12 mostra uma foto em preto e branco com uma silhueta de um homem grande e assustador correndo dentro de uma floresta (cena típica de filmes que ajudam a reforçar o estereótipo do monstro-desconhecido-que-estupra-crianças) e pergunta: “E QUEM É O ABUSADOR?”

O slide nº13 responde “Não é um desconhecido, mas alguém próximo”

Figura 26 - Contexto da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (slide nº13)



Fonte: Instituto Liberta, 2022.

Os slides seguintes mostram questões cruciais para o entendimento do fenômeno: QUANDO PERGUNTAMOS PARA AS PESSOAS SE ELAS DENUNCIARIAM UMA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR... (ícone de perfil feminino com uma interrogação e uma exclamação simbolizam o desconforto e as dúvidas acerca da tomada de providências, como citei anteriormente ao longo deste trabalho).

Os slides finais enunciam o posicionamento dessa organização e esclarecem, muito sucintamente, parte do que espero ter mapeado neste percurso investigativo (a tipografia em caixa alta acompanha o documento original):

POR QUE O LIBERTA EXISTE? PARA AJUDAR A TIRAR A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL DA INVISIBILIDADE... E CRIAR UM DESCONFORTO SOCIAL. PARA QUÊ? PARA ENTENDER ESSE FENÔMENO, ENFRENTAR AS SUAS RAÍZES E MUDAR UMA CULTURA. TEMOS PROVOCADO AS PESSOAS COM A SEGUINTE INFORMAÇÃO: APENAS 20% DAS VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS SÃO PRATICADAS POR PEDÓFILOS. SE NÃO SÃO PEDÓFILOS, POR QUE FAZEM ISSO? PORQUE COMEÇAM A FAZER ISSO NÃO SABEMOS, MAS SABEMOS PORQUE CONTINUAM FAZENDO. PORQUE PODEM. PORQUE O NOSSO SILÊNCIO PACTUA COM ESSA VIOLÊNCIA. CERCA DE 10% DAS VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO DENUNCIADAS. ACREDITAMOS QUE SÓ ROMPENDO COM O SILÊNCIO SOBRE ESTE CRIME É QUE ELE PODE COMEÇAR A SER ENFRENTADO DE VERDADE E ACREDITAMOS QUE ELE SÓ PODE SER ROMPIDO COLETIVAMENTE.

Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: a hora de agir é agora!
(Instituto Liberta)

Sobre fundo azul e fonte preta, a palavra “agir” está grafada em destaque no documento original, reforçando a performatividade do texto.

Em seus portais, tanto o Instituto Liberta quanto a Childhood Brasil recomendam, entre outras obras, *Não me toca, seu boboca!* para falar com crianças sobre o tema, dos quais destaco as séries *Que exploração é essa?* (2009) e *Que abuso é esse?* (2014) criadas pelo Canal Futura que fazem parte do Projeto Crescer sem Violência (de cuja oficina de formação participei em 2018), fruto de parceria com a Childhood Brasil, Fundação Vale e Unicef Brasil e *Que corpo é esse?* (2018) que não conta com a Fundação Vale e mantém as demais parcerias.

A campanha *Defenda-se* do Centro Marista de Defesa da Infância do Grupo Marista, de acordo com a própria descrição da organização, “promove a autodefesa de crianças contra a violência sexual por meio de uma série de vídeos educativos com linguagem acessível e amigável, apropriados para meninas e meninos entre 4 e 12 anos de idade.” (Grupo Marista, 2014).

A Campanha do 18 de Maio enuncia: “Faça Bonito – Proteja nossas Crianças e Adolescentes” porque “é necessário garantir a toda criança e adolescente o direito ao seu desenvolvimento de forma segura e protegida, livre do abuso e da exploração sexual” (Faça Bonito, 2023). Por meio dessa chamada à ação, muitos municípios e organizações da sociedade civil vêm se mobilizando em torno de tal objetivo.

Não me toca, seu boboca! também tem se consolidado como tema do Faça Bonito em municípios em que estive pessoalmente que aderem à campanha, como Santo Ângelo-RS em maio de 2022 (Portal das Missões, 2022), em Três Pontas-MG que deslocou a campanha para setembro de 2022 (Portal da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Três Pontas) e outros municípios em que estive virtualmente como a Estância Turística de Brotas-SP e Marabá em 2021, ainda, outros em que nunca estive nem presencialmente, nem virtualmente, como Dom Feliciano-RS, Retirolândia-BA e Bauru-SP. Os municípios de Itapiranga-SC e Belo Horizonte-MG adquiriram exemplares de edições especiais do livro em que escreveram as contracapas e orelha de acordo com suas políticas de enfrentamento.

A Secretaria Municipal de Educação de Goiânia-GO e a Defensoria Pública do Estado de Goiás fazem uma lista de recomendações de obras literárias como instrumento de prevenção e identificação de violências e citam na relação *Não me toca, seu boboca!* em seu Caderno de orientações aos profissionais da educação para a prevenção e atendimento dos casos de violências sexuais contra crianças e adolescentes: faça bonito: proteja nossas crianças e adolescentes (Mayara Batista Braga [et al] 2022, p. 37); as pesquisadoras Giulia Pizoni da Silva, Andréa Cristina Martelli e Luana Pagano Peres Molina analisam *Não me toca, seu boboca!* em artigo intitulado EDUCAÇÃO SEXUAL E A LITERATURA INFANTIL: O ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL (Reis *et al.*, 2022, p. 57); a pesquisadora Rita de Kássia Cândido Carneiro cita a obra em sua tese de doutorado na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) de Araraquara-SP intitulada *Prevenção da violência sexual infantil: desenvolvimento e Estudo de Viabilidade de um questionário gamificado* (Carneiro, 2022, p. 190, 194); a pesquisadora Rosana Trindade de Matos cita a obra em sua dissertação de mestrado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) intitulada *Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: em foco, a percepção de nove gestoras dos centros municipais de educação infantil da DDZ/leste II da cidade de Manaus-AM no item Aspectos sobre a educação sexual na Educação Infantil* (Matos, 2020, p. 94).

Um dos livros que me acompanha nesta caminhada conversa com adultos sobre violência sexual de uma forma muito similar à forma como converso com as crianças. É o já citado “Abuso: a cultura do estupro no Brasil” (ano), resultado de 4 anos de pesquisa da jornalista e escritora Ana Paula Araújo.

Em suas “Palavras finais”, ela faz um convite ao engajamento na causa, que é bem parecido com o que eu costumo fazer nos encontros com adultos quando falo sobre VSCA: “Homens e mulheres sensíveis ao sofrimento alheio podem fazer muito, e podem fazer em qualquer área em que estejam.” (Araújo, 2020, p. 311).

Não precisamos ser peritos no assunto para fazer a diferença na vida de alguém que, por si só, não terá condições plenas para se defender. Se estivermos atentos e soubermos um pouco melhor para onde e o que olhar, poderemos estar mais abertos para afetar e sermos afetados por esse problema e fazer parte, efetivamente, da rede de proteção de crianças e adolescentes, que é o

conjunto de serviços e organizações, de áreas diversas como saúde, assistência social, educação, segurança pública e defesa, governamentais ou não, que atuam de forma conjunta, articulada e integrada pela proteção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes em um determinado município ou região. Pode incluir também a família e a comunidade. (Childhood Brasil, 2020)

Por que seguimos patinando nas estratégias de prevenção? Talvez porque ainda estejamos olhando para as crianças como as gerações que nos antecederam olhavam... talvez porque, apesar das décadas que já se passaram desde que o ECA foi promulgado, como sociedade, ainda não percebamos as crianças como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento que são.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tudo o que foi exposto, abro parênteses, olho para o início do percurso na pós-graduação e volto às reflexões elaboradas na monografia produzida no final do curso “Discurso e heterotopia em M. Foucault” em que, em conjunto com a colega (então doutoranda) Juliana Ribeiro Azevedo, analisamos o possível devir distopia da heterotopia descrita por Foucault (2013) em *“O corpo utópico: as heterotopias”*.

O filósofo se refere ao corpo como topia implacável, da qual não se pode escapar:

Meu corpo é o contrário de uma utopia, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo. Meu corpo, topia implacável. (Foucault, 2013a, p.7)

Nesse texto, a cama dos pais seria para a criança uma utopia localizada, espaço-outro lúdico, sobre o qual o filósofo discorre:

as crianças conhecem perfeitamente esses contraespaços, essas utopias localizadas. É o fundo do jardim, com certeza, é com certeza o celeiro, ou melhor ainda, a tenda de Índios erguida no meio do celeiro, ou é então - na quinta-feira à tarde - a grande cama dos pais. É nessa grande cama que se descobre o oceano, pois nela se pode nadar entre as cobertas; depois, essa grande cama é também o céu, pois se pode saltar sobre as molas; é a floresta, pois pode-se nela esconder-se; é a noite, pois ali se pode virar fantasma entre os lençóis; e, enfim, o prazer, pois no retorno dos pais, se será punido..(Foucault, 2013, p. 20)

Pensando nas crianças que sofrem abusos sexuais intrafamiliares: a cama dos pais (real ou simbólica) constituiria uma heterotopia, mas em que direção?

O espaço doméstico em que a criança é submetida à VSCA seria o oposto do que Foucault imaginou como o contraespaço utópico que toda criança deveria ter como direito.

Assim, os espaços em que a VSCA ocorre, seriam também lugares/não-lugares concretos e reais de distopia para esses sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. Nessas reflexões, Foucault usa o exemplo da criança que vive em um lar que oferece segurança, no qual a cama dos pais pode ser uma utopia localizada que aporta a fabulação, o encantamento e a fantasia, tão peculiares à

infância: um lugar de aventuras e invenções de mundos diferentes em que ela pode representar múltiplos papéis e extrair dessas experiências prazer e conhecimento, fundamentais para seu desenvolvimento emocional e psíquico.

Nessa heterotopia utópica, a criança cria espaço para produzir subjetividades por meio de jogos simbólicos de imaginação e imitação, para transformar o real em função de seus desejos e completar a realidade por meio da ficção.

Contudo, como vimos ao longo desta jornada, há outras dinâmicas familiares que podem demandar da criança a construção de heterotopias muito desafiadoras, que exigem significativos esforços de elaboração para a construção de sentidos suportáveis e que, de um modo geral, cobram alto preço, associadas a esse mesmo espaço doméstico: nas famílias em que ocorre violência sexual intrafamiliar, a fabulação heterotópica e as experiências de invenção de outros mundos e sentidos para o espaço que ocupam e para sua própria subjetividade, produzem deslocamentos de sentido que cindem e desmobilizam processos de subjetivação, constituindo, assim, verdadeiras distopias.

Neste outro contexto, a “cama dos pais” (real ou simbólica) deixa de ser a utopia que descortina descobertas felizes e transforma-se em distopia localizada, carregada de sofrimento, vergonha e culpa, muitas vezes por longos períodos, exatamente no lugar em que, supostamente, a criança deveria estar mais protegida e amparada de todo e qualquer tipo de perigo: o seio da família, o lar, a tutela de seus adultos responsáveis.

Se a heterotopia pode ser uma utopia localizada para a criança que fabula lugares mágicos entre os lençóis da cama dos pais, então, ela também pode ser uma distopia, o não-lugar onde sentimentos de medo, culpa e dor, que a criança ainda não é capaz de elaborar no plano da linguagem verbal, precisam ser significados. Com efeito,

[a]s heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não somente aquela que constrói as frases — aquela, menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. (Foucault, 1999, p. XIII).

O corpo infantil violado, topia implacável da qual a criança também não conseguirá se desfazer, pode se tornar igualmente uma distopia permanente, com severos danos ao desenvolvimento de sua sexualidade saudável.

Espero que esta pesquisa colabore para estender redes tecidas em direção oposta, que maquinem mantas para proteger e fortalecer os sujeitos-crianças das inundações provocadas pelas ondas de violência da sexualidade adulta em seus corpos e subjetividades infantis. Subjetividades que não serão definidas por contornos estáticos e apriorísticos de identidades, “subjetividades viciadas em identidade” (Rolnik, 1997 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 293), mas sim por multiplicidades em movimento, “plano de forças onde sujeito e mundo já se apresentam como efeitos” (Rolnik, 1997 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 293).

Pensar subjetividade nessa perspectiva favorecerá a criação de redes de proteção para as dobras de fora e para as dobras de dentro (e vice-versa), que, na visão deleuziana de subjetividade se desgarra da ideia de que o fora é o “exterior a nós”, como se em nada nos afetasse e nos atravessasse porque “o lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel (...) de pregas e de dobras que constituem um lado de dentro” (Deleuze, 1986[1988], p.103).

Redes que se intercalam, formando tessituras, formando superfícies de segurança elásticas e resilientes, que tanto aparam quedas quanto impulsionam os corpos em sentido oposto a tal movimento. Redes que formam textos, que formam redes de proteção.

Penso que, para caminhar nessa direção, precisaremos assumir estratégias sustentadas por uma tríade ética-estética-política que derrube muros e crie redes de segurança protetivas firmes, com a clareza de que não há soluções simples, universais e unívocas para um problema multifatorial e de altíssima complexidade, agravado na contemporaneidade pela presença intrusiva da internet e suas redes sociais repletas de conteúdos destinados a adultos, muitas vezes acessíveis a crianças e adolescentes.

Redes sociais que podem ser extremamente prejudiciais ao desenvolvimento da sexualidade saudável de crianças e adolescentes caso acessem conteúdos inadequados à etapa de amadurecimento da sexualidade em que se encontrem, exemplificando, neste caso, um tipo de abuso sexual sem contato físico.

Espero ter articulado saberes e proposto estratégias suficientemente estimulantes e contagiante por meio deste percurso investigativo, para que nós, pessoas adultas do Brasil leitoras deste texto, possamos nos sentir encorajadas a participar da rede de proteção de crianças e adolescentes atuando de forma conjunta, trocando crenças por potências de intervenção ao emularmos em nossas comunidades discursivas a circulação de práticas discursivas que produzam efeitos de sentido sobre as formações imaginárias enunciadas, ou seja, as percepções atravessadas pelo “já dito” e “já ouvido” (Pêcheux, 1969, p. 22 *apud* Deusdará e Rocha, 2021, p. 66) sobre a VSCA.

Que nossas palavras de ordem (atos de fala que fazem o que dizem em seu próprio enunciado) tenham força instauradora, em código linguageiro acessível a todos os sujeitos (crianças, adolescentes, adultos, idosos) com o propósito de criar mundos em que crianças sejam capazes de resistir às formações discursivas das vozes de autoridade que as violentam.

Hipótese audaciosa, inexequível, um completo devaneio? Talvez não.

A palavra instauradora que, de acordo com o filósofo Vladimir Safatle (2017), teria o poder de “**persuadir pela mobilização de novos afetos que desativam os antigos** (...) persuade com uma persuasão que não se resume à explicitação de argumentos” (Safatle, 2017 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 294).

Deusdará e Rocha (2021) não têm dúvidas de que o texto literário pode se oferecer como palavra instauradora no sentido de mobilizar afetos e promover uma desestabilização no caráter identitário do mundo (Deusdará; Rocha, 2021, p. 294).

O uso instaurador do grito de resistência de “Ritoca” vem se ligando, ano após ano, desde 2017, a ações micropolíticas que têm mexido em afetos, promovido inter(in)venções na e pela rede de proteção.

Um dos relatos que ouvi presencialmente de uma professora me afetou profundamente. Um menino de 8 anos, que estava vivenciando em silêncio o abuso sexual intrafamiliar, criou coragem para revelar a situação depois da leitura de *Não me toca, seu boboca!*, dizendo (de acordo com o que a professora me contou): “eu sentia que a minha alma tinha ido embora. Agora sinto que a alma voltou de novo”. Pedi, entre lágrimas, que ela me escrevesse algo para que eu pudesse ter como lembrança desse encontro tão potente.

Transcrevo: “O seu trabalho é muito importante. Ele muda vidas, transforma realidades para melhor, para que os sonhos possam continuar a existir. Muito

obrigada. Por favor, continue!”. É comovente receber uma mensagem como essa. Mas nada faria sentido se fosse um projeto pessoal meu. Continuar, só se for para ir em bloco, transversalmente!

Como diz o poeta Vinícius de Moraes em seu *Samba da bênção*, “a vida é arte do encontro embora haja tanto desencontro pela vida”⁸⁷. Apesar de tantos desencontros, todo este trabalho foi inspirado pela arte do encontro.

A partir da chegada do meu 12º livro publicado, um novo capítulo do caminhar e dos encontros se iniciaria. Eu não tinha uma noção clara do que viria daquele lançamento em diante. Era domingo: 29 de outubro de 2017.

O devir se anunciava na efervescência do vai e vem de importantes atores da cena literária e cultural na imponente Casa França-Brasil, no Centro Histórico do Rio de Janeiro, e na legenda da publicação das fotos nas minhas redes sociais: “O lançamento de *Não me toca, seu boboca!* na Primavera Literária. Um dia que vai durar até meu último dia. Minha profunda, sincera e infinita gratidão a todos que estiveram conosco na jornada. Mas a jornada está apenas começando”.

Sem saber o que essa jornada proporcionaria, hoje entendo que ali dormitava o gérmen desta pesquisa.

No entanto, como a Andrea graduada em Química em 1986, apenas com os recursos da especialização em tradução de espanhol concluída em 2018, poderia postular uma vaga de mestrado em Humanas? E que programa de pós-graduação, que universidade me aceitaria como estudante e aceitaria uma pesquisa como a que eu desejava empreender?

Inúmeras vezes duvidei sobre se eu realmente teria capacidade de me inserir nesse novo universo de pesquisar em Humanas, cursar um mestrado acadêmico em uma universidade pública aos 56 anos de idade, em ambiente de ensino remoto devido à pandemia da Covid-19, usando ferramentas que nunca tinha experimentado antes.

Percebi, desde o início, que esse conjunto de dificuldades demandaria uma dedicação extra dentro do conjunto de desafios que eu teria de enfrentar em função do próprio tema que me afetava e chamava insistentemente. A circunscrição da epistemologia por onde minha pesquisa se deslocaria e a escrita acadêmica eram entraves que eu julgava que não ultrapassaria.

⁸⁷ Da canção “Samba da bênção” (1967), de Vinícius de Moraes.

Todavia, entre março e novembro de 2020, entre litros de álcool em gel, máscaras, saídas para a rua apenas em ocasiões muito específicas e ainda sem data para começar a vacinação contra o vírus que levaria a óbito em torno de 700.000 brasileiros, a vontade de envelopar as experiências vividas antes e a partir da publicação de *Não me toca, seu boboca!* e o chamamento à responsabilidade coletiva que me convocava a abraçar esse esforço venceram os obstáculos que eu estava me colocando.

Por ter de articular saberes de Direitos Humanos, Literatura, Saúde, Assistência Social e Educação para abordar o problema, eu não imaginava nem por onde começaria a buscar um grupo que me aceitasse para pesquisar VSCA que não fosse por um viés epistemológico único.

Intuí que precisaria de alguém que me desse a mão e, com muita paciência, me ajudasse a organizar esse conjunto de experiências singulares e coletivas, emoções e saberes que coubessem em alguma linha de pesquisa e que me acolhesse como pesquisadora, apesar de minha formação em Ciências Exatas que, aparentemente, em nada se aproximava do objeto da investigação que desejava realizar.

Eu desconhecia por completo o método da cartografia, que vem sendo um encontro transformador para mim, inclusive quando tenho a chance de falar com outros pesquisadores em potencial que se sentem tão desestimulados quanto eu me sentia em empreender pesquisas acadêmicas que demandam estratégias que “não se enquadram bem no modelo da ciência moderna, que recomenda métodos de representação de objetos preexistentes” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p. 9).

Antes de mais nada, devo admitir que não teria sido possível envelopar (provisoriamente) esta pesquisa se fosse obrigada a engessá-la nos modelos da ciência moderna com suas regras rígidas, seus protocolos, a representação de objetos preexistentes e, acima de tudo, a compulsória separação entre sujeito pesquisador-objeto pesquisado.

Uma das primeiras pessoas com quem falei sobre esse desejo de voltar à universidade me deu total apoio para pesquisar VSCA, mas recomendou que eu não investigasse o problema a partir do livro que eu mesma havia escrito, porque seria praticamente impossível que aceitassem meu projeto.

De início esse questionamento me consternou, mas, depois de refletir uns dias, percebi que eu não queria “investigar a partir do meu livro”, mas a partir dos

efeitos que a voz da personagem “Ritoca” produzia nas leitoras e nos leitores no plano coletivo, porque esses efeitos eram potentes a ponto de encorajar crianças, adolescentes e adultos a romper o silêncio sobre a VSCA.

Dessa forma, fui buscando opiniões e orientações de mais amigas e amigos que já haviam percorrido longos caminhos acadêmicos, conheciam meu trabalho literário, sabiam do tempo que eu tinha investido em formações e estudos para escrever *Não me toca, seu boboca!* e estavam cientes do meu engajamento na causa da prevenção e do enfrentamento do problema central desta pesquisa, que buscou analisar discursivamente as vozes do abuso infantil, os discursos da violência e da prevenção e sua (nada trivial) compreensão.

Fui caminhando, desistindo e retomando o desejo até o dia em que soube que um grupo no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ILE-UERJ) trabalhava na Linha de Pesquisa “Práticas de Linguagem em contextos variados – enunciação, discurso e interação” e que alguns membros desse grupo se interessavam por Direitos Humanos e trabalhavam com refugiados. Direitos Humanos eram o coração da pesquisa que desejava empreender, visto que a VSCA é uma gravíssima violação dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Depois de muitas tentativas de encontrar onde e com quem caminharia, e de receber várias respostas negativas e outras vezes ficar sem qualquer resposta, finalmente tinha encontrado meus pares. E eles fizeram com que eu sentisse que havia um lugar no mundo para mim, algo inédito e que demorei muito a achar.

Por ter nascido em outro país, ter vindo para o Brasil ainda criança, mas só ter me naturalizado brasileira há poucos anos, me sentia estrangeira em todo canto. Não era cidadã brasileira e na Argentina me via quase como turista. Esse estranhamento, creio, por um lado me excluía de muitas possibilidades, mas, por outro lado, me aproximava e sensibilizava para ir ao encontro de invisibilidades e silenciamentos.

Admito que tudo que foi produzido neste percurso é muito intenso e foi mobilizado pelos atravessamentos que estão me transformando constantemente ao longo da jornada, inclusive pela forma de pesquisar que eu nem atinava que existisse.

Até então, o que eu sabia sobre pesquisas acadêmicas era o que tinha conhecido na graduação durante um curto período de iniciação científica, mas principalmente pelos trabalhos científicos que vinha estudando para elaborar as

palestras em que abordava a interlocução entre literatura infantil e VSCA, apresentando vários dados sobre o fenômeno, relatando meu percurso na causa e analisando a gênese do livro.

Contudo, como enveloparia essas experiências, com qual método e a partir de quais referenciais teóricos conseguiria realizar a pesquisa? Seria possível para uma pessoa de mais de cinquenta anos, graduada em química na década de 1980 partir para um desafio acadêmico de tamanha magnitude, em meio à avassaladora crise sanitária da pandemia do COVID-19? Apesar de todos os motivos que me desestimulariam a prosseguir, a vontade de investigar foi maior.

Olho pelo retrovisor antes de continuar. Encontro aqueles olhares sem brilho das crianças vitimizadas pela VSCA que me mobilizaram a ir a campo mapear as práticas discursivas que contribuíram para vitimizá-las.

Reconheço minha implicação na causa. Reconheço que é um desafio gigantesco investigar este fenômeno de alta complexidade, que impõe adversidades a quem se dispõe a pesquisá-lo, seja por entraves legais, éticos ou epistemológicos.

Reconheço que o tema é indigesto e repugnante. Todavia, ombreando com pesquisadores e organizações que se dedicam a estudos nessa área há décadas, não receio afirmar que, se não falarmos sobre este problema, não haverá formas de enfrentá-lo. Sem que eu soubesse, germinava desde sempre o desejo de pôr em prática os pressupostos da pesquisa-intervenção: o plano da experiência, a inseparabilidade do conhecer e fazer “considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (Passos; Barros, 2009, p. 17).

Contudo, desde os primeiros encontros remotos no curso da disciplina “Discurso e heterotopia em M. Foucault”, ministrado pelo Prof. Décio Rocha e “Arqueologia e Genealogia das relações de poder”, ministrado pelos professores Bruno Deusdará e Davi Pessoa, percebi algo extraordinário: havia um lugar/não-lugar no mundo em que eu poderia trabalhar sem me sentir “estrangeira”, mas, pelo contrário, usando os deslocamentos a meu favor e, sobretudo, a favor da validação da própria pesquisa.

Finalmente havia me deparado com quem defendesse com robustez teórica que (e+e+e) era melhor do que (ou/ou/ou)⁸⁸ e garantisse a legitimidade científica do

⁸⁸ A “fórmula” (e+e+e) representando soma de saberes x (ou/ou/ou) representando a divisão e procedimentos de exclusão (quem pode dizer o quê, onde e a partir de que posição?).

que sempre acreditei: que ninguém faz nada sozinho, menos ainda quando se trata das complexidades e (hiper)vulnerabilidades exponenciais que envolvem as violações de direitos das infâncias. Como ensina Sêneca (62), citado por Foucault (1983[2004]), “unamo-nos cordialmente aos pensamentos do outro e saibamos fazê-los nossos, visando a unificar com elementos diversos tal como a adição faz, de números isolados, um número único” (Foucault, 1983[2004], p. 152).

Há muito eu buscava espaços para trocas de saberes que promovessem e valorizassem transversalidades capazes de derrubar as muralhas estruturantes em que as disciplinas se enclausuram e que resultam, muitas vezes, em embates de forças com o intuito de dialogar exclusivamente dentro de suas respectivas epistemologias e entre seus próprios membros para prevalecer sobre outras áreas de conhecimento em vez de cocriar e potencializar a construção conjunta de possíveis soluções.

Essas tendências, inclusive, são muito mencionadas nas jornadas de debates (simpósios, seminários, congressos) sobre enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes (não apenas sexual, mas também em outras modalidades, como negligência e abandono, violência física, psicológica e institucional, trabalho infantil e tráfico de crianças e adolescentes).

Neste momento em que escrevo estas linhas, voltando sobre meus passos, observo-me tão-eu e tão-outra deslocada no lapso temporal entre o antes e o agora, impactada pelas instabilidades do “processo em curso em meio a um campo de forças onde atuam partículas mais ou menos visíveis que vão progressivamente produzindo experiências de ‘outramento’” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 289). Surpresa, encontro no topo da página 275 do *Análise Cartográfica do Discurso: temas em construção* (2021), ao qual recorro reiteradamente, a mensagem escrita a caneta roxa que deixei de mim-no-antes para mim-no-agora: “isto precisa estar na dissertação!”.

Lembro-me da sensação de aconchego experimentada ao longo da leitura do livro e das aulas. A cada nova descoberta, aumentava minha percepção de estar abrigada em um refúgio, uma sorte de gazebo para desfrutar a felicidade de finalmente me perceber entre meus “pares”, não por pertencerem ao nicho de conhecimento “a” ou “b”, por terem os títulos “x” e “y”, mas por serem aqueles que lutam para defender sua liberdade de pensar, agir e criar, desobrigados de dogmas

metodológicos que imponham “um certo utilitarismo científico” à metodologia a ser adotada (Deusdará; Rocha, 2021, p. 153).

A afirmação de que “a metodologia é um espaço que comporta também uma teorização sobre o fazer científico em sua singularidade, a dos conceitos em movimento e confrontados com o plano da experiência” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 153) me deu a sensação de estar com um alicate de corte na mão, destruindo uma grossa corrente que cercava a “caixa” do que eu entendia por metodologia, que era algo que me asfixiaria ao longo da pesquisa, se precisasse usar o

modelo clássico preconizado pela perspectiva metodológica que entende que, para merecer o selo da ciência, uma pesquisa deverá compreender etapas [...] análises que apontarão para resultados fiáveis acerca do objeto investigado (Deusdará; Roha, 2021, p. 167).

Sendo assim, peço permissão para trazer todo o trecho que, durante a primeira leitura, destaquei em marca-texto rosa, no início do item intitulado “Falácias em torno da alteridade” do capítulo 7 – Sujeito, subjetividade e subjetivação: três conceitos (s)em reformulação (Deusdará, 2013).

[...] não há como desenvolver uma abordagem da subjetividade em perspectiva heterogênea sem ultrapassar as barreiras que confinam cada disciplina a um espaço próprio. Pretende-se atravessar esses contornos [os contornos de disciplinas instituídas] para dar passagem a empréstimos conceituais, contrabandos teóricos, contágio entre as práticas, reconfiguração dos objetos, tal como se estabeleceram, a partir dessa distribuição. O que se exige do pesquisador, nesse contexto, parece não se restringir à aplicação de conceitos já elaborados em outros territórios disciplinares, mas à discussão permanente acerca de possíveis compatibilidades e, sobretudo, da sustentação de polêmicas em torno dos materiais com os quais trabalhamos, constituindo alianças não previstas entre saberes. (Deusdará, 2013, p. 212 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 274-275).

Volto à Pista 1 do Método da Cartografia (2009) e encontro a afirmação de que “intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência” (Passos; Barros, 2009, p. 17).

O mergulho na experiência é vital. Mesmo que esse mergulho cause dor, desconforto, náusea, espanto, ira. Mesmo que nos tire o sono, nos faça duvidar de tudo, de todos e de nós mesmos.

Mesmo que nos convida a visitar porões subterrâneos e “existências-relâmpagos”, “poemas-vidas” como diz Foucault (2006, p. 206) em *A vida dos homens infames*. Para materializar a experiência de iluminar o que está invisibilizado e dar voz aos silenciados, mergulhar em águas profundas é imprescindível.

Devo igualmente reconhecer que, para uma pesquisadora cuja formação acadêmica inicial foi nas Ciências Exatas, desistir de navegar em segurança pelas análises quantitativas foi um processo de desconstrução mental e emocional desafiador, instigante e nada fácil.

Para tal propósito, foi ineludível alterar a rota mais óbvia, e, conforme explicita o texto da contracapa de *Pistas do método da cartografia* (2009), tornou-se uma necessidade imperiosa lançar-me na água, experimentar dispositivos, habitar um território, afinar a atenção, deslocar pontos de vista e praticar uma escrita inabitual para mim, completamente diferente da escrita literária a que me dedico desde 2008.

Esta pesquisa, assim como o livro que a motivou, busca também caminhar com precisão pelas palavras escolhidas, a precisão no sentido que Calvino (1990) dá à sua exatidão na direção do “esforço das palavras para dar conta, com a maior precisão possível, do aspecto sensível das coisas” (Calvino, 1990, p. 90). Neste trabalho é primordial me guiar por pistas que abracem a instabilidade e a incompletude.

Espero (e me esmerei para) ter encontrado as palavras que associem

o traço visível à coisa invisível, à coisa ausente, à coisa desejada ou temida, como uma frágil passarela improvisada sobre o abismo [...] o justo emprego da linguagem é [...] aquele que permite o aproximar-se das coisas (presentes ou ausentes) com discrição, atenção e cautela, respeitando o que as coisas (presentes ou ausentes) comunicam sem o recurso das palavras. (Calvino, 1990, p. 92-93).

A intenção foi, usando o justo emprego da linguagem, agregar saberes de várias áreas de conhecimento neste percurso investigativo, tanto pelo método que usei quanto pelos caminhos percorridos ao longo do processo de pesquisa para a escrita de *Não me toca, seu boboca!*. Essas escolhas alinham este trabalho com os referenciais teóricos nos quais me apoiei, afirmando “alianças conceituais que ultrapassam as fronteiras das disciplinas, especialmente em direção a uma filosofia da diferença e uma perspectiva cartográfica de investigação”. (Deusdará; Rocha, 2021, p. 16).

Felizmente, fui encontrando bússolas preci(o)sas e excelentes guias que me deram (e seguem me dando) a mão para que eu pudesse trazer os achados e perdidos das trilhas percorridas, sem desprezar neste relato as sensações experienciadas nos dias de brisa fresca no rosto e nos dias de angústias sufocantes.

Foi pela arte do encontro que encontrei a coragem que provavelmente não teria para iniciar o percurso narrativo, valorizando o processo que engendrou este texto.

A partir do encontro com a recentemente organizada Análise Cartográfica do Discurso e seus formuladores, os professores e pesquisadores Bruno Deusdará e Décio Rocha, com quem tive a felicidade de estudar ao longo do curso, bem como da prática da escrita sob essa perspectiva, profundas mudanças intervieram nesses desafios.

Primeiramente, pela forma como os autores apresentam a AnaCarDis por meio de um investimento na “delicada tarefa de apresentar um livro [...] como uma *cartografia e(m) Análise do discurso*, dando ênfase a territórios de muitas afinidades e intercessões, ainda que pouco explicitadas até hoje” (Deusdará; Rocha, 2021, p. 13), que possibilita uma dupla leitura:

a cartografia cumpre a função de abrir horizontes de, tal como idealizada por G. Deleuze e F. Guattari, trocas com campos variados, sob o viés de uma filosofia da diferença [e] um percurso dos estudos discursivos com pistas deixadas pela cartografia, [em que inventam um] itinerário próprio para revisitar a AD. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 14)

Os autores incluem providencialmente no fim desse itinerário, um capítulo inteiro para que os neófitos nessas trilhas, como me reconheço nesta tarefa, possam escrever sem tantos temores:

“Não se escreve sobre um tema qualquer” [...] escrever um trabalho monográfico implica, acima de tudo, a paixão de quem escreve por um determinado tema. Escrever também implica a busca de um interlocutor que possa efetivamente compartilhar a referida paixão. (Deusdará; Rocha, 2021, p. 323).

Escrevi, portanto, com grande paixão e relativamente desembaraçada dos métodos que me constrangeriam, amparada pelas pistas que o Método da Cartografia proporciona e pelas experiências vividas nas aulas, nos encontros de orientação individuais e coletivos, nas conversas com colegas e professora/es, nas

ricas trocas com colegas de dupla de trabalho na elaboração de monografias para conclusão das disciplinas, nas diversas leituras e nas vivências anteriores a este percurso. Em vista de todas essas considerações, percebo-me afinada com os questionamentos de Fischer (2005):

Como poderemos produzir um texto que também faça diferença, para nós e para os que nos lerão? Um texto que, sendo honestamente acadêmico e científico, honestamente produto de um tempo de estudo, leitura e investigação, deixe para trás a velha e cansativa fórmula da repetição do mesmo, do instituído descartável da moda? Como, artistas, trazer o leitor para o recinto de nossa tese, para o recinto de nossa dissertação? Como instalar cumplicidade entre nós e nosso leitor? – porque, afinal, é disso que se trata. (Fischer, 2005, p. 139 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 331)

Para tentar dar conta dessas indagações, sigo as recomendações de Deusdará e Rocha (2021):

[...] a escrita de um trabalho acadêmico também pode se converter em verdadeira técnica de si, caso nos proponhamos a abandonar um caminho de escrita fundado no automatismo e na servidão [...] Fazer da escritura uma experiência que invada cada um [...] inaugurando dispositivos transformadores de cada um [...]. (Deusdará; Rocha, 2021, p. 331)

Assim, ousei acompanhar Foucault (1994), escrevendo “para me modificar e não mais pensar a mesma coisa que antes” (1994, p. 41-42 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 332). Desta forma, com a clara intenção de enfatizar a escolha de substituir as tentativas de abordar o problema da VSCA exclusivamente pela dicotomia do “quem fez” e “quem sofreu” vou encerrando este trabalho, que também é um convite.

Há uma extensa lista de desdobramentos em diferentes dimensões nos sujeitos vitimizados pela VSCA que justificam os motivos da unanimidade dos estudiosos e ativistas da causa clamarem por políticas públicas efetivas para a prevenção.

Neste campo também é possível encontrar experiências exitosas e materiais de apoio, mas, para avançar com maior robustez em direção à prevenção, é fundamental admitir que existem muralhas, tanto emocionais quanto operacionais e **discursivas** que precisam ser transpostas, e que isso demanda coragem.

Mais uma vez, reconheço que todo este percurso demandou coragem. Coragem para abordar um tema que habitualmente provoca repugnância nas pessoas. Coragem para revisitar momentos angustiosos que vivi em todas as etapas deste trabalho, iniciado muito antes da aceitação do meu projeto para ingressar no mestrado. Coragem para convidar quem me lê a olhar para o gravíssimo problema -

silenciado e mantido nas sombras por séculos - que procuro iluminar nestas páginas, apoiada em caminhos teóricos que me encorajam e animam.

Precisei de fartas doses de coragem para ecoar imensuráveis vozes tantas vezes caladas, abafadas e desacreditadas: vozes de crianças submetidas à violência, na maioria dos casos, dentro de suas próprias casas, por aqueles e aquelas que deveriam protegê-las ao estarem no papel de seus “adultos responsáveis” ou por pessoas muito próximas, de sua convivência habitual.

Lançar-me, portanto, em um mergulho profundo (muitas vezes lancinante) nas vozes do abuso sexual de crianças, e, por meio desta pesquisa, construir estratégias que possam ir em direção a uma prática discursiva em que a produção de textos e a comunidade discursiva que os sustenta produzam efeitos protetivos às crianças e preventivos da violência sexual contra elas foi o que almejei.

Espero ter trazido neste trabalho reflexões que possam efetivamente contribuir no enfrentamento desse problema de difícil mensuração tendo como dispositivo a liberdade artística se antecipando à concretização de atos violentos.

A partir da análise das vozes da violência e das vozes da prevenção, busquei cartografar pistas que nos levem a compor possíveis contornos do que vem se constituindo como discursos fomentadores e perpetuadores do abuso sexual de crianças, sobretudo em função de uma série de crenças cristalizadas e difundidas na sociedade que embaçam a compreensão e a percepção de como esse crime é perpetrado.

Olho em volta do notebook onde escrevo estas linhas. Estou cercada de cadernos, canetas marca-textos e pilhas de livros de onde despontam *Post-its* com anotações, destaques e lembretes.

Dessas obras que vêm sendo minhas companheiras e que estiveram comigo (conosco) na caminhada, algumas abordam a VSCA por meio da psicanálise, outras, por meio da sociologia e do direito. Muitos desses livros são fundamentais para a análise do discurso, para o método da cartografia e as políticas da cognição, para a filosofia da diferença e outros tantos para a literatura.

Finalmente, enquanto revisava este texto às vésperas do envio da última versão para a defesa do mestrado, recebi uma mensagem de uma companheira de sonhos que estava participando de um curso no Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT) no Campus Maracanã da UERJ.

A primeira imagem enviada por ela continha a capa de uma publicação cujo título era *O que é preciso saber sobre violência contra crianças e adolescentes? Informação e Prevenção*⁸⁹ (Santiago *et al.*, 2023) e que exibia 4 logomarcas aplicadas:

- da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH) do Rio de Janeiro, cuja missão é colaborar para a formulação de políticas públicas de garantia de direitos na área da infância e adolescência, bem como implementar e articular serviços e ações de proteção social, de natureza especial essencialmente voltados para crianças e adolescentes que se encontram com seus direitos violados e/ou ameaçados. (referência);
- do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente (NACA), equipamento do Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência, parceria da UERJ com a FIA; da UERJ e do IFHT.

Figura 27 – capa da cartilha *O que é preciso saber sobre violência contra crianças e adolescentes? Informação e Prevenção*¹ (Santiago *et al.*, 2023)

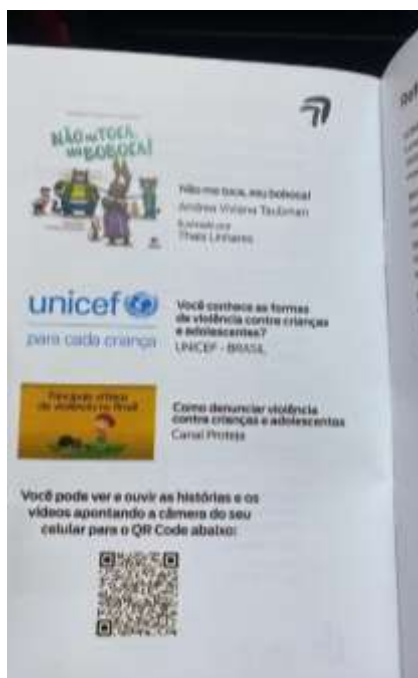


Fonte: A autora, 2024.

A segunda imagem exibia parte do conteúdo interno dessa publicação:

⁸⁹ Disponível em: <https://ifht.uerj.br/mod/page/view.php?id=2612#menu06> . Acesso em: 17 jan. 2024.

Figura 15 – SUGESTÃO DE VÍDEOS E LIVROS INFANTIS PARA TRABALHAR COM AS CRIANÇAS O TEMA VIOLÊNCIA SEXUAL



Fonte: A autora, 2024.

Agradei emocionada a generosidade dessa mensageira que me fez saber que, em uma publicação de um curso de uma unidade acadêmica que pertence ao Centro de Educação e Humanidades (CEH) da UERJ, estava recomendado na seção “sugestão de vídeos e livros infantis para trabalhar com as crianças o tema violência sexual” o livro que escrevi com a esperança dos inícios felizes. *Não me toca, seu boboca!* anda em boas companhias e, de alguma forma, alguém da rede tecida para conectar mil platôs e mil afetos providencia o envio dessas alegrias que me renovam as forças para seguir acreditando que há um devir-livre de VSCA.

Para você, que se dispôs a caminhar por estas páginas para construir e fortalecer “uma rede afetivo-cognitiva” (Kastrup; Tedesco; Passos, 2009, p. 14), manifesto meu sincero desejo que sigamos construindo pontes para ir em frente com a esperança ativa de amplificar a discussão e cativar as leitoras e os leitores de tal forma que também possam transpor as fronteiras da náusea que envolve a questão da VSCA.

Que caminhemos de mãos dadas para não desistir de nos questionarmos permanentemente:

Como podemos chegar antes da VSCA se instalar, se ela mora dentro ou “ao lado” da casa das pessoas agredidas?

Como as crianças poderiam “reconhecer o comportamento inadequado do adulto” se esse adulto pode ser “qualquer um”, mas, na maioria dos casos, é alguém da convivência da criança?

O que posso fazer, individual e coletivamente, para desnaturalizar o olhar e os discursos em relação ao problema?

Quais caminhos discursivos poderiam promover o acolhimento necessário para estimular a revelação da violência já experimentada e, dessa forma, interromper possíveis ciclos de novas violências?

Propondo que, para ir ao encontro dessas respostas, a “rede de proteção” seja amplamente reforçada e que procure fechar muito mais sua trama e tessitura, aumentando cada vez mais a “rede discursiva” que possa funcionar na comunidade discursiva para desnaturalizar a cenografia que corporifica a voz de autoridade que se disfarça para violentar.

A falta de informações, os preconceitos, os mitos que envolvem a questão e a dificuldade que a sociedade adulta tem de abrir esse diálogo – por vergonha, por acreditar que falar sobre o assunto tirará a inocência das crianças e por medo de não saber como abordar o tema adequadamente com elas, entre outros motivos que ouço e leio na mídia e nas perguntas que me fazem quando sabem que pesquiso o tema – também não contribuem para o fortalecimento das crianças em direção a uma possível estratégia de prevenção.

Dessa forma, é fundamental assumir que o problema a ser enfrentado passa por um vigoroso esforço para desconstruir o discurso enraizado e naturalizado na sociedade como se “invariavelmente verdadeiro” fosse, posto que repetido por gerações: “não aceite nada de estranhos”, “o melhor lugar para a criança é no seio da família” e “criança tem de obedecer aos adultos!” (por vezes ratificado por um ‘manda quem pode, obedece quem tem juízo’, tomado de empréstimo das relações hierárquicas em empresas).

No fechamento (sempre provisório!) de *Análise cartográfica do discurso* (2021), meu fiel companheiro neste percurso, Deusdará e Rocha (idem) citam uma reflexão de George Orwell (1946), um dos meus autores prediletos na adolescência, acerca do projeto político que anima sua escrita: o “desejo de (...) alterar a ideia que as pessoas têm a respeito do tipo de sociedade pela qual elas deveriam lutar” (Orwell 1946 *apud* Deusdará; Rocha, 2021, p. 364).

Penso que esse é meu desejo também. Acredito que seja possível falar sobre coisas horríveis de maneiras não horríveis e espero que outras pessoas alterem suas ideias a respeito da luta para manter em funcionamento a sociedade adultocêntrica que facilita a prática e ocultação da VSCA.

Temos a possibilidade da arte da escrita como dispositivo estético, ético e político para trabalhar na perspectiva dessa mudança e podemos, juntas e juntos, mudar as ideias e as práticas discursivas para fazer mundos melhores para nossas crianças e adolescentes poderem viver e se desenvolver.

Sincronicamente ao desenvolvimento deste percurso investigativo, trabalhei aliada ao ludólogo e *game designer* Daniel Martins na criação de um novo dispositivo de prevenção à VSCA: um jogo de tabuleiro baseado na narrativa da história de Ritoca e que também conta com as ilustrações de Thais Linhares.

Não me toca, seu boboca! – fuga da casa 75 (Aletria, 2024) é uma experiência lúdica imersiva que propõe situações-problema inspiradas em casos reais pesquisados, propiciando às crianças jogadoras (sempre com a mediação de uma pessoa adulta) oportunidades de decidir colaborativamente como resolver os desafios enfrentados pelos personagens para evitar cair em potenciais situações de abuso.

Abre-se uma nova jornada com múltiplas possibilidades de afetar e ser afetada, de empreender inter(in)venções geradoras de conhecimento por meio de outra linguagem. Estou disposta a acompanhar o traçado desse plano inaugural, que nasceu com a marca da transversalidade e com o desejo de seguir apostando na força da contaminação que abraça mais coautoras e coautores de mundos livres de violência sexual contra nossas hoje crianças, amanhã, adolescentes e depois de amanhã, pessoas adultas que se empenharão em interromper ciclos que, não raramente, se perpetuam por gerações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. Rio de Janeiro: Scipione, 1991.
- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? Outra travessia. Tradução de Nilcéia Valdatin. 5, Ilha de Santa Catarina, 2º semestre de 2005, p. 9-16. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>. Acesso em: 24 out. 2023.
- AGÊNCIA SENADO. CPI da Pedofilia encerrou atividades com 14 projetos apresentados; dois já viraram lei. *Portal Senado Notícias*, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/12/23/cpi-da-pedofilia-encerrou-atividades-com-14-projetos-apresentados-dois-ja-viraram-lei>. Acesso em: 22 jun. 2023.
- AGUAÍ. Prefeitura Municipal. Saúde realiza palestras nas escolas com o tema "semáforo do corpo". *Portal Prefeitura Municipal de Aguaí*, Aguaí, 15 maio 2023. Disponível em: <https://aguai.sp.gov.br/home/40839/elementor-40839/>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- ARAÚJO, A. P. *Abuso: a cultura do estupro no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL. Brasileiro está mais confiante nas instituições, diz ICS do Ibope Inteligência. *Portal Aberje*, São Paulo, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www.aberje.com.br/brasileiro-esta-mais-confiante-nas-instituicoes-diz-ics-do-ibope-inteligencia/>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- BARBISAN, Leci Borges; TEIXEIRA, Marlene. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. *Organon*, v. 16, n. 32-33, 2002.
- BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Pista 3: cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- BITTENCOURT, S.; TOLEDO, B. O cuidado e o direito à família: fazeres essenciais de um grupo de apoio à adoção. In: PEREIRA, T. S.; OLIVEIRA, G.; COLTRO, A. C. M. (coord.). *Cuidado e solidariedade: prática social e institucional*. Indaiatuba: Editora Foco, 2022.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Violência contra a criança e o adolescente*: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências*: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. *Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016*. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim epidemiológico*: análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018b. v. 49, n. 27. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. *Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017*. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. 18 de maio: dia nacional de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual. *Portal Cruz Vermelha*, Rio de Janeiro, 18 maio 2018c. Disponível em: <http://www.cruzvermelha.org.br/pb/18-de-maio-dia-nacional-de-enfrentamento-ao-abuso-e-exploracao-sexual/>. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018*. Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF: Presidência da República, 2018a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9603-10-dezembro-2018-787431-norma-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. *Lei nº 14.432, de 3 de agosto de 2022*. Institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14432.htm. Acesso em: 13 maio 2023.

BRINO, R.; WILLIAMS, L. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 209-229, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7073>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BUENO, S. *Estupro não é sobre desejo, é sobre poder*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/estupro-nao-e-sobre-desejo-e-sobre-poder/> Acesso em: 2 jan. 2024.

BUENO, S.; LIMA, R. S. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BUENO, S.; LIMA, R. S. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022: as violências contra crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/12-anuario-2022-as-violencias-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CALVINO, I. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARNEIRO, R. *Prevenção da violência sexual infantil: desenvolvimento e Estudo de Viabilidade de um questionário gamificado*. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/5803.pdf

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde*. Brasília, DF: Ipea, 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/estupros-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-da-saude>. Acesso em: 9 jun. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (2004[2020]). *Dicionário de Análise do Discurso*. Coord. de tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, [20--].

CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHILDHOOD BRASIL. Dica cultural: “Não me Toca, seu Boboca!”. *Portal Childhood Brasil*, São Paulo, [2020a]. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/informe-se/#professor-educador>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CHILDHOOD BRASIL. Informe-se. *Portal Childhood Brasil*, São Paulo, [2020b]. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/informe-se/#professor-educador>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CHILDHOOD BRASIL. Nossa causa. *Portal Childhood Brasil*, São Paulo, [2020c]. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/nossa-causa/#intro>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CHILDHOOD BRASIL. Glossário da causa. *Portal Childhood Brasil*, São Paulo, [2020d] Disponível em: <https://www.childhood.org.br/glossario-da-causa/>. Acesso em: 19 out. 2023.

CHILDHOOD BRASIL. Índice fora das sombras. *Portal Childhood Brasil*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/indice-fora-das-sombras/#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20Fora%20das%20Sombras,na%20Am%C3%A9rica%20Latina%20e%20Caribe>. Acesso em: 24 jun. 2023.

COALIZÃO BRASILEIRA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Números da violência contra crianças e adolescentes. *Portal Coalizão Brasileira*, [s.l.], [2020]. Disponível em: <https://www.coalizaobrasileira.org.br/numeros-da-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-no-brasil/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

COALIZÃO BRASILEIRA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Quem somos. *Portal Coalizão Brasileira*, [S.l.], [2020]. Disponível em: <https://www.coalizaobrasileira.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

COALIZÃO BRASILEIRA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Cadê a prevenção às violências no orçamento público? [S.l.:s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.coalizaobrasileira.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Preven%C3%A7%C3%A3o-a%20s-viol%C3%94ncias-na-LOA-2023.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

COELHO, N. *Literatura infantil: teoria-análise-didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

COSTA, J. Narcisismo em tempos sombrios. In: FERNANDES, Heloisa Rodrigues *Tempo do desejo: sociologia e psicanálise*. São Paulo: Brasiliense. 1989. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000802194>. Acesso em: 20 dez. 2023.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, volume 1*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveria, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, (1980 [2011])

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 5*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, [1980-1997]

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Análise cartográfica do discurso: temas em construção*. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

DUARTE QUAPPER, Claudio. *Sociedades adultocéntricas: sobre sus orígenes y reproducción*. Última década., Santiago, v. 20, n. 36, p. 99-125, jul. 2012. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362012000100005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2023. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362012000100005>.

FERREIRA, H. et al. *Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados*. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/4/TD_2880_web.pdf. Acesso em: 9 ago. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969[2008]

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos IV: estratégias, poder-saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*. Lisboa: n-1 Edições, 2013.

FRANCISCO, Rayanne Suim. “Quando eu crescer quero ser criança”: com um mundo adulto às avessas, fazer cartografia. 2023. 201 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/20072>

FREIXO; ROCHA. *Considerações de ordem enunciativa sobre a formação dos códigos linguageiros*, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/28135/21006> . Acesso em: 6 jan. 2024.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. A primeira infância. *Portal Fundação Maria Cecília Souto Vidigal*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-primeira-infancia/>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FUTURA. Crescer sem Violência. *Portal Futura*, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://old.futura.org.br/projetos/crescersemviolencia/>. Acesso em: 10 jan. 2024

GIROTTI, C. G. G.S.; SOUZA, R. J. Estratégias de leitura: para ensinar alunos a compreender o que leem. In: SOUZA, Renata Junqueira (org.). *Ler e compreender: estratégias de leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

GOBBETTI, G. J.; RIBEIRO, V. de O.; JESUS, M. I. de; JESUS, C. B. de; SATO, R.; LANZA, A.; COHEN, C. Saúde Mental e Justiça: questões éticas referentes ao incesto e à pedofilia. *Saúde Ética & Justiça*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 47-53, 2020. DOI: 10.11606/issn.2317-2770.v25i2p47-53. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/175905>. Acesso em: 22 out. 2023.

GRUPO MARISTA. *Defenda-se*. Curitiba, 2018. Disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PLrI6B1Ndk3huxnQYUSKtGwX9zuUMGihoo&feature=shared>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GUATTARI, F. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, [1996].

INSTITUTO LIBERTA. Pensa rápido: quem é a vítima de estupro no Brasil? *Portal Liberta*, [S.l.], 2022. Disponível em: <https://liberta.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Apresentac%CC%A7a%CC%83o-para-o-site.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

INSTITUTO LIBERTA. Para falar com crianças. *Portal Liberta*, [S.l.], 2022. Disponível em: <https://liberta.org.br/criancas/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

INSTITUTO LIBERTA. Página inicial. *Portal Liberta*, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://liberta.org.br/>. Acesso em: 9 ago. 2023.

KASTRUP, V. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

KIRCHOF, E. R.; SOUZA, R. A literatura infantojuvenil na contemporaneidade: desafios, controvérsias e possibilidades. *Em aberto*, Brasília, DF, v. 32, n. 105, p. 25-40, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4207/3659>. Acesso em: 20 mar. 2023.

KORCZAK, J. *O direito da criança ao respeito*. São Paulo: Summus Editorial (1929[1986]).

LAR TIA ANASTÁCIA. *Portal Lar Tia Anastácia*. Teresópolis, 2020. Disponível em: <https://www.lartiaanastacia.org.br/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, D.; DA COSTA, T. N. B. Analisando Discursos Constituintes. *Revista do GELNE*, [S. l.], v. 2, n. 1/2, p. 1–12, (2000[2016]). Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9331>. Acesso em: 2 abr. 2024.

MATOS, R. *Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: em foco, a percepção de nove gestoras dos centros municipais de educação infantil da ddz/leste ii da cidade de Manaus- AM*. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8099/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o_RosanaTrindade_PPGE.pdf . Acesso em: 9 jan. 2024.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol. 2. São Paulo: Cortez, [2021]

OLIVEIRA, I. (org.). *O que é qualidade em literatura infantil e juvenil?: com a palavra o escritor*. São Paulo: DCL, 2005. v. 2.

Organização Mundial de Saúde (2016). *INSPIRE: sete estratégias para acabar com a violência contra crianças*. Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/207717>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas/SP: Pontes, [1996]

ORLANDI, E. *Análise do Discurso: princípios & procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2007.

OUT OF THE SHADOWS. [No title]. *Site Out of the Shadows*, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://outoftheshadows.global/>. Acesso em: 21 maio 2023.

PÁGINA inicial. *Blog Agora Vc Sabe*. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.agoravocesabe.com.br/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Pista 1: a cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, (2009).

PASSOS, E.; EIRADO, A. Pista 6: cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, (2009).

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, (2009).

PELISSOLI, Cátula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Do segredo à possibilidade de reparação: um estudo de caso sobre relacionamentos familiares no abuso sexual. *Contextos Clínicos*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2008.

PERISSÉ, G. *Blog Palavras e Origens*. 23 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://palavraseorigens.blogspot.com/2011/01/etimologia-mora-ao-lado.html>. Acesso em: 31 dez. 2023.

PORTAL da prefeitura municipal de Bauru. Disponível em: <https://www2.bauru.sp.gov.br/materia.aspx?n=30208>. Acesso em: 31 dez. 2023.

PORTAL da prefeitura municipal de Dom Feliciano-RS. Disponível em: <https://domfeliciano.rs.gov.br/nao-me-toca-seu-boboca/>. Acesso em: 31 dez. 2023.

PORTAL das Missões 2022. Disponível em: <https://portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/5227/santo-angelo---autoridades-defendem-fortalecimento.html>. Acesso em: 31 dez. 2023.

PORTAL da Prefeitura de Mongaguá/SP. Disponível em: <https://mongagua.sp.gov.br/das-e-casa-lar-realizam-acoes-da-campanha-maio-laranja>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PORTAL da prefeitura municipal de Retirolândia – BA. Disponível em: <https://retirolandia.ba.gov.br/faca-bonito-nas-escolas/>. Acesso em: 31 dez. 2023.

PORTAL da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Três Pontas-MG. Disponível em: <https://secult.trespontas.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/nao-me-toca-seu-boboca/78948>. Acesso em: 31 dez. 2023.

REIS, Engles dos *et al.* (org.). *Diálogos pedagógicos: sexualidade, gênero e formação docente*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2022

ROCHA, M. L. Do paradigma científico ao paradigma ético-estético e político: a arte como perspectiva nas soluções educacionais. *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo: PUC-SP, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernoss subjetividade/issue/view/1964/148>. Acesso em: 14 out. 2023

ROCHA, D. Enlaçamentos enunciativos em análise do discurso: quando o dizer e o dito se interlegitimam. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 11, n. 1, p. 11-36, 2011.

ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014.

ROCHA, D. *Novos rumos para velhos muros: discurso e políticas de resistência*. Campinas: Mercado de Letras, 2022.

RODRIGUES, H. *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, [2016].

SALGADO, R. C. J. O dispositivo dialógico na educação a distância como configuração de cognição e aprendizagem inventiva. *Relva*, Juara, v. 5, n. 2, p. 25-38, jul./dez. 2018.

SANDERSON, C. *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books, 2005.

SANTIAGO, B. et al. (org.). *O que é preciso saber sobre violência sexual contra crianças e adolescentes?* Informação e prevenção. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Fundação para a Infância e Adolescência, 2023.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. *Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

SANTOS; GONÇALVES, ALVES JR. *Protocolo brasileiro de entrevista forense com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência*. Disponível em: <https://ch-wordpress.s3.amazonaws.com/uploads/2022/12/protocolo-entrevista-web.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; MAGALHÃES, Daniella Rocha; GONÇALVES, Itmar Batista (ed.). *Centros de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências: boas práticas e recomendações para uma política pública de Estado*. São Paulo: São Paulo: Instituto WCF/Brasil, 2017. Disponível em: <https://ch-wordpress.s3.amazonaws.com/uploads/2022/12/centros-de-atendimentos-integrado-a-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencias-centros-de-atendimentos-integrado-boas-praticas.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

TAUBMAN, A. V. *Não me toca, seu boboca!* Ilustrações de Thais Linhares. Belo Horizonte: Aletria, 2017.

TAUBMAN, A. V. *Sinto um misto de felicidade [...]*. Teresópolis, 11 fev. 2020. Facebook: andrea.taubman. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=10213637526286617&set=a.10204087238375388>. Acesso em: 9 ago. 2023.

TEXTO base. *Faça Bonito*, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.facabonito.org/18demaio>. Acesso em: 9 jun. 2023.

TOPOROSI, S. *Em carne viva: abuso sexual de crianças e adolescentes*. São Paulo: Blucher, 2022.

VOLNOVICH, J.R. (org.), *Abuso sexual en la infancia: el queacer y la ética*. Buenos Aires: Grupo Editorial Lumen, 2002.

WALSH 1977, p. 192-193 *apud* HUNT 1991[2008], p. 77)

WOLFF, F. *Sandra na terra do antes*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

ANEXO A – Autorização TAI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PESQUISA: As vozes do abuso infantil: os discursos da violência e da prevenção

Responsável: Andrea Viviana Taubman

Eu, Rosângela Bragança de Pina, Subsecretária Executiva e Jurídica Municipal de Saúde do Município de Teresópolis, responsável pela Instituição CENTRO MATERNO INFANTIL/PROGRAMA BEM ME QUER TERÊ, declaro que fui informada dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, podemos revogar esta autorização, a qualquer momento, se comprovadas atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ao sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro, ainda, que não recebemos qualquer tipo de remuneração por esta autorização, bem como os participantes também não o receberão. E asseguramos que possuímos a infraestrutura necessária para o realização/desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa só terá início nesta instituição após apresentação do **Parecer de Aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos**.

Teresópolis, 25 de fevereiro de 2022



Responsável pela Instituição (assinatura e carimbo legível)

Rosângela Bragança de Pina
Subsecretária Executiva e Jurídica
Municipal de Saúde
Mat.: 4.16875-8

Antônio Henrique Vitor Rosa
Secretário Municipal de Saúde
Mat.: 4.16513-8

Se desejar qualquer informação adicional sobre este estudo, envie uma mensagem para:
Andrea Viviana Taubman – taubman1965@gmail.com - 21994159429

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona as segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

ANEXO B - Fluxograma de atendimento do Programa Bem Me Quer Terê

Programa

